Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 6

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022 10

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 11

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 12

Demonstração de Valor Adicionado 13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 15

Balanço Patrimonial Passivo 17

Demonstração do Resultado 19

Demonstração do Resultado Abrangente 20

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022 24

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 25

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 26

Demonstração de Valor Adicionado 27

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho 29

Notas Explicativas 71

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais 228

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 229

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 232

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM) 233

Índice

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	234
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	235
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	236

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	800.898.864
Preferenciais	1.238.187.676
Total	2.039.086.540
Em Tesouraria	
Ordinárias	754.475
Preferenciais	3.017.900
Total	3.772.375

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	18.741.199	17.774.980	13.580.102
1.01	Ativo Circulante	2.307.102	3.102.250	1.080.668
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	42.312	17.408	18.629
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.903.286	2.899.602	795.302
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.903.286	2.899.602	795.302
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras no Mercado Aberto e Recursos vinculados	1.903.286	2.899.602	795.302
1.01.03	Contas a Receber	70.882	32.706	25.607
1.01.03.01	Clientes	70.857	32.681	25.582
1.01.03.01.01	Clientes	70.857	32.681	25.582
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	25	25	25
1.01.03.02.01	Títulos de crédito a receber	25	25	25
1.01.04	Estoques	264	270	286
1.01.06	Tributos a Recuperar	171.668	54.450	58.370
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	171.668	54.450	58.370
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	118.690	97.814	182.474
1.01.08.03	Outros	118.690	97.814	182.474
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	94.150	45.427	74.789
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	0	0	64.986
1.01.08.03.04	Outros créditos	24.540	52.387	42.699
1.02	Ativo Não Circulante	16.434.097	14.672.730	12.499.434
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.210.772	5.026.520	3.370.804
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.334.202	1.766.358	1.841.025
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	2.334.202	1.766.358	1.841.025
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	2.297.546	2.432.573	1.277.925
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	2.297.546	2.432.573	1.277.925
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	579.024	827.589	251.854
1.02.01.10.04	Depósitos e cauções vinculados	3.637	1.177	741
1.02.01.10.06	Tributos a recuperar	105.424	130.564	100.616
1.02.01.10.07	Instrumentos Finnanceiros Derivativos	269.998	495.848	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.01.10.08	Outros créditos	199.965	200.000	150.497
1.02.02	Investimentos	11.070.645	9.503.617	9.016.209
1.02.02.01	Participações Societárias	11.070.645	9.503.617	9.016.209
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	10.964.793	9.384.292	8.963.864
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	105.852	119.325	52.345
1.02.03	Imobilizado	79.813	70.698	66.164
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	79.813	70.698	66.164
1.02.04	Intangível	72.867	71.895	46.257
1.02.04.01	Intangíveis	72.867	71.895	46.257
1.02.04.01.02	Intangíveis	72.867	71.895	46.257

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	18.741.199	17.774.980	13.580.102
2.01	Passivo Circulante	1.289.568	3.431.356	2.842.935
2.01.02	Fornecedores	25.767	6.094	12.643
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	25.767	6.094	12.643
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	638.733	1.210.976	1.758.418
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	317.164	66.833	790.368
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	317.164	66.833	580.322
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	0	210.046
2.01.04.02	Debêntures	321.569	1.144.143	968.050
2.01.05	Outras Obrigações	625.068	2.214.286	1.071.874
2.01.05.02	Outros	625.068	2.214.286	1.071.874
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	242.028	798.743	389.891
2.01.05.02.04	Encargos de dívidas	226.762	56.584	27.323
2.01.05.02.05	Obrigações estimadas	17.224	14.233	12.520
2.01.05.02.06	Beneficios pós emprego	1.594	1.229	1.452
2.01.05.02.07	Impostos e Contribuições Sociais	15.507	19.602	13.501
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	26.448	1.235.453	547.963
2.01.05.02.10	Arrendamentos operacionais	41	86	168
2.01.05.02.11	Outros Passivos	95.464	88.356	79.056
2.02	Passivo Não Circulante	6.431.739	6.306.473	4.259.041
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.004.237	4.941.353	3.203.578
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.297.396	1.643.093	399.790
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.054.406	1.371.782	399.790
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	242.990	271.311	0
2.02.01.02	Debêntures	4.706.841	3.298.260	2.803.788
2.02.02	Outras Obrigações	38.684	883.104	735.455
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	426.139	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	426.139	0
2.02.02.02	Outros	38.684	456.965	735.455

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.02.02.04	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	2.609	5.405	108
2.02.02.02.05	Beneficios pós emprego	9.675	8.842	12.144
2.02.02.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	1.693	1.371	549.154
2.02.02.02.08	Provisão para perdas em participações societárias	0	412.545	147.085
2.02.02.02.10	Arrendamentos Operacionais	308	326	715
2.02.02.02.11	Impostos e contribuições sociais	4.855	4.087	2.279
2.02.02.02.12	Outros Passivos	19.544	24.389	23.970
2.02.03	Tributos Diferidos	388.818	482.016	320.008
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	388.818	482.016	320.008
2.03	Patrimônio Líquido	11.019.892	8.037.151	6.478.126
2.03.01	Capital Social Realizado	4.946.375	3.363.685	3.363.685
2.03.02	Reservas de Capital	971.418	198.111	307.828
2.03.02.07	Custo com emissões de ações	-65.723	-65.723	-65.723
2.03.02.08	Outras Reservas	1.037.141	263.834	373.551
2.03.04	Reservas de Lucros	5.234.703	5.050.072	3.274.317
2.03.04.01	Reserva Legal	550.740	443.967	303.058
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.596.161	4.606.105	2.960.503
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	87.802	0	10.756
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-397.289	-170.611
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-132.604	-177.428	-297.093

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	300.493	237.156	218.500
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-198.287	-139.418	-126.714
3.03	Resultado Bruto	102.206	97.738	91.786
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	2.355.909	2.383.356	1.466.783
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-83.266	-110.339	-88.411
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.013	456	726
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-637	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.437.799	2.493.239	1.554.468
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.458.115	2.481.094	1.558.569
3.06	Resultado Financeiro	-415.842	222.256	-176.443
3.06.01	Receitas Financeiras	707.793	506.860	228.703
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.123.635	-284.604	-405.146
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.042.273	2.703.350	1.382.126
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	93.188	-160.317	-1.658
3.08.02	Diferido	93.188	-160.317	-1.658
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.135.461	2.543.033	1.380.468
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	48.467	88.477
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	48.467	88.477
3.10.01.01	Resultado de operações descontinuadas	0	48.467	88.477
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.135.461	2.591.500	1.468.945
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,12	1,43	0,81
3.99.01.02	PN	1,12	1,43	0,81

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	2.135.461	2.591.500	1.468.945
4.02	Outros Resultados Abrangentes	40.257	119.665	47.909
4.02.01	Itens que não serão reclassificados para a demosntração do resultado	40.257	119.665	47.909
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.175.718	2.711.165	1.516.854

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-35.354	199.442	23.683
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	48.341	54.660	-5.400
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício das operações continuadas	2.135.461	2.543.033	1.380.468
6.01.01.02	Lucro líquido do exerício das operações descontinuadas	0	48.467	88.477
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-93.188	160.317	1.658
6.01.01.04	Reversão de provisão para perdas de créditos e atualização monetária - operações descontinuadas	0	0	-88.477
6.01.01.06	Receitas (despesas) com juros, variações monetarias e cambiais - líquidas	113.642	134.830	217.974
6.01.01.07	Amortização e Depreciação	18.620	17.327	12.348
6.01.01.08	(Ganho) na alienação de bens do imobilizado e do intangível	-981	0	-726
6.01.01.09	Equivalência patrimonial	-2.437.799	-2.493.239	-1.554.468
6.01.01.10	Marcação a mercado derivativos	273.044	-322.240	47.076
6.01.01.11	Instrumentos financeiros derivativos	45.804	-32.041	-110.872
6.01.01.12	Marcação a mercado da dívida	-10.429	-9.521	-1.880
6.01.01.13	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	1.754	5.693	497
6.01.01.14	Programa de remuneração variável - ILP	2.413	2.034	2.525
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-83.695	144.782	29.083
6.01.02.01	(Aumento) diminuição de consumidores e concessionária	-38.176	-7.099	15.037
6.01.02.02	Diminuição de títulos de créditos a receber	0	0	51
6.01.02.03	Diminuição (aumento) de estoques	6	16	-103
6.01.02.04	(Aumento) de tributos a recuperar	-92.078	-15.665	-11.836
6.01.02.05	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-2.460	-436	-320
6.01.02.06	Valor justo dos títulos cedidos ao FDIC	0	9.660	0
6.01.02.08	Diminuição de outros créditos	28.863	140.809	27.062
6.01.02.09	Aumento (diminuição) de fornecedores	19.673	-6.549	-4.819
6.01.02.10	(Diminuição) aumento impostos e contribuições sociais	-1.389	9.600	1.910
6.01.02.11	Aumento de obrigações estimadas	2.990	1.713	2.571
6.01.02.12	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	-4.565	-522	-3.575
6.01.02.13	Aumento de outras contas a pagar	3.441	13.255	3.105
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.880.054	612.422	412.223

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.02.01	Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investimentos	-1.376.453	-167.955	-7.666
6.02.02	Aplicações financeiras e recursos vinculados	895.032	-1.687.860	-1.623
6.02.04	Aplicações no imobilizado, intangível e ativo contratual - Infra-estrutura em construção	-31.432	-47.873	-34.482
6.02.06	Caixa e equivalente de caixa na aquisição de cotas do FIDC	0	-70.227	0
6.02.07	Alienação de bens do imobilizado, intangível	49	0	20
6.02.08	Recebimento de dividendos e JCP	2.392.858	2.586.337	457.475
6.02.10	Ágio pago na aquisição de controladas	0	0	-1.501
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.819.796	-813.085	-485.700
6.03.01	Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	1.492.948	2.403.728	1.646.755
6.03.02	Pagamentos de empréstimos e debêntures - principal	-1.157.217	-1.713.950	-1.194.146
6.03.03	Pagamentos de empréstimos e debêntures - juros	-454.538	-263.696	-234.193
6.03.04	(Pagamento) recebimento por liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-27.623	52.585	67.357
6.03.05	Pagamento de dividendos	-1.266.756	-633.571	-217.431
6.03.07	Custos na aquisição de ações em tesouraria adquiridas	0	-48.141	0
6.03.09	Partes relacionadas	-1.145.604	-609.873	-553.778
6.03.10	Pagamento por arrendamento financeiro mercantil	-196	-167	-264
6.03.11	Aumento de capital com subscrição de ações	739.190	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	24.904	-1.221	-49.794
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	17.408	18.629	68.423
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	42.312	17.408	18.629

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	198.111	5.050.072	-397.289	-177.428	8.037.151
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	198.111	5.050.072	-397.289	-177.428	8.037.151
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.582.690	773.307	-843.500	-710.041	0	802.456
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	7.411	0	0	0	7.411
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-710.041	0	-710.041
5.04.08	Aumento de capital conforme RCA 24/03/2022	259	0	0	0	0	259
5.04.09	Aumento de capital com saldo de reservas de lucros	843.500	0	-843.500	0	0	0
5.04.10	Aumento de capital conforme RCA 18/08/2022	621	0	0	0	0	621
5.04.11	Aumento de capital conforme RCA 11/08/2022	738.310	0	0	0	0	738.310
5.04.12	Transações com investimentos	0	764.103	0	0	0	764.103
5.04.13	Programa de remuneração variável (ILP)	0	-2.336	0	0	0	-2.336
5.04.14	Ganho na cessão para o Prog. ILP de ações em tesouraria	0	34	0	0	0	34
5.04.15	Investimento PUT	0	-31.722	0	0	0	-31.722
5.04.16	Reserva de incentivo fiscal - reinvestimento	0	35.817	0	0	0	35.817
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.135.461	44.824	2.180.285
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.135.461	0	2.135.461
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	44.824	44.824
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	44.824	44.824
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.028.131	-1.028.131	0	0
5.06.04	Transferência de reservas	0	0	-397.289	397.289	0	0
5.06.05	Reserva Legal	0	0	106.773	-106.773	0	0
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	1.230.845	-1.230.845	0	0
5.06.07	Dividendos adicionais propostos	0	0	87.802	-87.802	0	0
5.07	Saldos Finais	4.946.375	971.418	5.234.703	0	-132.604	11.019.892

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	307.828	3.274.317	-170.611	-297.093	6.478.126
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	307.828	3.274.317	-170.611	-297.093	6.478.126
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-109.717	-10.756	-1.031.667	0	-1.152.140
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-40.431	0	0	0	-40.431
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.031.667	0	-1.031.667
5.04.08	Transações com investimentos	0	-70.976	0	0	0	-70.976
5.04.09	Ganho na cessão para o Prog. ILP de ações em tesouraria	0	576	0	0	0	576
5.04.10	Investimento PUT	0	2.002	0	0	0	2.002
5.04.11	Programa de remuneração variáveis (ILP)	0	-888	0	0	0	-888
5.04.12	Pagamento de dividendos adicionais	0	0	-10.756	0	0	-10.756
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.591.500	119.665	2.711.165
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.591.500	0	2.591.500
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	119.665	119.665
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	119.665	119.665
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.786.511	-1.786.511	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	140.909	-140.909	0	0
5.06.05	Retenção de lucros	0	0	1.645.602	-1.645.602	0	0
5.07	Saldos Finais	3.363.685	198.111	5.050.072	-397.289	-177.428	8.037.151

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	347.523	2.332.052	0	-345.002	5.698.258
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	347.523	2.332.052	0	-345.002	5.698.258
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-39.695	-41.298	-485.382	0	-566.375
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-490.063	0	-490.063
5.04.08	Novas aquisições de ações de controladas	0	-27.921	0	0	0	-27.921
5.04.09	Investimento PUT	0	-21.403	0	0	0	-21.403
5.04.10	Programa de remuneração variáveis (ILP)	0	9.629	0	0	0	9.629
5.04.11	Pagamento de dividendos adicionais	0	0	-41.298	0	0	-41.298
5.04.12	Dividendos prescritos de controladas	0	0	0	3.721	0	3.721
5.04.13	Reversão de outros resultados abrangentes de controladas - liquido de tributos	0	0	0	960	0	960
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.468.945	47.909	1.516.854
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.468.945	0	1.468.945
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	47.909	47.909
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	47.909	47.909
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	983.563	-983.563	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	73.447	-73.447	0	0
5.06.05	Retenção de lucros	0	0	899.360	-899.360	0	0
5.06.06	Dividendos adicicias propostos	0	0	10.756	-10.756	0	0
5.07	Saldos Finais	3.363.685	307.828	3.274.317	0	-297.093	6.648.737

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	341.612	268.589	247.826
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	339.599	268.133	247.100
7.01.02	Outras Receitas	2.013	456	726
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-72.893	-71.035	-61.086
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-65.368	-63.718	-62.915
7.02.04	Outros	-7.525	-7.317	1.829
7.03	Valor Adicionado Bruto	268.719	197.554	186.740
7.04	Retenções	-18.620	-17.327	-12.348
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-18.620	-17.327	-12.348
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	250.099	180.227	174.392
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.180.152	3.025.661	1.796.588
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.437.799	2.493.239	1.554.468
7.06.02	Receitas Financeiras	742.353	532.422	242.120
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.430.251	3.205.888	1.970.980
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.430.251	3.205.888	1.970.980
7.08.01	Pessoal	159.390	134.707	119.786
7.08.01.01	Remuneração Direta	128.631	107.983	94.197
7.08.01.02	Benefícios	23.158	20.002	19.878
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.601	6.722	5.711
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.536	239.094	61.853
7.08.02.01	Federais	440	232.660	55.674
7.08.02.02	Estaduais	276	199	256
7.08.02.03	Municipais	7.820	6.235	5.923
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.126.864	289.054	408.873
7.08.03.01	Juros	1.123.635	284.605	405.146
7.08.03.02	Aluguéis	3.229	4.449	3.727
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	710.041	1.031.667	496.138
7.08.04.02	Dividendos	710.041	1.031.667	496.138
7.08.05	Outros	1.425.420	1.511.366	884.330

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.05.01	Reserva Legal	106.773	140.909	73.447
7.08.05.02	Lucros retidos	1.230.845	1.645.602	899.360
7.08.05.03	Operações descontinuadas	0	-48.467	-88.477
7.08.05.05	Lucros acumulados	0	-226.678	0
7.08.05.06	Dividendos adicionais propostos	87.802	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	59.670.668	54.258.000	45.342.851
1.01	Ativo Circulante	14.724.256	16.074.512	13.853.998
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	916.207	773.505	1.062.102
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.835.505	5.114.597	5.423.948
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	4.835.505	5.114.597	5.423.948
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	4.835.505	5.114.597	5.423.948
1.01.03	Contas a Receber	3.963.073	4.370.534	4.209.703
1.01.03.01	Clientes	3.952.081	4.366.634	4.196.112
1.01.03.01.01	Clientes, consumidores, concessionárias e outros	3.952.081	4.366.634	4.196.112
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	10.992	3.900	13.591
1.01.03.02.01	Títulos de crédito a receber	10.992	3.900	13.591
1.01.04	Estoques	145.421	134.558	118.761
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.261.522	1.356.604	733.222
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.261.522	1.356.604	733.222
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.602.528	4.324.714	2.306.262
1.01.08.03	Outros	2.602.528	4.324.714	2.306.262
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	195.395	473.525	683.965
1.01.08.03.02	Ativos financeiros setoriais	488.505	1.652.491	368.033
1.01.08.03.03	Concessão do serviço público- ativo de contrato	659.865	151.135	87.063
1.01.08.03.05	Outros créditos	1.258.763	2.047.563	1.167.201
1.02	Ativo Não Circulante	44.946.412	38.183.488	31.488.853
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	26.183.817	21.509.859	15.296.288
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	196.587	128.754	137.333
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	196.587	128.754	137.333
1.02.01.04	Contas a Receber	1.662.512	1.461.924	1.260.878
1.02.01.04.01	Clientes, Consumidores e Concessinárias	1.662.512	1.461.924	1.260.878
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	24.324.718	19.919.181	13.898.077
1.02.01.10.03	Títulos de créditos a receber	99.862	99.847	11.762
1.02.01.10.04	Tributos a recuperar	2.677.847	3.718.883	1.470.208

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.01.10.05	Créditos tributários	1.519.113	1.423.762	1.425.626
1.02.01.10.06	Depósitos e cauções vinculados	1.306.768	1.003.852	767.415
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	1.251.990	2.025.932	1.329.233
1.02.01.10.08	Ativo financeiro indenizável da concessão	9.789.619	7.618.313	6.062.396
1.02.01.10.09	Ativos financeiros setoriais	401.053	988.122	904.543
1.02.01.10.10	Concessão do serviço público- ativo de contrato	6.739.230	2.450.614	1.357.582
1.02.01.10.11	Outros créditos	539.236	589.856	569.312
1.02.02	Investimentos	49.247	64.755	64.154
1.02.02.01	Participações Societárias	49.247	64.755	64.154
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	49.247	64.755	64.154
1.02.03	Imobilizado	1.875.170	717.518	417.640
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.875.170	717.518	417.640
1.02.04	Intangível	16.838.178	15.891.356	15.710.771
1.02.04.01	Intangíveis	16.838.178	15.891.356	15.710.771
1.02.04.01.03	Ativo Contratual - Infra-estrutura em construção	1.671.954	1.247.877	933.924
1.02.04.01.04	Intangíveis	15.166.224	14.643.479	14.776.847

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	59.670.668	54.258.000	45.342.851
2.01	Passivo Circulante	13.224.880	12.651.380	12.372.969
2.01.02	Fornecedores	1.887.305	2.573.437	2.445.104
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.887.305	2.573.437	2.445.104
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	6.638.407	3.878.428	5.671.807
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.533.985	2.014.714	3.891.393
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.541.439	846.391	2.035.635
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.992.546	1.168.323	1.855.758
2.01.04.02	Debêntures	3.104.422	1.863.714	1.780.414
2.01.05	Outras Obrigações	4.699.168	6.199.515	4.256.058
2.01.05.02	Outros	4.699.168	6.199.515	4.256.058
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	275.503	808.562	420.948
2.01.05.02.04	Parcelamento de impostos	7.718	28.803	26.448
2.01.05.02.05	Obrigações estimadas	144.862	134.479	118.574
2.01.05.02.07	Taxa de iluminação publica	114.809	112.188	103.982
2.01.05.02.08	Beneficios pós-emprego	53.165	59.607	62.732
2.01.05.02.09	Encargos de dívidas	511.276	205.337	158.563
2.01.05.02.10	Encargos setoriais	354.750	323.370	201.358
2.01.05.02.11	Impostos e Contribuições Sociais	659.229	875.909	786.939
2.01.05.02.12	Passivos financeiros setoriais	958.313	803.480	1.179.656
2.01.05.02.16	Incorporação de redes	359.021	349.863	69.955
2.01.05.02.18	Instrumento finaneiros derivativos	667.068	1.709.426	598.882
2.01.05.02.19	Arrendamentos operacionais	10.006	12.934	20.095
2.01.05.02.20	Outros passivos	583.448	775.557	507.926
2.02	Passivo Não Circulante	33.962.036	32.521.060	25.645.868
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	21.574.285	19.269.608	14.509.599
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	10.162.071	9.539.154	5.913.196
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	7.021.631	6.743.619	4.329.666
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.140.440	2.795.535	1.583.530

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.01.02	Debêntures	11.412.214	9.730.454	8.596.403
2.02.02	Outras Obrigações	7.635.881	8.423.400	6.517.432
2.02.02.02	Outros	7.635.881	8.423.400	6.517.432
2.02.02.02.03	Fornecedores	122.811	116.851	111.698
2.02.02.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	19.901	372.796	800.768
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições sociais	1.620.071	859.499	631.394
2.02.02.02.06	Parcelamentos de impostos	9.123	15.554	49.752
2.02.02.02.07	Beneficio pós-emprego	260.315	305.803	607.521
2.02.02.02.08	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	1.970.886	1.870.119	2.138.587
2.02.02.02.11	Passivos financeiros setoriais	214.889	680.510	327.159
2.02.02.02.13	Encargos setoriais	97.059	129.878	262.551
2.02.02.02.14	Incorporação de redes	0	0	152.778
2.02.02.02.15	Arrendamentos operacionais	55.473	39.613	42.481
2.02.02.02.16	Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	3.017.036	3.708.305	1.053.993
2.02.02.02.17	Outros Passivos	248.317	324.472	338.750
2.02.03	Tributos Diferidos	4.751.870	4.828.052	4.618.837
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.751.870	4.828.052	4.618.837
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	12.483.752	9.085.560	7.324.014
2.03.01	Capital Social Realizado	4.946.375	3.363.685	3.363.685
2.03.02	Reservas de Capital	971.418	198.111	307.828
2.03.02.07	Custo com emissão de ações	-65.723	-65.723	-65.723
2.03.02.08	Outros reservas	1.037.141	263.834	373.551
2.03.04	Reservas de Lucros	5.234.703	5.050.072	3.274.317
2.03.04.01	Reserva Legal	550.740	443.967	303.058
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.596.161	4.606.105	2.960.503
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	87.802	0	10.756
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-397.289	-170.611
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-132.604	-177.428	-297.093
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.463.860	1.048.409	845.888

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	26.503.137	26.475.504	20.330.208
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-19.312.220	-20.777.842	-16.672.688
3.03	Resultado Bruto	7.190.917	5.697.662	3.657.520
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.469.159	-1.071.078	-955.074
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.369.335	-887.410	-812.739
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	74.539	299.106	131.665
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-174.363	-482.774	-274.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	5.721.758	4.626.584	2.702.446
3.06	Resultado Financeiro	-2.582.974	-1.097.546	-655.796
3.06.01	Receitas Financeiras	1.613.404	1.430.243	735.250
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.196.378	-2.527.789	-1.391.046
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.138.784	3.529.038	2.046.650
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-710.764	-762.698	-527.653
3.08.01	Corrente	-906.136	-615.654	-375.889
3.08.02	Diferido	195.372	-147.044	-151.764
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.428.020	2.766.340	1.518.997
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	48.467	88.477
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	48.467	88.477
3.10.01.01	Resultado de operações continuadas	0	48.467	88.477
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	2.428.020	2.814.807	1.607.474
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.135.461	2.591.500	1.468.945
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	292.559	223.307	138.529
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,12	1,43	0,81
3.99.01.02	PN	1,12	1,43	0,81

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	2.428.020	2.814.807	1.607.474
4.02	Outros Resultados Abrangentes	41.888	128.799	50.729
4.02.01	Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado	41.888	128.799	50.729
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	2.469.908	2.943.606	1.658.203
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.175.718	2.711.165	1.519.674
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	294.190	232.441	138.529

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.685.800	881.740	4.806.513
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	5.936.232	5.184.201	4.243.973
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício das operações continuadas	2.428.020	2.766.340	1.518.997
6.01.01.02	Lucro líquido do exercício0 das operações descontinuadas	0	48.467	88.477
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	710.764	762.698	527.653
6.01.01.04	Ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-469.832	-686.306	-222.606
6.01.01.05	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	1.726.983	2.039.774	2.128.195
6.01.01.06	Depreciação e Amortização	1.274.464	1.242.986	1.228.702
6.01.01.07	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	320.832	245.917	380.390
6.01.01.08	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	-125.758	-147.796	53.331
6.01.01.09	Marcação a mercado derivativos	496.543	108.988	5.764
6.01.01.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	885.470	-510.190	-1.312.367
6.01.01.11	Marcação a mercado da dívida	-222.562	-354.000	38.784
6.01.01.12	(Ganho) perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	117.826	95.184	98.131
6.01.01.13	Reversão de provisão para perdas de créditos e atualização monetária - operações descontinuadas	0	0	-88.477
6.01.01.14	Programa de remuneração variável ILP	5.385	-510	10.170
6.01.01.17	Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissão	-450.004	-222.712	-115.739
6.01.01.18	Marcação a Mercado dos contratos de compra/venda de energia comercializada	-59.920	-19.212	21.814
6.01.01.19	Remuneração de ativo de contrato	-701.979	-185.427	-117.246
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-250.432	-4.302.461	562.540
6.01.02.01	Diminuição (aumento) de consumidores e concessionárias	215.295	-562.177	-1.240.172
6.01.02.02	(Aumento) de títulos de créditos a receber	-2.606	-107.812	5.483
6.01.02.03	(Aumento) de estoques	-10.863	-15.797	4.214
6.01.02.04	(Aumento) de tributos a recuperar	-161.701	-197.568	378.955
6.01.02.05	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-231.374	-187.715	-163.202
6.01.02.06	Diminuição (diminuição) de ativos financeiros setoriais	296.317	-2.453.698	117.440
6.01.02.07	Recursos da conta de comercialização de Itaipu	69.060	339.817	0
6.01.02.08	Diminuição (aumento) de outros créditos	652.934	-708.733	-223.687
6.01.02.09	(Diminuição) aumento de fornecedores	-750.123	76.220	597.388

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.02.10	Aumento de impostos e contribuições sociais	938.813	503.778	309.876
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição pagos	-630.901	-601.216	-323.316
6.01.02.12	Pagamento Recuperação de Créditos ICMS - REFIS Estadual	0	-370.478	0
6.01.02.13	Aumento de obrigações estimadas	10.383	15.905	12.460
6.01.02.14	Aumento (diminuição) de passivos financeiros setoriais	191.627	-106.015	-139.750
6.01.02.15	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	-267.148	-201.422	-144.719
6.01.02.16	Recebimentos Despachos ANEEL - CONTA COVID	0	7.980	1.351.408
6.01.02.17	(Diminuição) aumento de outras contas a pagar	-570.145	266.470	20.162
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.094.117	-2.793.622	-5.374.480
6.02.02	Aplicações financeiras e recursos vinculados	1.101.593	550.796	-3.082.688
6.02.04	Aplicações no imobilizado, intangível e ativo contratual - Infra-estrutura em construção	-4.893.023	-2.619.244	-2.132.968
6.02.05	Aplicações em linha de transmissão de energia	-531.271	-609.118	-290.403
6.02.07	Alienação de bens do imobilizado, intangível	116.556	123.244	133.080
6.02.08	Ágio pago na aquisição de controladas	0	0	-1.501
6.02.10	Caixa equivalente de caixa adquirido na combinação de negócios	49.523	-239.300	0
6.02.12	Pagamento pela combinação de negócios	-937.495	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-448.981	1.623.285	966.966
6.03.01	Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	6.844.446	8.447.443	5.897.485
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures - principal	-3.904.213	-5.419.338	-4.248.858
6.03.03	Pagamento de empréstimos e debêntures - juros	-1.807.342	-963.322	-752.486
6.03.04	(Pagamento) recebimento por liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-429.140	509.621	411.544
6.03.05	Pagamentos de dividendos	-1.581.828	-893.564	-303.038
6.03.06	Aumentos de capital com subscrição de ações	813.517	206.308	0
6.03.07	Pagamento de parcelamento de impostos	-28.714	-47.458	-19.681
6.03.09	Pagamento de incorporação de redes	-338.228	-149.361	-49.220
6.03.11	Custos relacionados a Ações em tesouraria adquiridas	0	-48.141	0
6.03.13	Pagamento por arrendamento financeiro mercantil	-17.479	-19.824	-13.694
6.03.15	Novos parcelamentos de imposto	0	921	44.914
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	142.702	-288.597	398.999

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	773.505	1.062.102	663.103
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	916.207	773.505	1.062.102

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	198.111	5.050.072	-397.289	-177.428	8.037.151	1.048.409	9.085.560
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	198.111	5.050.072	-397.289	-177.428	8.037.151	1.048.409	9.085.560
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.582.690	773.307	-843.500	-710.041	0	802.456	121.261	923.717
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	7.411	0	0	0	7.411	0	7.411
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-710.041	0	-710.041	0	-710.041
5.04.08	Aumento de capital conforme RCA 24/03/2022	259	0	0	0	0	259	74.327	74.586
5.04.09	Aumento de capital com saldo de reservas de lucros	843.500	0	-843.500	0	0	0	0	0
5.04.10	Aumento de capital conforme RCA 18/08/2022	621	0	0	0	0	621	0	621
5.04.11	Aumento de capital conforme RCA 11/08/2022	738.310	0	0	0	0	738.310	0	738.310
5.04.12	Transações com investimentos	0	764.103	0	0	0	764.103	363.990	1.128.093
5.04.13	Programa de remuneração variável (ILP)	0	-2.336	0	0	0	-2.336	276	-2.060
5.04.14	Ganho na cessão para o Prog. ILP de ações em tesouraria	0	34	0	0	0	34	0	34
5.04.15	Investimento PUT	0	-31.722	0	0	0	-31.722	0	-31.722
5.04.16	Reserva de incentivo fiscal - reinvestimento	0	35.817	0	0	0	35.817	1.815	37.632
5.04.17	Pagamento de dividendos intercalares	0	0	0	0	0	0	-319.147	-319.147
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.135.461	44.824	2.180.285	294.190	2.474.475
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.135.461	0	2.135.461	292.559	2.428.020
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	44.824	44.824	1.631	46.455
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	44.824	44.824	1.631	46.455
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.028.131	-1.028.131	0	0	0	0
5.06.04	Transferência de reservas	0	0	-397.289	397.289	0	0	0	0
5.06.05	Reserva Legal	0	0	106.773	-106.773	0	0	0	0
5.06.06	Retenção de lucros	0	0	1.230.845	-1.230.845	0	0	0	0
5.06.07	Dividendos adicionais propostos	0	0	87.802	-87.802	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.946.375	971.418	5.234.703	0	-132.604	11.019.892	1.463.860	12.483.752

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	307.828	3.274.317	-170.611	-297.093	6.478.126	845.888	7.324.014
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	307.828	3.274.317	-170.611	-297.093	6.478.126	845.888	7.324.014
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-109.717	-10.756	-1.031.667	0	-1.152.140	-29.920	-1.182.060
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	206.308	206.308
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-40.431	0	0	0	-40.431	0	-40.431
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.031.667	0	-1.031.667	-238.755	-1.270.422
5.04.08	Transações com investimentos	0	-70.976	0	0	0	-70.976	5.013	-65.963
5.04.09	Ganho na cessão para o Prog. ILP de ações em tesouraria	0	576	0	0	0	576	0	576
5.04.10	Investimento PUT	0	2.002	0	0	0	2.002	-2.864	-862
5.04.11	Programa de remuneração variáveis (ILP)	0	-888	0	0	0	-888	378	-510
5.04.12	Pagamento de dividendos adicionais	0	0	-10.756	0	0	-10.756	0	-10.756
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.591.500	119.665	2.711.165	232.441	2.943.606
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.591.500	0	2.591.500	223.307	2.814.807
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	119.665	119.665	9.134	128.799
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	119.665	119.665	9.134	128.799
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.786.511	-1.786.511	0	0	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	140.909	-140.909	0	0	0	0
5.06.05	Retenção de lucros	0	0	1.645.602	-1.645.602	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.363.685	198.111	5.050.072	-397.289	-177.428	8.037.151	1.048.409	9.085.560

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	347.523	2.332.052	0	-345.002	5.698.258	763.962	6.462.220
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	347.523	2.332.052	0	-345.002	5.698.258	763.962	6.462.220
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-39.695	-41.298	-485.382	0	-566.375	-38.379	-604.754
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-490.063	0	-490.063	-33.859	-523.922
5.04.08	Novas aquisições de ações de contrladas	0	-27.921	0	0	0	-27.921	-7.023	-34.944
5.04.09	Investimento PUT	0	-21.403	0	0	0	-21.403	0	-21.403
5.04.10	Programa de remuneração variável (ILP)	0	9.629	0	0	0	9.629	541	10.170
5.04.11	Pagamento dividendos adicionais	0	0	-41.298	0	0	-41.298	0	-41.298
5.04.12	Dividendos prescritos de controladas	0	0	0	3.721	0	3.721	40	3.761
5.04.13	Reversão de outros resultados abrangentes de controladas - liquido de tributos	0	0	0	960	0	960	0	960
5.04.14	Aumento de capital em controladas	0	0	0	0	0	0	1.922	1.922
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.468.945	47.909	1.516.854	141.349	1.658.203
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.468.945	0	1.468.945	138.529	1.607.474
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	47.909	47.909	2.820	50.729
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	47.909	47.909	2.820	50.729
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	983.563	-983.563	0	0	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	73.447	-73.447	0	0	0	0
5.06.05	Retenção de lucros	0	0	899.360	-899.360	0	0	0	0
5.06.06	Dividendos adicionais propostos	0	0	10.756	-10.756	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.363.685	307.828	3.274.317	0	-297.093	6.648.737	866.932	7.515.669

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	36.831.219	37.274.508	29.551.788
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	32.758.734	34.484.712	27.657.506
7.01.02	Outras Receitas	76.217	299.106	131.665
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	4.367.833	2.736.607	2.143.007
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-371.565	-245.917	-380.390
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-18.485.337	-20.500.683	-15.864.914
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-12.712.514	-16.466.454	-12.383.244
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.137.676	-1.123.937	-1.028.959
7.02.04	Outros	-4.635.147	-2.910.292	-2.452.711
7.03	Valor Adicionado Bruto	18.345.882	16.773.825	13.686.874
7.04	Retenções	-1.274.464	-1.242.986	-1.228.702
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.274.464	-1.242.986	-1.228.702
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	17.071.418	15.530.839	12.458.172
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.720.888	1.526.157	788.174
7.06.02	Receitas Financeiras	1.720.888	1.526.157	788.174
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	18.792.306	17.056.996	13.246.346
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	18.792.306	17.056.996	13.246.346
7.08.01	Pessoal	1.362.843	1.359.602	1.229.381
7.08.01.01	Remuneração Direta	926.850	992.585	862.219
7.08.01.02	Benefícios	355.941	292.093	297.469
7.08.01.03	F.G.T.S.	80.052	74.924	69.693
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.614.828	10.350.123	9.072.601
7.08.02.01	Federais	5.686.123	4.316.559	3.845.282
7.08.02.02	Estaduais	4.889.341	6.005.364	5.201.319
7.08.02.03	Municipais	39.364	28.200	26.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.386.615	2.580.931	1.425.367
7.08.03.01	Juros	4.359.962	2.567.031	1.411.972
7.08.03.02	Aluguéis	26.653	13.900	13.395
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	954.206	1.282.322	634.667

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.04.02	Dividendos	710.041	1.031.667	496.138
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	244.165	250.655	138.529
7.08.05	Outros	1.473.814	1.484.018	884.330
7.08.05.01	Reserva legal	106.773	140.909	73.447
7.08.05.02	Lucros retidos	1.230.845	1.645.602	899.360
7.08.05.04	Lucros(Prejuízos) acumulados	445.683	-254.026	0
7.08.05.05	Operações descontinuadas	0	-48.467	-88.477
7.08.05.06	Realização de reservas	-397.289	0	0
7.08.05.07	Dividendos adicionais propostos	87.802	0	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Retrospectiva 2022

As secas e inundações, temperatura recordes, desertificação e ruína econômica de áreas produtivas nos últimos anos no Brasil e em diversas partes do mundo têm servido de alerta para o principal desafio para sobrevivência da humanidade: como evitar as consequências das mudanças climáticas.

O aumento contínuo das emissões de carbono e a crescente frequência de eventos climáticos extremos reforçam cada vez mais a importância de uma mudança decisiva em direção a um futuro de menor concentração dos gases efeito estufa na atmosfera. As políticas e discussões energéticas globais têm se concentrado na importância da descarbonização do sistema energético e da transição para net zero (estado de emissões liquidas de carbono zeradas para o setor energia) até 2050.

No entanto, há diversas considerações importantes de como se chegar até este futuro no Brasil e no mundo. A invasão da Ucrânia pela Rússia não foi apenas um episódio: ela terá profundas e duradouras implicações globais sob ponto de vista econômico, geopolítico e energético.

Do ponto de vista energético, as interrupções no fornecimento de óleo e gás, fertilizantes e minerais russos, e a resultante escassez global de energia e alimentos produziram inflação de custos em todo o mundo. As autoridades monetárias aumentaram os juros de forma orquestrada para debelar estes efeitos, produzindo desaceleração econômica.

Os acontecimentos geopolíticos do ano passado também deixaram claro que a transição energética também tem que levar em conta a segurança e a acessibilidade dos preços da energia.

Juntas, essas três dimensões do sistema energético – segurança, acessibilidade e sustentabilidade – compõem o que há muito tempo é conhecido como o trilema da energia. Qualquer transição energética bem-sucedida e duradoura precisa abordar todos os três elementos do trilema.

Assim como no Brasil, após a severa crise hídrica em 2021, houve forte aumento de custos de energia em todos os países no ano passado, em decorrência do aumento dos custos de energia fóssil. As consequências econômicas e sociais foram muito graves e ainda repercutem.

Os episódios do ano passado na Europa estão levando os países desenvolvidos a reforçar sua segurança energética, direcionando para produção interna de energia renovável ou adquirindo suprimentos de produtos intensivos em energia de países aliados confiáveis. Tudo leva a crer que provavelmente haverá aceleração do ritmo da transição energética.

Isto nos leva à conclusão de que a transição energética deve ser ordenada, de modo a que a demanda por hidrocarbonetos caia em linha com os fornecimentos disponíveis, evitando futuros períodos de escassez de energia e preços mais elevados. Ou que subsídios elevados arcados pelos consumidores de energia sejam evitados durante a transição.

Nesse contexto, o Brasil pode passar ocupar um lugar de destaque por já possuir abundantes recursos naturais e uma matriz energética (incluindo combustíveis) com mais 43% de origem renovável contra 14 % no restante do mundo, além de ser um parceiro confiável e distante dos conflitos internacionais.

Para lograr este intento, deve ser chamada a atenção das autoridades e do público em geral a enorme escalada de subsídios para fontes renováveis, como os da geração distribuída, e as distorções alocativas de custos lançados nas contas de energia elétrica, que acabam por penalizar os consumidores brasileiros.

Em agosto de 2022, foi muito emblemática a promulgação da LC 194, que reenquadrou o ICMS sobre energia elétrica após décadas de elevação na alíquota básica. Assim, infelizmente, a energia elétrica passou, junto com outros produtos, a ser reonerada no final do ano em diversos estados. Esta volatilidade tributária acaba por

prejudicar a competitividade na atração de investidores que queiram aproveitar as nossas potencialidades energéticas e naturais para alocar produção “verde” no país.

Se por um lado, ainda coexistem subsídios generosos para expansão de fontes renováveis, por outro, são os serviços regulados de distribuição e transmissão que asseguram confiabilidade, universalização e acesso à energia elétrica para todos. É preciso que a abertura progressiva e ordenada do mercado, e que regras de renovação das concessões de distribuição levem em conta o equilíbrio entre todos esses segmentos, para que não se incorra em uma transição cara e sem segurança para investimentos futuros.

E a Energisa está bem situada neste contexto. Transição energética e eletrificação andam juntas, e possuímos uma grande expertise nestes dois assuntos. Estamos prontos para atender as mais diversas necessidades dos nossos clientes por serviços das redes, se soluções energéticas e comercialização de energia elétrica capitalizando em nossa experiencia centenária no setor.

Realizações e Destaques

No segmento de distribuição, nos indicadores de qualidade dos serviços oferecidos pelas distribuidoras do Grupo, monitorados pelos índices DEC e FEC, alcançamos o melhor desempenho da nossa história. Trata-se de um marco relevante não apenas para atender às exigências de qualidade da Resolução 1.000 da ANEEL, que introduziu novos indicadores a serem observados, com abordagem mais crítica e elevado nível de fiscalização e penalização, mas sobretudo, porque a satisfação da nossa base de clientes é um pilar fundamental da nossa estratégia de futuro.

O nosso forte desempenho também refletiu positivamente na premiação da ABRADEE, que baseia no benchmarking entre as empresas do setor, e em pesquisas de satisfação junto aos clientes residenciais de energia elétrica. A Energisa foi o Grupo mais bem avaliado em distribuição de energia do Brasil, foi vencedor em 8 categorias das 15 premiações, tendo a Energisa Minas consagrada a melhor distribuidora do país até 500 mil clientes, e a Energisa Paraíba a melhor distribuidora na categoria acima de 500 mil consumidores.

Os investimentos na distribuição atingiram o valor de R$ 4.702,6 milhões em 2022, montante 52,7% acima de 2021.

No que diz respeito à Transmissão, 2022 foi um ano relevante para a ampliação da nossa atuação neste segmento que iniciamos em 2017. Ao final de 2022 e início de 2023 completamos o empreendimento denominado Energisa Tocantins Transmissora I, cujo investimento foi de R$ 756,2 milhões agregando 734 km de linhas de transmissão e 6 subestações com capacidade instalada de 850 MVA. Adicionalmente, vencemos mais um leilão para a construção de linha de transmissão 230 kV com 12,9 quilômetros para suprir a região metropolitana de Manaus com investimento esperado de R$ 207,1 milhões. Finalmente, concluímos a aquisição da Gemini Transmissora, que nos permitiu mais que duplicar a receita no segmento de transmissão. Esta aquisição, que compõe três concessões de transmissão nos estados do Pará, Amapá, Rio de Janeiro e São Paulo, agregou quase 1.500 km de linhas de transmissão e oito subestações, com capacidade instalada de 6.700 MVA. A Energisa encerrou o ano com 12 concessões de Transmissão em seu portfólio, das quais 8 operacionais (R$ 665,5 milhões de RAP, considerando receita de fibra ótica) e 4 linhas em construção (R$ 116,0 milhões de RAP, totalizando uma Receita Anual Permitida de R$ 781 milhões para o ciclo de 2022/2023).

Em 2022, apesar do ambiente de incertezas e volatilidade, demos passos relevantes para a nossa consolidação como um ecossistema de soluções energéticas diversificando nossa atuação. Nesse sentido, criamos a (re)energisa, marca dedicada aos negócios não regulados de geração distribuída através de fontes renováveis, comercialização de energia no mercado livre e serviços de valor agregado, com forte presença em todo o país. A (re)energisa vem com propósito de ajudar os nossos clientes na transição energética ofertando soluções alinhadas aos 4 Ds – Descarbonização, Digitalização, Descentralização e Diversificação.

Em 2022, fizemos, ainda, a conexão de 32 unidades de geração distribuída (GD) em diversos Estados totalizando 128,4 MWp em 2022, o que contribuiu para que a (re)energisa encerrasse o ano com 188 MWp de capacidade instalada.

Merece destaque também a entrada em operação dos parques solares Rio do Peixe I e II, na Paraíba, com 70 MWp de capacidade instalada para comercialização no mercado livre. Os empreendimentos possuem o certificado global

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

de energia limpa I-REC, e vão evitar a emissão de cerca de 15 mil toneladas de CO2 equivalente por ano na atmosfera.

A Voltz, criada em 2020 como outra frente de atuação do Grupo, expandiu muito o seu propósito inicial de promover a inclusão financeira e digital a clientes Energisa que estavam fora do sistema bancário. Hoje, a fintech evoluiu para uma plataforma de serviços financeiros que oferece desde crédito para pagamento de contas a antecipação de recebíveis, ou até mesmo soluções de crédito em operações estruturadas para crédito a fornecedores do Grupo. Sua atuação tem se mostrado fundamental no combate à inadimplência no Grupo Energisa, oferecendo crédito a clientes com faturas de energia atrasadas. Em 2022, atingimos a marca de 1 milhão de clientes cadastrados. Importante também destacar que a Voltz como emissora de PIX já atinge 7% das contas emitidas pela Energisa contribuindo para redução de custos de arrecadação.

Em relação aos resultados financeiros, o EBITDA cresceu 19,2% e alcançou o patamar de R$ 6.996,2 milhões em 2022. No ano, a Energisa atingiu o lucro líquido de R$ 2.428,0 milhões. A Energisa atravessou 2022 com grande disciplina na gestão PMSO, permitindo que os custos operacionais crescessem abaixo dos índices de inflação. Finalmente, importante destacar a alocação de recursos e tecnologia para manter o índice de perdas elétricas abaixo do referencial regulatório, que atingiu o patamar de 12,38% da energia injetada, queda de 0,85 p.p. em comparação a 2021. Esse resultado é o menor desde a aquisição em 2018 da Energisa Acre e Energisa Rondônia.

Podemos creditar essas conquistas a um trabalho multidisciplinar, que envolve várias áreas do Grupo dedicadas a manter o cliente no centro; além de uma cultura que está em constante evolução e tem como base nossos valores e a manutenção de um ambiente de confiança e alta performance.

Temos orgulho de ser um Grupo brasileiro que atua no setor elétrico há 118 anos. Acompanhamos e impulsionamos muitas transformações no país ao longo da nossa trajetória e temos consciência de que os próximos anos serão de mudanças ainda mais profundas. Nossa estratégia de longo prazo está ancorada no compromisso com o desenvolvimento sustentável, uma prova da nossa confiança no futuro do Brasil e do nosso desejo de seguir contribuindo com essa história.

Ricardo Botelho

Presidente do Grupo Energisa

Cataguases, 16 de março de 2023.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Energisa S/A | Resultados 2022

Cataguases, 16 de março de 2023 – A administração da Energisa S/A ("Energisa" ou "Companhia") apresenta os resultados do quarto trimestre (4T22) e do exercício de 2022. As demonstrações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

➢ A Administração da Companhia revisou a metodologia de cálculo na apuração do fornecimento não faturado pelas controladas distribuidoras de energia elétrica e reclassificou parte dos saldos de aplicação financeira do mercado de curto prazo e recursos vinculados do ativo não circulante para o ativo circulante de 2021, que resultou na reapresentação das demonstrações financeiras de 2021, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro". Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa 3.3.

Sumário

- O **EBITDA** cresceu 9,1% e atingiu R$ 1.553,8 milhões no 4º trimestre e no exercício de 2022, atingiu R$ 6.996,2 milhões, com crescimento de 19,2%. Já o **EBITDA ajustado recorrente** (exclui VNR, EBITDA societário das transmissoras, efeitos não recorrentes, não caixa e inclui EBITDA regulatório das transmissoras) consolidado totalizou R$ 1.440,3 milhões no 4T22, incremento de 8,3% (R$ 110,1 milhões) sobre 4T21. Em 2022, o EBITDA ajustado recorrente foi R$ 5.855,1 milhões, crescimento de 21,6% (R$ 1.039,8 milhões) sobre 2021;

- **Despesas PMSO (Pessoal, Material, Serviço e Outros)** mantiveram-se abaixo da inflação do período, com acréscimo de 3,0% (R$ 27,9 milhões) e atingiram R$ 955,6 milhões no 4º trimestre. Em 2022, este grupo de despesas foi de R$ 2.938,5 milhões, incremento de 2,1% (R$ 60,8 milhões) entre os períodos;

- **O Lucro Líquido** cresceu 16,5% e atingiu R$ 382,9 milhões no 4°trimestre e no exercício de 2022 atingiu R$ 2.428,0 milhões, redução de 13,7% em relação à 2021.**O Lucro Líquido Ajustado Recorrente** (exclui VNR, efeitos não recorrentes e não caixa e lucro líquido societário das transmissoras e inclui lucro líquido regulatório das transmissoras) cresceu 35,0% (R$ 138,8 milhões) e finalizou o trimestre em **R$ 535,1 milhões**. Em 2022 atingiu **R$ 1.722,1 milhões**, aumento de 4,4% (R$ 72,2 milhões);

- **Investimentos consolidados** de R$ 1.693,5 milhões no 4º trimestre, aumento de 46,0% (R$ 533,2 milhões) em relação ao mesmo período ano anterior. No exercício, os investimentos foram de R$ 6.529,7 milhões e representou incremento de 55,4% em relação à 2021.

- **Vendas de energia (mercado cativo + TUSD)** avançam 1,4% no ano de 2022, frente a 2021, atingindo 37.519,8 GWh. Já no 4T22, o mercado total sofreu uma redução de 0,3% em relação ao mesmo período do ano anterior;

- **Dívida líquida consolidada** totalizou R$ 22.181,9 milhões no final de dezembro, contra R$ 21.095,4 milhões ao final do 3º trimestre de 2022. A posição de **caixa e equivalentes** de dezembro era de R$ 5.948,3 milhões e os créditos setoriais somaram R$ 163,7 milhões. A relação dívida líquida por EBITDA ajustado covenants fechou o trimestre em **3,0 vezes**;

- As **perdas totais** de energia elétrica consolidadas representaram 12,38% da energia injetada, queda de 0,51 p.p em comparação ao trimestre anterior, mantendo-se abaixo do patamar regulatório pelo sétimo trimestre consecutivo, em menor patamar desde 2018. Os indicadores de qualidade **DEC e FEC** das distribuidoras mantiveram excelente desempenho perante os patamares regulatórios;

- A **(re)energisa** encerrou o ano de 2022 com 188 MWp de potência instalada e 53 plantas operacionais nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro. Os investimentos neste segmento totalizaram R$ 842,8 milhões em 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Em 22 de dezembro de 2022, o **Operador Nacional do Sistema** ("ONS") emitiu o termo de liberação das funções de transmissão 1 e 2 da **Energisa Tocantins Transmissora de Energia S.A** ("ETT"), sendo a data base da função 1 desde 07 de novembro de 2022 e a data base da função 2 desde 17 de dezembro de 2022, e representou, respectivamente, 37,0% e 37,4% da RAP total do empreendimento. No dia 26 de janeiro de 2023, o ONS emitiu o termo de liberação da terceira e última função de transmissão e representou 25,6% da RAP total. O total de investimentos realizados no empreendimento foi de R$ 756,2 milhões.

- Em 30 de novembro, foi aprovado em assembleia geral a incorporação da Energisa Nova Friburgo (ENF) pela Energisa Minas Gerais (EMG) e alteração da denominação da EMG para Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S.A. (EMR).

Destaques

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
Indicadores Financeiros - R$ milhões						
Receita operacional bruta	9.093,8	10.061,3	- 9,6	36.963,0	37.134,4	- 0,5
Receita operacional líquida sem receita de construção (1)	5.359,2	6.535,4	- 18,0	21.095,8	23.370,0	- 9,7
EBITDA	1.553,8	1.423,7	+ 9,1	6.996,2	5.869,6	+ 19,2
EBITDA ajustado recorrente (2)	1.440,3	1.330,3	+ 8,3	5.855,1	4.815,3	+ 21,6
EBITDA ajustado covenants (3)	1.648,4	1.533,5	+ 7,5	7.405,8	6.324,3	+ 17,1
Lucro líquido	382,9	328,6	+ 16,5	2.428,0	2.814,8	- 13,7
Lucro líquido ajustado recorrente (4)	535,1	396,3	+ 35,0	1.722,1	1.650,0	+ 4,4
Endividamento líquido (5)	22.181,9	15.252,5	+ 45,4	22.181,9	15.252,5	+ 45,4
Investimentos	1.693,5	1.160,3	+46,0	6.529,7	4.200,7	+55,4
Margem EBITDA (%)	23,3	20,0	+ 3,3 p.p.	26,4	22,2	+ 4,2 p.p.
Margem lucro líquido (%)	5,7	4,9	+ 0,8 p.p.	9,2	10,6	- 1,5 p.p.
Indicadores Operacionais Consolidados						
Mercado cativo + TUSD faturado (GWh)	9.593,2	9.625,2	- 0,3	37.519,8	37.000,7	+ 1,4
Número de consumidores	8.409.153	8.216.055	+ 2,4	8.409.153	8.216.055	+ 2,4
Número de colaboradores próprios	16.676	15.649	+ 6,6	16.676	15.649	+ 6,6

1) Receita de construção: receita de construção da infraestrutura + receita de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão + receita das margens da obrigação de performance da construção + remuneração do ativo de contrato (transmissão de energia elétrica); 2) EBITDA descontado do VNR da distribuição, do EBITDA societário da transmissão e dos efeitos não caixa e não recorrentes, e com adição do EBITDA regulatório da transmissão; 3) EBITDA com adição de receitas de acréscimos moratórios; 4) Lucro líquido descontado do VNR da distribuição, do lucro líquido societário da transmissão e dos efeitos não caixa e não recorrentes e com adição do lucro líquido regulatório da transmissão; 5) Inclui créditos setoriais (CDE, CCC, CVA).

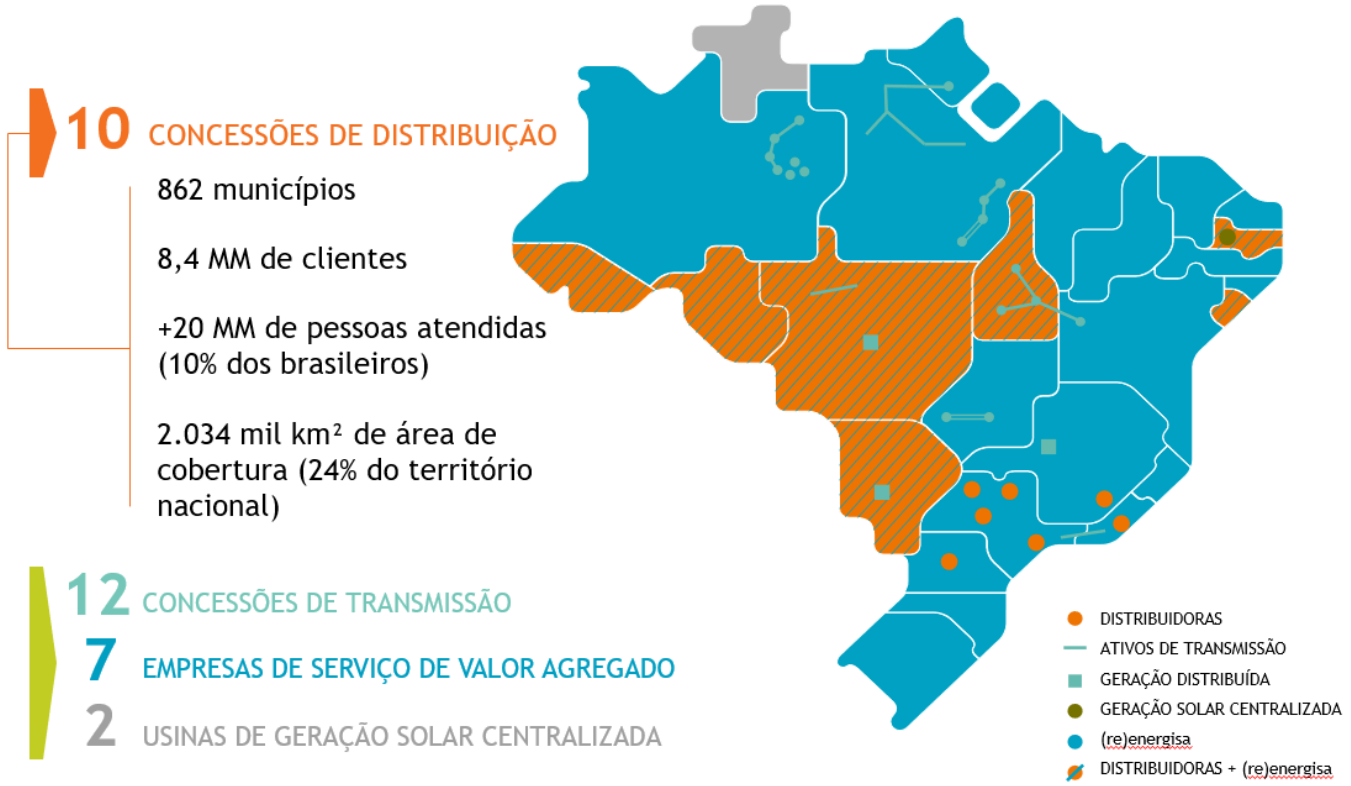
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1. Perfil e estrutura societária

O Grupo Energisa completou 118 anos em 26 de fevereiro de 2023 e atende cerca de 8,4 milhões de consumidores em onze Estados, o que corresponde aproximadamente a 10% da população brasileira.

A Companhia controla 10 distribuidoras localizadas nos Estados de Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo, Paraná, Acre e Rondônia, com uma área de concessão que atinge 2.034 mil Km^2, equivalentes a 24% do território nacional.

As atividades do Grupo Energisa também incluem a (re)energisa, marca do grupo responsável pela gestão e comercialização de energia no mercado livre, prestação de serviços de valor agregado e geração distribuída de fontes renováveis, com capacidade de 188 MWp em dezembro de 2022. O Grupo também atua no segmento de transmissão de energia totalizando 3.116 km de linhas de transmissão e 14.372 MVA de capacidade de transformação entre ativos em operação e construção. Na geração solar centralizada, entraram em operação comercial em 2022 duas usinas fotovoltaicas totalizando 70 MWp, energia totalmente comercializada no mercado livre.

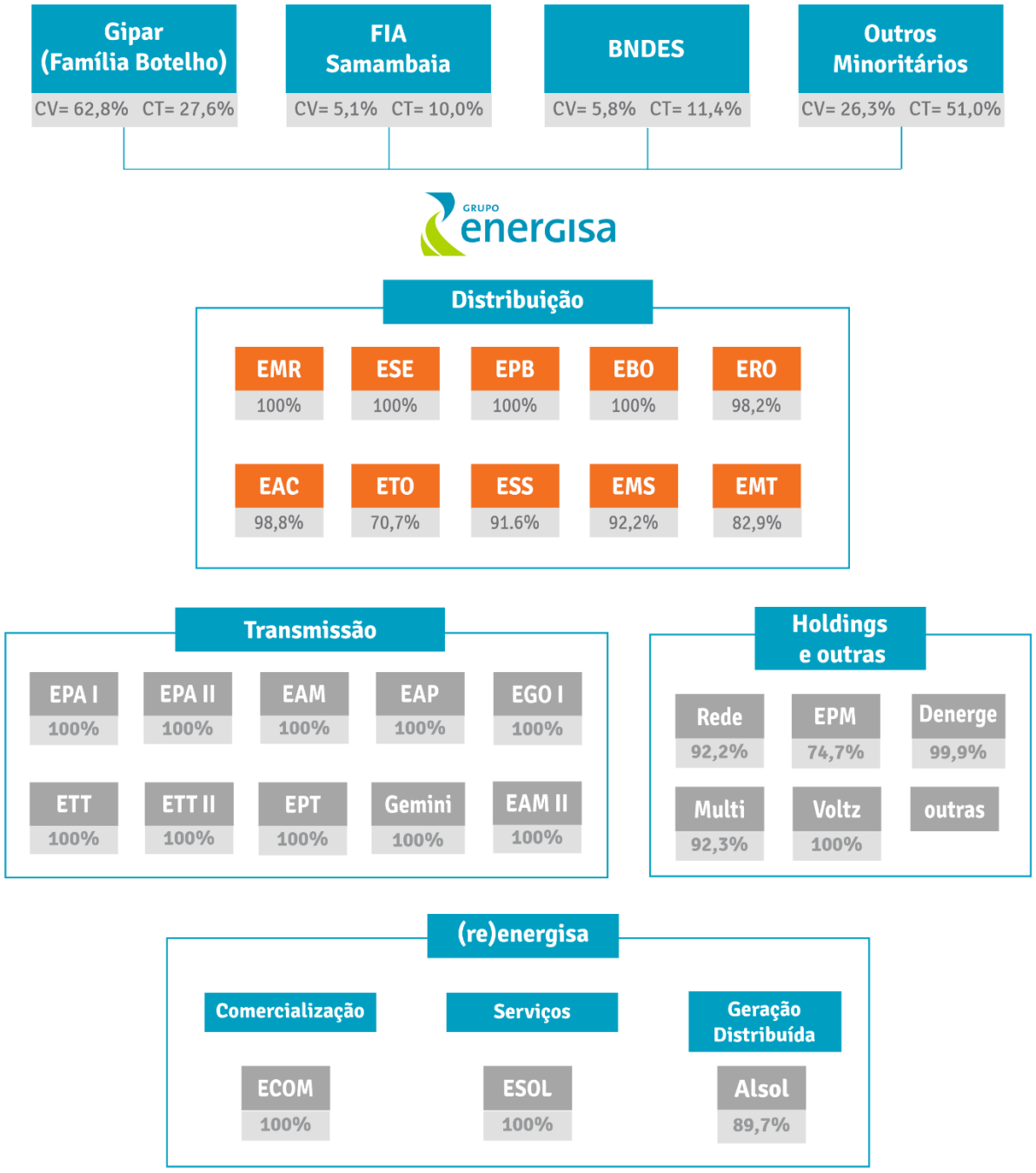


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1.1. Estrutura societária do Grupo Energisa

O controle acionário do Grupo Energisa é exercido pela Gipar S.A., cujo controlador é a família Botelho. A Companhia é listada no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 e as ações de maior liquidez são negociadas sob o código ENGI11 (Units - certificados compostos por uma ação ordinária e quatro ações preferenciais). Além desses títulos, são negociadas ações sob os códigos ENGI3 (ações ordinárias) e ENGI4 (ações preferenciais).

A seguir, a estrutura societária simplificada do Grupo Energisa:



Capital Votante | CT - Capital Total

Notas: as participações demonstradas no quadro são diretas ou indiretas da Energisa S.A.

FIA Samambaia - posição acionária direta e indireta através de veículos de investimentos.
Outros minoritários - posição acionária incluindo ações em tesouraria.
Gemini - detém controle das transmissoras de 100% da LTTE, 85,04% da LMTE e 83,34% da LXTE.

Dados de 28/02/2023

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. Energisa consolidada

2.1. Receita operacional

No 4T22, a receita operacional líquida consolidada, sem a receita de construção, atingiu R$ 5.359,2 milhões, o que representa redução de 18,0% em relação ao registrado no 4T21, influenciado, principalmente, pela menor tributação e a não aplicação das bandeiras tarifárias no segmento de Distribuição. No acumulado do ano, atingiu R$ 21.095,8 milhões, redução de 9,7% em relação ao ano anterior.

A seguir, as receitas operacionais líquidas por linha de negócio antes das eliminações intercompany e combinação de negócios:

Receita líquida por linha de negócio Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
➢ **Distribuição de energia elétrica**	**6.061,2**	**6.635,5**	**- 8,7**	**24.092,0**	**24.619,6**	**- 2,1**
➢ **Transmissão de energia elétrica**	**352,8**	**221,6**	**+ 59,2**	**1.714,7**	**971,1**	**+ 76,6**
➢ **(re) energisa**	**386,7**	**365,1**	**+ 5,9**	**1.374,2**	**1.209,6**	**+ 13,6**
• Geração distribuída	43,6	31,9	+ 36,5	142,3	85,1	+ 67,3
• Comercialização de energia elétrica	222,1	261,3	- 15,0	820,3	894,5	- 8,3
• Serviços de valor agregado	121,0	71,8	+ 68,5	411,6	230,0	+ 78,9
➢ **Holdings e outros**	101,9	77,3	+ 31,7	365,2	289,0	+ 26,4
(=) Total	**6.902,5**	**7.299,5**	**- 5,4**	**27.546,0**	**27.089,2**	**+ 1,7**
Eliminações intercompany e combinação de negócios	(240,8)	(187,2)	+ 28,7	(1.042,9)	(613,7)	+ 69,9
(=) Receita líquida consolidada	**6.661,7**	**7.112,3**	**- 6,3**	**26.503,1**	**26.475,5**	**+ 0,1**
(-) Receita de construção *	1.302,5	576,9	+ 125,8	5.407,3	3.105,5	+ 74,1
(=) Receita líquida consolidada, sem receita de construção da infraestrutura	**5.359,2**	**6.535,4**	**- 18,0**	**21.095,8**	**23.370,0**	**- 9,7**

* Receita de construção: receita de construção da infraestrutura + receita de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão + receita das margens da obrigação de performance da construção + remuneração do ativo de contrato (transmissão de energia elétrica.

A receita operacional consolidada está detalhada no anexo A.1 e a abertura da receita operacional por distribuidora está disponibilizada **neste link**.

Principais destaques:

No segmento de Distribuição, houve uma redução na receita operacional de 8,7% no trimestre, explicada principalmente pela não incidência da bandeira tarifária no trimestre, redução da tributação de ICMS e efeitos não recorrentes na rubrica de fornecimento não faturado líquido, conforme demonstrado no item 3.1 abaixo.

No comparativo entre os trimestres de 2021 e 2022, o mercado total em MWh apresentou crescimento de 0,3%, impactado, principalmente, pelo clima mais ameno e pelo crescimento do mercado de geração distribuída. A evolução do mercado está detalhada no item 3.1.1.

No segmento de Transmissão, o crescimento de receita é explicado principalmente pela aquisição da Gemini, concluída em junho de 2022, adicionando R$ 287,5 milhões de receita no 4T22.

Na (re) energisa, a Energisa Soluções foi responsável por um incremento de R$ 49,2 milhões na comparação com o quarto trimestre de 2021, explicado principalmente pelos novos contratos nas linhas de O&M Solar, O&M de Transmissão, Gestão de Obras de Terceiros, bem como automação de ativos elétricos. A expansão da energia distribuída renovável contribuiu com R$ 9,1 milhões no 4T22.

2.2. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais consolidados, excluindo os custos de construção, totalizaram R$ 4.403,1 milhões no 4T22, redução de 20,7% (R$ 1.152,8 milhões) em relação ao 4T21. No acumulado do ano, esse valor chegou a R$ 16.543,2 milhões, 13,8% (R$ 2.654,6 milhões) abaixo do mesmo período do ano anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais consolidados da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	**3.049,1**	**4.354,0**	**- 30,0**	**11.782,9**	**14.969,9**	**- 21,3**
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	2.527,1	3.929,9	- 35,7	9.852,8	13.234,6	- 25,6
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	522,0	424,2	+ 23,1	1.930,1	1.735,3	+ 11,2
2 Custos e Despesas controláveis	**1.024,3**	**770,2**	**+ 33,0**	**3.386,0**	**2.801,1**	**+ 20,9**
2.1 PMSO	**955,6**	**927,8**	**+ 3,0**	**2.938,5**	**2.877,7**	**+ 2,1**
2.2 Provisões/Reversões	**68,6**	**(157,6)**	**-**	**447,5**	**(76,6)**	**-**
2.2.1 Contingências	21,5	(247,5)	-	**75,9**	**(322,5)**	-
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	47,1	89,9	- 47,6	371,6	245,9	+ 51,1
3 Demais receitas/despesas	**329,6**	**431,6**	**- 23,6**	**1.374,3**	**1.426,7**	**- 3,7**
3.1 Amortização e depreciação	315,3	325,5	- 3,1	1.274,5	1.243,0	+ 2,5
3.2 Outras receitas/despesas	14,3	106,1	- 86,5	99,8	183,7	- 45,6
Total (sem custo de construção da infraestrutura)	**4.403,1**	**5.555,9**	**- 20,7**	**16.543,2**	**19.197,7**	**- 13,8**
Custo de construção da infraestrutura	1.020,2	458,3	+ 122,6	4.238,2	2.651,2	+ 59,9
Total (com custo de construção da infraestrutura)	**5.423,3**	**6.014,2**	**- 9,8**	**20.781,4**	**21.848,9**	**- 4,9**

Abaixo apresentamos o PMSO por linha de negócio:

PMSO por linha de negócio Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
➢ **Distribuição de energia elétrica**(1)	853,0	871,5	- 2,1	2.781,0	2.815,5	- 1,2
➢ **Transmissão de energia elétrica**	53,7	8,9	+ 502,8	120,8	38,9	+ 210,4
➢ **(re) energisa**	**164,4**	**120,7**	**+ 36,2**	**509,7**	**305,6**	**+ 66,8**
• Geração distribuída	**43,1**	25,3	+ 70,3	**113,9**	63,4	+ 79,6
• Comercialização de energia elétrica	**7,7**	5,2	+ 47,9	**19,6**	12,4	+ 57,7
• Serviços de valor agregado	**113,5**	90,1	+ 25,9	**376,2**	229,7	+ 63,7
➢ **Holdings e outros**	**113,2**	100,7	+ 12,4	**336,8**	284,4	+ 18,4
(=) Total	**1.184,3**	**1.101,8**	**+ 7,5**	**3.748,3**	**3.444,4**	**+ 8,8**
Eliminações intercompany	(228,7)	(174,0)	+ 31,4	(809,8)	(566,7)	+ 42,9
(=) Energisa consolidada	**955,6**	**927,8**	**+ 3,0**	**2.938,5**	**2.877,7**	**+ 2,1**

(1) Os custos e despesas operacionais por distribuidora estão detalhados neste link

PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros)

As despesas com PMSO tiveram um aumento de 3,0% (R$ 27,9 milhões) e atingiram R$ 955,6 milhões no trimestre. Na comparação com o 2021, o PMSO evoluiu 2,1% (R$ 60,8 milhões). Em ambos os períodos, essas despesas ficaram abaixo da inflação acumulada.

PMSO Consolidado	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
Pessoal	553,2	511,6	+ 8,1	1.547,5	1.467,3	+ 5,5
Benefício pós-emprego	14,7	26,8	- 45,4	55,7	66,4	- 16,1
Material	75,9	74,9	+ 1,3	312,0	253,2	+ 23,2
Serviços de terceiros	236,0	231,5	+ 2,0	788,3	817,5	- 3,6
Outras	75,9	82,9	- 8,5	235,0	273,3	- 14,0
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	3,7	11,0	- 66,6	24,5	12,1	+ 102,6
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	-	19,8	-	-	121,9	-
✓ Outros	72,2	52,1	+ 38,4	210,6	139,3	+ 51,1
Total PMSO Consolidado	**955,6**	**927,8**	**+ 3,0**	**2.938,5**	**2.877,7**	**+ 2,1**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As principais variações nas despesas de PMSO estão detalhadas a seguir:

- ✓ **Pessoal e Benefício Pós Emprego**

No 4T22, as despesas com pessoal e benefício pós emprego totalizaram R$ 567,9 milhões, aumento de 5,5% em relação ao 4T21, devido principalmente a:

(i) Aumento de R$ 67,5 milhões na rubrica de salários e encargos pelo crescimento no quadro de funcionários;
(ii) Aumento de R$ 21,4 milhões na rubrica de PLR;
(iii) Acréscimo de R$ 19,5 milhões no item de benefícios, despesas médicas e odontológicas e benefício alimentação;
(iv) Adição de R$ 5,6 milhões de despesas adicionais em função da incorporação da Gemini;
(v) Aumento na capitalização dos custos de pessoal de R$ 49,4 milhões, em linha com o incremento de investimentos;
(i) Redução de R$ 35,5 milhões de indenizações trabalhistas que passaram a ser contabilizados em Outras despesas, na provisão para contingências judiciais desde o 1T22.

- ✓ **Material**

No 4T22, as despesas com materiais totalizaram R$ 75,9 milhões, praticamente em linha com o 4T21.

(i) Aumento de R$ 8,4 milhões em materiais técnicos e de segurança;
(ii) Acréscimo de R$ 2,7 milhões em frotas em virtude do aumento do custo com combustíveis e lubrificantes;
(iii) Redução de R$ 9,2 milhões em outros materiais, com destaque na queda de R$ 4,4 milhões com gastos de combustível devido ao descomissionamento da UTE Guaribá, na concessão da EMT.

- ✓ **Serviços**

Para atendimento ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), as rubricas de Publicações e Registros Legais, Veiculação de Informação ao Consumidor, Reprografia, e Telecom foram realocadas da natureza Serviços para a natureza Outros. Este efeito limitou o crescimento desta rubrica, que atingiu o montante de R$ 236,0 milhões no 4T22, 2% acima na comparação com 4T21.

Os principais impactos nesta rubrica no trimestre foram, principalmente:

(i) Aumento de R$ 33,2 milhões na despesa de serviços em função da incorporação da Gemini, compensado parcialmente pelas menores despesas de proteção à receita, atendimento ao cliente e TI/Telecom e pela maior capitalização no trimestre.

- ✓ **Outros**

No 4T22, as despesas com Outros totalizaram R$ 75,9 milhões, redução de 8,5% em relação ao 4T21 devido principalmente a:

(i) Redução de R$ 20,0 milhões de indenizações cíveis e fiscais em função da reclassificação para contingências em Provisões/Reversões;
(ii) Redução de R$ 10,9 milhões na rubrica multas regulatórias e punitivas;
(iii) Acréscimo de R$ 14,9 milhões em TI/Telecom para atendimento da reclassificação do MCSE; e
(iv) Aumento de R$ 9,0 milhões das despesas com Seguros e Tributos.

Provisões/Reversões

Contingências

O 4T22 foi impactado por contingências no consolidado no total de R$ 21,5 milhões de provisões ante uma reversão de R$ 247,5 milhões no mesmo período do ano anterior.

O resultado líquido das movimentações do período pode ser explicado como segue:

(i) reversão de R$ 156,0 milhões na Energisa S.A consolidada no 4T21, efeito do ajuste da combinação de negócios (PPA) da concessão de Rondônia (R$ 172 milhões);
(ii) reversões de causas cíveis e trabalhistas resultantes de acordos judiciais realizados em processos prováveis e que registraram deságio em relação a provisão (R$ 45,8 milhões).

Adicionalmente, para atendimento ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), a partir de janeiro de 2022, todos os pagamentos referentes às contingências trabalhistas passaram a compor o grupo de Provisões, antes considerados na rubrica de Pessoal e Outros.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD")

No 4T22, a PPECLD foi de R$ 47,1 milhões, representando redução de 47,6%, quando comparado aos R$ 89,9 milhões no 4T21. Em 2021, com a aplicação da bandeira de escassez hídrica, o ticket médio das faturas foi maior do que o registrado em 2022, o que explica o desempenho favorável no 4T22. Também tivemos o lançamento de novo Fundo de Investimento em Cotas em Direitos Creditório ("FIDC") pela controlada EMR, com reversão de PPECLD no montante de R$ 19,0 milhões em outubro de 2022.

No item 26 detalhamos a evolução da PPECLD nas empresas de distribuição.

2.3. EBITDA

O EBITDA totalizou R$ 1.553,8 milhões no trimestre, aumento de 9,1% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Em 2022, o crescimento foi de 19,2% em relação a 2021, totalizando R$ 6.996,2 milhões. A Margem EBITDA atingiu 23,3% no trimestre ante 20,0% no mesmo período de 2021. Este desempenho tem sido consistente a cada ano, sustentando ao longo dos últimos 5 anos um crescimento composto 26,1%, considerando o EBITDA sem efeitos não caixa e não recorrentes.

EBITDA por linha de negócio Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
➢ **Distribuição de energia elétrica**	1.319,2	1.208,1	+ 9,2	5.865,1	5.432,3	+ 8,0
➢ **Transmissão de energia elétrica**	195,9	87,5	+ 123,9	978,1	352,8	+ 177,3
➢ **(re) energisa**	23,4	**(44,3)**	-	106,3	**(9,0)**	-
• Geração distribuída	(1,4)	6,6	-	26,4	21,9	+ 20,7
• Comercialização de energia elétrica	18,7	(25,9)	-	43,5	(26,2)	-
• Serviços de valor agregado	6,0	(25,0)	-	36,5	(4,6)	-
➢ **Holdings e outros**	(19,0)	(25,9)	- 26,6	18,2	(0,5)	-
Combinação de negócios	34,3	198,4	- 82,7	28,5	94,0	- 69,7
(=) EBITDA	**1.553,8**	**1.423,7**	**+ 9,1**	**6.996,2**	**5.869,6**	**+ 19,2**
(+) Receitas de acréscimos moratórios	94,7	109,8	- 13,8	409,6	454,8	- 9,9
(=) EBITDA ajustado covenants	**1.648,4**	**1.533,5**	**+ 7,5**	**7.405,8**	**6.324,3**	**+ 17,1**
Margem EBITDA (%)	23,3	20,0	+ 3,3 p.p.	26,4	22,2	+ 4,2 p.p.

O EBITDA do trimestre está influenciado principalmente pelos seguintes efeitos não caixa e não recorrentes:

(i) R$ 149,6 milhões referentes ao efeito do VNR da distribuição (R$ 240,4 milhões em 4T21);
(ii) R$ 207,2 milhões em virtude do EBITDA societário da transmissão (R$ 87,5 milhões em 4T21);
(iii) R$ 151,2 milhões referentes aos efeitos não recorrentes receita não-faturada no 4T22 (R$ 226,1 no 4T21). Estes valores referem-se aos ajustes do 1º, 2º e 3º trimestres de cada exercício. O total de ajuste de reapresentação do exercício de 2021 foi de R$ 322,5 milhões, conforme Nota Explicativa 3.3;
(iv) R$ 0,9 milhão referente ao efeito do FIDC em 2022 (R$ 95,0 milhões em 2021).

Excluindo os efeitos não caixa e não recorrentes mencionados acima e substituindo pelo efeito caixa do EBITDA Regulatório das Transmissoras no valor de R$ 93,1 milhões, o EBITDA Ajustado recorrente no trimestre seria de R$ 1.440,3 milhões, 8,3% acima do registrado no ano anterior.

Abaixo demonstração do EBITDA ajustado recorrente consolidado no trimestre e acumulado:

Descrição Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
(=) EBITDA	**1.553,8**	**1.423,7**	**+ 9,1**	**6.996,2**	**5.869,6**	**+ 19,2**
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR - Distribuição)	149,6	240,4	- 37,8	469,9	686,3	- 31,5
(-) EBITDA societário transmissoras	207,2	87,5	+ 136,8	987,9	352,8	+ 180,1
(+) EBITDA regulatório transmissoras	93,1	8,4	+ 1.014,8	317,7	79,8	+ 298,0
(=) EBITDA ajustado	**1.290,1**	**1.104,1**	**+ 16,8**	**5.856,1**	**4.910,3**	**+ 19,3**
Efeitos não recorrentes	**152,1**	**226,1**	**+ 16,8**	**0,9**	**95,0**	**+ 19,3**
(+) Receita não Faturada (Nota Explicativa 3.3)	151,2	226,1	- 33,2	-	-	-
(-) FIDC	0,9	-	-	0,9	95,0	- 99,0
(=) EBITDA ajustado recorrente	**1.440,3**	**1.330,3**	**+ 8,3**	**5.855,1**	**4.815,3**	**+ 21,6**

Obs.1: Valores positivos reduzem o resultado, enquanto valores negativos aumentam o resultado.
Obs.2: Valores atribuídos a Receita Não Faturada nos trimestres, referem-se aos valores contabilizados no 4T22 e que não sejam atribuídos ao referido trimestre.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.4. Resultado financeiro

No 4T22, o resultado financeiro líquido refletiu despesas financeiras líquidas de R$ 924,4 milhões, um aumento de 25,9% quando comparado aos R$ 734,4 milhões do 4T21.

Resultado financeiro Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
Receitas financeiras	**379,2**	**331,1**	**+ 14,5**	**1.613,4**	**1.430,2**	**+ 12,8**
Receita de aplicações financeiras	175,7	107,7	+ 63,2	685,4	242,5	+ 182,6
Acréscimos moratórios sobre contas em atraso	94,7	109,8	- 13,8	409,6	454,8	- 9,9
Atualização financeira de ativos regulatórios (CVA)	12,4	41,4	- 70,1	132,5	37,6	+ 252,6
Atualização de créditos tributários a recuperar	9,7	4,5	+ 116,6	50,7	14,9	+ 241,5
Atualização monetária dos depósitos judiciais	19,5	12,4	+ 58,1	68,1	48,7	+ 39,8
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do Pis e Cofins (*)	70,6	47,1	+ 50,0	295,0	602,0	- 51,0
(-) Pis/Cofins sobre receita financeira	(25,6)	(25,6)	+ 0,1	(107,5)	(95,9)	+ 12,1
Outras receitas financeiras	22,1	34,0	- 34,8	79,6	125,7	- 36,7
Despesas financeiras	**(1.303,5)**	**(1.065,5)**	**+ 22,3**	**(4.196,4)**	**(2.527,8)**	**+ 66,0**
Encargos de dívidas - Juros	(654,6)	(699,1)	- 6,4	(2.274,2)	(1.415,9)	+ 60,6
Encargos de dívidas - Variação monetária/cambial	33,8	17,7	+ 90,9	(161,5)	(482,0)	- 66,5
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)	(278,1)	155,0	-	(885,5)	510,2	-
Ajuste a valor presente	(21,7)	(36,6)	- 40,8	(44,2)	(78,1)	- 43,5
Marcação a mercado derivativos	**(152,4)**	**(243,4)**	**- 37,4**	**(496,5)**	**(109,0)**	**+ 355,6**
✓ Marcação de Swap	93,2	(117,4)	-	(233,9)	(440,7)	- 46,9
✓ MTM Bônus de Subscrição	-	(303,4)	-	(61,9)	(116,6)	- 46,9
✓ MTM Opção de compra (EPM)	(245,5)	177,4	-	(200,7)	448,3	-
Marcação a mercado da dívida	(77,3)	78,2	-	222,6	354,0	- 37,1
Atualização financeira de passivos regulatórios	(15,0)	(82,7)	- 81,8	(39,2)	(72,6)	- 45,9
Atualização PEE e P&D	(3,4)	(2,1)	+ 62,4	(14,1)	(7,9)	+ 79,8
(-) Transferência para ordens em curso	28,8	15,1	+ 90,0	163,6	39,2	+ 316,8
Incorporação de redes	41,4	4,7	+ 773,7	139,6	(45,4)	-
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do Pis e Cofins (*)	(72,0)	(47,1)	+ 52,8	(295,2)	(602,0)	- 51,0
Outras despesas financeiras	(133,0)	(225,3)	- 41,0	(511,6)	(618,4)	- 17,3
Resultado financeiro	**(924,4)**	**(734,4)**	**+ 25,9**	**(2.583,0)**	**(1.097,5)**	**+ 135,3**

(*) No exercício de 2021, as controladas distribuidoras de energia elétrica reconheceram a totalidade dos créditos referente a exclusão do ICMS da base do PIS e Cofins. Em contrapartida, fizeram o registro de mesmo montante no passivo não circulante. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic desde o período inicial de sua apuração, enquanto em 2022 os valores somente foram reajustados pela variação da Selic de 12 meses. Os montantes das atualizações dos valores dos ativos e passivos praticamente se anulam.

No 4T22, o resultado financeiro pode ser explicado basicamente pelas seguintes movimentações:

(i) Reavaliação da MtM referente a opção de compra de ações da EPM em razão do aumento das taxas de juros, projeção do fluxo de pagamento dos dividendos e o evento subsequente de fevereiro 2023, onde foi aportado mais R$ 1,38 bilhão na EPM, com extensão do prazo de exercício da opção de compra de 2026 para 2032. O efeito no 4T22 foi negativo em R$ 245,5 milhões e R$ 200,7 milhões em 2022;

(ii) Redução nas despesas financeiras do 4T22 quando comparado ao ano anterior em função do exercício do bônus de subscrição atrelado à 7ª emissão de debentures em agosto/2022. No 4T21, esta operação representou uma despesa financeira de R$ 303,4 milhões;

(iii) R$ 68,0 milhões de receita adicional em função dos juros das aplicações financeiras. No 4T21, a taxa Selic fechou em 9,25% a.a. ante 13,75% a.a. no 4T22.

No acumulado de 2022, o resultado financeiro líquido refletiu despesas financeiras líquidas de 135,3% acima do registrado em 2021, totalizando R$ 2.583,0 milhões, explicado principalmente pelo aumento nas despesas referentes ao MTM opção de compra (EPM).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.5. Lucro líquido do período

No trimestre, o lucro líquido consolidado foi de R$ 382,9 milhões, aumento de 16,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os valores por segmento são valores antes da combinação de negócios.

Lucro líquido do período por linha de negócio Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
➢ **Distribuição de energia elétrica**	587,1	570,6	+ 2,9	2.581,4	2.862,6	- 9,8
➢ **Transmissão de energia elétrica**	29,4	27,1	+ 8,3	361,0	181,2	+ 99,2
➢ **(re) energisa**	(2,5)	**(39,2)**	**- 93,6**	15,1	**(31,4)**	**-**
• Geração distribuída	(12,9)	(1,6)	+ 724,8	(13,3)	3,0	-
• Comercialização de energia elétrica	9,8	(18,3)	-	16,3	(21,5)	-
• Serviços de valor agregado	0,6	(19,3)	-	11,8	(13,0)	-
➢ **Holdings e outros**	(203,1)	(249,6)	- 18,7	(349,3)	51,2	-
Combinação de negócios	(28,0)	19,7	-	(180,2)	(248,8)	- 27,6
(=) Lucro líquido do período	**382,9**	**328,6**	**+ 16,5**	**2.428,0**	**2.814,8**	**- 13,7**
Margem lucro líquido (%)	5,7	4,9	+ 0,8 p.p.	9,2	10,6	- 1,5 p.p.

Desconsiderando os efeitos não recorrentes e não caixa detalhados na tabela abaixo, o lucro líquido ajustado recorrente do trimestre seria de R$ 535,1 milhões, R$ 138,8 milhões acima do registrado no mesmo período do ano passado. No acumulado, o lucro líquido ajustado recorrente atingiu R$ 1.722,1 milhões, 4,4% acima do registrado no mesmo período do ano anterior.

Abaixo os efeitos não recorrentes e não caixa no trimestre e acumulado, líquidos de impostos:

Valores em R$ milhões Lucro líquido	Trimestre			Acumulado		
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
(=) Lucro líquido do período	**382,9**	**328,6**	**+ 16,5**	**2.428,0**	**2.814,8**	**- 13,7**
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR - Distribuição)	117,2	188,3	- 37,8	368,2	538,1	- 31,6
(-) Lucro líquido societário - Transmissoras	36,9	27,1	+ 36,0	395,2	181,2	+ 118,1
(+) Lucro/Prejuízo líquido regulatório - Transmissoras	(62,9)	(19,5)	+ 222,3	(204,4)	7,1	-
(=) Lucro líquido do período ajustado	**165,9**	**93,7**	**+ 77,1**	**1.460,2**	**2.102,6**	**- 30,6**
Efeitos não recorrentes						
(-) MtM opção de compra (EPM)	(245,5)	177,4	-	(200,7)	448,3	-
(-) MtM bônus subscrição da 7 emissão	-	(303,4)	-	(61,9)	(116,6)	- 46,9
(+) Receita não Faturada (Nota Explicativa 3.3) (*)	124,3	176,6	- 29,6	-	-	-
(-) FIDC	0,6	-	-	0,6	120,9	- 99,5
(=) Lucro líquido do período ajustado recorrente	**535,1**	**396,3**	**+ 35,0**	**1.722,1**	**1.650,0**	**+ 4,4**

(*) Estes valores referem-se aos ajustes do 1º, 2º e 3º trimestres de cada exercício. O total de ajuste de reapresentação do exercício de 2021 foi de R$ 254,0 milhões, conforme Nota Explicativa 3.3.

A abertura do lucro líquido por empresa consta no anexo A.3.

3. Estrutura de capital

3.1.1. Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R$ 6.112,0 milhões em 31 de dezembro, frente aos R$ 6.326,2 milhões registrados em 30 de setembro de 2022. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), no montante positivo de R$ 163,7 milhões em 31 de dezembro, contra R$ 335,0 milhões em 30 de setembro de 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 31 de dezembro, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R$ 22.181,9 milhões, contra R$ 21.095,4 milhões em setembro e R$ 20.840,7 milhões em junho de 2022. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA ajustado (covenants) passou de 2,8x em setembro para 3,0x em dezembro de 2022. Os limites dos *covenants* para o ano de 2022 estão em 4,25 vezes.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais):

Descrição Valores em R$ milhões	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	30/09/2022	30/06/2022	31/12/2022	30/09/2022	30/06/2022
Circulante	**893,5**	**1.105,7**	**2.282,0**	**7.682,2**	**7.708,3**	**7.648,1**
Empréstimos e financiamentos	317,2	190,2	188,5	3.534,0	3.592,0	2.856,1
Debêntures	321,6	695,0	942,7	3.104,4	3.280,0	2.914,4
Encargos de dívidas	226,8	191,5	132,5	511,3	407,9	305,9
Parcelamento de impostos e benefícios pós-emprego	1,6	1,2	1,2	60,9	72,5	78,3
Instrumentos financeiros derivativos líquidos:	26,4	27,7	1.017,1	471,7	356,0	1.493,5
✓ (-) Ativo: instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(195,4)	(269,4)	(225,7)
✓ (+) Passivo: instrumentos financeiros derivativos	26,4	27,7	1.017,1	667,1	625,5	1.719,1
Não circulante	**5.745,6**	**4.894,0**	**5.143,6**	**20.611,6**	**19.713,3**	**20.185,6**
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	1.297,4	1.462,7	1.457,6	10.162,1	9.663,9	9.664,6
Debêntures	4.706,8	3.931,8	4.141,3	11.412,2	11.085,5	11.788,6
Parcelamento de impostos e benefícios pós-emprego	9,7	9,7	9,5	269,4	330,1	320,3
Instrumentos financeiros derivativos líquidos:	(268,3)	(510,2)	(464,7)	(1.232,1)	(1.366,2)	(1.587,9)
✓ (-) Ativo: instrumentos financeiros derivativos	(270,0)	(511,8)	(466,2)	(1.252,0)	(1.395,6)	(1.606,2)
✓ (+) Passivo: instrumentos financeiros derivativos	1,7	1,6	1,5	19,9	29,4	18,3
Total das dívidas	**6.639,1**	**5.999,8**	**7.425,7**	**28.293,9**	**27.421,6**	**27.833,7**
(-) Disponibilidades financeiras:	4.279,8	4.349,7	4.258,1	5.948,3	5.991,2	6.114,7
✓ Caixa e equivalentes de caixa	42,3	19,1	27,4	916,2	438,3	825,0
✓ Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	4.237,5	4.330,6	4.230,8	5.032,1	5.552,9	5.289,7
Total das dívidas líquidas	**2.359,3**	**1.650,1**	**3.167,6**	**22.345,6**	**21.430,5**	**21.718,9**
(-) Créditos CDE	-	-	-	259,2	256,9	238,1
(-) Créditos CCC	-	-	-	188,1	139,9	138,2
(-) Créditos CVA [1]	-	-	-	(283,6)	(61,8)	502,0
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	**2.359,3**	**1.650,1**	**3.167,6**	**22.181,9**	**21.095,4**	**20.840,7**
Indicador Relativo						
EBITDA ajustado Covenants 12 meses	-	-	-	7.405,8	7.565,8	7.358,3
Dívida líquida / EBITDA ajustado Covenants 12 meses [2]	-	-	-	3,0	2,8	2,8

(1) Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais. | (2) EBITDA Ajustado Covenants = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O total de dívida líquida, deduzidas de créditos setoriais, aumentou em R$ 1.086,5 milhões em comparação a setembro de 2022.

4. Investimentos

No 4T22, a Energisa e suas controladas realizaram investimentos no montante de R$ 1.693,5 milhões, 46,0% maior que o valor investido no mesmo período do ano anterior. Os maiores incrementos são advindos das empresas que passarão por revisão tarifaria em 2023 (EMS, EMT, ESE, EAC e ERO) e Alsol. No exercício, o investimento total foi de R$ 6.529,7 milhões, 55,4% superior ao mesmo período do ano passado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os investimentos realizados por linha de negócio foram:

Investimentos Valores em R$ milhões	Investimento Total					
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
Distribuição de energia elétrica	**1.157,0**	**919,5**	+ 25,8	**4.702,6**	**3.079,3**	+ 52,7
Transmissão de energia elétrica	**111,6**	**125,3**	- 10,9	**592,0**	**823,0**	- 28,1
(re) energisa						
• **Geração Distribuída**	386,8	54,1	+ 614,6	842,8	190,7	+ 342,0
• **Comercialização de energia elétrica**	0,1	0,1	- 21,9	0,3	0,2	+ 40,6
• **Serviços**	5,0	10,9	- 53,8	26,9	29,8	- 9,7
Holdings e outras	**32,9**	**50,4**	- 34,7	**365,0**	**77,6**	+ 370,2
(=) Total	**1.693,5**	**1.160,3**	**+ 46,0**	**6.529,7**	**4.200,7**	**+ 55,4**

5. Mercado de capitais

Negociadas na B3, as ações de maior liquidez da Energisa, ENGI11-Units, (compostas de 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais) apresentaram rentabilidade de 7,6% no 4T22 e encerraram o exercício cotadas a R$ 41,11 por Unit. No mesmo período, o principal índice da bolsa, o Ibovespa, apresentou retorno de 4,7%, enquanto o IEE teve crescimento de 3,1%. A seguir, os indicadores de mercado das ações da Energisa no final do trimestre.

A seguir, os indicadores de mercado das ações da Energisa no final do exercício:

	dez/22	dez/21	Variação %
Indicadores de mercado			
Enterprise value (EV - R$ milhões) (1)	39.964,10	37.859,09	5,6%
Valor de mercado no final do exercício (R$ milhões)	18.029,60	16.763,69	7,6%
Volume médio diário negociado UDM - Units (R$ milhões)	90,98	80,58	12,9%
Cotação das ações			
ENGI11 (Unit) no fechamento no final do exercício (R$/Unit)	44,21	41,11	7,6%
ENGI3 (ON) no fechamento no final do exercício (R$/ação)	14,05	13,00	8,1%
ENGI4 (PN) no fechamento no final do exercício (R$/ação)	7,45	7,02	6,1%
Indicadores relativos			
Dividendos pagos por unit - UDM	1,16	2,53	-54,2%
Lucro líquido por Unit - UDM	5,95	6,90	-13,7%
Retorno total ao acionista detentor de Units (TSR) - UDM %	10,37%	-6,44%	-2,02 p.p.
Valor de mercado / patrimônio líquido (vezes)	1,53	1,99	-22,8%

(1) EV = Valor de mercado (R$/ação x quantidade de ações) + dívida líquida consolidada.
(2) O Lucro Líquido utilizado na construção do indicador Lucro Líquido por Unit é o Lucro líquido societário.

6. Distribuição

6.1. Receita operacional

Em 2022, a receita líquida combinada, ou seja, antes do efeito das eliminações entre as empresas, e excluindo a receita de construção de infraestrutura, atingiu R$ 20.324,1 milhões, 9,9% abaixo do registrado em 2021. No 4T22, a receita atingiu R$ 5.140,5 milhões, o que representa redução de 18,4% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Os fatores que mais contribuíram para a redução da receita líquida no trimestre, foram:

(i) Na rubrica Receita de energia, além da redução de mercado cativo no comparativo entre os trimestres, a tarifa praticada no 4T21 constava com adicional da bandeira tarifária de escassez hídrica, enquanto no 4º

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

trimestre de 2022 não havia adicional de bandeira;

(ii) Na rubrica de Suprimento de Energia, composta pela liquidação de energia no mercado de curto prazo, onde as sobras de energia são valoradas ao PLD, a variação de 60,6% é reflexo da queda do PLD que esteve perto do piso para o 4T22, em média R$ 55,70/MWh, ante a média de R$ 134,63/MWh para o 4T21;

(iii) A conta de Fornecimento não faturado líquido está impactada, por efeitos não recorrentes líquidos, de R$ 151,2 milhões no 4T22 e R$ 226,1 milhões no 4T21. Estes valores referem-se aos ajustes do 1º, 2º e 3º trimestres de cada exercício. O total de ajuste de reapresentação do exercício de 2021 foi de R$ 322,5 milhões conforme Nota Explicativa 3.3.

(iv) A conta de ativo financeiro indenizável da concessão, VNR, sofreu redução pelo fato de, em 2021, estarmos com índices inflacionários crescentes, diferente observado nos últimos meses de 2022.

A seguir, as receitas operacionais líquidas por classe de consumo das distribuidoras:

Receita líquida por classe de consumo Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	**5.994,5**	**7.120,3**	**- 15,8**	**24.600,0**	**24.507,4**	**+ 0,4**
✓ Residencial	3.055,9	3.568,9	- 14,4	12.383,3	12.336,4	+ 0,4
✓ Industrial	377,9	457,2	- 17,3	1.596,6	1.624,6	- 1,7
✓ Comercial	1.178,2	1.475,6	- 20,2	5.001,1	5.022,4	- 0,4
✓ Rural	645,0	755,1	- 14,6	2.643,7	2.650,2	- 0,2
✓ Outras classes	737,5	863,7	- 14,6	2.975,3	2.873,7	+ 3,5
(+) Suprimento de energia elétrica	100,2	254,4	- 60,6	390,8	1.313,7	- 70,3
(+) Fornecimento não faturado líquido	(73,4)	(179,8)	- 59,2	51,5	320,1	- 83,9
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	612,3	538,0	+ 13,8	2.329,0	1.984,5	+ 17,4
(+) Receita de construção de infraestrutura	920,7	333,1	+ 176,4	3.767,9	2.069,2	+ 82,1
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	252,8	800,0	- 68,4	883,9	2.559,7	- 65,5
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	395,9	350,2	+ 13,0	1.520,6	1.396,5	+ 8,9
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão	149,5	240,4	- 37,8	469,8	686,3	- 31,5
(+) Outras receitas	45,1	50,7	- 10,9	202,8	199,9	+ 1,4
(=) Receita bruta	**8.397,6**	**9.507,3**	**- 11,7**	**34.216,3**	**35.037,3**	**- 2,3**
(-) Impostos sobre vendas	1.608,6	2.356,1	- 31,7	7.189,2	8.488,6	- 15,3
(-) Deduções bandeiras tarifárias	-	12,4	-	-	(17,0)	-
(-) Encargos setoriais	727,9	503,2	+ 44,6	2.935,1	1.946,1	+ 50,8
(=) Receita líquida combinada	**6.061,2**	**6.635,5**	**- 8,7**	**24.092,0**	**24.619,6**	**- 2,1**
(-) Receita de construção de infraestrutura	920,7	333,1	+ 176,4	3.767,9	2.069,2	+ 82,1
(=) Receita líquida combinada, sem receita de construção de infraestrutura	**5.140,5**	**6.302,4**	**- 18,4**	**20.324,1**	**22.550,4**	**- 9,9**

6.2. Mercado de energia

No quarto trimestre de 2022 (4T22), o consumo total de energia elétrica (mercado cativo + livre) nas áreas de concessão das 10 distribuidoras do Grupo Energisa, atingiu 9.593,2 GWh, o que representa redução de 0,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Vale registrar que ante ao período pré-pandemia (4T19), o consumo agregado avançou 2,1%.

Os segmentos de maior destaque no trimestre foram o Residencial (+1,5% ou 56,9 GWh) e na rubrica Outros (+3,4% ou 40,9 GWh). Na classe Residencial, 7 das 10 distribuidoras avançaram, com destaque sobretudo pelo recadastramento dos clientes rurais da Resolução 901 e energia recuperada combate a perdas. O resultado na classe Outros foi influenciado principalmente pelo segmento do poder público, em linha com a retomada das aulas na rede pública e atividades do funcionalismo público. A classe Industrial apresentou leve aumento de 0,5 GWh, puxadas pelo setor de alimentos que teve o resultado equilibrado por conta dos impactos negativos nos setores de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

óleo e gás, minerais não-metálicos e calçados.

Houve diminuição do consumo apenas nas classes Rural, (-9,1% ou 88,6 GWh), direcionada pela combinação da maior utilização de geração distribuída, menor necessidade de irrigação este ano e recadastramento da Resolução 901 e na classe Comercial (-2,3% ou 41,8 GWh), impactada principalmente pelo aumento na utilização de geração distribuída e pelo clima mais ameno em algumas regiões.

Em relação a geração distribuída, a potência instalada nas áreas de concessão do Grupo somou 2.827 MW, o equivalente a 10% carga. No 4T22 foram inseridos 363 MW de potência instalada.

Desempenho das vendas no exercício de 2022

Em 2022, o consumo de energia elétrica no mercado cativo e livre (37.519,8 GWh) do Grupo Energisa apresentou um aumento de 1,4% no ano de 2022, em relação ao mesmo período do ano anterior. O mercado do Grupo cresceu em 7 dos 12 meses do ano. Vale destacar as concessões da região Norte, que foram beneficiadas pelo clima mais quente e por ampliação de cargas contratadas, e base baixa de comparação em 2021. A classe Comercial (+3,2%) e consumo de energia do Poder Público (+16,5%) puxaram 50% do incremento no resultado acumulado.

Quanto ao desempenho geral do consumo das distribuidoras em 2022, 7 entre as 11 apresentaram alta, foram elas: EMT (+2,5%), ERO (+6,4%), ETO (+5,3%), EAC (+4,5%), EMR (+0,5%), EBO (+0,4%) e EPB (0,1%). A ERO e a ETO tiveram as maiores taxas do Grupo, com avanço na maioria das classes, em especial no Residencial, Industrial e Comercial. As concessões da ESE (-1,8%), EMS (-0,8%) e ESS (-0,8) fecharam o ano com resultado mais tímido impactadas principalmente pelas classes Rural, Residencial, Industrial.

Na classe Industrial, destaque, para as seguintes concessões: a EMT com produtos alimentícios, minerais metálicos e não metálicos, a ERO maior taxa de crescimento em 10 anos, diante da base baixa em 21 (-4,8%) e puxada pelos setores alimentício, minerais não metálicos e metalurgia, a ETO influenciada por minerais não-metálicos, setor de fertilizantes e alimentos, a EMG, com alimentos, minerais metálicos e têxtil e a EAC alimentos e minerais não metálicos.

A classe Comercial foi direcionada pela retomada de atividades e maior consumo em armazéns e distribuidores de alimentos sobretudo na ETO, ERO, EAC e EMT.

No Poder Público, alta nas 11 concessões puxadas pela retomada das atividades, com destaque setor de educação e secretarias públicas.

Na classe Residencial, 8 distribuidoras apresentaram crescimento, exceto EMR, ESS e EMS impactadas pelo clima mais ameno e chuvoso e aumento na geração distribuída. Destaque para ERO, EMT e ETO influenciadas principalmente pela base baixa e clima quente.

Por outro lado, a classe Rural apresentou redução de 8,2% ou 314,0 GWh, com mais de 60% da queda direcionada pelas regiões Centro-Oeste e Nordeste, impactadas pelo menor uso de irrigação, devido ao clima mais chuvoso e maior uso de geração distribuída, no Sul e Sudeste o consumo foi afetado pelo recadastramento da Resolução 901 e pela variação na produção de cítricos e café.

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
Residencial	**3.778,1**	**3.721,2**	**+ 1,5**	**14.463,0**	**14.244,9**	**+ 1,5**
Industrial	**1.940,5**	**1.940,0**	**+ 0,0**	**7.852,3**	**7.627,7**	**+ 2,9**
Cativo Industrial	461,5	492,1	- 6,2	1.911,0	1.986,2	- 3,8
Livre Industrial	1.479,0	1.447,9	+ 2,1	5.941,3	5.641,5	+ 5,3
Comercial	**1.742,4**	**1.784,2**	**- 2,3**	**6.943,4**	**6.729,2**	**+ 3,2**
Cativo Comercial	1.370,0	1.454,6	- 5,8	5.506,3	5.543,7	- 0,7
Livre Comercial	372,4	329,6	+ 13,0	1.437,1	1.185,5	+ 21,2
Rural	**884,0**	**972,6**	**- 9,1**	**3.494,5**	**3.808,6**	**- 8,2**
Cativo Rural	848,3	924,7	- 8,3	3.352,5	3.668,4	- 8,6
Livre Rural	35,8	47,9	- 25,3	142,0	140,2	+ 1,3
Outros	**1.248,1**	**1.207,1**	**+ 3,4**	**4.766,6**	**4.590,4**	**+ 3,8**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

	Cativo Outros	1.150,4	1.123,0	+ 2,4	4.406,3	4.334,8	+ 1,7
	Livre Outros	97,6	84,2	+ 16,0	360,3	255,6	+ 40,9
1	**Vendas de energia no mercado cativo**	**7.608,4**	**7.715,6**	**- 1,4**	**29.639,1**	**29.777,9**	**- 0,5**
2	Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	1.984,8	1.909,6	+ 3,9	7.880,6	7.222,8	+ 9,1
3	**Mercado cativo + TUSD (1+2)**	**9.593,2**	**9.625,2**	**- 0,3**	**37.519,8**	**37.000,7**	**+ 1,4**
4	Fornecimento não faturado	100,1	43,1	+ 132,5	26,2	8,2	+ 219,6
5	**Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)**	**9.693,4**	**9.668,3**	**+ 0,3**	**37.545,9**	**37.008,9**	**+ 1,5**

6.3. Perdas de energia elétrica (“perdas”)

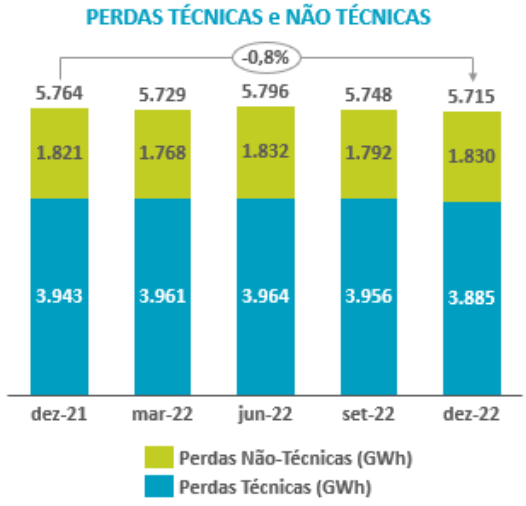
As perdas totais de energia elétrica consolidadas do 4T22 foram de 12,38%, 0,85 p.p menor que o patamar regulatório, se mantendo abaixo do referencial pelo sétimo trimestre consecutivo. O resultado do trimestre foi 0,51 p.p menor que as perdas totais registradas no 4T21 e 0,14 p.p menor que o 3T22. Importante destacar que nos dois últimos anos (após período mais intenso de restrições devido à pandemia no 4T20) a redução de perdas totais foi de 297 GWh.

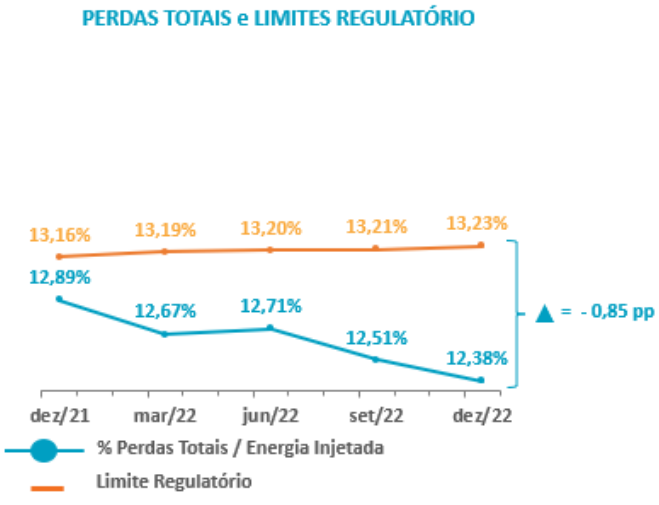
Entre as dez distribuidoras do Grupo Energisa, nove apresentaram redução de perdas em relação ao mesmo período do ano passado e o consolidado do grupo alcançou o menor patamar histórico de perdas totais (considerando o período pós aquisição das empresas EAC e ERO).

Na comparação com o mesmo período do ano anterior, apenas a ESE apresentou um leve crescimento (+0,11 p.p) que é atribuído majoritariamente à redução do consumo de clientes atendidos na alta tensão, o que reduz a energia requerida, por sua vez, impactando o indicador.

Nove distribuidoras do Grupo fecharam o ano abaixo do limite regulatório, das quais cinco com diferença superior a 1 ponto percentual, foram elas: EMR, EMS, ETO, ESS e EAC, com destaque para a EAC, cujo índice ficou 4,87 pontos percentuais abaixo do referencial regulatório. A EMT praticamente se encontra dentro do limite regulatório com diferença de apenas 0,04%.O resultado tem como destaque a boa performance das empresas adquiridas em 2018 e atesta o sucesso na estratégia das ações de combate as perdas aplicadas em todas as distribuidoras do grupo.

No consolidado de todas as Distribuidoras, a distância para o limite regulatório é de 0,85 p.p, melhor desempenho histórico, com destaque para o desempenho da ERO que no 4T22 apresentou sua perda dentro do limite regulatório com melhoria de 1,85 ponto percentual em relação ao final de 2021. Em comparação ao exercício anterior ao ano da privatização da ERO e EAC (dez/2017), a melhoria nas perdas totais da ERO nestes últimos cinco anos foram de 5,68 pontos percentuais e na EAC de 7,11 pontos percentuais. O gráfico a seguir demonstra o comportamento das perdas consolidadas nos últimos trimestres.





Perdas de Energia (% últimos 12 meses)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Distribuidoras % Energia injetada (12 meses)	Perdas técnicas (%)			Perdas não-técnicas (%)			Perdas totais (%)			ANEEL
	dez/21	set/22	dez/22	dez/21	set/22	dez/22	dez/21	set/22	dez/22	
EMR	8,86	8,77	8,71	-0,49	-0,93	-0,84	8,37	7,84	7,87	9,97
ESE	7,57	7,71	7,76	2,59	2,80	2,50	10,16	10,51	10,26	10,66
EBO	5,61	5,55	5,53	0,50	0,28	0,32	6,11	5,84	5,86	6,11
EPB	8,39	8,31	8,26	4,39	3,94	4,01	12,78	12,25	12,26	13,13
EMT	8,94	8,99	8,90	4,68	4,79	4,59	13,62	13,78	13,49	13,45
EMS	9,94	9,50	8,67	2,38	1,88	2,77	12,32	11,38	11,44	12,84
ETO	10,51	10,58	10,52	1,62	1,25	1,13	12,13	11,82	11,65	13,69
ESS	5,97	5,66	5,61	0,07	-0,29	0,03	6,05	5,37	5,64	6,82
ERO	10,51	9,26	8,88	13,80	13,94	13,58	24,31	23,20	22,46	22,46
EAC	9,96	9,92	9,97	6,52	5,38	4,98	16,47	15,31	14,95	19,82
Energisa Consolidada	**8,82**	**8,61**	**8,41**	**4,07**	**3,90**	**3,96**	**12,89**	**12,51**	**12,38**	**13,23**
Energisa Consolidada - GWh	**3.942,7**	**3.955,5**	**3.885,2**	**1.821,3**	**1.792,3**	**1.830,0**	**5.764**	**5.748**	**5.714,96**	**3.942,7**

Notas: Para cálculo dos percentuais apresentados acima, foram considerados os valores de energia não faturada. O Mercado Livre A1 foi considerado no cálculo da Perda Total Realizada e Regulatória.

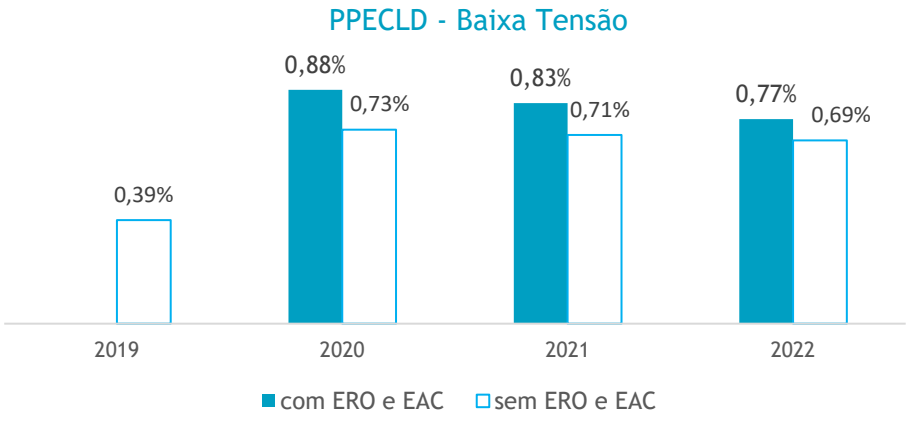
6.4. Gestão da inadimplência

6.4.1. Taxa de inadimplência

No 4T22, a taxa de inadimplência consolidada da Energisa, dos últimos 12 meses, foi de 1,37%, representando aumento de 0,46 ponto percentual em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Descontando o efeito não recorrente da emissão de FIDC - reversão de R$ 99,4 milhões em 2021 e de R$ 21,5 milhões no 4T22 - a taxa de inadimplência do 4T22 seria de 1,44% contra 1,28% no 4T21 e a diferença cairia para 0,16 p.p. A variação foi impactada pelo aumento do ticket médio das faturas em decorrência da aplicação das bandeiras de escassez hídricas e o impedimento da suspensão do fornecimento de energia elétrica na EMT, em decorrência da Lei Estadual de 2021, durante o período de Abr/21 a Jul/21. Além disso, houve também o crescimento da base faturada decorrente do aumento de consumo e das ações de recuperação de perdas na ERO.

O desempenho nas classes de baixa tensão (classes residencial, comercial, industrial e rural) contribui para a redução da taxa de inadimplência nessas classes, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



*Em 2019 as recém adquiridas distribuidoras EAC e ERO tinham um critério de provisão e sistema diferentes, portanto não comparáveis, nos anos subsequentes foram inseridas e adequadas às métricas do grupo.

Na análise do resultado por empresa, destaque para EMR com resultado influenciado pelo FIDC realizado no 4T22. Na ERO, os causadores do incremento percentual de PPECLD são o aumento da base faturada - decorrentes do aumento de consumo e das ações de recuperação de perdas - e a inadimplência da empresa estadual de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

saneamento. Na EMT, além do efeito não recorrente do FIDC em 2021, há impacto devido ao período de vedação à suspensão do fornecimento de energia, mencionado acima.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Indicador de PPECLD (% últimos 12 meses)

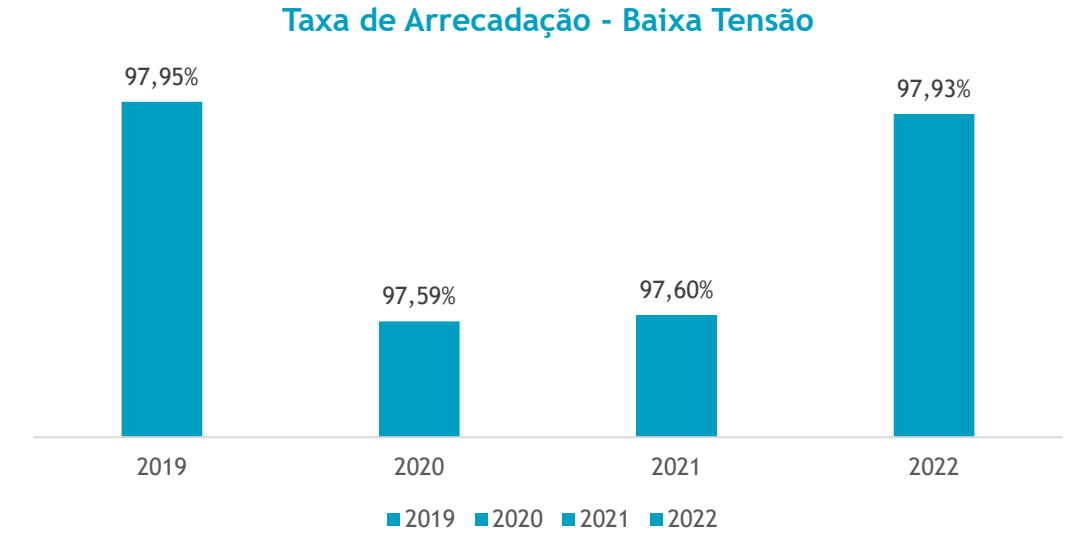
PPECLD (% do fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)		
	4T22	4T21	Variação em p.p.
EMR	-1,16	0,28	-
ESE	0,82	0,70	+ 0,12
EBO	0,13	0,30	- 0,17
EPB	1,22	0,97	+ 0,25
EMT	1,93	0,99	0,95
EMS	1,50	1,17	+ 0,33
ETO	0,44	0,33	+ 0,11
ESS	0,21	(0,01)	-
ERO	3,69	1,99	+ 1,70
EAC	1,70	1,95	- 0,25
Energisa Consolidada	**1,37**	**0,91**	**+ 0,46**
Energisa Consolidada (sem FIDC)	**1,44**	**1,28**	**+ 0,16**

7.1.1 Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação em 12 meses consolidada do Grupo Energisa, no 4T22, alcançou 96,92%, registrando 0,41 p.p. melhor que o 4T21 (96,52%).

Apesar da piora no cenário econômico no Brasil com aumento do endividamento das famílias - segundo dados da Serasa Experian, aproximadamente 68 milhões de pessoas estão inadimplentes no país, o que representa 42,0% da população adulta - o desempenho do Grupo evidencia que as ações implementadas pela Energisa nos últimos anos, destacadas no item anterior, surtiram efeito e contribuíram para a melhoria de 0,41 p.p. na arrecadação em um cenário econômico mais desafiador.

A melhora na arrecadação pode ser observada no segmento massificados de clientes das classes Baixa Tensão (classe residencial, comercial, industrial e rural), em que o desempenho do grupo retornou aos mesmos patamares ao período pré-pandemia, conforme gráfico abaixo.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A melhora é observada em todos os segmentos, com destaque para as empresas ERO e EAC, que continuam se aproximando do desempenho das demais empresas do grupo.

Taxa de arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	dez/22	dez/21	Variação em p. p.
EMR	98,60	98,30	+ 0,31
ESE	98,05	98,25	- 0,20
EBO	98,88	98,71	+ 0,18
EPB	97,76	97,00	+ 0,79
EMT	95,74	95,56	+ 0,18
EMS	97,47	96,99	+ 0,49
ETO	97,70	97,65	+ 0,05
ESS	99,08	98,86	+ 0,22
ERO	93,91	92,58	+ 1,44
EAC	95,02	93,50	+ 1,63
Energisa Consolidada	**96,92**	**96,52**	**0,41**

7.1.2 Indicadores de qualidade dos serviços nos serviços de distribuição - DEC e FEC

De forma geral, no 4T22, as distribuidoras do Grupo mantiveram excelente desempenho nos últimos trimestres, apresentando indicadores abaixo dos limites regulatórios para o DEC e o FEC em todas as concessões.

A tabela a seguir apresenta os resultados do período:

Distribuidoras Indicadores de qualidade dos serviços	DEC (horas)			FEC (vezes)				
	dez/22	dez/21	Var. (%)	dez/22	dez/21	Var. (%)	Limite DEC	Limite FEC
EMR	7,75	7,76	- 0,1	4,00	4,31	- 7,2	10,53	4,32
ESE	9,68	10,55	- 8,3	4,82	4,80	+ 0,5	11,44	7,60
EBO	3,41	3,14	+ 8,7	2,16	1,84	+ 17,3	12,64	8,37
EPB	11,70	10,84	+ 7,9	4,04	4,03	+ 0,2	14,85	8,57
EMT	16,72	20,00	- 16,4	7,31	8,16	- 10,4	19,50	14,90
EMS	9,77	10,22	- 4,4	4,26	4,22	+ 0,9	11,13	7,52
ETO	16,50	15,94	+ 3,5	5,93	6,15	- 3,6	20,98	13,77
ESS	5,66	5,05	+ 12,1	3,41	3,25	+ 4,9	7,17	6,52
ERO	21,22	25,34	- 16,3	8,23	10,74	- 23,4	27,08	18,63
EAC	25,52	27,66	- 7,7	10,00	11,55	- 13,4	44,29	35,42

Nota: Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador.

Principais destaques para:

- EMT alcançou o melhor resultado da série histórica tanto para o DEC quanto para o FEC. Em dezembro de 2022, o DEC foi de 16,72 horas alcançando uma redução de 3,28 horas em relação a dezembro de 2021, já o FEC foi de 7,31 vezes, redução de 10,42%, equivalente a 0,85 vezes em relação a 2021.

- ERO mantendo a tendência de melhoria contínua, alcançou o melhor resultado da série histórica para o FEC, 8,23 vezes em dezembro/22, redução de 2,51 vezes em relação a dezembro de 2021. Ressaltando que no 1T19 (primeiro trimestre sob gestão Energisa) este valor era 18,18 vezes para o FEC.

- EAC também alcançou o melhor resultado da série histórica para o FEC (10 vezes), apresentando uma redução de 1,55 vezes em relação a dezembro de 2021. Na EAC também a melhoria deste indicador em relação ao 1T19 foi notável saindo de 30,62 vezes.

7.1.3 Sobrecontratação

Além do valor de R$ 101,2 milhões contabilizado até 3T22, o Grupo Energisa contabilizou no 4T22 saldo negativo

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

de R$ 41,8 milhões correspondentes ao exercício de 2022, bem como R$ 7,9 milhões referente a atualização monetária de todo o saldo, resultando num saldo acumulado positivo de R$ 67,3 milhões.

6.5. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais combinados da distribuição, excluindo receita de construção da infraestrutura, totalizaram R$ 4.036,1 milhões no 4T22, redução de 24,2% (R$ 1.152,8 milhões) em relação ao 4T21. No acumulado do ano, esse valor chegou a R$ 15.341,1 milhões, 14,7% (R$ 1.351,7 milhões) abaixo do mesmo período do ano anterior.

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais das distribuidoras:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	**2.845,1**	**4.098,8**	**- 30,6**	**11.035,7**	**14.093,0**	**- 21,7**
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	2.304,9	3.667,8	- 37,2	9.043,2	12.335,1	- 26,7
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	540,2	431,0	+ 25,3	1.992,5	1.758,0	+ 13,3
2 Custos e despesas controláveis	**917,9**	**906,4**	**+ 1,3**	**3.244,2**	**2.912,3**	**+ 11,4**
2.1 PMSO	**853,0**	**871,5**	**- 2,1**	**2.781,0**	**2.815,5**	**- 1,2**
2.2 Provisões/Reversões	**64,9**	**34,9**	**+ 85,9**	**463,2**	**96,8**	**+ 378,7**
2.2.1 Contingências	24,4	(47,1)	-	95,4	(143,3)	-
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	40,4	82,0	- 50,7	367,7	240,1	+ 53,2
3 Demais receitas/despesas	**273,2**	**317,6**	**- 14,0**	**1.061,3**	**974,2**	**+ 8,9**
3.1 Amortização e depreciação	214,8	228,4	- 6,0	882,1	861,3	+ 2,4
3.2 Outras receitas/despesas	58,3	89,2	- 34,6	179,2	112,9	+ 58,7
Total custos e despesas operacionais combinado (1+2+3, sem RCI)	**4.036,1**	**5.322,8**	**- 24,2**	**15.341,1**	**17.979,5**	**- 14,7**
Receita de construção da infraestrutura - RCI	920,7	333,1	+ 176,4	3.767,9	2.069,2	+ 82,1
Total custos e despesas operacionais combinado (1+2+3, com RCI)	**4.956,8**	**5.655,8**	**- 12,4**	**19.109,0**	**20.048,6**	**- 4,7**

6.5.1. Custos e despesas operacionais não controláveis

Os custos e despesas não controláveis apresentaram redução de 30,6% no trimestre, atingindo R$ 2.845,1 milhões. A rubrica “energia comprada” têm como principal influência o balanço de oferta e demanda de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN), refletindo no Preço da Liquidação das Diferenças (PLD), bem como os índices financeiros utilizados para reajustar o preço dos contratos de compra de energia. Neste sentido, o PLD, além de precificar a liquidação de energia no Mercado de Curto Prazo da CCEE, também valora as despesas relacionadas ao risco hidrológico (cotas de garantia física, Itaipu e das usinas repactuadas) e demais encargos setoriais que compõem a Parcela A da tarifa, caracterizada pelo repasse integral aos consumidores.

6.5.2. Custos e despesas operacionais controláveis

Os custos e despesas controláveis tiveram um aumento de 1,3 % (R$ 11,5 milhões), atingindo R$ 917,9 milhões no trimestre.

PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros)

As despesas com PMSO tiveram redução de 2,1% (R$ 18,4 milhões) e atingiram R$ 853,0 milhões no trimestre, abaixo da inflação acumulada de 5,78% em 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A seguir, a composição do PMSO das distribuidoras:

PMSO combinado Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
Pessoal	379,8	394,7	- 3,8	1.056,2	1.136,5	- 7,1
Benefício pós emprego	12,9	25,5	- 49,3	49,3	61,5	- 19,9
Material	57,4	56,4	+ 1,7	244,1	204,0	+ 19,7
Serviços de terceiros	335,4	319,7	+ 4,9	1.219,7	1.162,3	+ 4,9
Outras	67,5	75,1	- 10,1	211,7	251,1	- 15,7
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	3,7	11,0	- 66,3	24,5	12,1	+ 102,8
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	-	19,8	-	-	120,3	-
✓ Outros	63,8	44,3	+ 43,9	187,3	118,7	+ 57,7
Total PMSO combinado	**853,0**	**871,5**	**- 2,1**	**2.781,0**	**2.815,5**	**- 1,2**
IPCA / IBGE (12 meses)	**5,78%**					
IGPM / FGV (12 meses)	**5,45%**					

As principais variações nas despesas de PMSO estão detalhadas a seguir:

✓ **Pessoal e Benefício Pós Emprego**

No trimestre, a rubrica de pessoal e benefício pós emprego representou uma redução de 6,5%, explicado principalmente pelo aumento no nível de capitalização de despesas com pessoal e pela reclassificação das indenizações trabalhistas que passaram a ser contabilizados em Outras despesas, na provisão para contingências judiciais desde o 1T22.

✓ **Material**

As despesas com materiais aumentaram R$ 0,9 milhões, explicado principalmente pelo aumento dos gastos na ERO (R$ 3,2 milhões) compensado parcialmente pela redução de R$ 4,4 milhões com gastos de combustível devido ao descomissionamento da UTE Guaribá, na concessão da EMT.

✓ **Serviços**

As despesas com serviços de terceiros aumentaram R$ 15,6 milhões, explicado principalmente pelo aumento na EMT (R$ 15,8 milhões) pelos serviços prestados pelo Centro de Serviços Compartilhados com manutenção corretiva e preventiva e aumento com despesas de consultoria, compensado com menores despesas de Telecom devido à reclassificação da natureza Serviços para a natureza Outros.

✓ **Outras despesas**

No trimestre, as outras despesas atingiram R$ 67,5 milhões, aumento de 10,0% (R$ 7,6 milhões) comparado ao mesmo período do ano passado, na maior parte, em função de:

(i) redução de R$ 19,8 milhões de indenizações cíveis e fiscais em função da reclassificação para contingências;
(ii) redução de R$ 8,0 milhões em gastos com multas e penalidades regulatórias na EMT;
(iii) aumento de 14,9 milhões em função da reclassificação dos serviços de telecom da natureza Serviços para Outros.

O valor do PMSO por empresa está disponível neste link.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6.5.3. Demais despesas operacionais

O grupo das demais despesas operacionais atingiu R$ 338,0 milhões no trimestre, contra R$ 352,5 milhões no mesmo período do ano anterior.

A seguir, o grupo das demais despesas operacionais das distribuidoras:

Demais despesas - combinado Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
Provisões/Reversões	**64,9**	**34,9**	**+ 85,9**	**463,2**	**96,8**	**+ 378,7**
Contingências	24,4	(47,1)	-	95,4	(143,3)	-
Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	40,4	82,0	- 50,7	367,7	240,1	+ 53,2
Demais receitas/despesas	**273,2**	317,6	- 14,0	1.061,3	974,2	+ 8,9
Total combinado	**338,0**	**352,5**	**- 4,1**	**1.524,5**	**1.070,9**	**+ 42,4**

Obs.: Valores negativos representam reversões.

Perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD")

A PPECLD foi de R$ 40,4 milhões, representando redução de 50,7%, quando comparado ao 3T21. A redução desta rubrica deve-se à uma reversão de R$ 634,9 milhões ante provisão de R$ 583,5 milhões. As principais reduções foram nas distribuidoras: EMG (R$ 16,3 milhões), EMT (R$ 15,9 milhões) e ERO (R$ 14,9 milhões).

Demais receitas/despesas

No ano de 2021, esta rubrica foi impactada por R$ 99,4 milhões referente aos efeitos do valor recuperável dos títulos cedidos ao FIDC, conforme Nota Explicativa 32. Desconsiderando este efeito, a variação seria uma redução de 1,1% no comparativo dos anos.

6.6. EBITDA

O EBITDA combinado da Distribuição totalizou R$ 1.169,7 milhões no trimestre, aumento de 20,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. No acumulado de 2022, o EBITDA combinado da Distribuição totalizou R$ 5.395,3 milhões, incremento de 13,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Abaixo o EBITDA ajustado das distribuidoras:

Descrição Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
EMR	37,8	21,4	+ 76,5	168,6	151,0	+ 11,6
ENF (1)	2,5	8,7	- 71,5	27,3	32,0	- 14,8
ESE	109,8	114,9	- 4,4	435,7	409,9	+ 6,3
EBO	21,8	26,3	- 17,1	73,0	70,6	+ 3,5
EPB	144,6	143,0	+ 1,1	524,8	585,2	- 10,3
EMT	370,8	175,1	+ 111,8	1.879,8	1.422,0	+ 32,2
EMS	247,6	246,8	+ 0,3	1.089,2	912,9	+ 19,3
ETO	109,3	54,3	+ 101,5	496,7	394,7	+ 25,8
ESS	78,8	67,8	+ 16,3	314,6	301,5	+ 4,4
ERO	81,0	12,9	+ 527,2	268,6	237,5	+ 13,1
EAC	(34,4)	96,4	-	117,1	228,7	- 48,8
Total combinado	**1.169,7**	**967,6**	**+ 20,9**	**5.395,3**	**4.746,0**	**+ 13,7**

(1) Em função da incorporação da ENF pela EMG em novembro/2022, as informações referentes à ENF referem-se ao período de 11 meses quando analisamos o exercício de 2022 e 1 mês quando analisamos o 4T22.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desconsiderando os efeitos não recorrentes detalhados na tabela abaixo, o EBITDA ajustado combinado recorrente do trimestre seria de R$ 1.321,8 milhões, 10,7% acima do registrado no mesmo período do ano passado. No acumulado, o EBITDA ajustado combinado recorrente atingiu R$ 5.396,2 milhões, aumento de 11,5% em relação ao mesmo período do ano passado.

Descrição (R$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
(=) EBITDA ajustado combinado do período	**1.169,7**	**967,6**	**+ 20,9**	**5.395,3**	**4.746,0**	**+ 13,7**
(+) Efeitos não recorrentes (*)	152,1	226,1	- 32,7	0,9	95,0	- 99,0
(=) EBITDA ajustado combinado recorrente	**1.321,8**	**1.193,8**	**+ 10,7**	**5.396,2**	**4.841,0**	**+ 11,5**

(*) conforme item 2.3

Os valores de EBITDA por empresa estão no anexo A.2.

6.7. Lucro líquido do período

No trimestre, o lucro líquido consolidado foi de R$ 587,1 milhões, aumento de 2,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A seguir, o lucro (prejuízo) das distribuidoras:

Lucro (prejuízo) Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
EMR	8,1	(2,4)	-	52,3	57,8	- 9,4
ENF (1)	(0,3)	2,4	-	8,3	11,4	- 27,7
ESE	73,1	75,2	- 2,8	269,6	296,4	- 9,0
EBO	17,0	23,2	- 26,7	56,0	61,3	- 8,8
EPB	108,2	97,4	+ 11,1	355,0	444,2	- 20,1
EMT	227,3	130,3	+ 74,5	1.190,7	1.015,5	+ 17,2
EMS	122,9	133,1	- 7,7	556,8	560,8	- 0,7
ETO	64,3	(1,8)	-	267,9	220,1	+ 21,7
ESS	29,7	27,1	+ 9,4	130,5	142,5	- 8,4
ERO	(64,3)	(160,9)	- 60,0	(350,0)	(239,2)	+ 46,3
EAC	1,1	247,1	- 99,6	44,3	291,7	- 84,8
Total	**587,1**	**570,6**	**+ 2,9**	**2.581,4**	**2.862,6**	**- 9,8**

(1) Em função da incorporação da ENF pela EMG em novembro/2022, as informações referentes à ENF referem-se ao período de 11 meses quando analisamos o exercício de 2022 e 1 mês quando analisamos o 4T22.

Desconsiderando os efeitos não caixa e não recorrentes detalhados na tabela abaixo e os impactos no resultado financeiro descritos no item 2.4, o lucro líquido ajustado combinado recorrente do trimestre seria de R$ 594,8 milhões, 6,4% acima do registrado no mesmo período do ano passado. No acumulado, o lucro líquido ajustado combinado recorrente atingiu R$ 2.213,7 milhões, 9,5% menor em relação ao mesmo período do ano passado.

Abaixo os efeitos não caixa e não recorrentes no trimestre:

Descrição (R$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
(=) Lucro líquido combinado do período	**587,1**	**570,6**	**+ 2,9**	**2.581,4**	**2.862,6**	**- 9,8**
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	117,2	188,3	- 37,8	368,2	538,1	- 31,6
(+) Efeitos não recorrentes (*)	124,9	176,6	- 29,3	0,6	120,9	- 99,5
(=) Lucro líquido ajustado combinado recorrente	**594,8**	**559,0**	**+ 6,4**	**2.213,7**	**2.445,4**	**- 9,5**

(*) conforme item 2.5

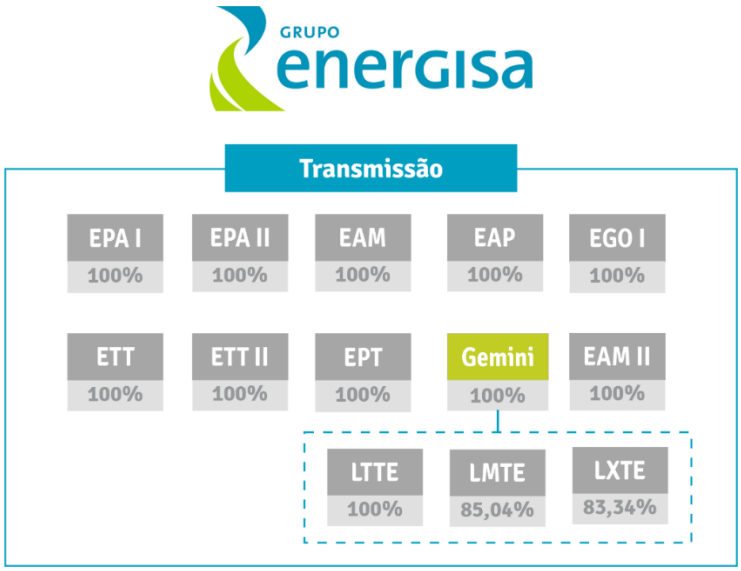
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7. Transmissão

7.1. Visão geral

As atividades do Grupo Energisa também incluem ativos em transmissão de energia, decorrentes das aquisições de 8 lotes em leilões, de 2017 a 2022, e 4 concessões operacionais adquiridas através do mercado secundário nos anos de 2021 e 2022, totalizando 12 concessões de transmissão com aproximadamente 3.116 mil km em linhas de transmissão e 14.372 MVA de capacidade de transformação. A Receita Operacional Anual consolidada é de R$ 781,5 milhões, sendo R$ 742,6 milhões de RAP (ciclo 2022-23) e R$ 38,9 milhões em receitas de fibra ótica.

Segue abaixo quadro de composição acionária da Energisa Transmissão:



Seguem abaixo quadros com o resumo as concessões de transmissão operacionais e em construção do Grupo:

Transmissoras operacionais:

Nome	Data Assinatura do contrato	UF	Extensão (Km)	Capacidade de transformação MVA	Entrada em Operação	Antecipação realizada	Capex realizado/Preço de Aquisição (R$ mm)	RAP Ciclo 22-23 (R$ mm)	Receitas de Fibra Ótica	Status
EGO I	ago/17	GO	136 (CD)	1.344	mar/20	17 meses	255,9	49,7	-	Operacional
EPA I	ago/17	PA	296 (CD)	300	nov/20	16 meses	318,3	62,7	-	Operacional
EPA II	set/18	PA	139 (CD/CS)	1.800	dez/21	12 meses	421,2	48,3[e]	-	Operacional
ETT	mar/19	BA/TO	734 (CS)	850	jan/23	15 meses	756,2	79,9		Operacional
EPT	jun/16	MT	-	150	jun/19	-	102,1	12,2		Operacional
LMTE	out/08	AP/PA	685	1.000	jun/13	-		142,2[d]	22,2	Operacional
LXTE	out/08	PA	508	1.500	jun/13	-	802,7	156,4[d]	16,7	Operacional
LTTE	dez/11	RJ/SP	258	4.200	out/17	-		75,2[d]	-	Operacional
Total			2.794	11.144			2.656,8	626,6	38,9	-

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Empreendimentos em construção:

Nome	Data Assinatura do contrato	UF	Extensão (Km)	Capacidade de transformação MVA	Entrada em Operação (Aneel)	Avanço Físico [a]	Capex Estimado[b] (R$ milhões)	RAP Ciclo 22-23 (R$ milhões)	Status
EAM	mar/21	AM	365 (CD / CS)	2.728	mar/26	50,4%[c]	1.027,5	79,9[d]	Parcial
ETT II	set/21	TO	-	200	set/24	18,72%	84,1	4,8	Em Construção
EAP	mar/22	AP	10	300	set/25	7,72%	149,9	12,6	Em Construção
EAM II	set/22	AM	12,9	-	ago/27	-	210,4	18,7	Em Construção
Total			**387**	**3.228**			**2.471,9**	**116,0**	**-**

Notas: CD – Circuito duplo / CS – Circuito Simples. (a) Dados de avanço físico atualizados para dezembro/2022 (b) Atualizado por IPCA da data do leilão + otimização de CAPEX (exceto EAM I que não considera otimização) / (c) 30,04% do status refere-se as instalações operacionais da EAM / (d) Considera receita adicional de reforços.

Maiores informações e detalhes estão disponíveis neste link

7.2. Destaques do período

Em 22 de dezembro de 2022, foi divulgado ao mercado a emissão do termo de liberação das funções de transmissão 1 e 2 da Energisa Tocantins Transmissora de Energia S.A ("ETT"), sendo a data base da função 1 desde 07 de novembro de 2022 e a data base da função 2 desde 17 de dezembro de 2022. A função Transmissão 1 abarca a linha de transmissão 230kV Dianópolis II – Palmas, subestação Palmas e subestação Dianópolis II (nova). Esse trecho possui 245 km de linha de transmissão e adiciona 37,0% da RAP total do empreendimento para a Companhia. A função de transmissão 2 compreende a linha de transmissão 230kV Dianópolis II – Gurupi, subestação Gurupi e subestação Dianópolis II. Esse trecho possui 256 km de linha de transmissão e adiciona 37,4% da RAP total do empreendimento. Essa etapa da obra foi concluída em 45 meses após a assinatura do contrato de concessão com antecipação média de 15 meses frente a data regulatória prevista. Isso significa também antecipação de receita para o Grupo Energisa.

Já no dia 26 de janeiro de 2023, foi emitido o termo de liberação da terceira e última função de transmissão com data base da função 3 desde 20 de janeiro de 2023, que abarca a linha de transmissão 230kV Dianópolis II – Barreiras II, subestação Barreiras II e subestação Dianópolis II e possui 232 km de linha de transmissão. Esse trecho foi concluído em 46 meses após a assinatura do contrato de concessão com antecipação de 14 meses frente a data regulatória prevista e adiciona 25,6% da RAP total do empreendimento para resultado do Grupo. O total de investimentos realizados no empreendimento foi de R$ 756,2 milhões.

7.3. Homologação da Receita Anual Permitida (RAP) - Ciclo 2022/2023

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 3.067/2022 que estabeleceu reajustes pelo IPCA de 11,74% das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2022-2023, passando a valer a partir de 1.º de julho de 2022 até 30 de junho de 2023. Assim, a receita anual permitida das transmissoras do grupo Energisa passam a ser de R$ 742,6 milhões para o ciclo 2022/2023 (R$ 659,5 para o ciclo de 2021/2022), conforme segue.

Transmissoras	Ciclo 2021/2022	Ciclo 2022/2023
Energisa Goiás (EGO)	44,4	49,7
Energisa Pará I (EPA I)	56,1	62,7
Energisa Pará II (EPA II)	43,3	48,3
Energisa Tocantins I (ETT I)	71,5	79,9
Energisa Amazonas (EAM)	71,5	79,9
Energisa Tocantins II (ETT II)	4,3	4,8
Energisa Amapá (EAP)	11,3	12,2
Energisa Amazonas II (EAM II)	17,7	18,7
Energisa Paranaíta (EPT)	11,3	12,6
Linhas Macapá (LMTE)	125,4	142,2
Linhas Xingú (LXTE)	139,7	156,4
Linhas Taubaté (LTTE)	63,4	75,2
Total	**659,5**	**742,6**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7.4. Principais diferenças resultado Societário x regulatório

Os resultados financeiros das companhias do segmento de transmissão de energia do Brasil são elaboradas a partir de dois métodos de contabilização: 1) Demonstrações Financeiras Societárias preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), conhecido como Resultado Societário, baseados nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras; e 2) Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), definida como resultado regulatório.

Receita: No societário, os investimentos realizados ao longo da concessão são contabilizados como ativo de contrato no balanço patrimonial, sendo reconhecido uma receita de construção de infraestrutura como contrapartida na demonstração de resultados. Além disso, também é contabilizada a remuneração do ativo de contrato com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão. Após a entrada em operação, a receita de construção de infraestrutura deixa de ser contabilizada e a receita operacional dos serviços de operação e manutenção passa a ser reconhecida. Por outro lado, na contabilidade regulatória, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, sendo depreciados ao longo de sua vida útil, e a Receita é representada de fato pelos recebimentos após a entrada em operação do ativo (a Receita Anual Permitida, conhecida como RAP) reconhecida através do faturamento, ao longo do prazo da concessão, assemelhando-se à receita percebida no fluxo de caixa operacional.

Custo de Construção: Os custos de implementação de infraestrutura no societário, que são os investimentos realizados durante o período pré-operacional, são reconhecidos no resultado, enquanto na contabilidade regulatória inexistem.

Amortização e Depreciação: No societário, os investimentos relativos às concessões são reconhecidos como ativo contratual no balanço patrimonial. O ativo imobilizado reconhecido no resultado societário se refere aos bens da Companhia e não relacionados à concessão. Na contabilidade regulatória, os investimentos realizados na concessão são contabilizados como imobilizado, sofrendo amortização/depreciação ao longo da sua vida útil, limitado ao prazo do contrato de concessão.

IR/CSLL: São calculados de acordo com os resultados apurados em cada modalidade de reconhecimento contábil como consequência das diferenças temporárias entre as bases de cálculo societárias e regulatórias, são constituídos os respectivos tributos diferidos.

Resultado Societário

A adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou IFRS 15 (CPC 47) passou a ser obrigatória a partir do mês de janeiro de 2018, e a Energisa optou pelo IFRS 15 (CPC 47) em que a companhia deve reconhecer as receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços (reconhecimento do Ativo de Contrato de Concessão).

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme definidas nas normas do CPC 47.

Resultado Regulatório

Com relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias, cuja contabilização é preparada e elaborada com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e a receita operacional que as concessionárias têm direito a receber é chamada de Receita Anual Permitida (RAP) garantida pelo contrato de concessão e anualmente reajustada pela inflação.

Na seção 2.3 e 2.5 dos resultados consolidados reportamos o EBITDA e Lucro Líquido, respectivamente, com os efeitos de contabilização regulatória das transmissoras, e descrevemos como sendo resultados não recorrentes para diferenciar do resultado societário.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7.5. Resultados econômico-financeiros consolidado - Societário x Regulatório

Principais impactos no resultado societário

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro societário consolidado da ETE:

Desempenho Econômico-Financeiro IFRS Resultados - R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21	%	2022	2021	%
Receita de construção de infraestrutura	43,5	135,7	- 68,0	438,7	628,2	- 30,2
Ganho na Eficiência na implementação da Infraestrutura	272,1	(37,6)	-	310,6	(96,3)	-
Receita das margens da obrigação de performance da construção	(13,1)	82,2	-	139,4	291,8	- 52,2
Receita de Operação e Manutenção	15,9	10,9	+ 44,9	51,1	27,2	+ 87,5
Remuneração dos ativos de concessão	65,8	55,7	+ 18,2	702,0	185,4	+ 278,6
Outras Receitas Operacionais	11,9	2,0	+ 488,8	24,5	5,3	+ 363,1
Total da Receita Bruta	**396,0**	**249,0**	**+ 59,1**	**1.666,3**	**1.041,6**	**+ 60,0**
Deduções da Receita	(35,1)	(27,3)	+ 28,3	(128,2)	(70,5)	+ 81,8
Receita Operacional Líquida	**361,0**	**221,6**	**+ 62,9**	**1.538,0**	**971,1**	**+ 58,4**
PMSO	(54,2)	(8,9)	+ 509,1	(79,9)	(38,9)	+ 105,4
Custo de Construção	(99,6)	(125,3)	- 20,5	(470,3)	(582,0)	- 19,2
Depreciação/Amortização	(0,2)	(0,1)	+ 243,8	(0,3)	(0,2)	+ 101,3
EBITDA	**207,2**	**87,5**	**+ 136,8**	**987,9**	**352,8**	**+ 180,1**
Margem EBITDA	57,4	39,5	+ 17,9 p.p.	64,2	36,3	+ 27,9 p.p.
Resultado financeiro	(105,3)	(41,5)	+ 153,7	(350,4)	(91,9)	+ 281,3
Contribuição social e imposto de renda	(64,7)	(18,8)	+ 244,8	(242,0)	(79,5)	+ 204,4
Lucro Líquido	**36,9**	**27,1**	**+ 36,0**	**395,2**	**181,2**	**+ 118,1**

Receita Operacional Líquida (societário): No 4T22, a Energisa Transmissão de Energia S/A apresentou receita operacional líquida societária consolidada de R$ 361,0 milhões, um crescimento de R$ 139,3 milhões representando 62,9% em comparação ao 4T21 devido: (i) ao reconhecimento das receitas da Gemini (R$ 287,5 milhões) e Paranaíta (R$ 9,0 milhões), empresas adquiridas em junho de 2022 e fevereiro de 2022 respectivamente; (ii) aos impactos da inflação (11,74%) na RAPs das empresas do grupo, conforme resolução homologatória ANEEL nº 3.076/22; e (iii) à entrada em operação parcial da ETT em dezembro 2022 que por consequência, trouxe redução da receita de construção da infraestrutura de R$ 97,5 milhões.

Custos e despesas: a linha de PMSO alcançou R$ 54,2 milhões, um aumento R$ 45,3 milhões no 4T22 em comparação com o 4T21. O aumento refere-se basicamente: (i) à consolidação dos custos e despesas da Gemini (empresa adquirida em junho de 2022), com destaque para serviço com terceiros (R$ 35,3 milhões); e (ii) ao aumento do CAPEX na concessão EAM em função do novo empreendimento em construção. Em compensação, houve uma redução no custo de construção da ETT e EPA II devido à evolução das obras e início de suas operações em dezembro de 2022 e dezembro de 2021 respectivamente.

EBITDA e Margem EBITDA: o EBITDA societário alcançou R$ 207,2 milhões na comparação entre 4T22 e o 4T21, um aumento de R$ 119,7 milhões devido ao crescimento das receitas.

Resultado Financeiro: as despesas financeiras líquidas totalizaram R$ 105,3 milhões no 4T22, aumento de R$ 63,8 milhões devido ao aumento da dívida bruta após a aquisição das empresas Gemini (R$ 2,0 bilhão) e captações ocorridas no período na ETE (R$ 350,0) e na controlada ETT (R$ 281,6 milhões).

Lucro Líquido: No 4T22, o lucro líquido atingiu R$ 36,9 milhões, crescimento de R$ 9,8 milhões em virtude principalmente da consolidação das empresas Gemini (empresa adquirida em junho de 2022), reduzido pelo aumento das despesas financeiras, em função do incremento da dívida bruta da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Principais impactos do resultado regulatório

Aviso: Nesta seção são apresentados os resultados societários e regulatórios do segmento de transmissão da Companhia. Os resultados regulatórios têm a finalidade de apresentar uma análise do desempenho regulatório/gerencial das transmissoras, seguindo as práticas do mercado de transmissão. Portanto, não deve ser considerado como relatório econômico-financeiro oficial da Companhia para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que segue as normas contábeis internacionais do IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR's) aqui apresentadas são auditadas anualmente até 30 de abril de cada exercício na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Assim, os assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente à conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro regulatório consolidado da ETE:

Desempenho Econômico-Financeiro Regulatório Resultados - R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21	%	2022	2021	%
Receita Anual Permitida	162,2	18,5	+ 775,4	444,0	123,8	+ 258,6
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	-	-	-
Total da Receita Bruta	**162,2**	**18,5**	**+ 775,4**	**444,0**	**123,8**	**+ 258,6**
Deduções da Receita	(15,3)	(1,2)	+ 1.182,6	(39,6)	(6,1)	+ 544,7
Receita Operacional Líquida	**146,9**	**17,3**	**+ 747,4**	**404,4**	**117,7**	**+ 243,7**
Custos e despesas	(53,8)	(9,0)	+ 499,0	(86,7)	(37,8)	+ 129,1
Amortização/Depreciação	(42,3)	(8,5)	+ 395,5	(114,6)	(30,5)	+ 275,5
EBITDA	**93,1**	**8,4**	**+ 1.014,8**	**317,7**	**79,8**	**+ 298,0**
Margem EBITDA	63,4	48,2	+ 15,2 p.p.	78,6	67,8	+ 10,7 p.p.
Resultado financeiro	(105,3)	(14,1)	+ 645,6	(350,3)	(27,5)	+ 1.172,3
Contribuição social e imposto de renda	(8,4)	(5,2)	+ 62,1	(57,2)	(14,7)	+ 289,3
Lucro Líquido	**(62,9)**	**(19,5)**	**+ 222,3**	**(204,4)**	**7,1**	**-**

Receita operacional líquida: No 4T22, a ETE apresentou uma receita operacional líquida regulatória de R$ 146,9 milhões, R$ 129,6 milhões maior do que o registrado no 4T21 devido (i) à aquisição das concessões da Gemini Energy (LMTE, LXTE e LTTE) em 10 de junho de 2022; (ii) à aquisição da concessão da Energisa Paranaíta em fevereiro de 2022; (iii) à entrada em operação da concessão Energisa Tocantins I em dezembro de 2022 (+R$ 5,2 milhões); e (iv) ao reajuste inflacionário de 11,74% (IPCA) do ciclo 2022/2023 da RAP (receita anual permitida) de acordo com a resolução homologatória ANEEL nº 3.076/22.

Custos e despesas: No 4T22, a linha atingiu R$ 53,8 milhões, impacto de R$ 44,8 milhões em comparação com o 4T21 em virtude, principalmente da consolidação dos custos e despesas das empresas Gemini (empresas adquiridas em junho de 2022) com destaque para serviço com terceiros (R$ 35,3 milhões).

Amortização e Depreciação: esta linha atingiu R$ 42,3 milhões, aumento de R$ 50,8 milhões, em função da entrada em operação na EPA II em 2021, aquisição dos ativos das empresas Gemini em junho 2022 e Paranaíta em fevereiro de 2022.

EBITDA e Margem EBITDA: o EBITDA Regulatório alcançou R$ 93,1 milhões no 4T22, crescimento de R$ 84,8 milhões acima do registrado no 4T21, principalmente pelos efeitos explicados na receita operacional líquida;

Resultado Financeiro: as despesas financeiras líquidas totalizaram R$ 105,3 milhões no 4T22, aumento de R$ 91,2 milhões devido ao aumento da dívida bruta após a aquisição da Gemini (R$ 2,0 bilhões) e captações ocorridas no período na ETE (R$ 350,0 milhões) e na controlada ETT (R$ 281,6 milhões).

Lucro Líquido/Prejuízo: No 4T22, a Companhia registrou um prejuízo de R$ 62,9 milhões, impacto de R$ 43,4 milhões explicado principalmente pelas maiores despesas financeiras no período.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

8. (re) energisa

A (re) energisa é a marca do grupo que representa os negócios não regulados, tais quais geração descentralizada através de fontes renováveis (Alsol Energisa Renováveis), comercialização de energia (Energisa Comercializadora) no mercado livre e serviços de valor agregado (Energisa Soluções). Considerando um mercado cada vez mais competitivo e com múltiplas ofertas, faz parte da estratégia de diversificação dos negócios do Grupo oferecer um ecossistema de soluções energéticas para os nossos clientes.

A marca também traduz o conceito adotado pela empresa para a abordagem ao mercado, o one-stop-shop, ou seja, todas as soluções em um só lugar. A estratégia da empresa é protagonizar a transição energética, conectando pessoas e empresas à melhor solução de energia com foco em uma economia sustentável e de baixo carbono.

8.1. Geração distribuída

A Alsol é a empresa do grupo que atua principalmente nas atividades de geração descentralizada a partir de fazendas solares que são conectadas a redes de distribuição existentes utilizando o sistema de compensação de energia elétrica previsto na Lei 14.300/2022. A empresa constrói e opera suas próprias usinas solares, além de desenvolver seus próprios sistemas de controle e monitoramento das diferentes unidades de geração, resultando em maior produtividade de energia elétrica acima do planejamento inicial de cada planta. As fazendas solares são destinadas ao atendimento a clientes MPE – micro e pequenas empresas, bem como médias empresas, atendidas em baixa tensão, na modalidade de consórcio ao sistema de compensação.

Atualmente, a Alsol possui 53 usinas solares em operação, das quais 32 estão localizadas em Minas Gerais, 9 em Mato Grosso, 11 no Mato Grosso do Sul e 1 no Rio de Janeiro, totalizando 188 MWp de capacidade instalada em 2022. No 4T22, a Alsol investiu R$ 386,8 milhões na implantação de fazendas solares, adicionando 78 MWp de capacidade instalada no período. No ano de 2022, foram adicionados 128,4 MWp em 32 UFV's.

A Lei 14.300 sancionada em 06 de janeiro de 2022, trouxe a segurança jurídica necessária para suportar o crescimento da geração distribuída em nosso país. Com esta lei sancionada, o direito adquirido ao sistema de compensação vigente é válido por 25 anos para empreendimentos em operação e novos projetos que obtiverem outorga até 12 meses após a publicação da Lei.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro da Alsol:

Geração Distribuída Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
Receita líquida	**26,5**	**17,4**	**+ 52,1**	**86,9**	**47,9**	**+ 81,5**
PMSO	(26,1)	(10,8)	+ 140,6	(58,5)	(26,2)	+ 123,0
Outros custos e despesas [1]	(1,8)	0,0	-	(2,0)	0,2	-
EBITDA	(1,4)	6,6	- 8,0 p.p.	26,4	21,9	+ 4,5 p.p.
Lucro (prejuízo) do período	**(12,9)**	**(1,6)**	**+ 723,5**	**(13,3)**	**3,0**	**-**

(1) Inclui amortização e depreciação.

Seguindo o plano de expansão, o braço de geração distribuída da (re)energisa apresentou uma receita líquida de 26,5 milhões, aumento de 52,1% com relação ao 4T21, que consequentemente gerou crescimento na sua linha de PMSO que alcançou R$ 26,1 milhões, um aumento de R$ 15,2 milhões na comparação com o 4T21.

O EBITDA no 4T22 totalizou um valor negativo de R$ 1,4 milhão frente a R$ 6,6 milhões no 4T21. A Companhia registrou no trimestre prejuízo de R$ 12,9 milhões, em razão do impacto dos atrasos na fase de conexão à rede de novas UFVs, despesas iniciais com os parques recém-construídos e a aprovação da LC 194 que reduziu a base de cálculo do faturamento da ALSOL.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

8.2. Comercialização de energia elétrica

Devido ao início do período úmido favorável, os reservatórios no fim de dezembro de 2022, atingiram acumulação de 57,9% para o SIN (Sistema Interligado Nacional), maiores valores alcançados no período desde 2012. Desta forma, houve uma manutenção dos valores baixos do PLD (Preços de Liquidação das Diferenças) no trimestre, sendo o preço médio do período (out/22 a dez/22) se mantido no piso regulatório de R$ 55,70/MWh. Essa manutenção em patamares baixos tem afetado o mercado de maneira significativa, impactando a precificação da energia inclusive em produtos de médio prazo (2 anos à frente).

Em relação aos dados de consumo divulgados pela CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), houve um aumento de 2,7% em outubro, 1,2% em dezembro e uma redução 0,6% em novembro, em comparação ao mesmo período do ano passado, com variações entre o ambiente regulado e o ambiente livre.

Foram fechados 20 contratos no quarto trimestre, com período de fornecimento, entre 2022 e 2027, somando 124 GWh.

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Acumulado		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
Vendas a consumidores livres (ECOM)	1.351	1.092	+ 5,8	4.646	4.778	- 2,8

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro da Comercializadora:

Comercializadora Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
Receita líquida	**222,1**	**261,3**	**- 15,0**	**820,3**	**894,5**	**- 8,3**
PMSO	(7,7)	(5,2)	+ 47,9	(19,6)	(12,4)	+ 57,7
Outros custos e despesas [1]	(195,6)	(282,0)	- 30,6	(757,3)	(908,3)	- 16,6
EBITDA	18,7	(25,9)	-	43,5	(26,2)	-
Lucro (prejuízo) do período	**9,8**	**(18,3)**	**-**	**16,3**	**(21,5)**	**-**

(1) Inclui amortização e depreciação.

A comercializadora apresentou uma receita líquida de R$ 222,1 milhões, redução de 15,0% com relação ao 4T21 devido à redução dos preços de curto prazo, que ficaram próximos ao PLD Piso. Com isso, a liquidez do mercado reduziu as oportunidades de giro na carteira, resultando em menores operações, impactando assim a receita líquida da comercializadora.

A linha de outros custos e despesas alcançou R$ 195,6 milhões, queda de 30,6% na comparação com o 4T21 como consequência da redução da liquidez no mercado conforme mencionado acima, resultando em menores custos previstos com a plataforma de negociação.

O EBITDA totalizou R$ 18,7 milhões no 4T22, aumento de R$ 44,6 milhões quando comparado com o mesmo período do ano anterior e o lucro líquido atingiu R$ 9,8 milhões no 4T22, crescimento de R$ 28,1 milhões na comparação com o 4T21, efeito da melhora no spread e aumento da carteira dos contratos fechados nos últimos trimestres que geraram uma marcação ao mercado de R$ 41,2 milhões a mais do que 4T21.

8.3. Serviços de valor agregado

A Energisa Soluções é a empresa do Grupo que atua na prestação de serviços de valor agregado para clientes de média e alta tensão em todo o Brasil. Estes serviços geram benefícios para os nossos clientes através de melhorias e eficientização dos seus processos energéticos, reduzindo custos e melhorando seus níveis operacionais. Dentro desta linha de negócios, destacam-se serviços como O&M (operação e manutenção de ativos elétricos), Eficiência Energética e Automação de processos energéticos de nossos clientes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro da Energisa Soluções:

Energisa Soluções Consolidado Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
Receita líquida	**121,0**	**71,8**	**+ 68,5**	**411,6**	**230,0**	**+ 78,9**
PMSO	(113,5)	(90,1)	+ 25,9	(376,2)	(229,7)	+ 63,7
Outros custos e despesas [1]	(1,5)	(6,6)	- 78,0	1,1	(4,9)	-
EBITDA	6,0	(25,0)	-	36,5	(4,6)	-
Lucro (prejuízo) do período	**0,6**	**(19,3)**	**-**	**11,8**	**(13,0)**	**-**

(1) Inclui amortização e depreciação.

Os resultados de receita deste ano apresentaram forte crescimento frente aos do ano anterior devido a ganhos de novos contratos dentro das linhas de O&M Solar, O&M de Transmissão, Gestão de Obras de Terceiros, bem como automação de ativos elétricos.

A linha de custos e despesas alcançou R$ 113,5 milhões no 4T22, aumento de 17,4% na comparação com o 4T21, um menor crescimento relativo se comparado ao crescimento da receita por conta do reconhecimento de despesas em 3 contratos do portfólio de Gestão e Construção.

O EBITDA totalizou R$ 6,0 milhões no 4T22, aumento de R$ 31,0 milhões quando comparado com o mesmo período do ano anterior e o lucro líquido alcançou R$ 0,6 milhões no 4T22, R$ 19,9 milhões acima do registrado no 4T21.

9. Geração centralizada

Em 02 de setembro de 2022, entraram em operação as usinas fotovoltaicas Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I e Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II, localizadas no Estado da Paraíba, com 70 MWp de capacidade instalada. Foram investidos R$ 307 milhões com geração de cerca de 600 empregos na região durante o período de implantação.

Os empreendimentos possuem o certificado global de energia limpa I-REC, que agrega valor ao Megawatt gerado e confirma sua origem de fonte renovável. A construção destas usinas faz parte da estratégia de diversificação do portfólio do Grupo Energisa. A companhia já atua em geração solar descentralizada e agora tem seu primeiro empreendimento de geração solar centralizada em operação comercial. A energia gerada proveniente do parque foi comercializada pela comercializadora do Grupo no mercado livre.

Além de levar maior confiabilidade energética para a região e reduzir perdas elétricas para os clientes, as duas usinas vão evitar a emissão de cerca de 15 mil toneladas de CO2 por ano na atmosfera. Um dos objetivos dos compromissos ESG do Grupo Energisa, com metas até 2050, é viabilizar a inserção de fontes renováveis no Brasil com sustentabilidade, segurança energética e confiabilidade na matriz.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro das usinas Rio do Peixe 1 e 2:

Geração Centralizada Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
Receita líquida	2,3	-	-	2,3	-	-
EBITDA	1,3	-	-	1,3	-	-
Lucro (prejuízo) do período	(4,1)	-	-	(4,1)	-	-

(1) Inclui amortização e depreciação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

10. Acompanhamento das projeções da Companhia

Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais Individuais e Consolidadas

Em atenção ao disposto no art. 21, §4º, da Resolução CVM n.º 80/22, apresenta-se abaixo as comparações das projeções divulgadas pela Companhia com os dados evolutivos efetivamente realizados até o encerramento do exercício de 2022:

(i) Projeções dos compromissos relacionados à sustentabilidade dos negócios, abordando aspectos ambientais, sociais e de governança ("ESG") da Companhia divulgadas ao mercado em 29 de junho de 2022:

Objeto	Unidade	Previsão até o período findo em 31 de dezembro de 2026	Acumulado até 31 de dezembro de 2022
Energia elétrica, limpa e acessível a áreas remotas da concessão	nº de unidades consumidoras	55.000	26.776
Descomissionamento e desativação de UTEs	MW	171,7	125,7
Instalação de potência em energia renovável	GW	1,7	0,261

(ii) Aumento da participação de demais linhas de negócios no EBITDA Consolidado, divulgado ao mercado em 21 e novembro de 2022:

Objeto	Unidade	Previsão até o período findo em 31 de dezembro de 2026	Posição em 31 de dezembro de 2022
Participação de demais linhas de negócios da Companhia, além da distribuição de energia elétrica, no EBITDA Consolidado	% do EBITDA Consolidado	Até 25	15,3

(iii) Estimativa de investimentos divulgado ao mercado em 19 de dezembro de 2022:

Objeto	Unidade	Previsão até o período findo em 31 de dezembro de 2026	Acumulado em 31 de dezembro de 2022
Estimativa de Investimentos	R$ bilhões	29,5	6,5

11. Dividendos

Com base nos resultados alcançados em 2022, a administração da Energisa destinou R$ 710 milhões para pagamento de dividendos (R$ 0,3482 por ação ordinária e preferencial ou R$ 1,741 por Unit) à conta do lucro líquido do exercício, já tendo sido pagos: (i) em 30 de setembro de 2022, o valor de R$ 472,2 milhões (R$ 0,232 por ação ou R$ 1,16 por Unit). O dividendo complementar no valor de R$ 325,7 milhões (R$ 0,16 por ação ordinária e preferencial ou R$ 0,80 por Unit) a ser pago em 30 de março de 2023, com base na posição acionária em 21 de março de 2023. Os dividendos totais do exercício representam 42,7% do lucro líquido da Controladora, ajustado pela reserva legal.

12. Governança Corporativa

A governança corporativa da Energisa é pautada pelos conceitos de transparência e equidade de acesso às informações. Sua estrutura é composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, assim como por comitês de assessoramento.

Em 2022, a Energisa continuou o seu processo de aprimoramento do modelo de gestão, aliada à implementação da governança da sustentabilidade com a divulgação dos compromissos com o desenvolvimento sustentável dos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

seus negócios, abordando aspectos ambientais, sociais e de governança (“ESG”) que têm pautado e deverão pautar a atuação da Energisa como crescente protagonista da transição energética brasileira.

Os compromissos com o desenvolvimento sustentável estão disponíveis para consulta em: https://ri.energisa.com.br/sustentabilidade/compromisso-com-o-desenvolvimento-sustentavel/

O Conselho da Energisa conta com o assessoramento de cinco Comitês: Auditoria e Riscos; Gestão de Riscos Decorrentes do Mercado Financeiro; Divulgação, Remuneração e Sucessão; e Ética.

A Companhia mantém as seguintes políticas, códigos e/ou programas sobre práticas de governança, aprovadas pelo Conselho de Administração: Controle e Divulgação; Operações com Partes Relacionadas; Destinação dos Resultados; Doação e Patrocínios; Gestão de Riscos; Negociação de Valores Mobiliários; Ética e Conduta; Integridade; e de Indicação e Remuneração dos Administradores; todas disponíveis no website de Relações com Investidores da Companhia. A estratégia da Energisa é listada no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 e aderente ao Código ABRASCA de Autorregulação e Boas Práticas das Companhias Abertas.

Gestão de riscos

A Energisa e suas controladas possuem uma Política de Gestão de Riscos e um Manual de Gestão de Riscos, assim como uma política específica de Gestão de Riscos Decorrentes do Mercado Financeiro, que fornecem diretrizes para
mitigar, remediar e monitorar os riscos aos quais a Companhia está exposta.

A gestão de riscos é orientada pelo modelo de três linhas de defesa do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Coso). Já as auditorias são realizadas com base na norma ISO 31000 – Auditoria Baseada em Riscos (ABR) e contemplam os processos organizacionais considerados críticos.

Os riscos mapeados são contemplados em uma matriz que cruza vulnerabilidade de processos internos frente ao risco e seus possíveis impactos na Companhia. São analisados riscos operacionais, regulatórios, de segurança, imagem, meio ambiente, entre outros, e o potencial de perda financeira. Entre os riscos de maior foco no período estão os relativos à gestão de obras, gestão de contratos, terceirização, construção, operação e manutenção de linhas, segurança cibernética, covenants e suprimento de materiais, entre outros.

A eficácia dos processos é medida mensalmente e são apontadas recomendações e ações pela área de riscos — que envolvem processos internos, compliance, contratos, controles, pessoas e sistemas — para redução da vulnerabilidade de processos e mitigação dos riscos. Esses resultados são apresentados trimestralmente para o Comitê de Auditoria.

Para atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a Companhia conta com iniciativas de segurança de acesso aos sistemas; implantação de DLP (Data Loss Protection); monitoramento, criptografia e anonimização dos dados; e o projeto Energisa Mais Segura. Em 2021 foi estabelecida a Política de Privacidade, bem como adquirida e customizada ferramenta de mercado para atendimento aos clientes em relação ao tema. Também houve revisão de processos de atendimento ao cliente para adequação às exigências da LGPD.

Ética e integridade

A condução ética e íntegra dos negócios e dos relacionamentos com os diversos públicos é premissa fundamental para a Energisa. Para orientar as partes interessadas acerca de seus valores, O Conselho de Administração aprovou em 2021 um Programa de Integridade, que reforça o compromisso com iniciativas nacionais e internacionais relacionadas à ética e integridade, incluindo prevenção e combate à corrupção, em consonância com a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção). O Código de Ética e de Conduta foi amplamente revisado em 2022, com o objetivo de alinhar o documento às práticas de mercado, à Política Anticorrupção e ao Programa de Integridade da Companhia.

Para receber demandas internas e externas referentes aos temas tratados no Código de Ética e de Conduta e no âmbito do Programa de Integridade, a Energisa dispõe de um canal de denúncia (Canal da Ética), disponível para colaboradores e ao público externo via site, e-mail, telefone, carta e WhatsApp, com uso de chatbot.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 2022 o Canal da Ética recebeu 88 denúncias sobre supostos desvios éticos envolvendo colaboradores próprios ou terceirizados. Nesse exercício, o Comitê de Ética determinou a aplicação de 45 medidas disciplinares em face dos desvios éticos apurados, além de recomendar a implantação de outras medidas de natureza administrativa visando a melhoria dos processos e controles internos.

13. Inovação e P&D

A Energisa entende a inovação como alavanca para maximizar sua geração de valor. Assim, investe tempestivamente em projetos e iniciativas que contribuam para seus objetivos estratégicos, assim como para a digitalização, a descentralização, a descarbonização e a diversificação na Companhia e no setor elétrico. A estratégia de inovação, os projetos e os investimentos realizados levaram a Energisa a figurar entre as empresas mais inovadoras do país. Em 2022, a Companhia foi reconhecida no Época Negócios (dimensão Inovação) como a empresa mais Inovadora do setor elétrico no Brasil, se manteve entre as 3 mais inovadoras do setor na Premiação do Valor Inovação e o grupo Energisa foi reconhecido pela Forbes como uma das 10 Empresas mais Inovadoras do Brasil.

A Companhia conta com o Energisa Digital Labs, um centro de excelência em advanced analytics e inteligência artificial criado em 2021, com foco na disseminação da cultura data-driven. Isto é, processos de tomada de decisão embasados na coleta, transformação e análise de dados. Por meio da construção de produtos e serviços centrados no cliente, transformação de dados em inteligência analítica avançada e promoção do mindset ágil, busca promover a tomada de decisão baseada em dados em todas as áreas de companhia, da operação à proteção de receita. Eles envolvem, por exemplo, algoritmos preditivos e prescritivos para o monitoramento de ativos, que permitem antecipar possíveis falhas em transformadores, bem como algoritmos de otimização para o planejamento de obras que possibilitam eficiência operacional no processo e melhor logística na execução das obras.

Para estimular a inovação no ambiente interno, a Energisa mantém o e-nova, um programa interno colaborativo, que funciona de forma contínua e é focado na inovação incremental e registrou +2.100 ideias e +300 projetos aprovados em 2022. Além disso, para descentralizar o conhecimento em inovação, o Grupo manteve as ações de multiplicação de skills e de capacitação dos colaboradores por meio de eventos recorrentes focados no fomento à Cultura de Dados.

Por fim, o programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) prioriza projetos que resultem em novos produtos ou melhorias operacionais e de processos que alavanquem sua geração de valor para a sociedade e para o futuro do setor. Em 2022, foram investidos +R$ 43 milhões em iniciativas de P&D, um aumento de quase 20% em relação a 2021. Um destaque é o projeto Vila Restauração, que implantou uma micro rede de suprimento de energia em uma comunidade remota da região amazônica, por meio de geração solar fotovoltaica e armazenamento de energia em baterias. Essa solução atendeu a +200 famílias, com disponibilidade de energia de 24h/dia (cerca de 10vezes mais do que o contexto anterior). Através deste projeto, o Grupo Energisa foi Vencedor do “Solar & Storage Awards 2022” – na categoria International Solar and/or Storage Project of the Year.

14. Gestão de Pessoas

O Grupo Energisa acredita no poder da diversidade e das relações construídas sob uma base de 16.676 colaboradores diretos espalhados por todas as regiões desse país. Esses diferentes sotaques e costumes são essenciais no alcance da estratégia e resultados conquistados em 2022. Também foi fator determinante o avanço na consolidação da Cultura Energisa, através de um Projeto, iniciado em 2021, que se baseia em movimentos de conscientização, mobilização, desenvolvimento e consolidação dos Valores que sustentam essa história.

Pensando na garantia de um ambiente de trabalho saudável para todo esse time, a Energisa conta com uma ferramenta de pesquisa Pulses que monitora o clima junto a seus colaboradores e identifica oportunidades de aprimoramento do ambiente de trabalho. Cerca de 80% dos mais de 16 mil colaboradores do Grupo participam das pesquisas. Desde 2021 são realizados levantamentos quinzenais que orientam o desenvolvimento das ações de atração e retenção, como políticas de remuneração, planejamento de carreira e benefícios.

Em se tratando de retenção e plano de sucessão, a Energisa conta com um Programa de Aceleração de Carreira (4ª edição) para os profissionais sucessores à cargos de Supervisão. Para demais níveis de liderança o Grupo conta

com 66% das posições atendidas com sucessor mapeado. Como resultado desse Programa e do cuidado com o encarreiramento, em 2022 atingimos 59,6% de aproveitamento interno para as vagas disponibilizadas pelo Grupo.

Nos avanços tecnológicos, 2022 contou com a implantação de um novo sistema de TI para gestão de pessoas, que trouxe mais facilidade, agilidade e transparência para o dia a dia de todos os colaboradores. Além de permitir uma melhor geração e gestão de dados, propiciando projetos relacionados a Advanced Analytics que trazem benefício ao processo decisório, tornando-o mais assertivo e menos enviesado e intuitivo.

15. Saúde e Segurança

E, diante do Valor VIDA, a Energisa reafirma o seu compromisso com a prevenção e promoção à saúde integral dos seus colaboradores e dependentes, através da adoção de melhores práticas e ações diversas.

Entre os destaques, está o Programa Viva Energia, que conta com o modelo de três pilares de atuação: Saúde Ocupacional, Saúde Assistencial e Qualidade de Vida. E, por meio deles, o cronograma de ações é realizado seguinte o plano da Organização Mundial da Saúda (OMS). O objetivo principal é diagnosticar e tratar agilmente as questões que afetam a saúde dos seus colaboradores. Os programas que fazem parte do guarda-chuva do Viva Energia são: programas de gestantes, para pacientes com doenças crônicas, para transtornos emocionais, campanha de vacinação de gripe, entre outros.

O ano de 2022 apresentou um desafio potencialmente crítico com o surgimento das novas variantes de COVID e suas formas mais acelerada de transmissão, e como forma de prevenção, os colaboradores da Energisa foram engajados através de campanhas de comunicação interna e conversas sobre o assunto entre líderes e liderados, entre outras, a procurar os postos de vacinação para tomar a dose de reforço da vacina contra a Covid. E, depois de todas essas iniciativas, a Energisa alcançou 100% dos colaboradores vacinados com a 3ª dose da vacina contra a Covid.

A Energisa conta, também, com uma Política de Saúde e Segurança Ocupacional (SSO) que abrange todos os níveis do Grupo e é a principal referência da gestão desse tema. O respeito às suas diretrizes visa garantir a conformidade com todos os requisitos legais de SSO e a construção e disseminação de iniciativas eficazes de proteção à saúde, prevenção de acidentes e procedimentos para casos de emergências.

16. Responsabilidade Socioambiental

O Grupo Energisa sempre teve compromisso com o desenvolvimento sustentável, que vem se tornando cada vez mais essencial para uma empresa. Por isso, estamos reafirmando nosso compromisso com a sociedade por meio da agenda ESG.
Mais do que nunca, trazer a sustentabilidade de forma efetiva para a rotina das organizações é fundamental para contribuir com a sustentabilidade do nosso planeta. Isso também agrega valor na reputação e resiliência de uma empresa.

A Energisa já definiu seus compromissos dos próximos anos pautados pela agenda de desenvolvimento sustentável da ONU, com objetivos já definidos.

Um pilar desses compromissos é apoiar as manifestações culturais de sua área de atuação. Assim, a Companhia busca incentivar a produção cultural e a preservação da memória nas suas concessões, impulsionando a economia criativa, além de mobilizar projetos e parcerias para contribuir com o desenvolvimento sustentável dos biomas mais frágeis.

Nesse sentido, o Grupo mantém espaços culturais nos estados de Minas Gerais (Cataguases e Leopoldina), Rio de Janeiro (Nova Friburgo) e Paraíba (João Pessoa) que atuam no fomento das atividades culturais locais. Em 2022, esses espaços promoveram uma programação cultural diversa beneficiando diretamente mais de 130 mil pessoas. Além disso, em 2022, o Grupo destinou, através das Leis de Incentivo à Cultura, quase R$ 12 milhões para 33 iniciativas culturais. Importante destacar a Exposição “Amazônia – Sebastião Salgado“, que levou para São Paulo e Rio de Janeiro o resultado de sete anos de imersões fotográficas do artista na Amazônia brasileira, com cerca de 200 imagens feitas por terra, água e ar, que revelam a floresta, os rios, as montanhas e a vida de comunidades indígenas; e a manutenção do Orquestra Filarmônica de Itabaiana em Sergipe, considerada a Orquestra mais antiga em funcionamento no país.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Um outro destaque de 2022 foi o lançamento do Instituto Energisa, braço social do Grupo, responsável pela execução do projeto Rio Pomba Valley, idealizado pela Companhia. Trata-se de um projeto inovador de geração de empregos, capacitação e transformação de toda região da Zona da Mata Mineira que tem como objetivo oferecer qualificação profissional com habilidades de mercado para criação de um ecossistema de empreendedorismo e inovação, base para fomentar o surgimento de um hub tecnológico na região. Já em 2022 foi concluída a formação da primeira turma, formando 40 novos programadores.

Eficiência energética

Em 2022, a distribuidoras investiram um total de R$ 84,5 milhões em iniciativas de eficiência energética, ante R$ 50,3 milhões em 2021. Aproximadamente 90 mil unidades consumidoras foram beneficiadas pelo PEE da Energisa e a economia de energia foi de 37.595 MWh/ano.

O principal projeto é o Nossa Energia, que tem como objetivo promover o uso eficiente de energia elétrica nas comunidades de baixo poder aquisitivo, por meio da substituição de geladeiras e lâmpadas obsoletas por outras mais eficientes e de ações educacionais de conscientização para consumo consciente de energia e combate ao desperdício. Em 2022, o projeto promoveu a troca de 187.797 lâmpadas para LED e 1.010 geladeiras. Também foram investidos aproximadamente R$ 17 milhões em projetos de substituição da iluminação pública de diversos munícipios do país, proporcionando uma economia que 14.905 MWh/ano e promovendo maior segurança para a população, além da redução do consumo de energia e de custos com manutenção. Com o investimento de aproximadamente R$ 900 mil, o Grupo Energisa participou do projeto piloto da Olimpíada Nacional de Eficiência Energética - ONEE e tivemos cerca de 23 mil estudantes do 8º e 9º ano de escolas públicas e particulares inscritos. Como resultado do Grupo, tivemos 2.192 alunos medalhistas, 32 alunos e 9 professores premiados com notebooks e 9 alunos premiados com uma bolsa de estudos no valor de R$ 3 mil.

Universalização de energia

A Energisa prosseguiu em 2022 com o Programa Luz para Todos, de universalização do acesso à energia para a população localizada em áreas rurais, visando ao desenvolvimento social e econômico. Foram realizadas 4 mil conexões à rede de energia em Rondônia e 6 mil no Acre.

Em 2022, 3.264 famílias foram beneficiadas pelo Programa Mais Luz para Amazônia que utiliza os Sistemas Individuais de Geração de energia elétrica com Fonte Intermitente (SIGFI) permitindo o acesso à energia elétrica 24h por dia. As famílias beneficiadas estão localizadas nos estados do Acre, Mato Grosso, Rondônia e do Tocantins. O programa foi criado com o objetivo de promover o acesso à energia elétrica para a população brasileira localizada nas regiões remotas dos estados da Amazônia Legal, de forma a contribuir para a integração, melhoria da qualidade de vida e redução de vulnerabilidade social e econômica das comunidades.

Em 2022 foram conectadas 1.229 novas unidades consumidoras no Mato Grosso do Sul por meio dos sistemas individuais de geração solar do Ilumina Pantanal. No total, entre os anos de 2021 e 2022 já foram atendidas 2.826 unidades consumidoras, beneficiando mais de 11 mil pessoas. A iniciativa foi considerada o melhor projeto de solar e storage do ano na premiação internacional Solar & Storage Live Awards 2021, que aconteceu em Birmingham, na Inglaterra. O projeto também foi um dos poucos do Brasil a serem escolhidos para serem apresentados na conferência Distributech Internacional, em San Diego - CA.

Capacitação profissional

A Escola de Energia é um programa de formação de eletricistas e técnicos para o setor elétrico, disponível para a comunidade. Em 2022, foram 27 turmas do Escola Energia, em parceria com o Senai, tivemos turmas em: Rio Branco (AC), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Rondonópolis (MT), Porto Velho (RO), Aracaju (SE), Araguaína (TO), Gurupi (TO) e Palmas (TO), totalizando 532 profissionais formados.

Além disso, com o objetivo de promover capacitação técnica, competências socioeconômicas e aumento do potencial de empregabilidade para jovens em situação de vulnerabilidade, o Programa Geração Energia no Mato Grosso concluiu quatro turmas.

Outro projeto de sucesso é o Rio Pomba Valey (Cataguases) que possui uma essência tecnológica e já formou duas turmas de desenvolvedores (20 alunos cada): Front End e Back End.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Iniciativas ambientais

Seguindo o propósito de ser protagonista na transformação energética conectando pessoas e empresas à melhor solução de energia e construindo um mundo mais sustentável, o Grupo Energisa tornou público, em 2022, seus compromissos ESG, resultados de um longo exercício de planejamento estratégico, que levou em consideração os impactos negativos, positivos e oportunidades de negócio. Um dos compromissos é alcançar a neutralidade nas emissões de carbono até 2050 por meio de um plano robusto de descarbonização que compreende o desligamento das usinas térmicas, elevar a potência instalada de energia em energias renováveis e mitigar os impactos negativos da cadeia de valor.

Visando o cumprimento dos seus compromissos, o Grupo aderiu ao Fundo Floresta Viva, uma iniciativa do BNDES, onde cada instituição fará o aporte de R$ 5 milhões para apoiar projetos em biomas brasileiros ao longo de 7 anos. Além disso, a Energisa Rondônia desligou a última das 13 termelétricas que começaram a ser desativadas em 2020 no estado. Até o momento, 17 usinas foram desativadas no total, evitando a emissão de 442 mil toneladas de gás de efeito estufa na atmosfera. E, quando toda a operação de desligamento estiver sido concluída, 507 mil toneladas de CO2 deixarão de ser emitidas.

O Grupo Energisa executou, também, o Projeto Aliança Reflorestar com a plantação de mais de 5.700 mudas e construção de um viveiro e um banco de sementes na Aldeia Nova Esperança, no Acre. Além disso, o Projeto promoveu o treinamento para os indígenas na prática de agrofloresta e técnica de arborismo.

17. Eventos subsequentes

17.1. Aumento de capital em subsidiárias

Em AGE de 10 de fevereiro de 2023 foi aprovado o aumento de capital da controlada Energisa Participações Minoritárias S/A mediante a emissão de 55.915.722 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 24,68 por ação, totalizando R$ 1.380.000, fixado sem diluição injustificada dos atuais acionistas, com base na perspectiva de rentabilidade futura da controlada EPM, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, conforme Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora, devidamente aprovado pela unanimidade pelos acionistas presentes a Assembleia arquivado na sede da controlada EPM, integralizadas à vista pelo acionista Itaú Unibanco S.A., em moeda corrente nacional, sendo que, do preço total de emissão, o montante de R$ 690.000, correspondente a R$ 12,34 por cada nova ação preferencial, será destinado à formação do capital social da controlada, passando o capital social da controlada EPM de R$ 5.209.168 para R$ 5.899.168 e o excedente, no valor total de R$ 690.000, correspondente a R$ 12,34 por cada nova ação preferencial, será destinada à formação da conta de reserva de capital, nos termos do artigo 182, §1.º, alínea “a”, da Lei das Sociedades por Ações.

17.2. Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu para as controladas distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde a serem aplicadas para os meses de janeiro a março de 2023, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

17.3. Benefícios pós-emprego

Migração - Plano de saúde

Em 03 de janeiro de 2023, as controladas EMR e ESOL, assinaram contrato com a UNIMED NACIONAL para migração de todos os beneficiários do plano Autogestão para UNIMED NACIONAL.

Retirada de patrocínio de planos de previdências

Em 31 de janeiro de 2023 as controladas distribuidoras de energia elétrica ETO, EMT, EMS, ESS e EPB solicitaram à Fundação Energisa de Previdência – EnergisaPrev a retirada de patrocínio dos planos de benefício, Elétricas BD, Elétrica OP, Plano R, Plano I, Plano II e Plano Funasa CD. Respectivamente, em face ao reduzido número de participantes remanescentes nesses planos, após os movimentos de migração concluídos em 2022, tornando-os

inviáveis em termos de custeio administrativo.

17.4. Energisa ingressa na carteira do índice carbono eficiente da B3

Em 04 de janeiro de 2023, a Companhia foi selecionada para compor a carteira do Índice Carbono Eficiente (ICO2 B3). A nova carteira terá vigência de à partir de 02/01/2023 a 30/04/2023, sendo rebalanceada a cada quatro meses, seguindo as atualizações do IBrX 100. O ICO2 é composto por ações de empresas participantes do IBrX 100, que aceitam assumir práticas transparentes em relação às suas emissões de gases estufa (GEE), afirmando a preocupação com o aquecimento global. Essa conquista vem reforçar o compromisso da Energisa com o crescimento sustentável, refletido na adoção das melhores práticas em questões ambientais, sociais e de governança corporativa.

17.5. Empréstimos contratados – Controladas EMR, EMT, ESE, EBO e ALSOL

Em 26 de janeiro 2023 a controlada direta Energisa Minas Rio Distribuidora de Energia S/A., captou junto a instituição financeira a importância de R$105.000, correspondente a USD20.095 dólares americanos, com remuneração de 5,31% ao ano, com vencimento em 27 de janeiro de 2025. Foi contratado swap a taxa de CDI + 1,40% ao ano, retirando o risco cambial da operação.

Em 30 de janeiro 2023 a controlada indireta Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A., captou junto a instituição financeira a importância de R$300.000, correspondente a USD58.823 dólares americanos, com remuneração de SOFR + 0,80% ao ano, com vencimento em 30 de janeiro de 2026. Foi contratado swap a taxa de CDI + 1,50% ao ano, retirando o risco cambial da operação.

Em 30 de janeiro 2023 a controlada direta Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A., captou junto a instituição financeira a importância de R$250.000, correspondente a USD58.823 dólares americanos, com remuneração de SOFR + 0,80% ao ano, com vencimento em 30 de janeiro de 2025. Foi contratado swap a taxa de CDI + 1,40% ao ano, retirando o risco cambial da operação.

Em 13 de fevereiro de 2023, a controlada direta Alsol Energias Renováveis S/A, realizou a primeira liberação de R$ 350 milhões junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, sendo R$ 310 milhões com remuneração de IPCA + 5,23% ao ano e R$ 40 milhões com remuneração fixa de 2,52% ao ano, com vencimento em 15 de janeiro de 2039. Este recurso é parte de um financiamento com valor total de R$ 700 milhões contratado em 28 de dezembro de 2022.

Em 09 de março 2023 a controlada indireta Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A., captou junto a instituição financeira a importância de R$230.000, correspondente a USD44.264 dólares americanos, com remuneração de 5,365 ao ano, com vencimento em 09 de março de 2026. Foi contratado swap a taxa de CDI + 1,57% ao ano, retirando o risco cambial da operação.

Em 09 de março 2023 a controlada direta Energisa Borborema Distribuidora de Energia S/A., captou junto a instituição financeira a importância de R$20.000, correspondente a USD3.849 dólares americanos, com remuneração de 5,365 ao ano, com vencimento em 09 de março de 2026. Foi contratado swap a taxa de CDI + 1,57% ao ano, retirando o risco cambial da operação.

17.6. Emissão de debêntures- Controladas EMS, ETO e ESS

Em 15 de fevereiro de 2023 a controlada indireta Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A efetuou a 18ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R$200.000 em serie única, com vencimento em 15 de fevereiro de 2025 e remuneração de CDI mais 1,40% ao ano; os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 06 de março de 2023 e foram destinados à gestão ordinária dos negócios da controlada.

Em 15 de fevereiro de 2023 a controlada indireta Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A efetuou a 9ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R$200.000 em serie única, com vencimento em 15 de fevereiro de 2025 e remuneração de CDI mais 1,40% ao ano; os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 06 de março de 2023, e foram destinados à gestão ordinária dos negócios da controlada.

Em 15 de fevereiro de 2023 a controlada indireta Energisa Sul Sudeste Distribuidora de Energia S/A efetuou a 9ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R$150.000 em serie única, com vencimento em 15 de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

fevereiro de 2026 e remuneração de CDI mais 1,50% ao ano; os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 06 de março de 2023, e foram destinados à gestão ordinária dos negócios da controlada.

17.7. Decisão do STF sobre "coisa julgada" em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo pela perda de efeitos das decisões individuais transitadas em julgado quando, em controle de constitucionalidade, ocorrer mudança do entendimento da corte em julgamento de temas tributários. Avaliando as decisões judiciais com trânsito em julgado, a Companhia e suas controladas não identificaram casos em que houve modificação de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, para a data base de 31 de dezembro de 2022.

17.8. Pagamento de dividendos do exercício de 2022 - controladas

A Administração das controladas aprovou, em 15 e 16 de março de 2023, a distribuição de dividendos intercalares a conta do lucro do exercício de 2022 conforme demonstrado a seguir:

Controladas	Valor dos dividendos (R$ Milhões)	Valor por ação (R$)	Data do pagamento
Energisa Mato Grosso	366,7	1,6748165765079700	29/03/2023
Energisa Mato Grosso do Sul	194,4	300,52816756704700	29/03/2023
Energisa Paraíba	83,3	90,691094634921900	29/03/2023
Energisa Tocantins	50,7	77,855018392763200	29/03/2023
Energisa Sergipe	50,1	256,07046340577900	29/03/2023
Energisa Sul-Sudeste	13,1	134,80519266412100	29/03/2023
Energisa Borborema	13,1	44,6283904082700	29/03/2023
Energisa Minas Rio	7,7	7,2772018394983800	29/03/2023

18. Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados de revisão contábil das demonstrações financeiras para a Companhia e suas controladas em 2022 foi de R$ 5,2 milhões.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Energisa S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Energisa S/A ("Energisa" ou "Companhia"), com sede em Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto cujo objeto social principal é a participação no capital de outras empresas, a prestação de serviços administrativos às suas controladas distribuidoras, transmissoras, geradoras e comercializadora de energia elétrica, como também para as demais controladas diretas e indiretas.

Atividades:

A Energisa possui indiretamente o direito de explorar concessões e/ou autorização de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica. Sendo seus principais contratos:

Distribuição de energia elétrica:

Controladas	Localidades	Data da concessão	Data de vencimento
Controladas diretas:			
Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A ("EMR")	Cataguases (MG)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A ("ESE")	Aracaju (SE)	23/12/1997	23/12/2027
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A ("EBO")	Campina Grande (PB)	04/02/2000	04/02/2030
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A ("EPB")	João Pessoa (PB)	21/03/2001	21/03/2031
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A ("ERO")	Porto Velho (RO)	30/10/2018	29/10/2048
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A ("EAC")	Rio Brando (AC)	07/12/2018	06/12/2048
Controladas indiretas:			
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia ("EMT") [1]	Cuiabá (MT)	11/12/1997	10/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A ("EMS")	Campo Grande (MS)	04/12/1997	04/12/2027
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A ("ESS")	Presidente Prudente (SP)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A ("ETO")	Palmas (TO)	01/01/2020	31/12/2049

[1] A controlada indireta EMT operava a Usina Termelétrica Guariba, localizada no município de Colniza, com capacidade instalada e utilizada de 2,45 MW, tendo entrado em operação em 11 de junho de 2007. Em 28 de agosto de 2022 a UTE Guariba foi desligada e o sistema que a mesma supria foi interligado ao Sistema Interligado Nacional - SIN, encerrando o atendimento por meio de sistema isolado na área de concessão.

As distribuidoras controladas diretas e indiretas são companhias de capital aberto e fechado, sem ações negociadas em bolsa, exceto pela Energisa Mato Grosso, que tem como objetivo principal operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço distribuição de energia elétrica através do uso de redes e linhas de distribuição, em suas áreas de atuação.

As informações referentes à reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, outros créditos, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção, e receita de construção da infraestrutura estão apresentados nas notas explicativas nº 9, 10, 11, 14.1, 15 e 29, respectivamente.

Notas Explicativas

Agrupamento de área de concessão

Em 13 de setembro de 2022, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 12.177, autorizou o agrupamento das áreas de concessão previstas nos Contratos de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 040/1999-ANEEL da controlada Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A. e nº 042/1999-ANEEL da Energisa Nova Friburgo – Distribuidora de Energia S.A. A Concessionara Incorporadora, Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A.

A ANEEL, através do Despacho 637/2023, de 8 de março de 2023, considerou atendida a exigência de envio dos documentos comprobatórios de formalização da operação anuída pela Resolução Autorizativa n°12.177, de 13 de setembro de 2022 e determinou que Incorporadora, Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S.A., nova razão social da Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A., deve assinar o sexto aditivo ao contrato de concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 040/1999-ANEEL e nº 042/1999-ANEEL em até 60 dias (15/05/2023), contados da publicação do referido Despacho, que ocorreu em 13 de março de 2023.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2022 foi aprovado a incorporação da controlada ENF pela Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S/A (EMR) nova denominação social da Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia Elétrica S/A (EMG). Em decorrência da incorporação do acervo líquido da controlada ENF, foi realizado aumento de capital na EMR no valor total de R$83.593, mediante a emissão de 240.160 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A operação tem por finalidade, o atendimento da regulamentação vigente, obtenção de sinergia para melhorar os serviços prestados aos consumidores por meio da integração dos sistemas utilizados e está inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária do Grupo Energisa, devendo resultar em redução de custos de natureza operacional, administrativa e financeira, conferindo maior eficiência gerencial e organizacional às áreas de concessão.

Após a unificação, a controlada EMR atenderá 596 mil clientes em uma área de cobertura de 17.331 mil km², que envolve 68 municípios nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, permanecendo com 1.231 mil colaboradores.

Por fim, para a concretização da operação, o patrimônio líquido da controlada ENF foi avaliado na data base de 31 de outubro de 2022, com base no valor contábil, no montante de R$83.593, conforme Laudo de Avaliação Contábil para Fins de Incorporação, emitidos por empresa especializada.

A operação de incorporação realizada pela controlada Distribuidora em 30 de novembro de 2022 não trouxe qualquer ganho ou perda ao patrimônio da Companhia.

Transmissão de energia elétrica:

Controladas	Descrição	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento	Início de Operação
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A (“EGO I”)	Linha de transmissão de 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, com 136 quilômetros em circuito duplo, e a subestação Rio Verde Norte. A obra foi concluída em 31 meses após a data de outorga e a operação antecipada em 17 meses frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.	Goiás	11/08/2017	11/08/2047	14/03/2020
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (“EPA I”)	Linha de transmissão de 230 kV Xinguara II – Santana do Araguaia, com 296 quilômetros de extensão em circuito duplo, e a subestação Santana do Araguaia. A obra foi concluída em 38 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 16 meses, frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.	Pará	11/08/2017	11/08/2047	02/11/2020
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A (“EPA II”)	Linha de Transmissão 500 kV, Serra Pelada com 66,5 quilômetros de extensão em circuito duplo; Linha de Transmissão 230 kV, Integradora Sossego - Xinguara II, com 72,3 quilômetros e as subestações Serra Pelada e Integradora Sossego. A obra foi concluída em	Pará	21/09/2018	21/09/2048	21/12/2021

Notas Explicativas

Controladas	Descrição	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento	Início de Operação
	39 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 12 meses, frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.				
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A (“ETT”)	Linha de Transmissão de 230 kV Dianápolis II - Barreiras II com 255 quilômetros de extensão; Linha de Transmissão de 230 kV Dianápolis II - Gurupi com 256 quilômetros de extensão e Linha de Transmissão de 230 kV Dianápolis II - Palmas com 261 quilômetros de extensão.	Bahia e Tocantins	22/03/2019	22/03/2049	Função I e II 22/12/2022 e Função III 26/01/2023
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A (“EAM”)	**Empreendimento existente incorporados e que serão Revitalizados:** - Incorporação dos ativos em serviço designado à AmGT pela Portaria do MME nº 706, de 15 de dezembro de 2016; - Revitalização das subestações em 230 kV Manaus, Cristiano Rocha e Lechuga (setor designado à AmGT); - Substituição da SE Balbina 230kV em arranjo disjuntor e meio por outra SE nova 230kV em arranjo barra dupla com 4 chaves; - Substituição do pátio de 69kV em arranjo anel da SE Manaus por outro pátio novo de 69kV em arranjo BD4.	Amazonas	31/03/2021	31/03/2051	Em construção
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A (“EAM”)	**Novos empreendimentos:** LT 230 kV Lechuga – Tarumã, dois circuitos, com 9km aéreos em circuito duplo e C1 e C2 subterrâneos de 3 km; - SE 230/138 kV Tarumã - (6+1Res transformadores) x 100 MVA - SE 230/69 kV Presidente Figueiredo – capacidade 2 transformadores x 50 MVA; - Trechos de LT em 230 kV entre a SE Presidente Figueiredo e os pontos de seccionamento da LT Balbina - Cristiano Rocha, C1, com 2 circuitos de 4,5 km.	Amazonas	31/03/2021	31/03/2051	Em construção
Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A (“ETT II”)	Ampliação da SE 230/138kV Gurupi - 200MVA	Tocantins	30/09/2021	30/09/2051	Em construção
Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A (“EAP”)	LT 230kV Macapá – Macapá III C1 SE 230/69kV Macapá III SE Macapá 3: Implementação de 2 circuitos simples em 69 kV, com extensão aproximada de 2 km cada, entre os pontos de seccionamento da Linha de Distribuição 69 kV Santana – Macapá C1 e a subestação Macapá III, no setor de 69 kV. SE Macapá: Novo trecho de Linha em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 500 metros para permitir a conexão da linha 230kV Ferreira Gomes – Macapá C1.	Amapá	31/03/2022	31/03/2052	Em construção
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A (“LMTE”)	LT 500 kV Jurupari - Oriximiná; LT 230 kV Jurupari – Laranjal; LT 230 kV Laranjal – Macapá; SE 500/138 kV Oriximiná 200 MVA; SE 230/69 kV Laranjal 200 MVA; SE 230/69 kV Macapá 600 MVA.	Pará/Amapá	16/10/2008	16/10/2038	12/06/2013
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A (“LXTE”)	LT 500 kV Tucuruí – Xingu; LT 500 kV Xingu – Jurupari; SE 500 kV Xingu; SE 500 kV Tucuruí;	Pará	16/10/2008	16/10/2038	12/06/2013

Notas Explicativas

Controladas	Descrição	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento	Início de Operação
	SE 500/230 kV Jurupari 1.500 MVA.				
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A ("LTTE")	LT 500 kV Taubaté – Nova Iguaçu; SE 500 kV Taubaté; SE 500 kV Nova Iguaçu 4.200 MVA.	São Paulo/Rio de Janeiro	09/12/2011	09/12/2041	01/06/2018
Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A ("EPTE")	SE Paranaíta, em 500/138 kV, 3 x 50 MVA	Mato Grosso	27/06/2016	27/06/2046	27/06/2019
Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A ("EAM II")	LT 230 kV Mauá 3 – Manaus, C1, com 12,9 km (trechos aéreos e subterrâneos). O prazo estimado para construção é de 48 meses.	Amazonas	30/09/2022	30/09/2052	Em construção

As controladas indiretas, transmissoras de energia elétrica, tem como objetivo principal a implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica.

Geração de energia elétrica:

Controladas	Descrição	Atividade	Localidade
Geração Hidráulica:			
Energisa Geração Usina Mauricio S/A			
CGH Usina Hans	A CGH possui 298 KW de potência instalada e 0,264 MW médios de garantia física.	Geração hidráulica	Nova Friburgo (RJ)
PCH Rio Vermelho	A PCH possui 2.560 KW de potência instalada.	Geração hidráulica	Vilhena (RO)
Usina Mauricio	A Usina possui 1.280 KW de potência instalada.	Geração hidráulica	Leopoldina (MG)
Geração Distribuída:			
Alsol Energias Renováveis S.A. ("Alsol")	A controlada possui cerca de 188 MWp de sistemas fotovoltaicos em operação conectados à rede e outros 245 MWp em fase de implementação, somando um portfólio total de 433 MWp.	Geração distribuída	Uberlândia (MG)
Parque Solar:			
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I [(1)]	A controlada tem como objeto social o desenvolvimento e exploração do parque solar, bem como a comercialização de energia proveniente do Empreendimento.	Parque Solar	Paraíba (PB)
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II [(1)]	A controlada tem como objeto social o desenvolvimento e exploração do parque solar, bem como a comercialização de energia proveniente do Empreendimento.	Parque Solar	Paraíba (PB)
Energisa Geração Central Solar Coremas S/As	A controlada tem como objeto social o desenvolvimento e exploração do parque solar, bem como a comercialização de energia proveniente do Empreendimento.	Parque Solar	Cataguases (MG)
Projeto Geração Eólica:			
Complexo Parque Eólico Sobradinho:			
EOL Alecrim	Controlada não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Umbuzeiro Muquim	Controlada não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Mandacaru	Controlada não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)

Notas Explicativas

Controladas	Descrição	Atividade	Localidade
EOL Boa Esperança	Controlada não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Maravilha I a V	Controladas, não operacionais e tem com finalidade primaria projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Cataguases (MG)

(1) As controladas iniciaram sua produção de testes para geração de energia em agosto e setembro de 2022.

Comercialização de energia elétrica:

Controlada	Descrição	Localidade	Data de autorização
Energisa Comercializadora de Energia Ltda. (“ECOM”)	Controlada que tem por objetivo o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação e intermediação de negócios relacionados à energia.	Rio de Janeiro (RJ)	21/03/2006

Serviços:

Controladas	Natureza
Energisa Soluções S/A (“ESOL”)	Operação, manutenção e serviços correlatos à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.
Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A (“ESOLC”)	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.
Multi Energisa Serviços S/A (“MULTI”)	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (“ESER”)	Serviços Aéreos na qualidade de prospecção - modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.
Voltz Capital S.A.	Oferecer produtos financeiros e otimizar os meios de pagamentos e serviços da área financeira, através de soluções tecnológicas.

Recuperação judicial de controladas:

Em 26 de novembro de 2012 a controlada Denerge Desenvolvimento Energético S/A, Rede Energia Participações S/A (“REDE”), e as demais controladas, publicaram fato relevante informando que ajuizaram pedido de Recuperação Judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S/A. (“QMRA”), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A. (“EEVP”), incorporada posteriormente pela Denerge Desenvolvimento Energético S/A. (“Denerge”) em 22/11/2019.

Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período adequado. Alguns credores apresentaram embargos de declaração contra a decisão, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação. Na sequência, um dos credores interpôs Apelação contra a decisão de encerramento. Apesar do recurso, o Juízo da recuperação, autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social das Recuperadas, o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais. Em julgamento realizado no dia 29/07/2019, o Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento à Apelação, mantendo a sentença de encerramento. O credor interpôs Recurso Especial, o qual não foi admitido em exame de admissibilidade realizado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Foi interposto agravo em recurso especial pelo credor, o qual foi julgado prejudicado por perda do objeto em decisão proferida no dia 07/02/2022, sendo que contra esta decisão o credor não interpôs novo recurso. A Recuperação Judicial foi arquivada definitivamente.

Notas Explicativas

A posição em 31 de dezembro de 2022 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial totaliza em R$695.785, dos quais R$531.620 refere-se a empréstimos, R$82.016 a debêntures e R$82.149 a fornecedores e outras contas a pagar é como segue:

Descrição	Rede Energia	Denerge	CTCE	Total
Saldos em 2020	**236.031**	**291.215**	**80.407**	**607.653**
(+) Atualização [1]	4.457	29.492	961	34.910
Provisão (reversão) de ajuste a valor presente [2]	31.395	8.646	(4.033)	36.008
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(4.456)	(29.492)	(961)	(34.909)
Saldos em 2021	**267.427**	**299.861**	**76.374**	**643.662**
(+) Atualização [1]	11.413	30.114	3.485	45.012
Provisão (reversão) de ajuste a valor presente [2]	29.182	10.369	9.126	48.677
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(4.455)	(30.275)	(6.836)	(41.566)
Saldos em 2022	**303.567**	**310.069**	**82.149**	**695.785**

[1] Atualização: ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado da Rede Energia, Denerge e CTCE. Na Energisa esses valores foram registrados no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício.

[2] Ajustes a Valor Presente: registrado pelas controladas Rede Energia, Denerge e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos – opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado e econômico-financeira no cenário da transação. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das empresas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2023.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

Notas Explicativas

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 35.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- **I.** Nota explicativa nº 7 - Clientes, consumidores, concessionárias e outros (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa;
- **II.** Nota explicativa nº 10 - Ativos e passivos financeiros setoriais - consolidado;
- **III.** Nota explicativa nº 13 - Créditos tributários impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
- **IV.** Nota explicativa nº 14 - Ativo financeiro indenizável da concessão e concessão do serviço público (ativo de contrato);
- **V.** Nota explicativa nº 17 - Imobilizado;
- **VI.** Nota explicativa nº 18 - Intangível;
- **VII.** Nota explicativa nº 25 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias;
- **VIII.** Nota explicativa nº 31 - Energia elétrica comprada para revenda – consolidado;
- **IX.** Nota explicativa nº 35 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco; e
- **X.** Nota explicativa nº 36 - Benefícios-pós emprego.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Principais politicas contabeis

a. Caixa e equivalentes de caixa - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Instrumentos financeiros e operações de hedge

***Ativos financeiros*:**

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e as controladas se comprometeram a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia e suas controladas avaliam ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas especificas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

	Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Notas Explicativas

Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e das controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas – Nota explicativa nº 2.3;
- Clientes, consumidores, concessionárias e outros – Nota explicativa nº 7; e

Notas Explicativas

- Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - Nota explicativa nº 35.

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perdas de créditos esperadas de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para as contas a receber de clientes, consumidores, concessionárias e outros e de ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pelas Companhias para cálculo final das perdas esperadas.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo se compreendem empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, debentures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída

Notas Explicativas

como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos:

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em “Swap”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado, além dos fluxos de caixa dos aportes de capital nas controladas projetados em moedas estrangeiras.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de “hedge” de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangente” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia e suas controladas documentam a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, e documentam se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota explicativa nº 35, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

• Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge.

• O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.

• O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge são registrados conforme descrito abaixo:

Notas Explicativas

Hedges de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como outras despesas.

Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

c. Clientes, consumidores, concessionárias e outros – inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

d. Estoques - estão valorizados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;

e. Contrato de concessão de distribuição e transmissão de energia - corresponde os contratos de concessão do serviço público de distribuição e transmissão de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e as controladas, diretas e indiretas, que estabelecem e determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura enquanto para o segmento de transmissão de energia elétrica disponibiliza sua infraestrutura para transportar a energia sendo remunerada através do recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), durante o prazo do contrato.

As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com cliente para as Distribuidoras e Transmissoras, está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica, bem como levam em consideração as orientações do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 específicos para as transmissoras de energia elétrica.

- **Distribuição de energia elétrica:**

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a

Notas Explicativas

valor justo por meio de resultado, onde, para as controladas do segmento de distribuição, foram valorizados com base na BRR – Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

As controladas, distribuidoras de energia elétrica contabilizam a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº14.

- **Transmissão de energia elétrica:**

Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente à contraprestação daquele mês, pela satisfação da obrigação de desempenho de construir, torna-se um contas a receber (ativo financeiro).

O valor do ativo contratual de suas controladas é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 8% e 11% ao ano e atualizados pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Para estimativas referentes a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção e de operação é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de

Notas Explicativas

performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, , registra-se também uma receita de remuneração sobre o ativo de contrato utilizando a taxa implícita definida no início de cada projeto obtida após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção.

f. Ativos e passivos financeiros setoriais – referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber das controladas distribuidoras de energia elétrica, sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;

g. Investimentos - os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido da provisão para perdas, quando aplicável;

h. Combinação de negócios – são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificar e alocar de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

As participações acionárias adquiridas, são avaliadas pelo valor justo dos ativos e passivos detidos pelas entidades objeto do negócio e as diferenças para o valor pago são classificados como: (i) intangível (*goodwill*) quando o valor pago superar o valor justo dos ativos e passivos; (ii) resultado do exercício (compra vantajosa) quando o valor pago é inferior ao valor justo dos ativos e passivos. O *goodwill* referente a entidades sob o regime de concessão e/ou autorização de exploração econômica por prazo determinado, são amortizados no prazo de exploração.

i. Imobilizado - itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos

Notas Explicativas

de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício, deduzido da despesa de depreciação, calculada.

Pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

j. **Intangível** – compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão do serviço público de energia elétrica, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O direito de uso de concessão alcança aos montantes pagos nas aquisições do controle acionário das controladas distribuidoras de energia elétrica. A amortização está sendo realizada pelo prazo de concessão das controladas ESE, EPB, EBO, EMT, EMS, ERO e EAC, conforme citado nas notas explicativas nº1 e nº 18. Bem como, o valor justo do ativos líquidos (empresas adquiridas em 11 de abril de 2014, 30 de outubro e 06 de dezembro de 2018) tem a sua a amortização realizada com base no prazo de vida útil do bem, limitado ao prazo das concessões;

k. **Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - o ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos aos consumidores. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão;

l. **Arrendamentos -** os contratos são avaliados, em sua data de início se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

- Ativos de direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos

Notas Explicativas

de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

m. Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20).

n. Redução a valor recuperável

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia e de suas controladas, revisam o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. Ágio: teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

. Ativos intangíveis: ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. Avaliação do valor em uso: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

(i) Receitas – as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia e suas controladas neste mercado;

(ii) Custos e despesas operacionais – os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia e de suas controladas, bem como com o crescimento histórico das receitas; e

(iii) Investimentos de capital – os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

Notas Explicativas

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia e das controladas, nas premissas macroeconômicas que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia e das controladas não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2022 e 2021, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

o. Empréstimos, financiamentos e debêntures - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;

p. Derivativos – são instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras (controladas) e de taxa de juros (Companhia e controladas). Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas na demonstração do resultado do exercício. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 35.

q. Imposto de renda e contribuição social – compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes que são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido;

Nas controladas do segmento de geração e transmissão o imposto de renda e a contribuição social foram calculados pelo regime de tributação do lucro presumido. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo apurada a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas avaliam se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2022, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia e suas controladas.

r. Incentivos fiscais SUDENE/SUDAM e de reinvestimentos – como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos pelas controladas localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, são reconhecidos no resultado do exercício e destinados a Reserva de lucros - reserva de Incentivos fiscais, na qual são mantidos até sua capitalização pelas controladas.

s. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;

Notas Explicativas

t. Ajuste a valor presente - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, riscos, moeda, condição de recebimento nas datas das respectivas transações;

u. Dividendos - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;

v. Receita operacional – as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

Receita do segmento de distribuição:

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receita de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUST e TUSD), suprimento de energia a concessionaria (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização – CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados.

A receita de fornecimento energia elétrica faturada e não faturada é reconhecida quando a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção da infraestrutura corresponde as receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida.

As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUST e TUSD) são recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição, contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativas da Administração. A receita de constituição e amortização CVA ativa e passiva e outros itens componentes é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

Receita do segmento de transmissão:

As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são:

- **Receita de construção e margem de construção:** refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.
- **Remuneração do ativo de contrato**: refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa

Notas Explicativas

que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alteração posterior. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa que varia entre 8% e 11% ao ano;

- **Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura:** refere-se aos ganhos que podem ser auferidos com certo grau de confiabilidade durante a construção da infraestrutura e também na energização do projeto, por refletirem algumas eventuais variações positivas ou negativas, tais como economias Capex na fase conclusão ou revisão positiva da RAP considera inicialmente no fluxo de recebimento e entrada em operação antecipada em relação ao prazo da ANEEL; e
- **Receita de operação e manutenção**: refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que têm início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços.

Demais receitas:

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pelas controladas. São registradas no resultado dos exercícios nos quais as controladas reconhecem como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

(a) O cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;

(b) O desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;

(c) O desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (enforcement) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

w. **Benefícios pós-emprego - plano de suplementação de aposentadoria e pensão e outros benefícios pós emprego** - a Companhia e suas controladas patrocinam fundos de pensão pós emprego, plano de complementação de aposentadoria e assistência médica (plano de saúde). A obrigação líquida da Companhia e de suas controladas quanto aos planos de benefícios previdenciários nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD) é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercício anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e de suas controladas e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano na redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável

Notas Explicativas

durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

A Companhia e suas controladas patrocinam, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes diretamente no patrimônio líquido;

x. **Operações de compra e venda de energia - comercializadora -** a controlada ECOM tem como atividade principal a compra e venda de energia no ambiente de contratação livre (ACL), além disso, trabalha com a representação e gestão de consumidores livres de energia. Desta forma, assume compromissos de contratos bilaterais de curto e longo prazo que compõe seu portfólio. Em decorrência das operações descasadas, a controlada assume posições de sobras ou déficits de energia, que são mensuradas a uma curva de preço futuro de mercado (curva *forward*). A controlada tem flexibilidade para gerenciar os contratos destas carteiras com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de riscos. A finalidade é gerar lucro por flutuações de preço no curto prazo ou ganho com margem em operações de longo prazo. Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9/CPC 48 e são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. O valor justo dos derivativos é estimado com base na metodologia de nível 2, com utilização de cotações de preços publicadas em mercados ativos que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes; (ii) margem de risco no fornecimento; e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos diferir do preço da transação, um ganho ou perda será reconhecido. A Companhia e sua controlada ECOM não efetuaram transações de caráter especulativo em instrumentos derivativos no exercício.

y. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço; e

z. **Demonstração do valor adicionado** – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - *International Accounting Standards Board*

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros.	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 – Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis.	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 – Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

Notas Explicativas

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas e da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IRFS 3	Referência a estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022
IAS 37	Contrato oneroso	1º de janeiro de 2022
IAS 16/CPC 27	Imobilizado	1º de janeiro de 2022
IAS 2 CPC 16	Estoque	1º de janeiro de 2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020	Melhorias IFRS 1/CPC 37, IFRS 9/CPC 48, IFRS 16/CPC 06 (R2) e IAS 41/CPC 29	1º de janeiro de 2022

A Companhia e suas controladas também avaliaram os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

3.3 Reapresentação de exercícios anteriores

A Administração da Companhia procedeu a correção e a reclassificação de determinados valores, com efeitos retroativos, que resultou na reapresentação dos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2021 e 01 de janeiro de 2021, e das demonstrações da mutação do patrimônio líquido, do resultado, do resultado abrangente, do valor adicionado e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, originalmente emitidas em 16 de março de 2022, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", conforme segue:

(a) correção do cálculo na apuração dos valores contábeis do fornecimento de energia não faturado realizado por suas controladas distribuidoras de energia elétrica;
(b) apuração do imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os efeitos do assunto (a) acima;
(c) impactos na equivalência patrimonial/provisão para perdas em participações societárias decorrentes dos itens (a) e (b) acima; e
(d) reclassificação de aplicações financeiras no mercado de curto prazo e recursos vinculados, anteriormente classificadas no ativo não circulante para o ativo circulante, de forma a melhor refletir o prazo de realização das mesmas.

Balanço patrimonial	Controladora					
	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)	Divulgado 2020	Ajustes	01/01/2021 (reapresentado)
Ativo						
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados (d)	1.842.464	1.091.703	2.934.167	315.399	479.903	795.302
Ativo circulante	**2.045.112**	**1.091.703**	**3.136.815**	**600.765**	**479.903**	**1.080.668**
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados (d)	2.823.496	(1.091.703)	1.731.7938	2.320.928	(479.903)	1.841.025
Investimentos (a) (b) (c)	9.881.257	(377.640)	9.503.617	**9.191.868**	**(175.659)**	**9.016.209**
Ativo não circulante	**16.107.508**	**(1.469.343)**	**14.638.165**	**13.154.996**	**(655.562)**	**12.499.434**
Ativo Total	**18.152.620**	**(377.640)**	**17.774.980**	**13.755.761**	**(175.659)**	**13.580.102**
Passivo						

Notas Explicativas

Provisão para perdas em participações societárias (c)	392.896	19.649	412.545	152.133	(5.048)	147.085
Total do não circulante	6.286.824	**19.649**	6.306.473	4.264.089	**(5.048)**	4.259.041
Lucros (prejuízos) acumulados (a) (b) (c)	-	(397.289)	(397.289)	-	(170.611)	(170.611)
Patrimônio Líquido (a) (b) (c)	**8.434.440**	**(397.289)**	**8.037.151**	**6.648.737**	**(170.611)**	**6.478.126**
Total do passivo e patrimônio líquido (a) (b) (c)	**18.152.620**	**(377.640)**	**17.774.980**	**13.755.761**	**(175.659)**	**13.580.102**

Balanço patrimonial	Consolidado					
	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)	Divulgado 2020	Ajustes	01/01/2021 (reapresentado)
Ativo						
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados (d)	4.057.459	1.091.703	5.149.162	4.944.045	479.903	5.423.948
Clientes, consumidores, concessionárias e outros (a)	5.004.373	(637.739)	4.366.634	4.474.964	(278.852)	4.196.112
Tributos a recuperar (b)	1.229.269	127.335	1.356.604	674.326	58.896	733.222
Ativo circulante	**15.527.778**	**581.299**	**16.109.077**	**13.594.051**	**259.947**	**13.853.998**
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados (d)	1.185.892	(1.091.703)	94.189	617.236	(479.903)	137.333
Ativo não circulante	**22.566.997**	**(1.091.703)**	**21.475.294**	**15.776.191**	**(479.903)**	**15.296.288**
Ativo Total	**54.768.404**	**(510.404)**	**54.258.000**	**45.562.807**	**(219.956)**	**45.342.851**
Passivo						
Impostos e contribuições sociais (b)	934.900	(58.991)	875.909	812.733	(25.794)	786.939
Encargos setoriais (a)	329.102	(5.732)	323.370	203.865	(2.507)	201.358
Passivo circulante	**12.716.103**	**(64.723)**	**12.651.380**	**12.401.270**	**(28.301)**	**12.372.969**
Encargos setoriais (a)	129.878	-	129.878	262.551	-	262.551
Passivo não circulante	32.521.060	-	**32.521.060**	25.645.868	-	**25.645.868**
Lucros (prejuízos) acumulados (a) (b) (c)	-	(397.289)	(397.289)	-	(170.611)	(170.611)
Participação de acionistas não controladores	1.096.801	(48.392)	**1.048.409**	866.932	(21.044)	**845.888**
Total do Patrimônio Líquido (a) (b) (c)	**9.531.241**	**(445.681)**	**9.085.560**	**7.515.669**	**(191.655)**	**7.324.014**
Total do passivo e patrimônio líquido (a) (b) (c)	**54.768.404**	**(510.404)**	**54.258.000**	**45.562.807**	**(219.956)**	**45.342.851**

Demonstração do Resultado do Exercício	Controladora		
	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)
Equivalência patrimonial (a) (b) (c)	**2.719.917**	**(226.678)**	**2.493.239**
Resultado antes das receitas e despesas financeiras liquidas (a)	**2.707.772**	**(226.678)**	**2.481.094**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro (a)	**2.930.028**	**(226.678)**	**2.703.350**
Lucro líquido do exercício das operações continuadas (a) (b)	**2.769.711**	**(226.678)**	**2.543.033**
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas	**48.467**	-	**48.467**
Lucro líquido do exercício (a) (b) (c)	**2.818.178**	(226.678)	**2.591.500**
Lucro atribuível a:			
Acionistas da controladora (a) (b) (c)	**2.818.178**	(226.678)	**2.591.500**
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R$	**1,55**	(0,12)	**1,43**
Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial das operações continuadas- R$	**1,55**	(0,12)	**1,43**

Notas Explicativas

Demonstração do Resultado do Exercício	Consolidado		
	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (Reapresentado)
Receita operacional líquida (a)	26.797.969	(322.465)	26.475.504
Lucro bruto (a)	**6.020.127**	**(322.465)**	**5.697.662**
Resultado antes das receitas e despesas financeiras liquidas (a)	**4.949.049**	**(322.465)**	**4.626.584**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro (a)	**3.851.503**	**(322.465)**	**3.529.038**
Imposto de renda e contribuição social corrente (b)	(684.665)	69.011	(615.654)
Imposto de renda e contribuição social diferido (b)	(146.472)	(572)	(147.044)
Lucro líquido do exercício das operações continuadas (a) (b)	**3.020.366**	**(254.026)**	**2.766.340**
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas	**48.467**	-	**48.467**
Lucro líquido do exercício (a) (b) (c)	**3.068.833**	(254.026)	**2.814.807**
Lucro atribuível a:			
Acionistas da controladora ((a) (b) (c)	**2.818.178**	**(226.678)**	**2.591.500**
Acionistas não controladores (a) (b) (c)	**250.655**	**(27.348)**	**223.307**
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R$	**1,55**	**(0,12)**	**1,43**
Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial das operações continuadas- R$	**1,55**	**(0,12)**	**1,43**

Demonstração do Resultado Abrangente	Controladora		
	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício (a) (b) (c)	2.818.178	(226.678)	2.591.500
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	2.937.843	(226.678)	2.711.165
Atribuível a:			
Acionistas controladores	2.937.843	(226.678)	2.711.165

Demonstração do Resultado Abrangente	Consolidado		
	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício (a) (b) (c)	3.068.833	(254.026)	2.814.807
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	3.197.632	(254.026)	2.943.606
Atribuível a:			
Acionistas controladores	2.946.977	(235.812)	2.711.165
Acionistas não controladores	250.655	(18.214)	232.441

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Controladora		
	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021 (a) (b) (c)	**6.648.737**	**(170.611)**	**6.478.126**
Lucro líquido do exercício (a) (b)	2.818.178	(226.678)	2.591.500
Total do patrimônio líquido (a) (b)	**8.434.440**	**(397.288)**	**8.037.152**

Notas Explicativas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Consolidado		
	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021 (a) (b) (c)	**7.515.669**	**(191.655)**	**7.324.014**
Lucro líquido do exercício (a) (b) (c)	3.068.833	(254.026)	2.814.807
Total do patrimônio líquido (a) (b) (c)	**9.531.241**	**(445.681)**	**9.085.560**

Demonstração do Valor Adicionado	Controladora		
	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)
Valor adicionado recebido em transferência			
Equivalência patrimonial (a) (b) (c)	**2.719.917**	**(226.678)**	**2.493.239**
Valor adicionado total a distribuir	**3.432.566**	**(226.678)**	**3.205.888**
Distribuição do valor adicionado:			
Lucros (prejuízos) do exercício (a) (b)	-	(226.678)	(226.678)

Demonstração do Valor Adicionado	Consolidado		
	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços (a)	34.812.908	(358.887)	34.454.021
Valor adicionado bruto	**17.102.021**	**(358.887)**	**16.743.134**
Valor adicionado líquido	**15.859.035**	**(358.887)**	**15.500.148**
Valor adicionado recebido em transferência			
Valor adicionado total a distribuir	**17.385.192**	**(358.887)**	**17.026.305**
Distribuição do valor adicionado:			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais (b)	2.439.757	(101.637)	**2.338.120**
Obrigações intrassetoriais (a)	1.950.972	**(3.224)**	**1.947.748**
Reservas de lucros (a) (b) C)	-	(254.026)	(254.026)

Demonstração dos Fluxos de Caixa	Controladora		
	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício das operações continuadas (a) (b) (c)	2.769.711	(226.678)	2.543.033
Equivalência patrimonial (c)	(2.719.917)	226.678	(2.493.239)

Demonstração dos Fluxos de Caixa	Consolidado		
	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)
Atividades Operacionais			
Lucro líquido do exercício das operações continuadas (a) (b) (c)	**3.020.366**	**(254.026)**	**2.766.340**
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas (a) (b) (c)	**48.467**	**-**	**48.467**
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (b)	831.137	(68.439)	762.698
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Diminuição (aumento) de consumidores e concessionárias (a)	(921.064)	358.887	(562.177)
(Aumento) diminuição de tributos a recuperar (b)	(164.371)	(33.197)	(197.568)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
(Diminuição) aumento de outras contas a pagar (a)	269.695	(3.225)	266.470

Notas Explicativas

4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Energisa e suas controladas em 31 de dezembro de 2022. O controle é obtido quando a Energisa estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com as investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação as investidas.

Especificamente, o Grupo Energisa controla uma investida se, e apenas se, tiver:

• Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida).

• Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
• A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo Energisa tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

• O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto.

• Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.

• Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo Energisa, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Notas Explicativas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Energisa e das controladas.

	Ramo de atividade	% de participação	
		2022	2021
Controladas diretas			
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A (EMR) (1) (2)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A (ENF) (2)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO)	Distribuição de energia	98,16	95,56
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC)	Distribuição de energia	98,81	95,09
Energisa Soluções S/A (ESOL)	Serviços	100	100
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (ESER)	Inspeção termográfica aérea	100	100
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA)	Corretagem de seguros	58,26	58,26
Energisa Comercializadora de Energia Ltda (ECOM)	Comercialização de energia	100	100
Parque Eólico Sobradinho Ltda. (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Usina Maurício S/A (GUM)	Geração de energia elétrica	100	100
Energisa Geração Central Solar Coremas S/A (3)	Geração solar de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Boa Esperança S/A (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Mandacaru S/A (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Central Eólica Alecrim S/A (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro - Muquim S/A (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	Geração eólica de energia	100	100
Alsol Energias Renováveis S/A	Holding e Geração de energia distribuída	89,66	89,48
Energisa Participações Minoritárias S/A	Holding	82,72	82,72
FIM Zona da Mata	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Caixa FI Energisa	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Dinâmica Direitos Creditórios	Securitização de créditos	100	100
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	Holding	99,98	99,98
Energisa Transmissão de Energia S/A (1)	Holding	100	100
Voltz Capital S.A (3)	Serviços	100	100
Fundo de Investimento em Cotas (FIC - FIDC) (5)	Fundo de investimento	26	26
Controladas indiretas			
Rede Energia Participações S.A (1)	Holding	94,63	94,63
Rede Power do Brasil S/A	Holding	94,63	94,63
QMRA Participações S/A	Holding	94,62	94,62
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A (EMT) (1)	Distribuição de energia	87,53	87,53
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A (EMS) (1) (4)	Distribuição de energia	94,57	94,57
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A (ETO)	Distribuição de energia	72,55	72,55
Multi Energisa Serviços S/A (Multi)	Serviços	94,62	94,62
Energisa Sul - Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (ESS) (1)	Distribuição de energia	93,91	93,91
Energisa Soluções Construções e Serviços em linhas e Redes S/A (ESOLC)	Serviços	100	100
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (EPA I)	Transmissão de energia	100	100
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A (EGO I)	Transmissão de energia	100	100
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A (EPA I)	Transmissão de energia	100	100
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A (ETT)	Transmissão de energia	100	100
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A II (ETT III)	Transmissão de energia	100	100
Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A (EAM) (3)	Transmissão de energia	100	100
Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A (nova denominação social de Energisa Transmissora de Energia III S/A (EAP) (3)	Transmissão de energia	100	100
Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A (EPTE)	Transmissão de energia	100	-
Gemini Energy S/A	Transmissão de energia	100	-
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A (LMTE)	Transmissão de energia	85,04	-

Notas Explicativas

	Ramo de atividade	% de participação	
		2022	2021
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A (LXTE)	Transmissão de energia	83,34	-
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A (LTTE)	Transmissão de energia	100	-
Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia (LITE)	Transmissão de energia	100	-
Plena Op. e Manut. de Transmissoras de Energia Ltda	Transmissão de energia	100	-
Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda	Geração de energia distribuída	99,9	89,50
URB – Energia Limpa Ltda	Geração de energia distribuída	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica I Ltda (nova denominação social) da SPE Vision Solar I Ltda	Geração distribuída fotovoltaica	100	-
Reenergisa Geração Fotovoltaica II S.A (nova denominação social) da Vision Francisco Sá SPE S/A	Geração distribuída fotovoltaica	100	-
Renesolar Engenharia Elétrica Ltda	Geração distribuída fotovoltaica	100	-
Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda	Geração distribuída fotovoltaica	100	-
Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda (“Sociedades”)	Geração distribuída fotovoltaica	100	-

(1) Companhias abertas.

(2) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2022 foi aprovada a incorporação societária pela Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S/A (nova denominação social da Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A, vide nota explicativa nº1).

(3) Em fase pré-operacional.

(4) A Rede Power do Brasil S/A é controlada pela Rede Energia Participações S.A., e possui 35,92% de participação na EMS.

(5) Fundo de Investimento e Cotas (FIC – FIDC).

A Companhia e suas controladas realizaram em janeiro de 2021, a cessão de determinados créditos inadimplidos para os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP) Nevasca, Planície e Névoa, os quais tem como cotista o Fundo de Investimento em Cotas (FIC – FIDC) o qual contou com participação de 74,0% do Banco BTG Pactual e 26,0% da Companhia. A valoração dos créditos para a cessão aos FIDC-NPs foi realizada conforme Laudo de Avaliação elaborado por consultores independentes. A metodologia adotada para a precificação dos créditos inadimplidos foi a do fluxo de caixa descontado, sendo que os valores nominais dos créditos foram ajustados conforme a recuperação estimada para cada um dos FIDC-NPs, conforme segue:

(i) FIDC Títulos de precatórios - foram avaliados conforme as suas respectivas posições nas filas de precatórios, capacidade fiscal e de pagamento dos entes federativos (municípios), sendo considerada a data de pagamento limite de 31 de dezembro de 2024 ou 2028. A taxa de recuperação dos precatórios foi classificada conforme a qualidade do crédito do ente federativo: os precatórios de municípios que possuem boa capacidade financeira atribuem-se a taxa de recuperação estimada de 39,0%, já aqueles com baixa capacidade financeira tiveram a sua taxa de recuperação estimada em 19,0%;

(ii) FIDC Títulos de empresas em recuperação judicial/falência - os créditos cedidos ao FIDC-NP consideraram os fluxos de pagamento e deságios previstos nos planos de recuperação judicial e, adicionalmente, taxas de recuperação estimadas, sendo de 50% para os créditos com planos de recuperação judicial homologados e 10% para os com planos de recuperação judicial não-homologados; já para os créditos das empresas em situação de falência, adotou-se a taxa de recuperação entre 5% a 8% do valor do crédito;

(iii) FIDIC Créditos de ações judiciais - os créditos cedidos ao FIDC-NP foram separadas em dois blocos: no primeiro bloco estão os processos relevantes, cujas premissas para avaliação foram embasadas em análises de consultoria especializada; no segundo bloco têm-se duas subcategorias de processos judiciais – na primeira subcategoria, a das ações contra a administração pública em fases anteriores a do trânsito em julgado, denominadas pré-precatórios, considerou-se a expectativa de pagamento do crédito ao final de 2030; na segunda subcategoria estão os demais processos judiciais, cuja expectativa média do trânsito em julgado de ações semelhantes é de 10 anos. A taxa de recuperação estimada para as ações judiciais deste FIDC-NP foi de 42,4%.

(iv) FIDC Créditos Comerciais – os créditos cedidos ao FIDC-NP são compostos por créditos vencidos de clientes das distribuidoras (Grupos A e B) que possua pelo menos uma fatura vencida há mais de um ano, que estejam com a unidade consumidora desligada, e sem ação judicial vinculada à distribuidora, nas diversas classes de consumo, inclusive valores renegociados no SINED. Envolvem, majoritariamente, créditos com valores originais abaixo de R$100 mil.

A Companhia passou a consolidar o fundo a partir de 31 de março de 2021, devido as atividades conduzidas pelo FIDC atenderem substancialmente as necessidades operacionais da Companhia, e também pelo fato de estar exposta a todos os riscos e benefícios atrelados ao fundo. O acordo de cotista prevê uma opção de venda contra a Companhia para a aquisição das cotas do banco BTG Pactual no montante de R$245.431 (R$213.428 em 2021) atualizadas anualmente a CDI + 2,35%, monta em R$32.003 (R$13.428 em 2021) podendo ser exercida quando do descumprimento de certas obrigações contidas no regulamento do acordo de cotista ou a qualquer momento a partir do quarto exercício do acordo. A Companhia possui opção de compra para aquisição das cotas do banco BTG Pactual no FIDC nas mesmas condições da opção de venda, ou seja, com uma atualização de CDI + 2,35%.

Notas Explicativas

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

(a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

(b) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e

(c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

5. Informações por segmento - consolidado

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de distribuição, transmissão, geração hidráulica e distribuída, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	2022					
	Distribuição	Transmissão	Geração Hidráulica, solar e distribuída	Comercialização	Serviços e outros	Total
Receitas Externas	24.015.652	1.537.980	91.815	820.300	37.390	26.503.137
Receitas Intersegmentos	30.868	45.460	-	-	690.801	767.129
Total	**24.046.520**	**1.583.440**	**91.815**	**820.300**	**728.191**	**27.270.266**
Receitas Financeiras	1.213.413	31.096	42.192	9.126	935.812	2.231.639
Despesas Financeiras	(3.015.316)	(377.257)	(81.390)	(27.239)	(1.313.411)	(4.814.613)
Total	**(1.801.903)**	**(346.161)**	**(39.198)**	**(18.113)**	**(377.599)**	**(2.582.974)**
Amortização e depreciação	**(1.208.652)**	**(306)**	**(16.273)**	**(213)**	**(49.020)**	**(1.274.464)**
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	**2.853.925**	**642.629**	**(26.739)**	**25.128**	**(356.159)**	**3.138.784**

	2021 (reapresentado)					
	Distribuição	Transmissão	Geração Hidráulica, solar e distribuída	Comercialização	Serviços e outros	Total
Receitas Externas	24.515.459	971.081	50.053	894.480	44.431	26.475.504
Receitas Intersegmentos	24.255	14.134	2.165	-	428.439	468.993
Total	**24.539.714**	**985.215**	**52.218**	**894.480**	**472.870**	**26.944.497**
Receitas Financeiras	1.316.440	4.966	(446)	2.096	634.058	1.957.114
Despesas Financeiras	(2.550.607)	(96.865)	(11.095)	(7.821)	(388.272)	(3.054.660)
Total	**(1.234.167)**	**(91.899)**	**(11.541)**	**(5.725)**	**245.786**	**(1.097.546)**
Amortização e depreciação	**1.187.838**	**152**	**7.006**	**159**	**47.831**	**1.242.986**

Notas Explicativas

Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	**3.195.370**	**260.710**	**2.115**	**(32.126)**	**102.969**	**3.529.038**	

	Distribuição	Transmissão	Geração Hidráulica, solar e distribuída	Comercialização	Serviços e outros	2022	2021 (reapresentado)
Ativos dos segmentos	**45.367.104**	**7.894.732**	**1.939.164**	**351.656**	**6.801.647**	**62.354.303**	**56.763.299**
Ativo circulante	10.054.635	1.148.874	321.578	219.059	3.329.547	**15.073.693**	15.790.881
Ativo não circulante	35.312.469	6.745.858	1.617.586	132.597	3.472.100	**47.280.610**	40.972.418
Passivos dos segmentos	**35.030.601**	**6.321.919**	**1.234.717**	**333.809**	**6.949.504**	**49.870.550**	**47.677.740**
Passivo circulante	10.267.307	1.202.595	552.865	161.577	1.389.972	13.574.316	13.424.893
Passivo não circulante	24.763.294	5.119.324	681.852	172.232	5.559.532	**36.296.234**	34.252.847

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	2022	2021 (reapresentado)
Receita		
Receita líquida total de segmentos	27.270.266	26.944.497
Eliminação de receitas intersegmentos	(767.129)	(468.993)
Receita líquida consolidada	**26.503.137**	**26.475.504**
Amortização e depreciação		
Amortização e depreciação total de segmentos	1.274.464	1.242.986
Amortização e depreciação consolidada.	**1.274.464**	**1.242.986**
Receita financeira		
Receita financeira total de segmentos	2.231.639	1.957.114
Eliminação de receitas intersegmentos	(618.235)	(526.871)
Receita financeira consolidada	**1.613.404**	**1.430.243**
Despesa financeira		
Despesa financeira total de segmentos	(4.814.613)	(3.054.660)
Eliminação de despesa intersegmentos	618.235	526.871
Despesa financeira consolidada	**(4.196.378)**	**(2.527.789)**
Total do resultado dos segmentos	3.138.784	3.529.038
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**3.138.784**	**3.529.038**

	2022	2021 (reapresentado)
Ativo		
Ativo total dos segmentos	62.354.303	56.763.299
Outros valores não alocados	(2.683.635)	(2.505.299)
Total Ativo consolidado	**59.670.668**	**54.258.000**
Passivo		
Passivo total dos segmentos	49.870.550	47.677.740
Outros valores não alocados	(2.683.635)	(2.505.299)
Total passivo consolidado	**47.186.915**	**45.172.441**

Notas Explicativas

6. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 equivale a 102,5% (65,0% do CDI em 31 de dezembro de 2021) na controladora e 93,7% do CDI (88,5% do CDI em 31 de dezembro de 2021) no consolidado.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	**22.291**	**17.346**	**429.805**	**338.165**
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	20.021	-	114.828	166.863
Operações compromissadas	-	62	371.574	268.477
Total de caixa e equivalentes de caixa - Circulante [1]	**42.312**	**17.408**	**916.207**	**773.505**

[1] As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

6.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundos de renda fixa, letra financeira do tesouro, notas do tesouro nacional, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2022 equivale a 101,6% do CDI (217,2% do CDI em 31 de dezembro de 2021) na controladora e 100,9% do CDI (121,2% do CDI em 31 de dezembro de 2021) no consolidado.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021 (reapresentado)	2022	2021 (reapresentado)
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado				
Certificado de Depósito Bancário (CDB) [*]	-	12.006	124.921	66.567
Certificado de Depósito Bancário Garantias Comerciais (CDB) [1]	-	-	9.475	9.833
Compromissadas	10	-	233	-
Debêntures [2]	2.378.216	2.358.704	-	-
Fundos de Investimentos [3]	103.575	35.855	270.002	56.980
Fundos de investimentos exclusivos [4]				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	8.340	-	46.523
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	7.115	1.151	46.195	3.453
Compromissadas	54.688		115.967	
Fundo Multimercado	94.319	12.521	184.175	25.611
Fundo de Renda Fixa	1.155.593	938.132	3.220.078	2.009.475
Letra financeira do Tesouro (LFT)	53.393	582.953	171.131	1.213.538
Letra financeira (LFNP)	12.512	-	23.573	-
Letra financeira (LF)	161.722	146.652	392.573	385.608
Letra financeira (LFP)	-	1.508	-	3.084
Letra financeira (LTN)	9.345	23.713	18.229	48.507
Nota do tesouro nacional (NTNB)	194.014	531.971	364.871	1.260.121
Nota do tesouro nacional (NTNF)	12.986	12.454	25.330	25.476
Fundos de Investimentos em direitos creditórios [5]	-	-	65.339	88.575
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados [6]	**4.237.488**	**4.665.960**	**5.032.092**	**5.243.351**
Circulante	1.903.286	2.934.167	4.835.505	5.149.162

Notas Explicativas

Não Circulante	2.334.202	1.731.793	196.587	94.189

(1) Certificado de Depósito Bancário (CDB) - Garantias Comerciais - refere-se a recursos vinculados às garantias comerciais de clientes, conforme contrato de venda de energia. Os recursos do mesmo montante foram reconhecidos em contrapartida na rubrica do passivo circulante e são remunerados de 99,5% a 100,0% (99,5% a 100,5% em 31 dezembro de 2021) e média ponderada 99,9% (99,8% em 31 dezembro de 2021) do CDI;

(2) Debêntures – refere-se a debêntures privadas emitidas pelas controladas, distribuidoras de energia elétrica;

(3) Fundo de Investimento - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de -31,4% a 112,3% (57,2% a 170,5% em 31 de dezembro de 2021) e média ponderada 75,5% (84,3% em 31 dezembro de 2021) do CDI;

(4) Fundos de investimentos exclusivos - inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, Fundo Multimercado, LFT, LF, LFP, LTN, NTNB e NTNF e são remuneradas, 108,1% (107,0% em 31 dezembro de 2021) do CDI Fundo BTG Zona da Mata, 102,9% do CDI Fundo BB Energisa, 101,2% (138,0% em 31 dezembro de 2021) do CDI Fundo MAG Zona da Mata, 98,1% (127,8% em 31 dezembro de 2021) do CDI Fundo Cataguases e 102,6% (117,3% em 31 dezembro de 2021) do CDI Fundo Zona da Mata;

(5) Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC IV Energisa Centro Oeste com vencimento em 01 de outubro de 2034; e

(6) Inclui na controladora R$17.828 (R$16.610 em 2021) e no consolidado R$403.537 (R$192.047 em 2021) referente a recursos vinculados, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
Recursos vinculados	2022	2021	2022	2021
Depósito judicial credores	17.788	16.583	17.788	16.583
Bloqueio Judicial	30	27	6.247	6.228
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	-	-	65.339	88.575
Programa Luz para todos	-	-	195.336	55.085
Garantia com comercialização de energia	-	-	12.703	12.607
Conselho do consumidor	-	-	3.663	2.623
Garantia de empréstimos, financiamentos e debêntures (*)	-	-	88.707	-
Outros	10	-	13.754	10.346
Total	**17.828**	**16.610**	**403.537**	**192.047**

(*) Inclui a garantia de empréstimos junto ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) das controladas indiretas transmissoras de energia elétrica, LMTE e LXTE.

Notas Explicativas

7. Clientes, consumidores, concessionárias e outros

Na controladora, inclui principalmente serviços especializados prestados as controladas, conforme detalhado na nota explicativa nº 12, enquanto no consolidado englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado								
			Saldos a vencer		Saldos vencidos					Total	
	2022	2021	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias	PPECLD [6]	2022	2021 (reapresentado)
Valores correntes: [1]											
Residencial	-	-	508.178	-	501.487	93.606	86.748	210.596	(405.209)	995.406	1.131.004
Industrial	-	-	120.246	-	38.893	4.380	7.767	54.435	(54.681)	171.040	185.930
Comercial	-	-	240.536	-	100.524	15.154	19.071	77.706	(98.260)	354.731	433.291
Rural	-	-	127.202	-	71.749	19.870	32.385	36.560	(36.829)	250.937	287.118
Poder público	-	-	116.783	-	11.108	994	1.053	13.735	(13.993)	129.680	139.263
Iluminação pública	-	-	67.507	-	3.080	465	1.120	16.452	(16.810)	71.814	104.996
Serviço público	-	-	59.171	-	12.799	8.769	18.807	131.314	(160.871)	69.989	67.756
Fornecimento não faturado	-	-	1.333.799	-	-	-	-	-	(4.790)	1.329.009	1.282.270
Arrecadação Processo Classificação	-	-	6.885	-	-	-	-	-	-	6.885	23.999
Valores renegociados:											
Residencial	-	-	50.998	192.516	39.512	22.650	23.829	115.429	(233.834)	211.100	263.876
Industrial	-	-	10.356	32.524	4.145	1.768	3.127	28.420	(42.691)	38.649	33.400
Comercial	-	-	17.576	131.100	9.354	5.222	7.051	41.960	(80.889)	131.374	124.233
Rural	-	-	9.043	38.040	5.413	2.877	3.912	10.176	(33.220)	36.241	37.323
Poder público [2]	-	-	16.499	289.231	1.352	115	209	4.893	(4.769)	307.530	306.495
Iluminação pública	-	-	10.042	34.262	521	15	317	155	(487)	44.825	48.221
Serviço público	-	-	842	7.419	347	320	108	3.836	(4.554)	8.318	10.770
(-) Ajuste valor Presente [3]	-	-	(2.588)	(165.117)	-	-	-	-	-	**(167.705)**	(131.742)
Subtotal-clientes	**-**	**-**	**2.693.075**	**560.975**	**800.284**	**176.205**	**205.504**	**745.667**	**(1.191.887)**	**3.989.823**	**4.348.203**
Suprimento energia a concessionárias[4]	-	-	55.770	-	-	-	-	32.692	(354)	88.108	257.477
Serviços Especializados	70.857	32.681	94.498	-	3.103	-	-	-	(11.233)	86.368	31.152
Serviços de transmissão de energia elétrica	-	-	68.181	-	2.542	1.884	239	1.515	-	74.361	9.042
Energia Comercializada com clientes livres	-	-	104.839	-	-	-	-	-	(4.083)	100.756	118.175
Outros [5]		-	58.165	-	-	-	-	1.322.877	(105.865)	1.275.177	1.064.509
Total	**70.857**	**32.681**	**3.074.528**	**560.975**	**805.929**	**178.089**	**205.743**	**2.102.751**	**(1.313.422)**	**5.614.593**	**5.828.558**
Circulante	70.857	32.681								3.952.081	4.366.634
Não circulante	-	-								1.662.512	1.461.924

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos;

(2) Poder Público - inclui valores de créditos a receber pelas controladas ESE e EMT, junto a clientes, conforme segue:

(i) A controlada ESE possui créditos a receber, com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), referente às contas de energia elétrica do período de janeiro/1994 a novembro/1997. O débito da CODEVASF é objeto de ação judicial de cobrança perante a Justiça Federal do Distrito Federal. Em 19/12/2017, foi negociado acordo de pagamento do crédito que previa que a

Notas Explicativas

dívida renegociada totalizava em R$100.000, com vencimento em dezembro de 2019 e dezembro de 2020, com juros calculados de acordo com as variações da taxa Selic. O referido acordo não se concretizou, sendo mantida a ação judicial de cobrança.

Ainda que frustrado o acordo, a Administração da controlada tem seu entendimento de serem certas a liquidez e a exigibilidade do crédito, uma vez que, na referida ação de cobrança a CODEVASF foi condenada a pagar o valor devido em primeira e segunda instância, e não recorreu dessa condenação. A discussão nos autos persiste unicamente pelo índice de correção aplicável a determinado período do débito, sendo certo que o Tribunal Regional Federal, em sua última decisão, limitou-se a aplicar a jurisprudência do STF e STJ proferidos no âmbito da Repercussão Geral Tema 810 e Recurso Repetitivo, sendo altamente improvável qualquer alteração nos cálculos.

O pagamento do crédito se dará mediante a expedição de precatório federal, e o crédito deverá ser atualizado conforme os critérios estabelecidos no Julgamento do Tribunal. O crédito tem perspectiva de recebimento em até 8 anos, sendo o prazo de 7 anos, tempo estimado para a finalização do Processo, com a discussão exclusivamente do índice de correção, mais 1 ano para expedição do precatório e pagamento.

Por se tratar da União Federal, o risco de incapacidade de pagamento é muito baixo, por ser a CODEVASF empresa pública dependente, com controle societário da União Federal. De acordo com suas Demonstrações Financeiras, 90,66% de seus recursos financeiros são provenientes da União Federal.

Em 31 de dezembro de 2022 o valor a receber referente a esse crédito, com juros e correção monetária fixados no acordão do TRF, é de R$131.439 (R$124.163 em 2021), que inclui R$30.025 (R$23.025 em 2021) de atualização monetária. No exercício findo de 31 de dezembro de 2022 foram contabilizados R$7.276 (R$6.001 em 2021) de atualização monetária reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em receita financeira - outros no consolidado. Sobre esses créditos a controlada ESE constituiu provisão para ajuste a valor presente no montante de R$24.838 (R$24.251 em 2021), dos quais cerca de R$587 (R$918 em 2021) foram contabilizados na demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela aplicação da taxa anual de CDI + 2,5% ao ano. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual, e representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações;

(ii) A controlada EMT realizou renegociação em 03 de agosto de 2016 em que assinou com a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica, de energia elétrica, líquido de juros, correção monetária e multas, que está sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 31 de dezembro de 2016. Sobre o saldo devedor incide juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão da SANECAP (abril/2042). Em 31 de dezembro de 2022 o valor a receber referente a esse crédito monta em R$82.329 (R$85.349 em 2021). Sobre esses créditos a controlada EMT constituiu provisão para ajuste a valor presente no montante de R$20.161 (R$23.853 em 2021), tendo sido contabilizado R$3.692 (R$2.590 em 2021) na demonstração de resultado do exercício na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela variação anual da taxa CDI. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual, e representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações.

(3) Ajuste a valor presente - calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa de mercado.

(4) Inclui energia vendida na Câmara de Comercializção de Energia Elétrica – CCEE, que se apresenta como segue:

Composição dos créditos da CCEE	Consolidado	
	2022	2021
Saldos a vencer	55.770	227.325
Créditos vinculados a liminares (a)	32.692	34.589
Sub-total créditos CCEE (*)	**88.462**	**261.914**
(-) Aquisição de energia na CCEE (**)	(85.707)	(227.277)
(-) Encargos de serviços do sistema (**)	(2.141)	(605.706)
Total débitos CCEE	**614**	**(571.069)**

(*) O subtotal de R$88.462 (R$261.914 em 2021) não inclui a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa no valor de R$354 (R$4.437 em 2021).

(**) Vide nota explicativa nº 19.

(a) Créditos vinculados a liminares - os valores que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a alterações dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Administração acompanha os pleitos realizados e é de seu entendimento que os valores serão integralmente recebidos quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(5) Outros – inclui serviços taxados, outros valores a receber de consumidores e: (i) montante de R$842.024 (R$625.143 em 2021) ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres incidentes sobre a demanda de energia, contabilizado no ativo não circulante e suspenso por liminares. Em contrapartida possui o mesmo valor contabilizado na rubrica de imposto sobre criculação de mercadora e serviços - ICMS em impostos e contribuições sociais no passivo não circulante no consolidado; (ii) R$217.918 (R$216.883 em

Notas Explicativas

2021), referente ao ICMS demanda e ICMS Geração Distribuída recolhidos pelas controladas EMT, EPB, EBO, EAC, ERO, EMR, incorporou ENF) conforme segue:

Controladas/Origem	Créditos de ICMS a receber dos clientes
EMT – ICMS Demanda (*)	81.191
EMT – Geração Distribuída	101.810
EPB – Geração Distribuída	16.744
EBO - Geração Distribuída	1.324
EMR – Geração Distribuída (**)	2.621
EAC – Geração Distribuída	1.264
ERO – Geração Distribuída	12.914
TOTAL	**217.868**

(*) Processo referente ao ICMS Demanda movido pelo Estado de Mato Grosso contra a controlada EMT decorrentes de autuações sob o argumento de que a controlada cumpriu de forma equivocada as decisões que eximiu alguns clientes de recolher o ICMS sobre a demanda. A controlada EMT firmou em 23 de setembro de 2021 o Termo de Acordo Extrajudicial -TAE com o Estado, resultando no pagamento, a vista, em 30 de setembro de 2021, do débito integral com a adesão ao Programa REFIS-MT. A controlada irá ingressar com medidas administrativas e judiciais para a recuperação dos valores pagos, para regresso contra os consumidores que efetivamente se beneficiaram das decisões judiciais pelo não recolhimento do ICMS. A Administração tem constituído provisão de perdas esperadas de R$81.191 em face de que a realização do ativo se dará por eventos futuros incertos não totalmente sob controle da controlada.

As controladas EMT, EPB, EBO, EMR, EAC e ERO efetuaram pagamento em 2021 de ICMS Geração Distribuída incidente sobre os encargos de conexão ou uso do sistema de distribuição, utilizados pelos consumidores de geração distribuída (GD), no valor de R$136.677 tendo constituído provisão de perdas de R$2.192, contabilizado em outras despesas financeiras no consolidado no exercício de 2021. As controladas realizarão cobranças dos respectivos montantes junto aos seus consumidores.

(**) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2022 foi aprovada a incorporação societária pela Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S/A (nova denominação social da Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A, vide nota explicativa nº1).

(6) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - a provisão foi constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da Administração;

Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

Movimentação das provisões	2022	2021
Saldo em 2021 e 2020 - circulante	**1.260.344**	**1.126.480**
Provisões, deduzidas de reversões, constituídas no exercício	370.431	250.312
Baixa de contas de energia elétrica – incobráveis	(215.337)	(116.448)
Saldo em 2022 e 2021 - circulante	**1.415.438**	**1.260.344**
Alocação:		
Clientes, consumidores, concessionárias e outros	1.313.422	1.136.781
Títulos de créditos a receber	3.687	8.188
Outros créditos (vide nota explicativa nº 11)	98.329	115.375
Saldo final	**1.415.438**	**1.260.344**

Notas Explicativas

8. Tributos a recuperar

Os demais itens referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021 (reapresentado)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	510.610	388.308
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	248.861	167.423	826.524	639.455
Contribuição social sobre o lucro - CSSL	7.530	10.149	188.141	150.664
Contribuições ao PIS e a COFINS	15.325	7.091	225.421	248.664
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo PIS e COFINS (1)	-	-	3.125.942	3.584.548
Outros	5.376	351	62.731	63.849
	277.092	**185.014**	**4.939.369**	**5.075.487**
Circulante	171.668	54.450	2.261.522	1.356.604
Não circulante	105.424	130.564	2.677.847	3.718.883

Controladas	2022	2021
Ações judiciais com trânsito em julgado		
EPB	337.151	413.829
EBO	59.545	68.710
ETO	152.631	219.314
ESE	167.119	224.523
EMT	1.148.819	1.254.231
EMS	458.898	531.498
EAC	47.173	65.026
ENF (2)	-	57.596
EMR (2)	55.360	-
ERO	100.272	148.899
ESS	371.500	-
Subtotal	**2.898.468**	**2.983.626**
Ações judiciais não transitada em julgado		
ESS	-	392.033
EMR (2)	227.474	208.889
Subtotal	**227.474**	**600.922**
Total	**3.125.942**	**3.584.548**
Total Circulante	**981.621**	**294.961**
Total Não Circulante	**2.144.321**	**3.289.587**

(1) As controladas de distribuição de energia elétrica possuem créditos de PIS e COFINS a recuperar em 31 de dezembro de 2022 de R$3.125.942 (R$3.584.548 em 2021), referente a exclusão do ICMS na base de cálculo daquelas contribuições referente ações judiciais com trânsito ou não em julgado.

Em 13 de maio de 2021 o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS é fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil no consolidado de créditos e de obrigações em contrapartida a demonstração do resultado do período no consolidado. Os respectivos valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R$299.062 (R$597.455 em 2021), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício no consolidado.

Notas Explicativas

As controladas EPB, EBO, ETO, ESE, EMT, EMS, ERO, EAC, ESS (Incorporadas ELO, ENA e EBR) e ENF (incorporada pela EMR) tiveram seus créditos habilitados pela RFB e as compensações realizadas ao longo do exercício de 2022 totalizando em R$757.668 (R$225.018 em 2021).

Ainda que as ações judiciais das controladas EMR e ESS (incorporadora Caiuá e incorporada EDEVP) não tenham transitado em julgado, a Administração possui convicção de ser adequado o seu reconhecimento, visto que, a realização dos créditos é mais do que provável.

(2) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2022 foi aprovada a incorporação societária pela Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S/A (nova denominação social da Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A, vide nota explicativa nº1).

9. Reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios – consolidado

9.1 Reajustes tarifários:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 3.012, de 05/07/2022	11,52%	12/07/2022
EMR (1)	Resolução 3.047, de 21/06/2022	16,57%	22/06/2022
EBO	Resolução 3.008, de 01/02/2022	9,72%	04/02/2022
ENF (1)	Resolução 3.048, de 21/06/2022	19,19%	22/06/2022
EPB	Resolução 3.101, de 23/08/2022	1,03%	28/08/2022
ETO	Resolução 3.054, de 28/06/2022	14,78%	04/07/2022
ESE	Resolução 3.023, de 19/04/2022	16,24%	22/04/2022
EMS	Resolução 3.021, de 12/04/2022	18,16%	16/04/2022
EMT	Resolução 3.022, de 12/04/2022	22,55%	16/04/2022
ERO	Resolução 3.157, de 13/12/2022	22,55%	13/12/2022
EAC	Resolução 3.151, de 13/12/2022	15,53%	13/12/2022

(1) Em 13 de setembro de 2022, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 12.177, autorizou o agrupamento das áreas de concessão da Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A, (ENF) e em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2022 aprovou a alteração da razão social para EMR (nova denominação social da Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A ("EMG").
A tarifa unificada para EMR entra em vigor após o primeiro reajuste tarifário, realizando a junção das distribuidoras, ou seja, reajuste de 22/06/2023)

9.2 Revisões tarifárias:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EBO, EPB e, (ii) a cada cinco anos na ESE, EMT, EMS, EMR (incorpora ENF), ESS, ETO, ERO e EAC.

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. As Concessionárias também podem solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Notas Explicativas

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 2.893, de 06/07/2021	9,84%	12/07/2021
EBO	Resolução 2.832, de 02/02/2021	5,21%	04/02/2021
EMR [1]	Resolução 2.884, de 22/06/2021	9,10%	22/06/2021
EMS	Resolução 2.380, de 03/04/2018	9,87%	08/04/2018
EMT	Resolução 2.379, de 03/04/2018	11,53%	08/04/2018
ENF [1]	Resolução 2.885, de 22/06/2021	4,95%	22/06/2021
EPB	Resolução 2.929, de 24/08/2021	7,08%	28/08/2021
ESE	Resolução 2.387, de 17/04/2018	11,30%	22/04/2018
ETO	Resolução 2.720, de 03/07/2020	7,17%	04/07/2020
ERO [2]	Resolução 2.819 de 08/12/2020	-11,29%	13/12/2020
EAC [2]	Resolução 2.820 de 08/12/2020	2,95%	13/12/2020

[1] Em 30 de novembro de 2022 a EMG atualmente denominada EMR incorporou a ENF.
[2] Em 08 de dezembro de 2020, a ANEEL aprovou por meio das Resoluções 2.819 e 2.820, respectivamente a Revisão Tarifária Extraordinária das controladas diretas ERO, EAC, conforme estabelecido nos Contratos de Concessão 02/2018 e 03/2018.

Revisões Tarifárias Extraordinárias - RTE

Em 12 e 26 de julho de 2022 a ANEEL, aprovou as Revisões Tarifárias Extraordinárias das controladas distribuidoras de energia elétrica EBO, ESE, EMT e EMS respectivamente, atendendo à aplicação da Lei n° 14.385 de 27 de junho 2022, que trata da devolução, aos consumidores, de créditos fiscais associados ao excesso de tributo decorrente da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS.

Essas revisões tarifárias utilizam créditos tributários de PIS/Confins. A devolução é possível devido à decisão judicial favorável obtida pelas concessionárias distribuidoras para reduzir a base de cálculo das contribuições. Essas ações já foram julgadas e os créditos tributários foram habilitados pela Receita Federal, o que dá segurança jurídica para sua aplicação. A nova tarifa será aplicada a partir de 13 e 27 de julho de 2022 para as controladas EBO, ESE e para EMT e EMS, respectivamente.

Nos Reajustes Tarifários Anuais (RTAs) de 2022, as controladas EBO e ESE haviam devolvido os valores compensados e a EMT e EMS já haviam antecipado parte do valor mesmo sem a compensação pela junto à Receita Federal do Brasil. Assim, nessas RTEs estão sendo considerados os valores referentes aos 12 meses futuros para as controladas EBO e ESE e para EMT e EMS estão sendo considerados os valores referentes aos próximos 09 meses até processo tarifário em abril de 2023.

RTEs para Distribuidoras

Distribuidoras	Resoluções Homologatórias	Notas Técnicas	Efeito Médio RTEs	Alta Tensão (AT)	Baixa Tensão (BT)
EBO	3.060	107	-5,26%	-5,02%	-5,34%
ESE	3.063	106	-4,47%	-3,80%	-4,75%
EMT	3.075	137	-1,38%	-1,33%	-1,40%
EMS	3.074	138	-1,30%	-1,27%	-1,31%

Créditos de PIS/COFINS nas RTAs e RTEs

Notas Explicativas

Distribuidoras	Resoluções Homologatórias	Notas Técnicas	Créditos de PIS/COFINS (RTAs)	Créditos de PIS/COFINS (RTEs)	Total
EBO	3.060	107	9.427	17.375	26.802
ESE	3.063	106	62.845	74.131	136.976
EMT	3.075	137	230.000	89.110	319.110
EMS	3.074	138	101.000	50.740	151.740

9.3 Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia – TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

Bandeira Tarifária Verde;
Bandeira Tarifária Amarela;
Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2; e
Bandeira Escassez Hídrica.
A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

Bandeira	Anterior R$/Kwh	R$/Kwh REH 2.888/2021 [1]	R$/Kwh Resolução nº 3/2021 [2]	Atual R$/Kwh Resolução nº 3.051/2022 [3]
Verde	-	-	-	-
Amarela	1,34	1,87	-	2,99
Vermelha 1	4,17	3,97	-	6,5
Vermelha 2	6,24	9,49	-	9,80
Escassez Hídrica	-	-	14,20	-

[1] A ANEEL aprovou, em 29 de junho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de junho de 2022;

[2] A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – CREG, em 31 de agosto de 2021, por meio da Resolução nº 3, a implementação da Bandeira de Escassez Hídrica de novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de abril de 2022;

[3] A ANEEL aprovou, em 21 de junho de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.051, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2022.

Em 2022 e 2021 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2022	2021
Janeiro	Escassez Hídrica	Amarela
Fevereiro	Escassez Hídrica	Amarela
Março	Escassez Hídrica	Amarela
Abril [1]	Escassez Hídrica /Verde	Amarela
Maio	Verde	Vermelha Patamar 1
Junho	Verde	Vermelha Patamar 2
Julho	Verde	Vermelha Patamar 2
Agosto	Verde	Vermelha Patamar 2
Setembro	Verde	Escassez Hídrica
Outubro	Verde	Escassez Hídrica
Novembro	Verde	Escassez Hídrica
Dezembro	Verde	Escassez Hídrica

Notas Explicativas

(1) Vide tópico da bandeira de escassez Hídrica.

Bandeira Escassez Hídrica:

A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – CREG, através da Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021, determinou a ANEEL a implementação de patamar específico de Bandeira Tarifária, denominada Bandeira de Escassez Hídrica, nos termos do Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, no valor de R$142,00/MWh (cento e quarenta e dois reais por megawatt-hora), que passa a vigorar no período de setembro de 2021 a abril de 2022.

A Bandeira Escassez Hídrica não se aplica aos consumidores inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE, os quais devem permanecer na sistemática das Bandeiras Tarifárias, conforme os valores aprovados na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.888, de 29 de junho de 2021.

A aplicação da Bandeira de Escassez Hídrica foi finalizada em 16 de abril de 2022, conforme posição do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME), por meio do Oficio Circular nº 6/2022 –DR/ANEEL, de 11 de abril de 2022.

9.3.1 Programa de incentivo a redução voluntária de consumo de energia elétrica:

Foi instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras dos grupos A e B no mercado regulado do Sistema Interligado Nacional - SIN, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País.

O Programa foi implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R$50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), por unidade consumidora do ambiente de contratação regulada, limitado a 20% (vinte por cento). O percentual de redução do consumo será aplicado sobre o montante apurado com base no consumo médio de cada unidade consumidora nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2020, desde que possuam histórico de medição. E será aplicado às unidades consumidoras do grupo B pertencentes às classes de consumo residencial, industrial, comércio, serviços e outras atividades, rural e serviço público e para as unidades consumidoras do grupo A pertencentes às classes de consumo poder público, iluminação pública e consumo próprio.

O primeiro estágio do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica vigerá por quatro ciclos de faturamento, contados a partir de 1º de setembro de 2021.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram apurados pelas controladas distribuidoras de energia elétrica R$236.620 em bônus de redução voluntária do consumo a serem repassados aos consumidores. Os valores foram repassados aos consumidores durante o exercício de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, as controladas possuíam R$2.733 a receber registrado em outros créditos no ativo circulante no consolidado e R$5.938 como obrigação a serem repassado aos consumidores registrados em outros passivos circulante no consolidado.

9.4 Outros assuntos regulatórios

Notas Explicativas

9.4.1 Sobrecontratação

O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade. Ainda assim, de maneira geral e como resultado das estratégias de gestão de portfólio, o Grupo Energisa encontra-se alinhado.

Neste contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação vem sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras desde o encerramento do ano civil de 2016, por consequência impedindo a homologação dos valores para os anos de 2016 a 2021.
No âmbito deste processo, destaca-se abaixo o histórico recente:

1) Em 08 de abril de 2021, a Procuradoria Federal junto à ANEEL se manifestou contrariamente ao posicionamento exarado, até então, pela área técnica e diretoria, tendo, no âmbito do Parecer n. 00079/2021/PFANEEL/PGF/AGU, opinado pela necessidade de alterações dos valores dos montantes de involuntariedade originalmente calculados, diante de análises aprofundadas dos seguintes pontos: (i) possibilidade ou não de aplicação do critério econômico na avaliação da sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntárias; e (iii) possibilidade de avaliação retroativa de migrações de consumidores livres e especiais ao ACL;

2) Ato seguinte, em 26 de novembro de 2021, e em atendimento à análise da Procuradoria Federal da ANEEL, foi publicada pela Superintendência de Regulação Econômica e Estudos de Mercado - SRM da ANEEL a Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL, contendo a nova metodologia de apuração e valores de involuntariedades, bem como recomendando a apreciação da matéria pela Diretoria da Agência.

3) Em agosto de 2022, a Diretoria da Aneel, através do Despacho 2.168/2022, acatou os pedidos de reconsideração interpostos pelas distribuidoras em face do Despacho nº 2.508/2020 e revisou os montantes de involuntariedade das distribuidoras para os anos de 2016 e 2017.

Após a publicação do Despacho 2.168/2022, a Administração atualizou as suas estimativas quanto aos ativos e passivos financeiros setoriais referentes à sobrecontratação de energia dos exercícios de 2016 a 2022, proporcionalizando um efeito no resultado consolidado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram reconhecidos no resultado do exercício consolidado, o montante de R$11.736, contabilizados na receita operacional bruta – ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização e R$19.018 referente a atualização financeira, registrado no resultado financeiro.

		Receita operacional bruta - ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização (*)		
Controladas	Saldos em 2021	2022	Atualização Financeira	Saldos em 2022
EMT	(75.600)	32.258	(2.872)	(46.214)
EMS	3.100	(197)	6.823	9.726
ESS	22.900	1.771	2.815	27.486
ETO	(31.600)	(17)	1.000	(30.617)
EPB	27.200	(892)	1.707	28.015
EBO	16.400	(49)	754	17.105
ESE	13.200	(54)	488	13.634
ERO	5.000	(1.191)	3.806	7.615
EAC	85.400	(42.149)	4.370	47.621
EMR	(7.000)	(1.216)	127	(8.089)
Saldos - ativo não circulante	**59.000**	**(11.736)**	**19.018**	**66.282**

(*) Ajustes calculados de acordo com Despacho Aneel nº 2.168/2022. Os saldos estão apresentados na rubrica Ativos e Passivos Financeiros Setoriais – Sobrecontratação de Energia - Não Circulante.

Notas Explicativas

10. Ativos e passivos financeiros setoriais - Consolidado

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

As controladas distribuidoras de energia elétrica, contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativo financeiro setorial	Saldos em 2021	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldos em 2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A [1]										
Energia elétrica comprada para revenda	229.585	(307.811)	(15.364)	34.096	(29.858)	(89.352)	(29.465)	(59.887)	(93.692)	4.340
Transporte de energia elétrica - Rede básica	198.113	214.408	(84.059)	5.964	(183.515)	150.911	14.936	135.975	100.553	50.358
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	19.598	77.062	(17.887)	3.404	(72.752)	9.425	7.862	1.563	9.003	422
Transporte de energia elétrica - Itaipu	4.980	11.999	(921)	380	(4.929)	11.509	(171)	11.680	7.598	3.911
Conta de desenvolvimento energético - CDE	37.218	344.416	(45.319)	14.327	(239.674)	110.968	23.808	87.160	85.828	25.140
Encargo de serviços de sistema ESS [2]	1.284.018	(721.094)	(249.695)	8.888	(562.459)	(240.342)	6.112	(246.454)	(178.942)	(61.400)
Bandeiras Tarifárias CCRBT [9]	-	(43.540)	-	-	43.070	(470)	-	(470)	(470)	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A [3]	25.246	(3.421)	(4.286)	349	(22.248)	(4.360)	2.823	(7.183)	(3.136)	(1.224)
Sobrecontratação de energia [4]	291.663	487.904	(17.746)	20.890	(292.510)	490.201	37.675	452.526	287.756	202.445
CUSD	4.044	850	(2.058)	(189)	(1.984)	663	423	240	619	44
Exposição de submercados [6]	98.254	(304)	(39.285)	670	(57.908)	1.427	1.937	(510)	1.593	(166)
Garantias financeiras [7]	5.079	3.722	(2.331)	265	(4.401)	2.334	393	1.941	1.527	807
Saldo a compensar [8]	11.774	50.265	(12.639)	234	(33.924)	15.710	2.248	13.462	10.923	4.787
Outros itens financeiros [10]	431.041	(418.973)	430.730	43.231	(55.095)	430.934	13.095	417.839	259.345	171.589
Total Ativo	**2.640.613**	**(304.517)**	**(60.860)**	**132.509**	**(1.518.187)**	**889.558**	**81.676**	**807.882**	**488.505**	**401.053**

	Saldos em 2021	Receita Operacional	Resultado	Transferência	Saldos em 2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante

Notas Explicativas

Passivo financeiro setorial		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A [1]										
Energia elétrica comprada para revenda	271.302	100.930	(105.134)	(1.238)	(29.858)	236.002	111.627	124.375	178.239	57.763
Transporte de energia elétrica - Rede básica	12.485	(37.855)	83.212	(127)	(183.515)	(125.800)	(78.503)	(47.297)	(102.689)	(23.111)
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	(1.360)	35.082	(31)	(72.752)	(39.061)	(38.945)	(116)	(39.007)	(54)
Encargo de serviços de sistema ESS [2]	134	104.465	443.115	5.048	(562.459)	(9.697)	(118.084)	108.387	(52.308)	42.611
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	53.778	(5.957)	70.247	(843)	(239.674)	(122.449)	(109.467)	(12.982)	(116.928)	(5.521)
Transporte de energia elétrica - Itaipu	839	-	1.718	-	(4.929)	(2.372)	(2.372)	-	(2.372)	-
Bandeiras Tarifárias CCRBT [9]	-	(42.090)	-	-	43.070	980	445	535	980	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A [3]	25.445	(985)	(11.718)	(230)	(22.248)	(9.736)	(8.737)	(999)	(11.344)	1.608
Sobrecontratação de energia [4]	571.764	17.461	(304.152)	(3.641)	(292.510)	(11.078)	45.182	(56.260)	13.519	(24.597)
Devoluções Tarifárias [5]	345.314	145.187	(39.844)	44.259	-	494.916	25.413	469.503	355.048	139.868
CUSD	5.577	(352)	(2.308)	(5)	(1.984)	928	1.268	(340)	975	(47)
Exposição de submercados [6]	5	203	52.033	(12)	(57.908)	(5.679)	(5.933)	254	(5.788)	109
Garantias financeiras [7]	-	(1.445)	2.264	(101)	(4.401)	(3.683)	(1.746)	(1.937)	(3.031)	(652)
Saldo a compensar [8]	6.466	(15.570)	20.949	(420)	(33.924)	(22.499)	(10.330)	(12.169)	(19.611)	(2.888)
Outros itens financeiros [10]	190881	395.895	264.166	(3.417)	(55.095)	792.430	633.669	158.761	762.630	29.800
Total Passivo	**1.483.990**	**658.527**	**509.630**	**39.242**	**(1.518.187)**	**1.173.202**	**443.487**	**729.715**	**958.313**	**214.889**
Saldo líquido	**1.156.623**	**(963.044)**	**(570.490)**	**93.267**	**-**	**(283.644)**	**(361.811)**	**78.167**	**(469.808)**	**186.164**

(1) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA) -** a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativo aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(2) **Encargo de serviço do sistema - ESS** - representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional.

(3) **Neutralidade da Parcela A** - refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas;

(4) **Sobrecontratação de energia (energia excedente**) - as distribuidoras de energia elétrica devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo;

(5) **Devoluções tarifárias -** referem-se a receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas mensalmente e atualizadas com aplicação da variação da SELIC. Para as controladas distribuidoras de energia elétrica que já assinaram o novo termo aditivo do Contrato de Concessão, estes valores serão reconhecidos e amortizados no próximo processo tarifário da controladas distribuidora de energia elétrica (EAC, EMR, ETO, ESS e ERO). Para as controladas distribuidoras de energia que ainda regem as regras anteriores do Contrato de Concessão, estes valores são acumulados durante o Ciclo de Revisão Tarifária (EBO, EMS, EMT, EPB e ESE).

(6) **Exposição de submercados -** representa o ganho financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrente da transferência de energia entre Submercados;

Notas Explicativas

(7) **Garantias financeiras -** repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004;

(8) **Saldo a compensar - (CVA do ciclo anterior)** - conforme previsto no § 4° do artigo 3° da Portaria Interministerial MME/MF n° 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada;

(9) **Bandeiras tarifárias CCBRT -** a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL

Os valores recebidos ou repassados pelas Controladas referentes às Bandeiras Tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, estão apresentados a seguir:

Empresa	2022		2021	
	Recebido	Repassado	Recebido	Repassado
EMR	5.460	(23.943)	3.692	-
ENF	-	-	-	(20.933)
ESE	14.763	(1.051)	-	(225)
EBO	1.165	(7.842)	1.827	-
EPB	6.785	(81.925)	-	(17.532)
EMT	55.407	(2.676)	25.853	-
EMS	11.236	(51.114)	2.733	-
ESS	8.389	(37.000)	11.088	-
ETO	7.192	(3.047)	5.508	-
ERO	8.595	(13.809)	9.907	-
EAC	6.795	(5.887)	-	(4.963)
Total	**125.787**	**(228.294)**	**60.608**	**(43.653)**

(10) **Outros itens financeiros -** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras de energia elétrica, tais como, a compensação de créditos de PIS/COFINS, postergação de aplicação de reajustes das tarifas de energia elétrica, diferimentos dados pela distribuidora, bônus Itaipu, entre outros.

Repasse dos recursos da Conta de Comercialização de Itaipu – em 17 de fevereiro e 1 de setembro de 2022 as controladas indiretas EMT (R$15.882), EMS (R$1.907), ESS (R$29.082) e EMG (R$ 22.189) receberam recursos da conta de comercialização de Itaipu. O processo de repasse do recurso da Conta de Comercialização de Energia de Itaipu para as concessionárias foi deliberado na Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL ocorrida em 30 de novembro de 2021. O montante recebido foi contabilizado reduzindo a parcela dos ativos financeiros setoriais constituídos.

Valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - Nos termos do inciso I do art.4°, da Lei n° 14.182, decide: (i) fixar os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético CDE referentes aos valores aportados pela Eletrobrás ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE n° 15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 29 de julho de 2022 foi de R$489.312, conforme Despacho 1.959/2022.

Notas Explicativas

Créditos de PIS e COFINS: no processo tarifário de 2022, foram reconhecidos os créditos de PIS/COFINS referente as ações judiciais com trânsito em julgado que questionam a exclusão do ICMS da base de cálculo. O assunto ainda será matéria de regulamentação específica pela ANEEL, estando o tema em Consulta Pública de nº 05/2021. No entanto, o Despacho nº 361/2021, que em situações excepcionais, autoriza o uso antecipado a conclusão da referida Consulta Pública. No Reajuste Tarifário Anual das controladas distribuidoras de energia, a ANEEL reconheceu o montante de R$1.315.483 (R$64.956 em 2021), sendo considerados 1/12 deste valor a cada mês compensando a redução tarifária, tendo compensado até dezembro de 2022 o valor de R$976.528 (R$64.956 em 2021). A seguir apresentamos os valores reconhecidos em cada controlada:

Controladas	Valor oferecido ao consumidor	
	2022	2021
EMT	212.577	-
EMS	117.443	-
ETO	125.566	12.981
ESS	53.923	29.180
EMR	6.961	-
EBO	23.944	-
EPB	183.838	22.795
ESE	120.751	-
ERO	87.365	-
EAC	44.160	-
Total	**976.528**	**64.956**

A ANEEL, seguindo as determinações da Medida Provisória n° 1.078/2021 e do Decreto n° 10.939/2022, operacionalizou um aporte para as distribuidoras do setor elétrico visando reduzir os impactos financeiros – e o posterior repasse deles à tarifa dos consumidores – dos custos referentes à compra de energia elétrica no período de escassez hídrica de 2021. Conforme estipulado pela normativa, os valores foram contabilizados reduzindo os ativos regulatórios mitigando os custos que seriam cobrados dos consumidores nos processos tarifários das distribuidoras. Os valores de R$985.068 foram recebidos pelas distribuidoras em 09/05/2022.

Conta Escassez Hídrica, operações financeiras, utilização da conta de Desenvolvimento Energético – CDE - a ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 1.008 de 15 de março de 2022, estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores.

Os recursos serão utilizados para cobertura dos custos, total ou parcialmente, por repasses da Conta Escassez Hídrica, dos seguintes itens: (i) custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG; (ii) custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021; (iii) diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

A Conta Escassez Hídrica será vinculada a CDE, sob gestão da CCEE. A liquidação da operação financeira se dará mediante arrecadação via tarifa a ser realizada em quotas mensais a serem definidas nos eventos tarifários futuros.

As controladas distribuidoras de energia elétrica, protocolaram em 28 de março de 2022, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-ESCASSEZ HIDRICA no valor máximo de R$985.068, dos quais R$73.946 correspondem custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021, R$146.682 de ressarcimento dos custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG e R$764.440 destinados ao diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Notas Explicativas

Os valores recebidos pelas distribuidoras em 09 de maio de 2022 é como segue:

Empresa	Custo de importação de energia	Programa de redução voluntaria de consumo	Diferimentos	Total
EMT	19.359	34.597	492.122	546.078
EMS	10.120	25.039	143.517	178.676
ESE	6.064	12.407	62.877	81.348
EAC	2.333	4.505	45.614	52.452
ESS	7.899	16.189	20.310	44.398
EPB	9.199	19.683	-	28.882
ERO	9.253	16.594	-	25.847
ETO	5.701	9.286	-	14.987
EMR	2.798	5.793	-	8.591
EBO	1.220	2.589	-	3.809
Total	**73.946**	**146.682**	**764.440**	**985.068**

11. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Subvenção créditos CCC				
Sub-rogação da CCC [1]	-	-	77.499	484.368
Reembolso CCC (aquisição de energia para o sistema isolado) [2]	-	-	6.456	10.754
CCC custo total de geração - Lei nº 12.111/2009 [3]	-	-	55.074	216.680
Créditos CCC - ICMS óleo diesel a receber [4]	-	-	55.817	55.817
Subtotal	**-**	**-**	**194.846**	**767.619**
Subvenção Baixa Renda [5]	-	-	100.310	121.777
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	264.821	227.619
Outras ordens de serviço	-	-	74.483	20.365
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	1.235	1.208
Adiantamentos a fornecedores	54	39	21.675	49.404
Adiantamentos a empregados	1.172	1.025	34.232	37.391
Subvenção CDE - Desconto Tarifário [6]	-	-	158.932	251.341
Bônus - Reembolso do Fundo CDE [7]	-	-	2.733	236.620
Outros créditos a receber - CELPA [8]	-	-	59.402	58.099
Padrão de baixa renda	-	-	3.259	3.260
Adiantamento de benefícios pós-emprego	-	-	-	8.254
Despesas pagas antecipadamente	2.547	4.738	120.048	74.318
Créditos a receber de terceiros alienação de bens e direitos [9]	-	-	129.262	83.054
Depósito para reinvestimentos - incentivo fiscais [10]	-	-	61.720	10.843
Adiantamentos - Inergus [11]	-	-	20.881	69.455
Indenização à concessão - AIC indenizável [12]	-	-	128.514	312.358
Indenização à concessão - sobras Físicas [13]	-	-	41.603	89.597
Títulos de créditos cedidos ao FIDC [14]	200.000	200.000	86.806	82.739
Outros [15]	20.732	46.585	293.237	132.098
Total	**224.505**	**252.387**	**1.797.999**	**2.637.419**
Circulante	24.540	52.387	1.258.763	2.047.563
Não circulante	199.965	200.000	539.236	589.856

[1] **Sub-rogação CCC**

Notas Explicativas

. A controlada indireta EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	Atualização	A receber	
						2022	2021
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	36.225	32.254	33.544	19.859	18.569	29.790
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	3.032	645	2.528	3.556
Sistema de Transmissão Guariba	em serviço	110.006	57.795	1.393	-	56.402	-
Total		**152.928**	**94.964**	**37.969**	**20.504**	**77.499**	**33.346**
Circulante						**16.405**	**6.791**
Não Circulante						**61.094**	**26.555**

. Em 2021 a controlada direta ERO registrou o montante R$451.022 aprovado pela Aneel, através da Resolução Autorizativa nº 9.660 de 02 de fevereiro de 2021, alterada pela Resolução Autorizativa nº 10.064 de 08 de junho de 2021, do qual autorizou o enquadramento na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, relativo aos projetos de interligação de sistemas isolados no Estado de Rondônia, ao Sistema Interligado Nacional – SIN, os valores foram recebidos em fevereiro de 2022.

(2) Reembolso CCC (aquisição de energia para o sistema isolado) - a controlada indireta EMT possui saldos a receberem relação aos direitos de ressarcimento correspondentes ao custo de geração total, cujos gastos totais ultrapassaram o valor do ACRmed (custo coberto pelos consumidores da concessão). Os valores estabelecidos para o ano de 2022 foi de R$274,01/MWh e em 2021 correspondia a R$253,50/ MWh. A metodologia de apuração é estabelecida pela Lei nº 12.111/2017 regulamentada pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 801/2017.

(3) **CCC custo total de geração - Lei nº 12.111/2009** - os direitos de ressarcimento correspondentes aos custos com energia nos Sistemas Isolados e Contratos Bilaterais, cujos valores são custeados pelo Fundo CDE-CCC estão apresentados no ativo circulante e não circulante. Estes são reconhecidos com base na Lei nº 12.111/2009, cujas informações são prestadas pelas controladas ERO e EAC junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, que é gestora da Conta CDE. Esses valores após aprovados pela gestora são repassadas as controladas e direcionados para liquidação dos valores correspondentes aos fornecedores envolvidos no processo. No exercício de 2022 foi contabilizada pela controlada EAC provisão de Fundo CDE e CCC no montante de R$503.148 tendo sido recebido o montante de R$494.316 referentes ao período de dezembro de 2021 a dezembro de 2022 e a controlada ERO contabilizou provisão de R$49.901 tendo sido recebido o montante de R$220.339 referentes a dezembro de 2021 a dezembro de 2022.

(4) **Créditos CCC - ICMS óleo diesel a receber** - refere-se a créditos a receber de CDE-CCC reconhecidos pela controlada EAC de ICMS não recuperados incidentes sobre as aquisições de óleo diesel consumidos durante o processo de geração de energia elétrica nos sistemas isolados no interior do Estado do Acre, referente ao período de 2014 a outubro de 2016. A Administração tem expectativa de realizar o recebimento dos valores nos próximos exercícios.

(5) **Subvenção Baixa renda** – referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior 220 kWh, desde que cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da CCEE. Os saldos em aberto são referentes as provisões de novembro e dezembro de 2022. A Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Subvenção baixa renda	EMR (*)	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Saldos consolidados 2020	**5.815**	**9.505**	**19.214**	**2.113**	**10.070**	**8.527**	**9.529**	**5.118**	**7.850**	**11.562**	**89.303**
Subvenção baixa renda	29.127	59.638	117.920	13.115	64.516	52.316	61.956	26.445	25.571	19.399	470.003
Ressarcimento realizados pela CCEE	(28.336)	(58.729)	(116.306)	(12.973)	(63.384)	(51.885)	(60.683)	(25.707)	-	(19.526)	(437.529)
Saldos consolidados em 2021	**6.606**	**10.414**	**20.828**	**2.255**	**11.202**	**8.958**	**10.802**	**5.856**	**33.421**	**11.435**	**121.777**
Subvenção baixa renda	35.452	71.052	130.942	14.913	83.386	60.163	80.213	29.333	29.814	21.491	556.759
Ressarcimento realizados pela CCEE	(35.389)	(68.789)	(128.485)	(14.513)	(79.605)	(58.433)	(76.013)	(30.079)	(57.961)	(28.959)	(578.226)
Saldos consolidados em 2022	**6.669**	**12.677**	**23.285**	**2.655**	**14.983**	**10.688**	**15.002**	**5.110**	**5.274**	**3.967**	**100.310**

(*) Em 30 de novembro de 2022 a EMG atualmente denominada EMR incorporou a ENF.

Notas Explicativas

(6) **Subvenção CDE - Desconto Tarifário** - refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizadas pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do exercício - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do trimestre seguinte.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Subvenção CDE	EMR (*)	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Saldos consolidados em 2020	**11.846**	**256**	**17.724**	**(1.172)**	**71.705**	**16.506**	**14.998**	**19.422**	**22.560**	**2.092**	**175.937**
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	58.080	42.903	94.552	7.259	323.294	84.115	160.649	95.988	61.307	13.011	941.158
Ressarcimento realizados pela CCEE	(59.304)	(37.526)	(90.930)	(4.619)	(328.125)	(80.086)	(152.548)	(99.321)	41	(13.336)	(865.754)
Saldos consolidados em 2021	**10.622**	**5.633**	**21.346**	**1.468**	**66.874**	**20.535**	**23.099**	**16.089**	**83.908**	**1.767**	**251.341**
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	**54.747**	**51.739**	**83.411**	**6.266**	**362.569**	**80.037**	**173.006**	**89.161**	**52.466**	**10.450**	**963.852**
Ressarcimento realizados pela CCEE	**(60.629)**	**(47.024)**	**(93.840)**	**(7.242)**	**(352.828)**	**(90.073)**	**(163.133)**	**(98.751)**	**(130.273)**	**(12.468)**	**(1.056.261)**
Saldos consolidados em 2022	**4.740**	**10.348**	**10.917**	**492**	**76.615**	**10.499**	**32.972**	**6.499**	**6.101**	**(251)**	**158.932**

(*) Em 30 de novembro de 2022 a EMG atualmente denominada EMR incorporou a ENF.

(7) **Bônus - Reembolso do Fundo CDE** - movimentação ocorrida no exercício:

	EMR (*)	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Bônus - reembolso do Fundo CDE (**)	13.408	13.502	19.351	3.559	69.345	21.341	35.478	32.072	20.958	7.606	236.620
Saldos consolidados em 2021	13.408	13.502	19.351	3.559	69.345	21.341	35.478	32.072	20.958	7.606	236.620
Bônus - reembolso do Fundo CDE (**)	(13.229)	(13.423)	(19.138)	(3.537)	(68.559)	(21.099)	(35.068)	(31.806)	(20.513)	(7.515)	(233.887)
Saldos consolidados em 2022	179	79	213	22	786	242	410	266	445	91	2.733

(*) Em 30 de novembro de 2022 a EMG atualmente denominada EMR incorporou a ENF.

(**) Vide nota explicativa nº 9.3.1.

(8) **Outros créditos a receber da Centrais Elétricas do Pará - CELPA** - são valores que a Rede Energia e as controladas indiretas EMT, ETO, EMS e ESS tem a receber créditos da CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. Os créditos intragrupo foram parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S/A, até onde se compensarem, que passou a responder perante as Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e que serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S/A e o restante tiveram seus recebimentos iniciados em parcelas semestrais em 30 de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034.

(9) **Créditos a receber de terceiros** - refere-se a créditos com terceiros referentes a uso mútuo de postes e venda de sucatas.

(10) **Depósito para reinvestimento -** incentivos fiscais - refere-se ao benefício de reinvestimento de 30% do Imposto de Renda, que as controladas distribuidoras de energia dispõem para reinvestir em seus próprios empreendimentos em operação na área de atuação da SUDAM/ SUDENE, instalada nos setores da econômica considerados prioritários para o desenvolvimento regional.

(11) **Adiantamento INERGUS** - refere-se de recursos antecipados pela controlada Energisa Sergipe ao Instituto Energipe de Seguridade Social ("INERGUS") para assegurar a liquidez e o fluxo financeiro do Plano de Benefício Definido (BD). No exercício de 2022 a controlada realizou novas antecipações de R$7.252, como também assinou no mês de novembro o Instrumento Particular de acerto de contas o que proporcionou liquidar cerca de R$55.826 de parte do valor do Deficit Técnico com o Inergus.

Notas Explicativas

Os valores transferidos ao Plano BD têm caráter de adiantamento por conta de cobertura de parte do déficit técnico, e que será objeto de Contrato de Confissão de Dívida. O saldo é de R$20.881 (R$37.120 em 2021). Além destes valores, inclui também em 2021 o montante de R$32.335, referente ao programa de incentivo, totalmente liquidado em 2022.

(12) **Indenização a concessão - Ativo Imobilizado em curso** – refere-se ao reconhecimento dos recebíveis a serem efetuados com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR , autorizados pela Portaria MME nº 484, de 26 de janeiro de 2021, correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso - AIC nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, através das Notas Técnicas nº 219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL, que aprovaram a Recomposição Tarifária Extraordinária das controladas ERO e EAC, respectivamente, cujos critérios atenderam ao disposto no art. 2º da MP nº 998, de 2020, de 13 de outubro de 2020. Os recebimentos das parcelas serão em 36 parcelas cujas liberações já iniciaram no mês de maio de 2021. A composição dos recebíveis é como segue:

	ERO		EAC		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	**245.717**	**240.908**	**66.641**	**87.837**	**312.358**	**328.745**
Atualização financeira (*)	12.338	15.712	5.033	5.443	17.371	21.155
Recebimento (**)	(164.038)	-	(37.177)	(22.875)	(201.215)	(22.875)
Baixas (***)	-	(10.903)	-	(3.764)	-	(14.667)
Saldo final	**94.017**	**245.717**	**34.497**	**66.641**	**128.514**	**312.358**

(*) Valores atualizados pelo IPCA até novembro de 2021 e a partir desta data com aplicação da taxa Selic.
(**) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a controlada ERO recebeu os valores correspondentes as liberações das parcelas de maio de 2021 a dezembro de 2022 no montante de R$164.038.
(***) Baixa de recebível pagos pelo consumidor na vigência do RT 2020, conforme Nota Técnica nº 250/2021-SGT/SFF/ANEEL.

(13) **Indenização a concessão - Sobras físicas** - refere-se ao reconhecimento dos recebíveis a serem efetuados com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR , autorizado pela Portaria nº 438, de 07 de dezembro de 2020, do Gabinete do Ministro de Estado de Minas e Energia correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica classificados como sobras físicas nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, através das Notas Técnicas nº 219/2020 e n°220/2020-SFF/ANEEL que aprovou a Recomposição Tarifária Extraordinária das controladas ERO e EAC, respectivamente, cujos critérios atenderam ao disposto no art. 2º da MP nº 998, de 2020, de 13 de outubro de 2020. Os recebimentos das parcelas serão em 36 parcelas cujas liberações já iniciaram no mês de abril de 2021. A composição dos recebíveis é como segue:

	ERO		EAC		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	**56.422**	**54.349**	**33.175**	**43.705**	**89.597**	**98.054**
Atualização financeira (*)	2.991	2.073	3.247	1.878	6.238	3.951
Recebimento (**)	(37.006)	-	(17.226)	(12.408)	(54.232)	(12.408)
Saldo final	**22.407**	**56.422**	**19.196**	**33.175**	**41.603**	**89.597**

(*) Valores atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic.
(**) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a controlada ERO recebeu os valores correspondentes as liberações das parcelas de abril 2021 a dezembro de 2022 no montante de R$37.006.

(14) Refere-se a títulos de créditos cedidos ao FIDC (conforme operação divulgada na nota explicativa nº 4) – ações judiciais e títulos de recuperação líquido de perdas esperadas de R$86.806 (R$82.739 em 2021) no consolidado.

(15) **Outros** - inclui, na controladora R$1.434 (R$829 em 2021) referente a transações entre as partes relacionadas dos serviços prestados de comissão de aval. No consolidado inclui, R$3.846 (R$29.620 em 2021) a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa, R$100.062 de valores a receber pela controlada indireta Energisa Tocantins Transmissora de Energia I S/A , junto as seguradoras referente ao processo de construção da infraestrutura de transmissão.

Notas Explicativas

12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Gipar S/A (27,27% do capital total) que por sua vez é controlada pela Nova Gipar (98,99% do capital total). Esta última é controlada pela Itacatu S/A (67,27% do capital total) e pela Multisetor S/A (32,73% do capital total). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,15% do capital total).

A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (78,83% do capital votante).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

Controladora	2022	2021	
	Ativo	Ativo	Passivo
Clientes, consumidores, concessionárias e outros - Serviços especializados	70.857	32.681	-
Compartilhamento	13.677	-	-
Outros Créditos - outros -Comissão de aval	1.434	829	-
Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados-Debêntures	2.378.216	2.358.704	-
			-
Mútuos (1):			
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A [1]	5.062	4.463	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A [2]	56.890	43.954	-
. Rede Energia Participações S/A [2] e [3]	116.338	96.749	-
. Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A [1]	106.452	151.306	-
. Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A [1]	1.063.453	1.409.585	-
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A [1]	-	108.336	-
. Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A [1]	-	2.183	-
. Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A [1]	-	73.602	-
. Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A [1]	-	204.843	-
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda [1]	43.526	38.380	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A [1]	329.070	292.388	-
. Energisa Participações Minoritárias S/A [1] [*]	-	-	(426.139)
. Voltz Capital S.A.	43.199	6.784	-
. Energisa Transmissora de Energia S/A [1]	533.556	-	-
Total - não circulante	**2.297.546**	**2.432.573**	**(426.139)**
Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital [4]:			
. Energisa Geração Central Solar Coremas S/A	40	180	-
. Parque Eólico Sobradinho S/A	693	455	-
. Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A	27	38	-
. Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A	27	38	-
. Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A	27	38	-
. Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro Muquim S/A	27	38	-
. Energisa Transmissora de Energia S/A	441.085	27.123	-
. Energisa serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A	647	1.519	-
. Voltz Capital S.A.	46.184	19.530	-
. Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	58.152	-	-
. Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	33.861	-	-
. Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	100.000	-	-
. Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	300.000	-	-
	980.770	**48.959**	**-**
Total	**5.742.500**	**4.873.746**	**(426.139)**

[*] Em 30 de abril de 2022 foi liquidado o saldo do mútuo mediante utilização do valor devido pela controlada referente aos dividendos do exercício de 2021.

[1] **Mútuos** - os contratos de mútuos possuem prazo de 24 meses, exceto ERO e EAC, que possuem prazo de 36 meses e EPM, que possui prazo de 48 meses, nos termos de contratos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média de CDI + 1,0783 a.a. (CDI +

Notas Explicativas

0,5914 a.a. em 2021), exceto para ECOM, remunerado pela taxa de juros CDI + 2,65 a.a., para ERO e EAC são remunerados a juros CDI + 2,5 a.a., respectivamente, e incluem o Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças firmado pela Energisa em 31 de dezembro de 2016 com as controladas Rede Energia Participações e Rede Power;

(2) Aquisição de créditos cedidos no processo de recuperação judicial da controlada indireta;

(3) Os créditos a receber da Rede Energia Participações S/A, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordada entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto ficou mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento. No final do exercício de 2017 as partes repactuaram a divida com aplicação de taxa de juros equivalentes ao CDI + 2% ao ano com amortizações semestrais vencidas nas datas de 26 de junho e dezembro de cada ano; e

(4) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados, estão registrados na rubrica investimentos.

Condições de contratos:

Controladas	Taxa	Vencimento
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	12/09/2024
. Energisa Rondônia – Distribuidora de Energia S/A	Juros CDI + 2,5 a.a.	04/05/2023
. Energisa Acre – Distribuidora de Energia S/A	Juros CDI + 2,5 a.a.	04/05/2023
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	Juros CDI + 2,65 a.a.	25/06/2024
. Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2023
. Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2023
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2023
. Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2023
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/05/2024
. Voltz Capital S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2023
. Energisa Transmissora de Energia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	30/12/2024

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia e suas controladas:

Notas Explicativas

Controladas diretas, indiretas e sua controladora	Serviços administrativos prestados (1)	Compartilhamento (2)	Atualização mútuos/Comissão aval e rendimento de títulos (Receita (Despesa) financeira (3 e 4)	Operação com FIDC - Receitas (5)	Saldo a receber (Clientes, consumidores, concessionárias e outros)	Saldo a receber Comissão de Aval e debentures
. Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A (6)	22.872	2.218	16.486	-	5.146	67.514
. Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	47.141	3.627	37.552	-	10.863	171.431
. Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	24.565	3.970	26.309	-	5.787	117.266
. Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	7.485	902	2.675	-	2.266	18.116
. Energisa Soluções S/A	3.078	-	-	-	504	-
. Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A	77.636	22.126	25.301	-	17.603	108.530
. Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A	45.417	9.138	14.983	-	19.717	97.875
. Energisa Tocantins – Distribuidora de Energia S/A	28.279	9.939	36.359	-	6.794	309.740
. Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A.	31.552	4.207	21.960	-	6.221	131.377
. Energisa Soluções Construções e Serv em Linhas e Rede S.A.	1.680	-	-	-	396	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	-	9.263	-	-	-
. Multi Energisa Serviços S/A	2.329	-	-	-	349	-
. Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.	18	-	-	-	9	-
. Energisa Serviços Aéreos e Aero Inspeção S/A	23	-	-	-	6	-
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	1.102	17	5.847	-	261	-
. Energisa Geração Usina Mauricio S/A	27	-	-	-	8	-
. Gipar S/A (2)	-	-	(3.088)	-	-	-
. Rede Energia Participações S/A	-	-	19.590	-	-	-
. Energisa Rondônia – Distribuidora de Energia S/A	30.214	5.696	166.864	-	7.592	1.040.078
. Energisa Acre – Distribuidora de Energia S/A	12.541	2.293	30.363	-	2.671	272.290
. Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	411	185	296	-	152	-
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	337	145	14.680	-	108	-
. Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	297	92	12.492	-	108	-
. Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	524	26	32.995	-	141	-
. Dinâmica Direitos Creditórios S/A	-	-	-	-	2	-
. Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.	-	-	39.920	-	-	-
. Alsol Energias Renováveis S/A	1.049	-	-	-	414	-
. Voltz Capital S/A	(238)	-	3.446	-	(546)	-
. Energisa Participações Minoritárias S/A	-	-	(17.250)	-	-	-
. Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A	469	4	5.040	-	90	45.433
. Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A	21	-	-	-	21	-
2022	**338.829**	**64.585**	**502.083**	**-**	**86.683**	**2.379.650**
2021	**267.961**	**47.100**	**418.800**	**248.310**	**35.445**	**2.359.533**

Notas Explicativas

Controladas diretas, indiretas e sua controladora	Serviços administrativos prestados (1)	Compartilhamento (2)	Atualização mútuos/Comissão aval e rendimento de títulos (Receita (Despesa) financeira (3 e 4)	Operação com FIDC - Receitas (5)	Saldo a receber (Clientes, consumidores, concessionárias e outros)	Saldo a receber Comissão de Aval e debentures

(1) **Serviços compartilhados de rotinas administrativos -** refere-se a prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual.

Serviços de informática e licenciamento de softwares - contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R$865.212, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de Implantação de Sistemas e Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas Comerciais e Sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de Implantação de Sistemas e (vii) Prestação de Serviços de Suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022;

(2) **Contrato de compartilhamento -** em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022;

(3) Refere-se a comissão de aval sobre empréstimos com cobrança de 1,5% a.a. para as companhias controladas - Distribuidoras de energia elétrica e para a controladora Gipar com taxa de juros 1% a.a.;

Os valores de comissão de Aval referente ao contrato firmado com a Gipar S/A, possuem juros de 1% a.a. e prevê pagamentos antecipados. No exercício de 2021, foram pagos e considerados como antecipação o montante de R$3.088, registrados na rubrica de “despesas pagas antecipadamente” e reconhecidos no resultado a razão de 1/12 avos mês. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram contabilizados R$3.088 (R$6.113 em 2021) registrados em outras despesas financeiras – comissão de aval no resultado do exercício na controladora. Em 31 de dezembro de 2022 não existia saldo a apropriar;

(4) Refere-se aos custos dos juros dos contratos de mútuos, firmados com as controladas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os quais compõe os respectivos saldos de cada contrato;

(5) Fundo de Investimentos – FIDC – referente ao montante recebido do fundo de investimento por conta da cessão dos créditos; e

(6) A controlada prestou serviços de intermediação de antecipação de pagamento para os Fornecedores prestadores de serviços das Companhias do Grupo Energisa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o saldo de serviços prestados foi de R$615 e de serviços contratados foi de R$377. O saldo a receber foi de R$615 e a pagar foi de R$69.

A Companhia adquiriu a totalidade de Debêntures de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries incentivadas emitidas pelas controladas, conforme segue:

Notas Explicativas

Descrição	Debêntures emitidas pelas controladas												
	EMT	EMS	ETO	ESS	EPB	ESE	EMR [6]	EBO	ENF [6]	ERO	EAC	AMT	Total
Taxa de remuneração média	IPCA + 5,60% a.a à IPCA + 5,6601% a.a IPCA + 4,4885% a.a à IPCA + 4,7110% a.a à IPCA + 5,1074% a.a e 107,75% do CDI	IPCA + 4,48857% a.a à IPCA + 4,7110% a.a à IPCA + 5,1074% a.a à IPCA 4,2297% a.a à IPCA + 4,744% a.a e 107,75% do CDI	IPCA + 5,60% a.a à IPCA + 5,6601% a.a à IPCA + 4,4885% a.a à IPCA + 4,7110% a.a à IPCA + 5,1074% a.a à IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 4,744% a.a e à IPCA + 6,0872% a.a e à IPCA + 6,1566% a.a e e à IPCA + 6,2770% a.a e 107,75% do CDI	IPCA + 5,60% a.a à IPCA + 5,6601% a.a à IPCA + 4,4885% a.a à IPCA + 4,7110% a.a à IPCA + 5,1074% a.a à IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 4,744% a.a e 107,75% dj CDI	IPCA + 5,60% a.a à IPCA + 5,6601% a.a à IPCA + 4,4885% a.a à IPCA + 4,7110% a.a à IPCA + 5,1074% a.a à IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 4,744% a.a à IPCA + 6,0872% a.a e 107,75% do CDI	IPCA + 5,60% a.a à IPCA + 5,6601% a.a à IPCA + 4,4885% a.a à IPCA + 4,7110% a.a à IPCA + 5,1074% a.a à IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 4,7441% a.a à IPCA + 6,0872% a.a e 107,75% do CDI	IPCA + 5,60% a.a à IPCA + 5,6601% a.a à IPCA + 4,4885% a.a à IPCA + 4,7110% a.a à IPCA + 5,1074% a.a à IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 4,744% a.a e 107,75% do CDI	IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 4,4744% a.a	IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 4,744% a.a	IPCA + 4,62497% a.a à IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 4,744% a.a à IPCA + 6.0872% a.a à IPCA + 6.1566% a.a e à IPCA + 6.62770% a.a	IPCA + 4,62497% a.a à IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 4,744% a.a	IPCA+6,0872% a.a	-
Vencimentos	Jun/2022 e 2024 e out/2022, 2024 e 2027	Out/2022, 2024, 2027 e 2030	Abr/2029 e 2032 e Jun/2022 e 2024 e out/2022, 2024, 2027, 2030 e 2031.	Jun/2022 e 2024 e out/2022, 2024, 2027 e 2030	Jun/2022 e 2024 e out/2022, 2024, 2027, 2030 e 2031	Jun/2022 e 2024 e out/2022, 2024, 2027, 2030 e 2031	Jun/2022 e 2024 e out/2022, 2024, 2027 e 2030	Out/2027 e 2030	Out/2027 e 2030	Abr/2026, 2029, 2032 e out/2027, 2030 e 2031	Abr/2026 e Out/2027 e 2030	Out/2031	-
Saldos em 2022	108.530	97.875	309.740	131.377	170.813	116.972	67.066	18.042	-	1.040.078	272.290	45.433	2.378.216
Saldos em 2021	266.444	150.977	309.167	226.944	244.405	161.376	82.754	17.103	11.401	587.147	258.051	42.935	2.358.704

Inclui, custo do contrato de comissão de aval, de garantias da controladora para contratos das controladas de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2022 monta em R$1.434 (R$829 em 2021).

[7] Em 30 de novembro de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a incorporação societária pela EMR da ENF, (vide nota explicativa nº1).

Remuneração dos administradores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Remuneração anual [1]	11.873	8.139	84.815	72.116
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	1.845	1.392	5.087	5.194
Remuneração da Diretoria	2.324	3.883	27.861	25.123
Outros benefícios [2]	3.099	3.695	23.040	27.771

[1] Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2022 foi aprovado em AGO/E de 27 de abril de 2022. Para o exercício de 2021 foi aprovado na AGO/E de 28 de abril de 2021.

[2] Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente e conselheiros, relativas ao mês de dezembro de 2022, foram de R$194 e R$1 na controladora e R$78 e R$2 no consolidado (R$176 e R$1 na controladora e R$200 e R$4 no

Notas Explicativas

consolidado em 2021), respectivamente. A remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$19 na controladora e R$24 no consolidado (R$29 na controladora e R$40 no consolidado em 2021).

Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

A Companhia e suas controladas ofereceram aos seus executivos um plano de (LP). Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em *Units* da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da Companhia, na data de aprovação do Plano, ou seja 1.729.827 *units*, a ser baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018 e seu regulamento foi aprovado em 10 de maio de 2018.

	Controladora					Consolidado				
	1º programa	2º programa	3º programa	4º programa	5º programa	1º programa	2º programa	3º programa	4º programa	5º programa
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	68.961	56.366	58.277	65.537	109.398	253.063	210.754	206.204	269.963	399.858
Data da aprovação do Conselho de Administração	10/05/2018	09/05/2019	10/02/2021	13/05/2021	12/05/2022	10/05/2018	09/05/2019	10/02/2021	13/05/2021	12/05/2022
Data de início *vesting*	02/05/2018	10/05/2019	21/12/2020	14/05/2021	13/05/2022	02/05/2018	10/05/2019	21/12/2020	14/05/2021	13/05/2022
Opções de ações prescritas	6.377	10.490	3.934	5.062	5.115	18.360	26.152	24.048	18.523	30.772
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	8,2%	7,7%	5,26%	7,88%	12,55%	8,2%	7,7%	5,26%	7,885%	12,55%
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DI1F2021	DI1F2022	DI1F2023	DI1F2024	DI1F2025	DI1F2021	DI1F2022	DI1F2023	DI1F2024	DI1F2025
Volatilidade [1]	29,29%	25,06%	50,51%	35,09%	34,88%	29,29%	25,06%	50,51%	35,09	34,88%
Valor justo na data da outorga	R$44,35	R$54,97	R$43,69	R$37,19	R$34,95	R$44,35	R$54,97	R$43,69	R$37,19	R$34,95
Movimentação	Liquidado	Liquidado	Em Operação	Em operação	Em operação	Liquidado	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação

Atualmente, as controladas possuem um total de três programas de concessão de ações em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (*Total Shareholder Return* (TSR) Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas:

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

[1] Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares") para o *Total Shareholder Return* (TSR)) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Em 13 de maio de 2021 e 12 de maio de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a liquidação do 1º e 2º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, respectivamente conforme segue:

Notas Explicativas

Companhia e controladas	Liquidação 1º Programa ILP		Liquidação 2º Programa ILP	
	Valor Units Tesouraria (*)	Número de Units	Valor Units Tesouraria (*)	Número de Units
Energisa S/A	2.169	46.112	1.918	43.643
Energisa Minas Rio (**)	466	9.911	436	9.906
Energisa Sergipe	284	6.032	375	8.531
Energisa Borborema	171	3.639	162	3.683
Energisa Paraíba	798	16.968	835	18.993
Energisa Mato Grosso	1.385	29.444	1.248	28.382
Energisa Mato Grosso Sul	665	14.119	612	13.919
Energisa Tocantins	800	17.011	541	12.317
Energisa Sul Sudeste	370	7.866	338	7.681
Energisa Rondônia	284	6.038	392	8.920
Energisa Acre	205	4.354	368	8.381
Energisa Soluções	282	5.982	48	1.096
Energisa Soluções Construções	129	2.737	48	1.096
Energisa Pará I	63	1.347	62	1.407
Energisa Goiás I	63	1.347	62	1.407
Energisa Comercializadora	91	1.934	-	-
Alsol	61	1.325	-	-
Total	**8.286**	**176.166**	**7.445**	**169.362**

(*) líquido de IRRF de responsabilidade do beneficiário.
(**) Em 30 de novembro de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a incorporação societária da controlada Energisa Nova Friburgo pela Energisa Minas Rio, (vide nota explicativa nº1).

A transferência ocorreu em 07 de junho de 2021 em que a Companhia transferiu a propriedade de 176.166 Units, mantidas em tesouraria para os beneficiários do 1º Programa da Companhia e de suas controladas diretas e/ ou indiretas. Em 07 de junho de 2022 a Companhia transferiu a propriedade de 169.362 Units, mantidas em tesouraria para os beneficiários do 2º Programa da Companhia e de suas controladas diretas e/ ou indiretas.

Para os demais programas não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2022. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia e suas controladas apuaram o valor justo das ações *(units)* restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pró rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram contabilizados R$8.688 (R$7.398 em 2021) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica custos e despesas operacionais - Programa de remuneração variável (ILP) no consolidado, sendo R$2.412 (R$2.857 em 2021) e R$6.276 (R$4.541 em 2021) na controladora e nas controladas, respectivamente. O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido ao final de 31 de dezembro de 2022 foi de R$27.098 (R$21.989 em 2021).

13. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia e suas controladas possuem prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas demonstrações financeiras no montante de R$564.039 (R$139.445 em 2021) na controladora e R$3.787.034 (R$2.965.162 em 2021) no consolidado em face de não apresentar perspectiva de realização neste exercício. Caso os estudos apontem a probabilidade de recuperação serão reconhecidos os créditos correspondentes.

Notas Explicativas

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	Consolidado	
	2022	2021
Ativo		
Prejuízos fiscais	424.271	296.241
Base negativa da contribuição social	152.454	107.057
Diferenças temporárias	942.388	1.020.464
Total - ativo não circulante	**1.519.113**	**1.423.762**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	285.896	354.424	3.494.022	3.550.038
Contribuição Social	102.922	127.592	1.257.848	1.278.014
Total - passivo não circulante	**388.818**	**482.016**	**4.751.870**	**4.828.052**
Total líquido - ativo e (passivo) não circulante	**(388.818)**	**(482.016)**	**(3.232.757)**	**(3.404.290)**

A diferenças temporárias são como segue:

	Controladora			
	2022		2021	
	Base de cálculo (*)	IRPJ + CSLL	Base de cálculo (*)	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Ganho auferido na combinação de negócios	(818.693)	(278.356)	(818.693)	(278.356)
Ganho/perda investimentos	(124.352)	(42.280)	(124.352)	(42.280)
Marcação a mercado da dívida	(12.440)	(4.230)	(7.343)	(2.497)
Instrumentos financeiros - Opção de compra de ações	(173.321)	(58.929)	(448.344)	(152.437)
Outras exclusões/adições	(14.774)	(5.023)	(18.960)	(6.446)
Total - Passivo Não Circulante	**(1.143.580)**	**(388.818)**	**(1.417.692)**	**(482.016)**

(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

Notas Explicativas

	Consolidado			
	2022		2021	
	Base de Cálculo (*)	IRPJ + CSSL	Base de Cálculo (*)	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	1.697.084	424.271	1.184.963	296.241
Base negativa da contribuição social	1.693.933	152.454	1.189.523	107.057
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - (PPECLD)	946.330	321.752	889.930	302.576
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	720.204	244.869	888.701	302.158
Créditos fiscais - ágio (1)	166.675	56.670	191.078	64.967
Provisão ajuste atuarial	567.776	193.044	592.611	201.488
Outras provisões (PEE, P&D, Honorários e Outras)	365.044	124.115	336.056	114.260
Marcação a mercado da dívida	(158.949)	(54.043)	8.446	2.872
Instrumentos financeiros – Opção de compra de ações	(173.321)	(58.929)	(448.344)	(152.437)
Outras adições temporárias	5.700	1.938	60.683	20.630
Intangível - mais valia (2)	(6.201.401)	(2.108.476)	(7.007.464)	(2.382.538)
Resultado auferido na combinação de negócios (*)	(1.007.100)	(342.414)	(1.007.100)	(342.414)
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações (3)	(2.414.763)	(821.019)	(1.974.150)	(671.211)
Ajustes a valor presente (4)	(2.127.392)	(723.313)	(2.207.966)	(750.708)
Marcação a mercados – derivativos	(469.543)	(159.645)	(974.253)	(331.246)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(56.417)	(19.182)	(71.769)	(24.401)
Remuneração do ativo de contrato	(1.242.850)	(422.569)	(350.893)	(119.304)
Ganho/perda investimentos	(124.352)	(42.280)	(124.352)	(42.280)
Total	**(7.813.342)**	**(3.232.757)**	**(8.824.300)**	**(3.404.290)**
Total - Ativo Não Circulante	6.162.746	1.519.113	5.375.847	1.423.762
Total - Passivo Não Circulante	(13.976.088)	(4.751.870)	(14.200.147)	(4.828.052)

(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

(1) Os créditos fiscais - ágio - no montante de R$56.670 (R$64.967 em 2021) está sendo realizados pelo prazo remanescente de exploração das concessões das controladas: EBO (12 anos) e EPB (13 anos) pelo método linear.

(2) Intangível mais valia - refere se tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o montante da mais valia atribuída ao valor da concessão calculado na combinação de negócios, deduzido de R$98.490 (R$98.013 em 2021) de amortização realizada no exercício. No exercício de 2022 foi transferido cerca de R$175.572 para a rubrica de provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias.

(3) Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações - refere-se ao Imposto de renda e contribuição social, incidentes sobre a parcela do ativo financeiro indenizável da concessão - VNR reconhecidos pelas controladas EMR (nova denominação social da EMG, que incorporou a ENF) e ESS que por terem assinados os novos aditivos dos contratos de concessão que prorrogaram o prazo da concessão até 2045, ERO e EAC que também assinaram os novos aditivos de contratos de concessão tiveram as suas concessões prorrogadas até 2048 e ETO para 2049, respectivamente e transferiram o saldo do ativo financeiro indenizável da concessão apurado até assinatura dos aditivos para o ativo intangível a serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens de acordo com novo prazo de concessão e que resultará nas realizações dos créditos diferidos com base na amortização.

(4) Ajuste a valor presente - refere-se basicamente ao valor, registrado pelas controladas Rede Energia Participações e CTCE, para os réditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções A e B.

Realizações dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Consolidado
2023	123.404
2024	155.153
2025	175.143
2026	187.456
2027	171.533
2028 a 2029	132.205
Após 2030	574.219
Total	**1.519.113**

Notas Explicativas

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora	
	2022	2021 (reapresentado)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	2.042.273	2703.350
Resultado de operação descontinuadas (*)	-	48.467
Base de cálculo	**2.042.273**	**2.751.817**
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(694.373)	(935.618)
Ajustes:		
Itens permanentes:		
Equivalência patrimonial	822.757	847.701
Marcação a mercado – bônus de subscrição (**)	(21.036)	(39.638)
Créditos tributários não constituído	(47.656)	(32.603)
Créditos tributários de períodos anteriores constituídos no exercício	28.741	-
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre JCP	-	(3.966)
Outras adições e exclusões	4.755	3.807
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	93.188	**(160.317)**
Alíquota efetiva	-	5,83%

(*) Exclui R$48.467 referente as operações descontinuadas, conforme nota explicativa nº39.
(**) Refere-se aos valores do bônus de subscrição das debêntures de 7ª emissão, vide nota explicativa nº 21.

	Consolidado	
	2022	2021 (reapresentado)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	3.138.784	3.529.038
Resultado de operação descontinuadas (*)	-	48.467
Base de cálculo	3.138.784	3.577.505
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(1.067.187)	(1.216.352)
Ajustes:		
Incentivos fiscais regionais – Redução IRPJ (SUDENE e SUDAM) (1)	374.351	446.027
Créditos sobre Incentivos fiscais - Reinvestimento (2)	21.202	-
Créditos tributários não constituídos no exercício	(312.805)	(210.420)
Créditos e (débitos) tributários constituídos no exercício	67.492	(5.341)
Créditos tributários de períodos anteriores constituídos no exercício	98.713	167.523
Incentivos fiscais – Pesquisa e Desenvolvimento (Lei do Bem)	55.435	22.450
Marcação a mercado – bônus de subscrição (3)	(21.036)	(39.638)
Efeito do regime tributário - lucro presumido	64.863	29.232
Outras exclusões / (adições) permanentes (4)	8.208	43.821
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	**(710.764)**	**(762.698)**
Alíquota efetiva	**22,64%**	**21,32%**

(*) Exclui R$48.467 referente as operações descontinuadas, conforme nota explicativa nº 39.

(1) Em 2012 a ESE, EPB e EBO obtiveram aprovação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE dos novos pedidos de benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados sobre o lucro da exploração, para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021. Já as controladas ETO e EMT obtiveram aprovação de seus pleitos de redução do imposto de renda e adicionais (em 75%) junto da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM em dezembro/2014 para o período de 01/01/2014 a 31/12/2023.

Notas Explicativas

Em 2018, as controladas, amparadas pela legislação vigente, formalizaram novos pedidos para obtenção do benefício fiscal, a fim de ampliá-lo pelo período de 10 anos, a contar do momento da sua aprovação.

As controladas ESE, EBO e EPB tiveram seus respectivos benefícios ampliados para 31/12/2027, 31/12/2028 e 31/12/2029, respectivamente junto a SUDENE, enquanto as controladas EMT e ETO, aguardam a análise de seus pedidos que foram formalizados junto à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

Com a publicação da Lei n°13.799/2019, estendeu-se o prazo para aprovação e obtenção do Incentivo Fiscal de Redução de 75% do IRPJ e adicionais até 31/12/2023. Dessa forma, a previsão é que os projetos das controladas EMT e ETO, tenham os benefícios garantidos por parte da SUDAM até o ano calendário de 2028, após a emissão dos Laudos Constitutivos, ampliando o prazo de fruição em mais 7 anos.

Em dezembro de 2020 as controladas ERO e EAC protocolaram pedido junto a Superintendência de Desenvolvimento da Amazonas - SUDAM, solicitando a concessão de redução de até 75% do imposto de renda incidente sobre o lucro de exploração.

As controladas EAC e ERO obtiveram aprovação nos meses de julho e outubro de 2021 de seus pedidos de benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados sobre o lucro da exploração, para o período de 01/01/2021 a 31/12/2030.

(2) Trata-se da parcela de 30% do Imposto de Renda, para ser reinvestidos em projetos instalados na área de atuação da SUDAM e SUDENE, para o desenvolvimento regional.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas correspondem a R$374.351 (R$446.027 em 2021). Esses valores foram registrados diretamente no resultado do exercício no consolidado na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" e serão destinados a Reserva de lucros - reserva de Incentivos fiscais de imposto de renda no patrimônio líquido das controladas (nota explicativa nº 28.8).

(3) Refere-se aos valores do bônus de subscrição das debêntures de 7ª emissão, vide nota explicativa nº 21; e

(4) Outras exclusões/adições permanentes - referem-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia e controladas, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006.

Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário

A Companhia e suas controladas em agosto de 2021 impetraram Mandados de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados nos Mandados de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionados à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de Julgamento, enquanto o acordão foi divulgado em 15 de dezembro de 2021.

O Grupo Energisa avaliou junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluiu sobre a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores do passivo, que em 31 de dezembro de 2022 compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

Notas Explicativas

14. Ativo financeiro indenizável da concessão e concessão do serviço público (ativo de contrato) - consolidado

14.1 Ativo financeiro indenizável da concessão (Distribuição de energia elétrica)

Os contratos de distribuição de energia elétrica das controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e nos contratos de concessão assinados pelas controladas e Aneel.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R$469.832 (R$686.306 em 2021).

Segue as movimentações ocorridas no exercício:

	Saldos em 2021	Adições [1]	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão [2]	Saldos em 2022
Energisa Minas Rio (EMR) [*]	65.429	16.507	(198)	3.951	85.689
Energisa Paraíba (EPB)	935.527	151.065	(1.632)	56.531	1.141.491
Energisa Sergipe (ESE)	687.821	181.109	(3.102)	41.786	907.614
Energisa Borborema (EBO)	105.271	13.516	(333)	6.297	124.751
Energisa Mato Grosso (EMT)	3.884.108	711.225	(11.058)	240.785	4.825.060
Energisa Tocantins (ETO)	47.109	24.872	-	2.758	74.739
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	1.599.382	462.062	(9.202)	95.940	2.148.182
Energisa Sul Sudeste (ESS)	136.028	21.616	(10)	8.178	165.812
Energisa Rondônia (ERO)	118.509	138.549	(249)	11.226	268.035
Energisa Acre (EAC)	39.129	6.742	(5)	2.380	48.246
Saldo Não Circulante	**7.618.313**	**1.727.263**	**(25.789)**	**469.832**	**9.789.619**

[*] Vide nota explicativa nº1.

[1] Adições: refere-se à transferência originadas do ativo contratual – infraestrutura da construção.

[2] Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

	Saldos em 2020	Adições [1]	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão [2]	Saldos em 2021
Energisa Minas Gerais (EMG)	46.005	5.884	(102)	4.832	56.619
Energisa Paraíba (EPB)	762.906	94.369	(2.070)	80.322	935.527
Energisa Sergipe (ESE)	543.617	85.115	(1.323)	60.412	687.821
Energisa Nova Friburgo (ENF)	6.714	788	(5)	1.313	8.810
Energisa Borborema (EBO)	83.806	9.309	(294)	12.450	105.271
Energisa Mato Grosso (EMT)	3.183.825	376.748	(29.479)	353.014	3.884.108
Energisa Tocantins (ETO)	40.155	2.850	(3)	4.107	47.109
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	1.251.680	212.600	(4.879)	139.981	1.599.382
Energisa Sul Sudeste (ESS)	101.425	22.257	(166)	12.512	136.028
Energisa Rondônia (ERO)	31.546	71.991	(1)	14.973	118.509
Energisa Acre (EAC)	10.717	26.025	(3)	2.390	39.129
Saldo Não Circulante	**6.062.396**	**907.936**	**(38.325)**	**686.306**	**7.618.313**

Notas Explicativas

(1) Adições: refere-se à transferência originadas do ativo contratual – infraestrutura da construção.

(2) Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

14.2 Concessão do serviço público - ativo de contrato - (Transmissão de energia elétrica)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida – RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Segue as movimentações do ativo de contrato ocorrida no exercício:

	Ativo de contrato em 2021	Saldo de infraestrutura de transmissão adquirido (*)	Receita de remuneração do ativo de contrato	Receita das margens da obrigação de performance de construção	Receita de operação e manutenção	Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	Receita de construção da infraestrutura	Recebimento RAP	Ativo de contrato em 2022	Circulante	Não Circulante
EGO I	488.030	-	81.002	-	5.727	-	-	(46.262)	528.497	45.269	483.228
EPA I	623.997	-	101.673	-	6.145	-	-	(56.896)	674.919	58.144	616.775
EPA II	540.419	-	34.327	(7.732)	4.137	10.739	54.399	(39.693)	596.596	42.383	554.213
ETT	673.064	-	45.805	116.777	530	(13.733)	284.022	(5.054)	1.101.411	79.198	1.022.213
EAM (3)	273.513	-	80.986	26.725	13.190	10.572	83.741	(15.560)	473.167	19.687	453.480
ETT II	2.726	-	(250)	1.267	-	(207)	5.680	-	9.216	-	9.216
EPT (4)	-	107.723	17.966	-	2.792	-	-	(9.433)	119.048	10.442	108.606
EAP	-	-	103	2.325	-	(311)	8.527	-	10.644	-	10.644
LMTE (5)	-	1.430.121	5.573	-	7.253	208.971	-	(97.076)	1.554.842	157.312	1.397.530
LXTE (5)	-	1.609.483	232.458	-	6.172	8.603	-	(105.201)	1.751.515	173.172	1.578.343
LTTE (5)	-	430.684	102.336	57	5.110	85.951	2.370	(47.268)	579.240	74.258	504.982
Total	**2.601.749**	**3.578.011**	**701.979**	**139.419**	**51.056**	**310.585**	**438.739**	**(422.443)**	**7.399.095**	**659.865**	**6.739.230**

(*) Exclui menos valia (R$1.324.385) das controladas indiretas Transmissoras de energia LMTE, LXTE e LTTE e mais valia de R$27.790 da controlada Transmissora EAP, referente a combinação de negócios.

Notas Explicativas

No exercício foram contabilizados na demonstração do resultado do exercício consolidado o montante de R$41.119 líquido de tributos referente a realização da menos e mais valia originário da combinação de negócios.

	Ativo de contrato em 2020	Aquisição de infraestrutura de transmissão	Receita de remuneração do ativo de contrato	Receita das margens da obrigação de performance de construção	Receita de operação e manutenção	Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	Receita de construção da infraestrutura	Recebimento RAP	Ativo de contrato em 2021
EGO I	477.049	.	49.044	-	5.532	-	-	(43.595)	488.030
EPA I	610.807	-	62.861	-	6.031	-	-	(55.702)	623.997
EPA II (1)	278.454	-	36.015	61.805	360	(27.213)	193.882	(2.884)	540.419
ETT	78.335	-	26.028	197.373	-	(43.609)	414.937	-	673.064
EAM (2)	-	239.300	11.475	31.669	15.309	(25.187)	17.292	(16.345)	273.513
ETT II	-	-	4	959	-	(317)	2.080	-	2.726
Total	**1.444.645**	**239.300**	**185.427**	**291.806**	**27.232**	**(96.326)**	**628.191**	**(118.526)**	**2.601.749**

	Margem de construção	Margem de operação e manutenção	Taxa de remuneração	Índice de correção dos contratos	Custos incorridos	RAP anual
EGO I	30,52%	12,57%	8% a 11% a.a.	IPCA	255.912	49.651
EPA I	25,98%	11,02%	8% a 11% a.a.	IPCA	318.257	62.661
EPA II	6,77%	10,94%	8% a 11% a.a.	IPCA	452.695	48.326
ETT	31,22%	10,48%	8% a 11% a.a.	IPCA	683.474	79.905
EAM (2) e (3)	23,84%	17,06%	6% a 10% a.a.	IPCA	97.345	79.935
ETT II	21,60%	4,85%	6% a 10% a.a.	IPCA	7.478	4.284
EPT (4)	0% a 5%	10% a 18%	8% a 11% a.a.	IPCA	-	12.188
EAP	27,42%	7,01%	6% a 10% a.a.	IPCA	8.216	12.626
LMTE (5)	0% a 5%	2,00%	8% a 11% a.a.	IPCA	-	142.244
LXTE (5)	0% a 5%	2,00%	8% a 11% a.a.	IPCA	-	156.352
LTTE (5)	0% a 5%	2,00%	8% a 11% a.a.	IPCA	2.370	75.225
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.825.747**	**723.397**

(1) Em 25/05/2021, por meio da Resolução Autorizativa nº 10.088, de 25 de maio de 2021, foi autorizada que a controlada EPA II iniciasse um reforço da infraestrutura de transmissão (SE Integradora Sossego - instalação do 1º reator de barra 500kV (3+1) x 45,33 Mvar) onde a estimativa de custo é na ordem de R$46.666 com previsão de término da obra em maio de 2023, cuja RAP prevista é de R$3.923.

(2) Em 31/03/2021 a controlada indireta ETE pagou o montante de R$239.300 pela assunção dos ativos já existentes e realizou a celebração do contrato de concessão junto ao Poder Concedente onde os empreendimentos incorporados entraram em operação, proporcionando o direito de recebimento de 30% da Receita Anual Permita (RAP) prevista, e construção de novos empreendimentos conforme destacado na nota explicativa nº 1.

(3) Por meio da resolução Autorizativa 10.382 de 10 de agosto de 2021, foi autorizado o reforço da infraestrutura de transmissão no empreendimento T2021-066 - SE Mauá III - instalação do 5º transformador 230/138 Kv com custo estimado de R$ 34.371 e RAP estimada de R$3.726, com previsão de término das obras em 10 de fevereiro de 2024.

(4) Em 11 de fevereiro de 2022, a Companhia e a controlada indireta ETE concluíram a operação de aquisição da Geogroup Paranaíta, conforme destacado na nota explicativa nº 16.

(5) Em junho de 2022, a controlada direta ETE concluiu a operação de aquisição da Gemini Energy que por sua vez detém o controle das Transmissoras LMTE, LXTE e LTTE, conforme destacado na nota explicativa nº 16.

Notas Explicativas

15. Ativo contratual – Infraestrutura em construção – Consolidado

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 2021	Adição	Transferências [1]	Baixas [2]	Amortização [3]	Saldos em 2022
Ativo contratual - infraestrutura em construção						
Em construção	2.160.879	4.519.325	(2.402.009)	(1.906.308)	-	2.371.887
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão						
Em construção	913.002	621.944	(656.940)	(179.045)	972	699.933
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	**1.247.877**	**3.897.381**	**(1.745.069)**	**(1.727.263)**	**(972)**	**1.671.954**

	Saldos em 2020	Adição	Transferências [1]	Baixas [2]	Amortização [3]	Saldos em 2021
Ativo contratual - infraestrutura em construção						
Em construção	1.745.441	2.944.127	(1.542.908)	(985.781)	-	2.160.879
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão						
Em construção	811.517	657.497	(464.563)	(77.845)	(13.604)	913.002
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	**933.924**	**2.286.630**	**(1.078.345)**	**(907.936)**	**13.604**	**1.247.877**

[1] O montante de R$1.745.069 (R$1.078.345 em 2021) cerca de R$1.745.702 (R$1.079.755 em 2021) foi para o intangível contrato de concessão, enquanto o montante negativo de R$(3.233) (R$(527) em 2021) foi reclassificado para o intangível - softwares e outros e R$2.600 (R$(883) em 2021) para o imobilizado.

[2] As baixas no montante de R$1.727.263 (R$907.936 em 2021) referem-se as bifurcações do ativo contratual líquido das obrigações especiais para o ativo financeiro indenizável da concessão;

[3] Refere-se a estimativa de Amortização – Indenização à concessão AIC das parcelas de obrigações vinculadas a concessão a receber a serem aplicadas as obras já construídas, das controladas direta, ERO no montante de R$721 (R$10.090 em 2021) e EAC (R$3.514 em 2021), totalizando R$251 (R$13.604 em 2021).

16. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021 (reapresentado)	2022	2021
Participação em controladas	10.964.793	9.384.292	-	-
Outros	105.852	119.325	49.247	64.755
Total	**11.070.645**	**9.503.617**	**49.247**	**64.755**

Participação e controladas:

Notas Explicativas

2022									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição de Energia Elétrica								**320.369**	**4.169.982**
Energisa Minas Rio (EMR) (*)	100	1.059	300.029	1.680.544	1.339.912	340.632	52.319	52.319	340.632
Energisa Sergipe (ESE)	100	196	417.604	2.338.961	1.663.611	675.350	269.589	269.589	675.352
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	576.055	3.295.588	2.112.827	1.182.761	354.957	354.957	1.182.762
Energisa Borborema (EBO)	100	293	82.902	424.289	249.000	175.289	55.953	55.953	175.287
Energisa Nova Friburgo (ENF) (*)	-	-	-	-	-	-	8.258	8.258	-
Energisa ACRE (EAC)	98,81	298.865	865.395	3.812.055	2.303.443	1.508.612	2.594	2.223	1.491.815
Energisa Rondônia (ERO)	98,16	7.818	3.449.026	8.221.020	7.916.808	304.212	(434.732)	(422.930)	304.134
Geração de Energia Elétrica								**(22.959)**	**644.804**
Parque Eólico Sobradinho	100	10.696	10.696	5.275	112	5.163	(428)	(428)	5.163
Energisa Geração Usina Maurício	100	6.784	6.784	8.369	485	7.884	1750	1750	7.884
Energisa Geração Solar Coremas	100	1.214	1.214	519	1	518	(7)	(7)	518
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	123	114	1	-	1	(26)	(26)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	124	115	1	1	-	(28)	(28)	-
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	125	116	1	1	-	(28)	(28)	-
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	123	114	1	-	1	(26)	(26)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	100	18.000	18.000	199.448	130.471	68.977	(6.381)	(6.381)	68.977
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	100	18.000	18.000	168.783	123.554	45.229	(5.905)	(5.905)	45.229
Alsol Energias Renováveis S/A (1)	89,66	201	592.634	1.556.765	980.092	576.673	(13.250)	(11.880)	517.031
Comercialização de Energia Elétrica								**16.331**	**17.846**
Energisa Comercializadora	100	5.119	5.119	351.656	333.810	17.846	16.331	16.331	17.846
Prestação de Serviços								**12.094**	**137.367**
Energisa Soluções	100	127.819	127.819	288.750	154.824	133.926	12.745	12.745	133.926
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	8.929	8.929	1.675	1.711	(36)	(2.108)	(2.108)	(36)
Energisa Planejamento	58	1.686	4.109	7.382	1.412	5.970	2.501	1.457	3.477
Holdings e demais Companhias								**2.127.083**	**5.864.923**
Dinâmica Direitos Creditórios	100	1.955	1.877	1.846	2	1.844	81	81	1.844
Denerge S/A	100	776	2.063.475	2.690.548	770.647	1.919.901	955.731	955.499	1.919.436
Rede Energia Participações S/A	0	3.789	3.223.219	4.959.077	1.156.883	3.802.194	1.483.921	2.665	6.827
Energisa Transmissora de Energia S/A (2)	100	63.304	63.304	3.810.420	2.411.964	1.398.456	360.606	360.606	1.398.456
Energisa Participações Minoritárias S/A	75	427.958	5.209.167	3.499.302	2.668	3.496.634	1.009.784	835.330	2.622.477
Fundo de Investimento FIDC (**)	26	68.365.960	270.226	282.783	56	282.727	17.926	17.926	
Voltz Capital S/A	100	20.844	20.844	52.724	51.176	1.548	(45.024)	(45.024)	1.548
Resultado não realizado em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	(85.681)
Outros Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	16
Ágio pago na aquisição de controladas								**(15.119)**	**129.871**
Total								**2.437.799**	**10.964.793**

(*) A controlada ENF foi incorporada em 30 de novembro de 2022 pela Energisa Minas Rio Distribuidora de Energia S/A (EMR), de acordo com a Resolução nº de 12.177 de 13 de setembro de 2022 da Aneel, que autorizou a incorporação.

(**) Inclui o investimento da Energisa S.A. no Fundo de Investimento FIDC.

(1) Aquisição de Empresa de Geração Distribuída Fotovoltaica

Em 28 de janeiro de 2022 a controlada Alsol celebrou com a Vision Sistemas Ltda, contrato de Compra e Venda e Subscrição de Participações Societárias e outras Avenças (contrato), por meio do qual a Alsol se tornará titular de quotas ou ações, conforme o caso, equivalentes a 100% do capital social das seguintes sociedades: SPE Vision Solar I Ltda., Vision Francisco Sá SPE S.A., Vision Itaobim SPE S.A., UFV Vision IV Curvelo S.A., SPE Vision V Almenara Ltda., UFV Vision VI Arcos 2,5 MW SPE Ltda., SPE UFV Vision VII Mateus Leme 2,4 MW Ltda., Vision VIII Iguatama 2,4 MW SPE Ltda., Renesolar Engenharia Elétrica Ltda., Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda. e Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda. (“Sociedades”).

Notas Explicativas

As Sociedades atuam no ramo de geração distribuída fotovoltaica no Estado de Minas Gerais, detendo, conforme o caso, unidades de geração fotovoltaica em operação, em construção e em desenvolvimento. Com a efetivação da Operação, por meio da Alsol, o Grupo Energisa passará a ser responsável pela operação de até 41 unidades de geração distribuída por fonte solar, que, ao final dos aportes e obras de reforço necessários à implementação dos projetos, poderão adicionar até 136 MWp ao portfólio da controlada Alsol.

O preço de aquisição a ser pago pela controlada Alsol em contrapartida das participações societárias das Sociedades por ela adquiridas será de até R$75.608, na data base de 30 de setembro de 2021, sujeito à correção pela variação do CDI e a ajustes positivos ou negativos decorrentes, dentre outros, de variação do endividamento líquido e do capital de giro entre a data base e a data de fechamento, bem como outros ajustes, nos termos do Contrato.

Em 30 de março de 2022 ocorreu a aprovação da aquisição pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Em 8 de abril de 2022 foi finalizado aquisição das sociedades que detém os projetos de unidades de geração fotovoltaica em desenvolvimento, quais sejam, Renesolar Engenharia Elétrica Ltda, Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda e Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda e, em 06 de maio de 2022, foi concluída a aquisição de mais duas unidades de geração fotovoltaica operacionais, quais sejam, SPE Vision Solar I Ltda. e Vision Francisco Sá SPE S/A. Assim, a Companhia acrescentou ao seu portfólio 2 unidades, já em operação, de geração distribuída por fonte solar, com potência de 5,0 MWp, tendo sido pago R$25.776.

Em cumprimento as cláusulas contratuais do Contrato, foram realizados adiantamentos no montante de R$65.250 registrado na rubrica de outros créditos – ativo não circulante. E para os projetos Renesolar, Flowsolar e Carbonsolar, com a conclusão da aquisição em 8 de abril de 2022, foram pagos a título de adiantamento R$20.000, correspondentes a primeira parcela do valor da aquisição. As demais parcelas serão pagas de acordo com as condições precedentes.

A denominação social das sociedades SPE Vision Solar I Ltda e Vision Francisco Sá SPE S/A foram alteradas respectivamente para Reenergisa Geração Fotovoltaica I LTDA e Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A, conforme arquivamentos na junta comercial em 09 de julho de 2022 e 21 de junho de 2022, respectivamente.

A consumação das demais operações objeto do Contrato, relativas aos outros grupos de sociedades (tal qual divulgado anteriormente, Vision Itaobim SPE S.A., UFV Vision IV Curvelo S.A., SPE Vision V Almenara Ltda., UFV Vision VI Arcos 2,5 MW SPE Ltda., SPE UFV Vision VII Mateus Leme 2,4 MW Ltda. e Vision VIII Iguatama 2,4 MW SPE Ltda.) permanece condicionada à verificação de determinadas condições precedentes aplicáveis especificamente às referidas sociedades.

Período de mensuração do *Purchase Price Allocation* (PPA):

A Administração da controlada efetuou a mensuração do valor justo do ativo de contrato e imobilizado para alocação do preço de aquisição da Reenergisa Geração Fotovoltaica I LTDA e Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "*Business Combination*" na data da aquisição.

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, na data da combinação de negócios, são como segue:

	REENERGISA I	REENERGISA II
Valor justo dos ativos adquiridos	**4.826**	**8.361**
% de participação	100%	**100%**
Valor da participação	**4.826**	**8.361**
Valor de aquisição	7.314	**18.462**
Resultado auferido na combinação ne negócios	**(2.488)**	**(10.101)**

A contabilização da aquisição realizada em 06 de maio de 2022 foi mensurada pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination".

Segue as informações financeiras da Reenergisa Geração Fotovoltaica I LTDA e Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A, na data da aquisição:

Notas Explicativas

	REENERGISA I	REENERGISA II
Caixa e equivalente de caixa	1.356	684
Clientes	1.119	2.800
Tributos a recuperar	4	10
Outros ativos circulantes	51	167
Imobilizado	5.927	14.185
Fornecedores	5	9
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	3.576	-
Debentures	-	9.263
Outros passivos	50	213

(2) **Aquisição controle acionário da transmissora SPE Paranaíta** (atualmente denominada Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A)

Em 11 de fevereiro de 2022, Companhia e sua controlada ETE, concluíram a operação de aquisição de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social total e votante da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A., após o cumprimento das condições precedentes. O valor total pago na aquisição foi de R$102.086, tendo sido efetuado pagamento adicional de R$500 realizado em maio de 2022, adicionalmente foi contabilizado em outras contas a pagar o montante de R$2.000, referente ao cumprimento de covenants a ser pago em até o 6º (sexto) aniversário da data do fechamento.

O ativo adquirido corresponde a uma subestação denominada Paranaíta com 500/138 KV 3 x 50MVA + reserva conforme contrato de concessão nº 22/2016 - Lote X e leilão da Aneel nº013/2015. O ativo possui Interface com a controlada indireta Energisa MT e função sistêmica de escoar a geração das PCHs durante o verão e melhorar o perfil de tensão da região de Alta Floresta durante o inverno.

Com a aquisição, a Companhia passa a ter em seu portfólio 11 (onze) projetos em transmissão, ampliando ainda mais sua atuação no segmento e atestando seu compromisso de melhorar a infraestrutura do setor elétrico no país.

A Administração acredita que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos na transação será, substancialmente, atribuído ao ativo de contrato de concessão de transmissão de energia elétrica e se aproxima ao valor da transação.

Período de mensuração do *Purchase Price Allocation* (PPA):

A Administração da Companhia efetuou a mensuração do valor justo do ativo de contrato e imobilizado para alocação do preço de aquisição da Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination” na data da aquisição.

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, na data da combinação de negócios, são como segue:

Valor justo dos ativos adquiridos	104.586
% de participação	100,0%
Valor da participação	104.586
Valor da aquisição ajustado	104.586
Data da aquisição	11/02/2022

A contabilização da aquisição realizada em 11 de fevereiro de 2022 foi mensurada pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination”.

Notas Explicativas

Segue as informações financeiras da Energisa Paranaíta, na data da aquisição:

	Saldos
Caixa e equivalente de caixa	708
Contas a receber	1.330
Ativo financeiro indenizável da concessão	107.723
Outros créditos	388
Fornecedores	48
Encargos setoriais	66
Impostos e contribuições sociais	829
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.620
Caixa e equivalente de caixa pago na combinação de negócio, reduzido do capital de giro de R$142.	**104.586**

Segue o demonstrativo do reconhecimento do ativo de mais valia dos ativos adquiridos a valor justo:

Ativo	
Concessão do serviço público - ativo de contrato	27.790
Passivo	
Imposto de renda, contribuição social, pis e cofins diferidos	1.846
Efeito ajuste de avalição patrimonial - patrimônio liquido em 11 fevereiro de 2022	25.944

O Imposto de renda, contribuição social, pis e cofins diferidos contabilizado no passivo não circulante foram constituídos sobre a diferença entre a mais-valia dos ativos identificáveis e adquiridos e os respectivos valores contábeis desses ativos, calculados considerando o regime de tributação do lucro presumido, uma vez que as bases fiscais destes não foram afetadas pela combinação de negócio e, consequentemente, geraram diferenças temporárias. Esses impostos diferidos incidentes sobre a mais-valia Concessão do serviço público - ativo de contrato. O valor do imposto de renda diferido será realizado contabilmente à medida que a Concessão do serviço público - ativo de contrato - (Transmissão de energia elétrica) seja amortizado ou no caso de o investimento ser vendido pela controlada. Adicionalmente, a controlada ETE é tributada pelo lucro real, porém a parcela originada da aquisição leva em consideração o regime de tributação da controlada – lucro presumido, no qual a amortização da Concessão do serviço público - ativo de contrato - (Transmissão de energia elétrica) não é tributável. Desta forma, na ETE sua realização fiscal ocorre pela venda das ações adquiridas da controlada Paranaita.

(3) Combinação de negócios - Gemini Energy S/A

Em 17 de fevereiro de 2022, a controlada Energisa Transmissão de Energia S/A, celebrou, com Energisa S/A na qualidade de Interveniente Garantidora, Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com os vendedores Power Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura e Perfin Apollo 14 Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura, tendo, ainda, como Intervenientes Anuentes as sociedades alvo do Contrato de Compra e Venda, para regular a aquisição de 2.330.106 ações ordinárias de propriedade dos Vendedores, de emissão da Gemini Energy S/A..

A Gemini é detentora de 85,04% e 83,33%, respectivamente, de 2 (duas) concessionárias operacionais de transmissão na região Norte que interligam importantes sistemas de geração como Tucuruí e Xingu a centros de consumo do Pará e Amapá, e de 100% de 1 (uma) concessionária operacional de transmissão na região Sudeste que faz a ligação entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo que, em conjunto, possuem uma capacidade de transmissão instalada de 6700 MVA e 1.451 km de extensão, além de 100% de outras duas sociedades não operacionais. Os ativos consolidados em 31 de maio de 2022 pela Gemini Energy S/A totalizam em R$3.316.449 e contratos de concessão válidos até 16 de outubro de 2038 e 09 de dezembro de 2041, respectivamente.

O Valor da Transação foi de R$819.722, considerando a assunção do endividamento líquido de R$1.759.935 detido pela Gemini. O valor por ação foi ajustado no fechamento, pela variação do endividamento líquido e do capital de giro entre a data base de 31 de dezembro de 2021 e a data de fechamento, bem como outros ajustes, nos termos do Contrato de Compra e Venda.

Em 28 de março e 26 de abril de 2022 ocorrem as aprovações da aquisição pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e Aneel, respectivamente.

Período de mensuração do *Purchase Price Allocation* (PPA):

A Administração da Companhia efetuou a mensuração do valor justo dos ativos intangíveis e passivos para alocação do preço de aquisição da Gemini Energy S/A de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination” na data da aquisição.

Notas Explicativas

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, na data da combinação de negócios, são como segue:

Valor justo dos ativos adquiridos	819.722
% de participação	100,0%
Valor da participação	819.722
Valor da aquisição ajustado	819.722
Data da aquisição	10/06/2022

A contabilização da aquisição realizada em 10 de junho de 2022 foi mensurada pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination”.

Segue as demonstrações financeiras consolidados da Gemini Energy S/A, na data da aquisição:

	Saldos
Caixa e equivalente de caixa	46.775
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	204.970
Contas a receber	61.973
Tributos a recuperar	15.276
Tributos diferidos	278.156
Cauções e depósitos vinculados	3.447
Ativo financeiro indenizável da concessão	3.316.449
Outros créditos	19.701
Imobilizado	5.186
Fornecedores	29.171
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	324.928
Debentures	1.686.752
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórios	463.993
Impostos e contribuições sociais	33.743
Imposto de renda e contribuição social diferido	403.453
Dividendos a pagar	19.581
Outros passivos	33.567
Participação de acionistas não controladores	137.023
Caixa e equivalente de caixa pago na combinação de negócio	**819.722**

Provisão riscos de impostos e contribuições sociais

A controlada ETE reconheceu o montante de R$22.037, de provisão de riscos de impostos e contribuições sociais, com prognósticos de perdas possíveis e estão a valor justo dos passivos.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórias

Adicionalmente a controlada ETE reconheceu o montante de R$409.560, de provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórias, com prognósticos de perdas possíveis e remotas e estão a valor justo dos passivos contingentes assumidos na contabilização inicial da combinação de negócios.

Apuração do valor justo

A aplicação do valor justo aos investimentos é como segue:

Empresas	PL ajustado a valor justo 10/06/2022	PL a valor de custo	Ajuste do valor justo	% participação	Ajuste do valor justo do investimento
Gemini	819.722	1.723.496	(903.774)	100,00%	(903.774)
Empresas controladas pela Gemini					
LXTE	507.957	814.950	(306.993)	83,34%	(255.848)
LMTE	407.265	876.093	(468.828)	85,04%	(398.692)
LTTE	22.088	245.918	(223.830)	100,00%	(223.830)
LITE	(243)	189	(432)	100,00%	(432)
POMTE	(4.483)	2.515	(6.998)	100,00%	(6.998)
Total	**932.584**	**1.939.665**	**(1.007.081)**		**(885.799)**

Menos Valia dos ativos de contrato

Notas Explicativas

As aquisições descritas na nota explicativa acima foram contabilizadas de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination". Para efeitos de registro contábil, de acordo com as normas contábeis que consideram a essência econômica da operação a controlada ETE passou a avaliar os ativos das controladas a valor justo. Como resultado, e seguindo as determinações do CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), os ativos e passivos líquidos (acervo líquido) das empresas foram avaliados ao seu valor justo ("fair value") e alocados conforme laudo de avaliação preparado por empresa especializada, o qual gerou o registro nas empresas conforme segue:

Resultado da combinação de negócio	Valores
Ativo não circulante	
Concessão do serviço público - ativo de contrato	(1.237.932)
Creditos tributarios	204.009
Outros creditos	(5.288)
Total	(1.039.211)
Passivo	
Fornecedores	11.282
impostos e contribuições sociais	22.037
Juros sobre capital próprio	(12.364)
provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórias	409.560
Imposto de renda, contribuição social, pis, e cofins diferidos	(436.144)
Efeito ajuste de avalição patrimonial - patrimônio liquido em 10/06/2022	(1.033.582)
Participação de acionistas não controladores	129.808
Ajuste do valor justo do investimeto adquirido	(903.774)

O Imposto de renda, contribuição social, pis, e cofins diferidos contabilizado como redutor do passivo não circulante foram constituídos sobre a diferença entre a menos-valia dos ativos identificáveis e adquiridos e os respectivos valores contábeis desses ativos, uma vez que as bases fiscais destes não foram afetadas pela combinação de negócio e, consequentemente, geraram diferenças temporárias. Esses impostos diferidos foram constituídos utilizando-se as alíquotas de 9,25% (pis e cofins) e de 34% (aliquota combinada de Imposto de renda e contribuição social) incidentes sobre a menos-valia redutora da rubrica de Concessão do serviço público - ativo de contrato. O valor do imposto de renda diferido será realizado contabilmente à medida que a menos valia do ativo da Concessão do serviço público - ativo de contrato - (Transmissão de energia elétrica) seja amortizado ou no caso de o investimento ser vendido.

2021 (reapresentado)									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição de Energia Elétrica								**855.880**	**3.387.275**
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	1.324.508	1.075.456	249.052	57.775	57.775	249.052
Energisa Sergipe (SE)	100	196	417.604	2.424.967	1.832.420	592.547	296.381	296.381	592.547
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	576.055	3.523.151	2.431.252	1.091.899	444.228	444.228	1.091.899
Energisa Borborema (EBO)	100	293	82.902	460.778	292.754	168.024	61.331	61.331	168.024
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	274.921	186.556	88.365	11.420	11.420	88.365
Energisa Acre (EAC)	95,09	230.096.300	863.943	3.862.786	2.603.573	1.259.213	262.966	250.055	1.197.388
Energisa Rondônia (ERO) (1)	95,50	4.004.678	3.440.348	8.650.897	9.082.882	(431.985)	(277.711)	(265.309)	-
Geração de Energia Elétrica								**1.193**	**142.934**
Parque Eólico Sobradinho	100	10.241	10.241	4.942	47	4.895	(480)	(480)	4.895
Energisa Geração Usina Maurício	100	6.784	6.784	6.604	127	6.477	184	184	6.477
Energisa Geração Solar Coremas	100	1.034	1.034	522	37	485	(14)	(14)	485
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	86	77	1	1	-	(38)	(38)	-
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	86	77	1	1	-	(38)	(38)	-
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	86	77	1	1	-	(39)	(39)	-
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	86	77	1	1	-	(38)	(38)	-
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	100	18.000	18.000	147.850	130.644	17.206	(507)	(507)	17.206

Notas Explicativas

Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	100	18.000	18.000	147.832	130.559	17.273	(521)	(521)	17.273
Alsol Energias Renováveis S/A	89,48	38	110.634	473.302	365.352	107.950	3.003	2.684	96.598
Transmissão de Energia Elétrica								**(5)**	**-**
Energisa Transmissora de Energia I S/A (*)	100	11	-	-	-	-	-	-	-
Energisa Transmissora de Energia II S/A	100	11	-	-	-	-	-	(2)	-
Energisa Transmissora de Energia III S/A	100	11	-	-	-	-	-	(3)	-
Comercialização de Energia Elétrica								**(21.472)**	**5.530**
Energisa Comercializadora	100	5.119	5.119	747.687	742.157	5.530	(21.472)	(21.472)	5.530
Prestação de Serviços								**(12.422)**	**127.399**
Energisa Soluções	100	127.819	127.819	253.414	130.752	122.662	(12.954)	(12.954)	122.662
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	7.410	7.410	2.583	1.112	1.471	(645)	(645)	1.471
Energisa Planejamento	58,26	1.686	4.109	7.091	1.487	5.604	2.020	1.177	3.268
Holdings e demais Companhias								**1.685.183**	**5.576.164**
Dinâmica Direitos Creditórios	100	1.955	1.877	1.764	1	1.763	(96)	(96)	1.763
Denerge S/A	99,98	776	2.063.475	2.421.984	727.146	1.694.838	898.259	898.041	1.694.428
Rede Energia Participações S/A	0,18	3.789	3.223.219	4.611.977	1.092.980	3.518.997	1.364.690	1.611	6.322
Energisa Transmissora de Energia S/	100	36.182	36.182	1.701.084	1.013.870	687.214	181.228	181.228	687.214
Energisa Participações Minoritárias S/A	82,72	427.958	5.209.167	3.966.761	9.266	3.957.495	849.440	708.413	3.271.730
Fundo de Investimento FIDC (2)	26	68.365.960	270.226	264.869	68	264.801	-	-	-
Voltz Capital S.A	100	1.314	1.314	10.841	10.453	388	(18.336)	(18.333)	388
Resultado não realizado em controladas (**)								(85.681)	(85.681)
Ágio pago na aquisição de controladas								**(15.118)**	**144.990**
Total								**2.493.239**	**9.384.292**

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto no montante de R$412.545 em 31 de dezembro de 2021 da controlada Energisa Rondônia Distribuidora de Energisa S/A, registrados em provisões para perdas em participação societária no passivo não circulante.

(2) Inclui o investimento da Energisa S.A. no Fundo de Investimento FIDC.

Movimentação dos investimentos 2022:

	Saldo em 2021 (reapresentado)	Aquisição/Adiantamento para futuro aumento de capital	Ganho/Perda da aquisição de ações (1)	Outros Resultados Abrangentes	Transferência	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência Patrimonial	Saldo em 2022
Distribuição de Energia Elétrica	**3.387.275**	**1.427.816**	**20.199**	**24.059**	**(412.545)**	**(597.191)**	**320.369**	**4.169.982**
Energisa Minas Rio (EMR) (*)	249.052	-	330	868	83.593	(45.530)	52.319	340.632
Energisa Sergipe (ESE)	592.547	-	6.164	14.668	-	(207.616)	269.589	675.352
Energisa Paraíba (EPB)	1.091.899	-	10.763	6.282	-	(281.139)	354.957	1.182.762
Energisa Borborema (EBO)	168.024	-	1.143	26	-	(49.859)	55.953	175.287
Energisa Nova Friburgo (ENF) (*)	88.365	-	17	0	(83.593)	(13.047)	8.258	-
Energisa Acre (EAC)	1.197.388	254.906	37.350	(52)	-	-	2.223	1.491.815
Energisa Rondônia (ERO) (****)	-	1.172.910	(35.568)	2.267	(412.545)	-	(422.930)	304.134
Geração de Energia Elétrica	**142.934**	**525.199**	**(26)**	**(1)**	**-**	**(343)**	**(22.959)**	**644.804**
Parque Eólico Sobradinho	4.895	694	-	2	-	-	(428)	5.163
Energisa Geração Usina Maurício	6.477	-	-	-	-	(343)	1.750	7.884
Energisa Geração Solar Coremas	485	40	-	-	-	-	(7)	518
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	-	27	-	-	-	-	(26)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	-	28	-	-	-	-	(28)	-
Energisa Geração Eólica Alecrim	-	28	-	-	-	-	(28)	-
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	-	27	-	-	-	-	(26)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	17.206	58.152	-	-	-	-	(6.381)	68.977
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	17.273	33.861	-	-	-	-	(5.905)	45.229
Alsol Energias Renováveis S.A.	96.598	432.342	(26)	(3)	-	-	(11.880)	517.031
Comercialização de Energia Elétrica	**5.530**	**-**	**69**	**(1)**	**-**	**(4.083)**	**16.331**	**17.846**

Notas Explicativas

Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	5.530	-	69	(1)	-	(4.083)	16.331	17.846
Prestação de Serviços	**127.399**	**646**	**343**	**(1.301)**	**-**	**(1.814)**	**12.094**	**137.367**
Energisa Soluções S/A	122.662	-	343	(1.259)	-	(565)	12.745	133.926
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	1.471	646	-	(45)	-	-	(2.108)	(36)
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.	3.266	-	-	3	-	(1.249)	1.457	3.477
Holdings e demais Companhias	**5.576.164**	**487.285**	**(491.621)**	**22.088**	**-**	**(1.838.150)**	**2.127.083**	**5.864.923**
Dinâmica Direitos Creditórios	1.763	-		-	-	-	81	1.844
Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.	1.694.428	-	9.667	14.651	-	(754.809)	955.499	1.919.436
Rede Energia Participações S/A.	6.322	-	(215)	38	-	(1.983)	2.665	6.827
Energisa Transmissora de Energia S/A (**)	687.214	441.085	(1.642)	(12)	-	(88.795)	360.606	1.398.456
Energisa Participações Minoritárias S/A	3.271.730	-	(499.431)	7.411	-	(992.563)	835.330	2.622.477
Voltz Capital S/A	388	46.184	-	-	-	-	(45.024)	1.548
Resultado não realizado em controladas (***)	(85.681)	-	-	-	-	-	-	(85.681)
Outros investimentos	-	16	-	-	-	-	-	16
Fundo de Investimento FIDC (*****)	-	-	-	-	-	-	17.926	-
Ágio pago na aquisição de controladas	**144.990**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(15.119)**	**129.871**
Total	**9.384.292**	**2.440.946**	**(471.036)**	**44.844**	**(412.545)**	**(2.441.581)**	**2.437.799**	**10.964.793**

(*) A ANEEL através da Resolução nº de 12.177 de 13 de setembro de 2022 autorizou a incorporação da ENF pela controlada EMG.
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2022 foi aprovada a incorporação societária pela Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A (nova denominação social da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A, vide nota explicativa nº1).

(**) Na ata da AGE realizada em 13 de janeiro 2021 da Energisa Transmissora de Energia I S/A, ocorreram deliberações, tais como: (i) consignar que a Energisa S.A. alienou a totalidade das ações de emissão da Companhia para a Energisa Transmissão de Energia S.A. ("ETE"), passando a Companhia a ser uma subsidiária integral da ETE e (ii) aprovou a alteração da denominação social da Companhia que passa a ser denominada como "Energisa Amazonas Transmissora de Energia S.A.".

(***) Refere-se a resultados não realizados nas operações do FIDC contabilizados em outros resultados operacionais.

(****) O Valor de R$412.545 refere-se à provisão para perdas em investimentos no passivo em 2021, revertida em 2022.

(*****) Inclui o investimento da Energisa S.A. no Fundo de Investimento FIDC.

(1) Transações contabilizadas diretamente contra o patrimônio líquido é como segue:

Controladas	ILP	Transações entre sócios	Reinvestimento	Total Ganho/Perda aquisição de ações
Distribuição de Energia Elétrica				
Energisa Minas Gerais (EMG)	330	-	-	330
Energisa Sergipe (SE)	291	-	5.873	6.164
Energisa Paraíba (EPB)	377	-	10.386	10.763
Energisa Borborema (EBO)	30	-	1.113	1.143
Energisa Nova Friburgo (ENF)	17	-	-	17
Energisa Acre (EAC)	237	35.737	1.376	37.350
Energisa Rondônia (ERO)	270	(35.838)	-	(35.568)
Geração de Energia Elétrica				
Alsol Energias Renováveis	69	(95)	-	(26)
Comercialização de Energia Elétrica				
Energisa Comercializadora	69	-	-	69
Prestação de Serviços				
Energisa Soluções	343	-	-	343
Holdings e demais Companhias				
Denerge S/A	1.068	9	8.590	9.667
Rede Energia	2	(240)	23	(215)
Energisa Transmissora de Energia S/A	(354)	(1.288)	-	(1.642)
Energisa Participações Minoritárias S/A	675	(508.562)	8.456	(499.431)
Total	**3.424**	**(510.277)**	**35.817**	**(471.036)**

Movimentação dos investimentos 2021:

Notas Explicativas

Controladas	Saldo em 2020 (reapresentado)	Aquisição/Adiantamento para futuro aumento de capital	Ganho/Perda aquisição de ações [1]	Outros Resultados Abrangentes	Transferência	Dividendos e Juros sobre capital próprio [2]	Equivalência Patrimonial	Saldo em 2021 (reapresentado)
Distribuição de Energia Elétrica	**3.085.078**	**345**	**1.467**	**47.204**	**-**	**(868.963)**	**855.880**	**3.387.275**
Energisa Minas Gerais (EMG)	279.208	-	286	1.527	-	(89.744)	57.775	249.052
Energisa Sergipe (ESE)	485.639	-	368	20.837	-	(210.678)	296.381	592.547
Energisa Paraíba (EPB)	1.121.949	-	1.260	24.537	-	(500.075)	444.228	1.091.899
Energisa Borborema (EBO)	158.357	-	306	(102)	-	(51.868)	61.331	168.024
Energisa Nova Friburgo (ENF)	93.501	-	25	17	-	(16.598)	11.420	88.365
Energisa Acre (EAC)	946.424	-	323	586	-	-	250.055	1.197.388
Energisa Rondônia (ERO)	-	345	(1.101)	(198)	-	-	(265.309)	-
Geração de Energia Elétrica	**52.979**	**88.655**	**71**	**36**	**-**	**-**	**1.193**	**142.934**
Parque Eólico Sobradinho	4.912	455	-	8	-	-	(480)	4.895
Energisa Geração Usina Maurício	6.293	-	-	-	-	-	184	6.477
Energisa Geração Solar Coremas	319	180	-	-	-	-	(14)	485
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	37	-	-	-	-	(38)	-
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	37	-	-	-	-	(38)	-
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	38	-	-	-	-	(39)	-
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	37	-	-	-	-	(38)	-
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	1.319	16.394	-	-	-	-	(507)	17.206
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	135	17.659	-	-	-	-	(521)	17.273
Alsol Energias Renováveis S.A.	39.997	53.818	71	28	-	-	2.684	96.598
Transmissora de Energia Elétrica	**24**	**-**	**-**	**-**	**(19)**	**-**	**(5)**	**-**
Energisa Transmissora de Energia I S/A [*]	8	-	-	-	(8)	-	-	-
Energisa Transmissora de Energia II S/A	8	-	-	-	(6)	-	(2)	-
Energisa Transmissora de Energia III S/A	8	-	-	-	(5)	-	(3)	-
Comercialização de Energia Elétrica	**27.020**	**-**	**(30)**	**12**	**-**	**-**	**(21.472)**	**5.530**
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	27.020	-	(30)	12	-	-	(21.472)	5.530
Prestação de Serviços	**138.668**	**1.519**	**(48)**	**888**	**-**	**(1.206)**	**(12.422)**	**127.399**
Energisa Soluções S/A	134.841	-	(48)	823	-	-	(12.954)	122.662
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	529	1.519	-	68	-	-	(645)	1.471
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.	3.298	-	-	(3)	-	(1.206)	1.177	3.268
Holdings e demais Companhias	**5.499.986**	**77.436**	**(67.072)**	**68.240**	**(803)**	**(1.686.806)**	**1.685.183**	**5.576.164**
Dinâmica Direitos Creditórios	1.859	-	-	-	-	-	(96)	1.763
Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.	2.140.560	-	(12.075)	42.878	-	(1.374.976)	898.041	1.694.428
Rede Energia Participações S/A	-	30.783	(23.679)	110	-	(2.503)	1.611	6.322
Energisa Transmissora de Energia S/A	523.866	27.123	128	3	-	(45.134)	181.228	687.214
Energisa Participações Minoritárias S/A	2.833.701	-	(31.441)	25.250	-	(264.194)	708.413	3.271.730
Voltz Capital S/A	-	19.530	(5)	(1)	(803)	-	(18.333)	388
Resultado não realizado em controladas [**]	-	-	-	-	-	-	(85.681)	(85.681)
Ágio pago na aquisição de controladas	**160.108**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(15.118)**	**144.990**
Total	**8.963.863**	**167.955**	**(65.612)**	**116.380**	**(822)**	**(2.556.975)**	**2.493.239**	**9.384.292**

[*] Na ata da AGE realizada em 13 de janeiro 2021 da Energisa Transmissora de Energia I S/A, ocorreram deliberações, tais como: (i) consignar que a Energisa S.A. alienou a totalidade das ações de emissão da Companhia para a Energisa Transmissão de Energia S.A. (“ETE”), passando

Notas Explicativas

a Companhia a ser uma subsidiária integral da ETE e (ii) aprovou a alteração da denominação social da Companhia que passa a ser denominada como "Energisa Amazonas Transmissora de Energia S.A.".

(**) Refere-se a resultados não realizados nas operações do FIDC contabilizados em outros resultados operacionais.

(1) Transações entre sócios - apurada no investimento junto as controladas Denerge, Energisa Participações Minoritárias, Alsol Energisa Renováveis, Rede Energia e Voltz Capital S.A, reflexos de perda no montante de R$70.976, referente a: (i) R$32.348 perda da Energisa Participações minoritárias, refere-se R$255.851 perda na distribuição de dividendos para as ações preferenciais,R$93.680 de perda por mudança de percentual de participação, R$330.895 ganho por aumento de capital e R$13.712 de perda de custos do aumento de capital; (ii) R$2 de perdas com a controlada Alsol Energisa Renováveis por conta do reflexo da mudança de percentual; (iii) R$13.475, perda apurado pela Denerge, referente a parcela de equivalência reflexa na controladora Rede Energia e a distribuição de dividendos para as ações preferenciais da EMT; (iv) R$23.683 de perda nas compras de ações da Rede Energia e; (v) R$1.463 na ERO de perda por mudança de percentual de participação; (vi) R$5 de perda na Voltz por mudança de percentual de participação.

Adicionalmente foram apurados por equivalência patrimonial, créditos de R$5.364 referente a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) reconhecidos diretamente no patrimônio líquido pelas controladas.

(2) Inclui o valor de R$1.313 e R$436 da Energisa Minas Gerais e Energisa Nova Friburgo, respectivamente, referente a juros de capital de próprio.

- **Outras informações das participações:**

16.2 Mais e menos valia dos ativos intangíveis e ativo de contrato - (Transmissão de energia elétrica)

A Companhia e suas controladas Rede Energia Participações S/A e Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE) reconheceram a amortização dos bens intangíveis e do ativo de contrato de transmissão no exercício findo em 31 dezembro 2022, que tem sua contabilização efetuada na demonstração de resultado do exercício no consolidado, conforme segue:

	Distribuição (ESA e Rede) (1)	Transmissão (ETE) (2)	Total	
			2022	2021
Receita de remuneração do ativo de contrato	-	45.310	45.310	-
Impostos sobre a receita operacional - PIS e COFINS	-	(4.191)	(4.191)	-
Receita operacional líquida	**-**	**41.119**	**41.119**	**-**
Amortização	(326.531)	-	(326.531)	(326.531)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**(326.531)**	**41.119**	**(285.412)**	**(326.531)**
Contribuição social e imposto de renda diferido	111.020	(13.981)	97.039	111.020
Efeito no lucro líquido do exercício	**(215.511)**	**27.139**	**(188.372)**	**(215.511)**
Acionista da controladora	(205.638)	23.884	(181.754	(205.638)
Acionista não controladores	(9.873)	3.255	(6.618)	(9.873)

(1) Amortização dos ativos intangíveis das controladas diretas (ERO e EAC) e indiretas (EMT e EMS).
(2) Amortização de ativo de contrato de transmissão das controladas indiretas (LXTE, LMTE e LTTE).

Notas Explicativas

Participações indiretas:

A Companhia detém participações indiretas nas empresas distribuidoras e transmissoras de energia elétrica, serviços, e de geração de energia elétrica de geração distribuída, controlada diretamente pela Rede Energia Participações S/A, Energisa Transmissora de Energia e ALSOL, conforme segue:

2022					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Distribuição de Energia Elétrica (controle direto pela Rede Energia Participações S.A.)					
Energisa Tocantins	72,55	3.242.003	2.180.679	1.061.324	267.943
Energisa Mato Grosso	87,53	12.161.734	8.832.448	3.329.286	1.148.508
Energisa Mato Grosso do Sul	94,57	5.981.378	4.784.291	1.197.087	509.867
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	93,91	2.782.835	2.220.884	561.951	130.543
Serviços (controle direto pela Rede Energia Participações S.A.)					
Multi Energisa Serviços S/A	94,62	23.555	8.350	15.205	8.385
QMRA Participações S.A.	94,62	2.985	472	2.514	143
Rede Power do Brasil S.A.	94,63	490.085	32.308	457.777	160.759
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	94,62	5.139	218.472	(213.333)	(10.652)
Transmissão de Energia Elétrica e de serviços (controle direto pela Gemini Energy S/A, controlada pela Energisa Transmissora de energia S/A.)					
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A	85,04	1.744.802	1.235.624	509.178	100.256
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A	83,34	1.876.031	1.249.006	627.024	117.685
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A	100	690.141	581.892	108.250	86.161
Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A	100	337	1.502	(1.165)	(932)
Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda	100	4.435	10.874	(6.439)	(5.395)
Geração de Energia Elétrica					
Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda;	99,90	5.203	9.650	(4.447)	(512)
URB Energia Limpa Ltda;	100	14.675	619	14.056	1.063
Reenergisa Geração Fotovoltaica I LTDA (atual denominação social da Vision SPE Vision Solar I Ltda);	100	7.102	3.323	3.779	(73)
Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A (atual denominação social da	100	15.305	8.803	6.502	536
Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;	100	-	8	(8)	(57)
Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda; e	100	-	116	(116)	(670)
Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	100	-	39	(39)	256

2021					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Distribuição de Energia Elétrica (controle direto pela Rede Energia Participações S.A)					
Energisa Tocantins	72,55	3.227.111	2.222.169	1.004.942	246.462
Energisa Mato Grosso	87,53	11.717.676	8.558.436	3.159.240	1.101.093
Energisa Mato Grosso do Sul	94,55	5.639.039	4.388.641	1.250.398	554.177
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	93,91	2.981.499	2.366.397	615.102	165.623
Multi Energisa Serviços S/A	94,62	27.628	12.112	15.516	8.825
QMRA Participações S.A.	94,62	2.791	386	2.405	43
Rede Power do Brasil S.A.	94,63	496.461	31.942	464.519	201.027

Notas Explicativas

Companhia Técnica de Comercialização de Energia	94,62	5.714	208.394	(202.680)	154

Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	Controladora						
	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2021	Adição	Transferências [1]	Baixas	Depreciação [2]	Saldos em 2022
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos		606	-	-	-	-	606
Edificações e benfeitorias	3,37%	28.065	-	-	(386)	-	27.679
Máquinas e equipamentos	15,32%	45.294	-	10.817	-	-	56.111
Veículos	14,29%	17.819	-	-	(6.873)	-	10.946
Móveis e utensílios	6,26%	16.697	-	684	-	-	17.381
Total do imobilizado em serviço		108.481	-	11.501	**(7.259)**	**-**	**112.723**
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias		(5.693)	-	-	376	(941)	(6.258)
Máquinas e equipamentos		(18.230)	-	-	-	(6.818)	(25.048)
Veículos		(13.722)	-	-	6.834	(1.396)	(8.284)
Móveis e utensílios		(13.985)	-	-	-	(237)	(14.222)
Total depreciação acumulada		**(51.630)**	**-**	**-**	**7.210**	**(9.392)**	**(53.812)**
Subtotal imobilizado		56.851	-	11.501	(49)	(9.392)	58.911
Imobilizado em curso		13.847	15.910	(8.855)	-	-	20.902
Total do imobilizado		**70.698**	**15.910**	**2.646**	**(49)**	**(9.392)**	**79.813**

(1) O montante de R$2.646 refere-se às reclassificações para intangível - software e outros.
(2) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre a depreciação dos bens e equipamentos no montante de R$2.676.

	Controladora					
	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 2021
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Terrenos		606	-	-	-	606
Edificações e benfeitorias	3,38%	28.065	-	-	-	28.065
Máquinas e equipamentos	14,96%	26.146	-	19.148	-	45.294
Veículos	14,29%	17.486	-	333	-	17.819
Móveis e utensílios	6,26%	16.483	-	214	-	16.697
Total do imobilizado em serviço		**88.786**	**-**	**19.695**	**-**	**108.481**
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias		(4.752)	-	-	(941)	(5.693)
Máquinas e equipamentos		(13.924)	-	-	(4.306)	(18.230)
Veículos		(12.336)	-	-	(1.386)	(13.722)
Móveis e utensílios		(13.730)	-	-	(255)	(13.985)
Total depreciação acumulada		**(44.742)**	**-**	**-**	**(6.888)**	**(51.630)**
Subtotal imobilizado		44.044	-	19.695	(6.888)	56.851

Notas Explicativas

Imobilizado em curso	22.120	11.422	(19.695)	-	13.847
Total do imobilizado	**66.164**	**11.422**	**-**	**(6.888)**	**70.698**

Consolidado								
	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2021			Transferências [2]	Baixas [3]	Depreciação	Saldos em 2022
Imobilizado em Serviço								
Custo:								
Terrenos		2.043	-	-	51	(24)	-	2.070
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,96%	4.552	-	-	-	-	-	4.552
Edificações e benfeitorias	3,72%	67.324	28	-	40.532	(441)	-	107.443
Máquinas e equipamentos	12,41%	609.697	22.255	7.994	586.614	(6.474)	-	1.220.086
Veículos	14,57%	80.149	594	918	4.036	(8.855)	-	76.842
Móveis e utensílios	6,41%	93.407	184	14	4.215	(47)	-	97.773
Total do imobilizado em serviço		**857.172**	**23.061**	**8.926**	**635.448**	**(15.841)**	**-**	**1.508.766**
Depreciação acumulada:								
Reservatório, Barragens e Adutoras		(1.031)	-	-	-	-	(75)	(1.106)
Edificações e benfeitorias		(11.578)	(28)	-	-	420	(2.622)	(13.808)
Máquinas e equipamentos		(243.868)	(1.400)		(161)	(22)	(44.343)	(289.794)
Veículos		(57.741)	(492)	-	(138)	8.624	(6.716)	(56.463)
Móveis e utensílios		(64.475)	(69)	-	161	45	(3.075)	(67.413)
Total depreciação acumulada		**(378.693)**	**(1.989)**		**(138)**	**9.067**	**(56.831)**	**(428.584)**
Subtotal imobilizado		**478.479**	**21.072**	**8.926**	**635.310**	**(6.774)**	**(56.831)**	**1.080.182**
Imobilizado em curso		239.039	705	1.188.003	(632.710)	(49)	-	794.988
Total do Imobilizado		**717.518**	**21.777**	**1.196.929**	**2.600**	**(6.823)**	**(56.831)**	**1.875.170**

	Consolidado						
	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2020	Adição [1]	Transferências [2]	Baixas [3]	Depreciação	Saldos em 2021
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos		3.962	-	(1.919)	-	-	2.043
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,96%	4.552	-	-	-	-	4.552
Edificações e benfeitorias	3,71%	67.153	-	171	-	-	67.324
Máquinas e equipamentos	11,83%	351.738	26.764	231.331	(136)	-	609.697
Veículos	14,46%	81.114	-	2.375	(3.340)	-	80.149
Móveis e utensílios	6,29%	91.021	33	2.353	-	-	93.407
Total do imobilizado em serviço		**599.540**	**26.797**	**234.311**	**(3.476)**	**-**	**857.172**
Depreciação acumulada:							
Reservatório, Barragens e Adutoras		(956)	-	-	-	(75)	(1.031)
Edificações e benfeitorias		(26.643)	-	16.637	7	(1.579)	(11.578)
Máquinas e equipamentos		(194.547)	(47)	(18.905)	56	(30.425)	(243.868)
Veículos		(54.963)	-	1.979	2.966	(7.723)	(57.741)
Móveis e utensílios		(61.800)	-	408	-	(3.083)	(64.475)
Total depreciação acumulada		**(338.909)**	**(47)**	**119**	**3.029**	**(42.885)**	**(378.693)**
Subtotal imobilizado		260.631	26.750	234.430	(447)	(42.885)	478.479
Imobilizado em curso		157.009	317.343	(235.313)	-	-	239.039

Notas Explicativas

Total do Imobilizado	**417.640**	**344.093**	**(883)**	**(447)**	**(42.885)**	**717.518**

(1) Do montante de R$1.196.929 (344.093 em 2021), R$760.467, R$173.928 e R$146.565 referem-se aos investimentos das controladas diretas ALSOL, RIO PEIXE I e II e R$115.969 de investimentos das demais controladas.

(2) O montante de R$2.600, R$1.745.069 (R$883 em 2021) refere-se às reclassificações para o ativo contratual – infraestrutura em construção e R$3.233 (R$510 em 2021) refere-se transferência do intangível- software e outros e R$(1.745.702) para intangível – contrato de concessão.

(3) O montante de R$6.823 (R$447 em 2021), refere-se às baixas realizadas no exercício que inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação – ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

17. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Intangível – contrato de concessão	-	-	14.492.910	14.023.772
Direito de concessão	-	-	234.546	279.493
Direto de uso	330	396	61.342	49.393
Intangível – software e outros	72.537	71.499	377.426	290.821
Total	**72.867**	**71.895**	**15.166.224**	**14.643.479**

17.1 Intangível - contrato de concessão - Consolidado

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2021	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2022
Intangível						
Em serviço:	4,12%	30.487.524	2.448.732	(306.942)	-	32.629.314
Amortização acumulada		(13.299.700)	(46.777)	217.842	(1.504.853)	(14.633.488)
Total Intangível		**17.187.824**	**2.401.955**	**(89.100)**	**(1.504.853)**	**17.995.826**
(-) Obrigações vinculadas à concessão Em Serviço						
Custo	3,83%	6.308.853	657.015	(7.898)	-	6.957.970
Amortização acumulada		(3.144.801)	(762)	2.742	(312.233)	(3.455.054)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		**3.164.052**	**656.253**	**(5.156)**	**(312.233)**	**3.502.916**
Total Intangível - contrato de concessão (4)		**14.023.772**	**1.745.702**	**(83.944)**	**(1.192.620)**	**14.492.910**

(1) O montante de R$1.745.702 (R$1.079.755 em 2021) são transferências oriundas do ativo contratual - Infraestrutura em construção;

(2) O montante de R$83.944 (R$84.472 em 2021) refere-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação – ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercicio na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais;

(3) A controladora e suas controladas registraram no exercício créditos de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R$42.236 (R$38.059 em 2021), não inclui o montante de R$52.160 (R$5.387 em 2021) referente a despesa de depreciação de provisão de incorporação de redes.

(4) Inclui R$5.616.416 (R$5.942.947 em 2021) de mais valia dos ativos apurado em combinação de negocio quando das aquisições das controladas EMT, EMS, ERO e EAC.

Notas Explicativas

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2020	Transferências [1]	Baixas [2]	Amortização [3]	Saldos em 2021
Intangível						
Em serviço:	4,11%	29.190.203	1.550.141	(252.820)	-	30.487.524
Amortização acumulada		(12.045.256)	(5.835)	168.154	(1.416.763)	(13.299.700)
Total Intangível		**17.144.947**	**1.544.306**	**(84.666)**	**(1.416.763)**	**17.187.824**
(-) Obrigações vinculadas à concessão Em Serviço						
Custo	3,81%	5.844.484	464.563	(194)	-	6.308.853
Amortização acumulada		(2.870.815)	(12)	-	(273.974)	(3.144.801)
Total das Obrigações vinculadas à concessão [*]		**2.973.669**	**464.551**	**(194)**	**(273.974)**	**3.164.052**
Total Intangível - contrato de concessão		**14.171.278**	**1.079.755**	**(84.472)**	**(1.142.789)**	**14.023.772**

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691/2015, de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 11,18% (10,19% em 2021).

[*] Obrigações vinculadas a concessão:

Os saldos do ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual da infraestrutura em construção e intangível do contrato de concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

Obrigações vinculadas à concessão:	2022	2021
Contribuições do consumidor [1]	2.680.467	2.509.124
Participação da União, Estados e Municípios [2]	5.646.055	5.215.602
Participação da União - recursos RGR [3]	303.571	302.599
Reserva para reversão [4]	6.149	6.913
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	338.858	338.858
(-) Amortização acumulada	(3.467.685)	(3.158.406)
Total	**5.507.415**	**5.214.690**
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	1.304.567	1.137.636
Ativo contratual - infraestrutura em construção	699.932	913.002
Intangível- contrato de concessão	3.502.916	3.164.052
Total	**5.507.415**	**5.214.690**

[1] As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica, bem como, valores aplicados em programas de eficiência energética e Programa Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados ao Ativo contratual - infraestrutura em construção.

[2] A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao programa Luz para Todos. O saldo contempla o efeito da devolução da 4ª Tranche de LPT da controlada EAC em

Notas Explicativas

dezembro/2019; recursos da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC que envolvem na sub-rogação do direito de uso, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC.

(3) Participação da União - recursos RGR Indenização a concessão – – Ativo contratual – infraestrutura em construção – parcela referente ao reconhecimento dos recebíveis a serem efetuados com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR , autorizados pela Portaria MME nº 484, de 26 de janeiro de 2021, correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo contratual – infraestrutura em construção nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, através das Notas Técnicas nº 219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL (nota explicativa nº 14).

(4) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão de distribuição de energia elétrica, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

17.2 Direito de concessão - consolidado

	Consolidado	
	2022	2021
Reconhecido por controladas (1)	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora (2)	298.589	298.589
Aquisição participação (3)	96.843	102.046
Amortização acumulada	(698.898)	(659.154)
Subtotal	**234.546**	**279.493**

A movimentação é como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	**279.493**	**314.013**
Aquisição participação	**(5.203)**	**5.221**
Amortização no exercício	(39.744)	(39.741)
Saldo final	**234.546**	**279.493**

(1) Intangível reconhecido por controlada:

Corresponde ao direito de concessão incorporado pela controlada ESE que está sendo amortizado desde abril de1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica que ocorrerá em dezembro de 2027.

A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo a amortizar pela controlada é de R$104.657 (R$129.281 em 2021).

(2) Intangíveis reconhecidos pela controladora:

Correspondem aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas EBO, ESE e EPB, no montante de R$76.495 (R$86.351 em 2021), líquido das amortizações. A Companhia de acordo com o IAS 16 passou a registrar a amortização do ativo da concessão pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear, desde 01 de janeiro de 2017.

Adicionalmente a Companhia detém o controle acionário da empresa de propósitos específicos Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho – BA, que é detentora de projetos eólicos, em montante de R$7.022 (R$7.022 em 2021). Os valores pagos na aquisição do parque eólico estão alocados como concessão, a serem amortizados em 35 anos a partir da entrada em operação comercial.

(3) Combinação de negócio - Aquisição de participação

(i) O Grupo Rede - formalizada em 11 de abril de 2014 a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa, nos termos do Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

Notas Explicativas

O valor do ágio apurado na aquisição das Companhias montou em R$165.552 reconhecido na rubrica "investimentos" na controladora e no "intangível" no consolidado. O preço da aquisição no valor simbólico de R$1,00 (um real), baseado nas avaliações do patrimônio líquido das empresas adquiridas a valor de mercado. O ágio apurado na aquisição decorre principalmente pela não consideração nas premissas de cálculos do PPA da renovação das concessões de distribuição de energia elétrica prevista pela Lei nº 12.783/2013, que mesmo com a edição do Decreto nº 8.461/2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, suspenso pelo Tribunal de Contas da União o que impossibilitou a assinatura do novo contrato de concessão e da variação entre a média considerada no processo de definição de preço e a melhor estimativa do patrimônio líquido a valor justo na data efetiva da aquisição.

Do montante do ágio de R$165.552, foram deduzidos os ganhos de capital por aumento de participação nos aportes de capital realizados nas controladas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no montante de R$96.345, totalizando o montante de R$69.207. Em maio de 2015, em face da alienação dos ativos da controlada indireta Tangará S/A, foram transferidos para bens destinados em alienação o montante de R$6.361. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram amortizados R$50.472 (R$45.203 em 2021).

(ii) Dinâmica Diretos Creditórios - em 14 de maio de 2015, a Companhia adquiriu o controle acionário da controlada Dinâmica Direitos Creditórios apurando um ágio de R$4.512 (R$4.512 em 2021) e;

(iii) Alsol Energia Renováveis S.A. - em 17 de junho de 2019, formalizou a transferência para Energisa de 87,01% do capital da Alsol Energias Renováveis S.A, com apuração de ágio de R$29.467 (R$29.467 em 2021). Na aquisição do controle societário da Urb Energia limpa ltda foi apurado ágio de R$18 no exercício.

A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

Período de amortização	Consolidado	Redução do imposto de renda e contribuição social
2023 e 2024	34.698	8.373
2025 e 2026	74.289	16.745
2027 e 2028	55.484	10.466
2029 e 2030	24.145	-
2031 e 2032	13.572	-
2033 e 2034	5.259	-
2035 em diante	27.099	-
Total	**234.546**	**35.584**

17.3 Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Controladora			
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2021	Amortização	Saldos em 2022
Direito de uso				
Custo	8,02%	823	-	823
Amortização acumulada		(427)	(66)	(493)
Total do intangível - direito de uso		**396**	**(66)**	**330**

	Controladora

Notas Explicativas

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Baixa	Amortização	Saldos em 2021
Direito de uso							
Custo	8,26%	1.170	427	27	(801)	-	823
Amortização acumulada		(332)	-	(27)	-	(68)	(427)
Total do intangível - direito de uso		**838**	**427**	**-**	**(801)**	**(68)**	**396**

	Consolidado						
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2021	Combinação de Negócios	Adição	Baixa	Amortização	Saldos em 2022
Direito de uso							
Custo	9,39%	97.983	1.705	23.294	(754)	-	122.228
Amortização acumulada		(48.590)	(816)	-	-	(11.480)	(60.886)
Total do intangível - direito de uso		**49.393**	**889**	**23.294**	**(754)**	**(11.480)**	**61.342**

	Consolidado						
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferência	Baixa	Amortização	Saldos em 2021
Direito de uso							
Custo	17,07%	**91.534**	25.632	704	(19.887)	-	97.983
Amortização Acumulada		(31.162)	-	(704)	-	(16.724)	(48.590)
Total do intangível - direito de uso		**60.372**	**25.632**	**-**	**(19.887)**	**(16.724)**	**49.393**

17.4 Intangível - software e outros

	Controladora					
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2021	Adições	Transferências	Amortização	Saldos em 2022
Custo dos softwares e outros						
Em serviço	20,00%	67.171	-	17.217	-	84.388
Amortização acumulada		(34.855)	-	-	(11.838)	(46.693)
Em Curso		39.183	15.522	(19.863)	-	34.842
Total do intangível - software e outros		**71.499**	**15.522**	**(2.646)**	**(11.838)**	**72.537**

	Controladora					
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2020	Adições	Transferências	Amortização	Saldos em 2021
Custo dos softwares e outros						
Em serviço	20,00%	41.399	-	25.772	-	67.171
Amortização acumulada		(24.484)	-	-	(10.371)	(34.855)
Em Curso		28.504	36.451	(25.772)	-	39.183
Total do intangível - software e outros		**45.419**	**36.451**	**-**	**(10.371)**	**71.499**

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2021	Combinação de Negócios	Adição	Transferências [1]	Baixa	Amortização	Saldos em 2022
Custo dos Softwares e outros								
Em serviço	15,10%	561.153	2.650	3.811	101.246	(224)	-	668.636
Amortização Acumulada		(399.281)	(18)	-	-	224	(67.487)	(466.562)
Em curso		128.949	-	150.882	(104.479)	-	-	175.352
Total		**290.821**	**2.632**	**154.693**	**(3.233)**	**-**	**(67.487)**	**377.426**

	Consolidado					
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferências [1]	Amortização	Saldos em 2021
Custo dos Softwares e outros						
Em serviço	20,00%	487.482	133	73.538	-	561.153
Amortização Acumulada		(341.407)	-	23	(57.897)	(399.281)
Em curso		85.109	117.928	(74.088)	-	128.949
Total		**231.184**	**118.061**	**(527)**	**(57.897)**	**290.821**

[1] O montante de R$3.233 refere-se à transferência do imobilizado e (R$527 em 2021) refere-se às reclassificações para o Intangível - Infraestrutura em construção.

18. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Compra de energia elétrica [1]	-	-	1.192.222	1.305.241
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS [1]	-	-	150.871	104.781
Encargos do uso da rede elétrica [1]	-	-	25.813	35.280
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE [2]	-	-	85.707	227.277
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	5.636
Encargos de conexão	-	-	13.536	25.630
Encargo de serviços do sistema [3]	-	-	2.141	605.706
Materiais, serviços e outros [4]	25.767	6.094	539.826	380.737
Total	**25.767**	**6.094**	**2.010.116**	**2.690.288**
Circulante	25.767	6.094	1.887.305	2.573.437
Não Circulante	-	-	122.811	116.851

[1] **Compra de energia elétrica -** refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição e encargos do uso, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

[2] **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE** - A conta CCEE é composta pelas basicamente pelos valores estimados dos meses de novembro e dezembro de 2022 do MCP e diminuiu principalmente pela queda do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças), que esteve perto do piso naqueles meses quando comparado com novembro-dezembro/21. O PLD além de precificar as liquidações de energia no MCP (Mercado de Curto Prazo), também valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.

[3] **Encargos do serviço do sistema** - a diminuição dos valores de Encargos de Serviços de Sistema refere-se à redução do despacho de térmicas fora da ordem de mérito de custo em razão de Segurança Energética. As chuvas do período úmido elevaram o nível dos reservatórios e, com a melhoria das condições hidrológicas, não houve necessidade de grandes despachos fora da ordem de mérito.

[4] **Materiais, serviços e outros -** referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de geração hidráulica e distribuída, distribuição, transmissão, comercialização e demais serviços de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 30 dias.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Notas Explicativas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	Saldos em 2021	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo						
Moeda nacional						
Pós Fixado						
CDI	1.501.823	(69.524)	(42.368)	212.546	-	1.602.477
Gastos com captação	(6.415)	-	-	2.482	-	(3.933)
Total do custo	**1.495.408**	**(69.524)**	**(42.368)**	**215.028**	**-**	**1.598.544**
Mensuradas ao valor justo						
Moeda estrangeira						
Dólar	279.063	-	(6.560)	(11.582)	-	260.921
Gastos com captação	(618)	-	-	247	-	(371)
Marcação a mercado	(7.343)	-	-	-	(10.429)	(17.772)
Total ao valor justo	**271.102**	**-**	**(6.560)**	**(11.335)**	**(10.429)**	**242.778**
Total	**1.766.510**	**(69.524)**	**(48.928)**	**203.693**	**(10.429)**	**1.841.322**
Circulante	123.417					543.926
Não Circulante	1.643.093					1.297.396

	Controladora							
	Saldos em 2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2021
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
Pós Fixado								
CDI	1.008.331	1.045.000	(581.812)	(48.969)	79.273	-	-	1.501.823
Gastos com captação	(1.938)	-	-	-	2.639	(7.116)	-	(6.415)
Total do custo	**1.006.393**	**1.045.000**	**(581.812)**	**(48.969)**	**81.912**	**(7.116)**	**-**	**1.495.408**
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Dólar	208.910	247.040	(212.108)	(8.634)	43.855	-	-	279.063
Gastos com captação	-	-	-	-	123	(741)	-	(618)
Marcação a mercado	2.178	-	-	-	-	-	(9.521)	(7.343)
Total ao valor justo	**211.088**	**247.040**	**(212.108)**	**(8.634)**	**43.978**	**(741)**	**(9.521)**	**271.102**
Total	**1.217.481**	**1.292.040**	**(793.920)**	**(57.603)**	**125.890**	**(7.857)**	**(9.521)**	**1.766.510**
Circulante	817.691							123.417
Não Circulante	399.790							1.643.093

	Consolidado								
	Saldos em 2021	Captação	Combinação de negócios	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo									
Moeda nacional									
Pré Fixado	234.994	-	324.928	(24.596)	(17.269)	28.936	-	-	546.993
Pós Fixado									
INPC	172.901	31.801	-	(81.311)	(9.154)	19.208	-	-	133.445
IPCA	2.172.223	281.634	-	(115.258)	(121.503)	242.311	-	-	2.459.407
Selic	-	-	3.576	(296)	(397)	402	-	-	3.285
CDI	4.266.993	1.190.000	-	(765.548)	(323.232)	592.863	-	-	4.961.076
TR	945.402	-	-	-	(89.417)	100.422	-	-	956.407
Gastos com captação	(16.351)	-	-	-	-	5.925	(10.981)	-	(21.407)
Outros	14.038	6.951	-	(518)	(1.022)	2.518	-	-	21.967
Total do custo	**7.790.200**	**1.510.386**	**328.504**	**(987.527)**	**(561.994)**	**992.585**	**(10.981)**	**-**	**9.061.173**

Notas Explicativas

Mensuradas ao valor justo									
Moeda estrangeira									
Dólar	3.190.605	2.365.003	-	(672.372)	(87.623)	(85.065)	-	-	4.710.548
Euro	787.534	214.015	-	(388.427)	(8.971)	(110.291)	-	-	493.860
Gastos com captação	(958)	-	-	-	-	587	-	-	(371)
Marcação a mercado	(8.176)	-	-	-	-	-	-	(49.702)	(57.878)
Total ao valor justo	**3.969.005**	**2.579.018**	**-**	**(1.060.799)**	**(96.594)**	**(194.769)**	**-**	**(49.702)**	**5.146.159**
Total	**11.759.205**	**4.089.404**	**328.504**	**(2.048.326)**	**(658.588)**	**797.816**	**(10.981)**	**(49.702)**	**14.207.332**
Circulante	2.220.051								4.045.261
Não Circulante	9.539.154								10.162.071

	Consolidado							
	Saldos em 2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2021
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
Pré Fixado	960.315	12.500	(747.475)	(1.964)	11.618	-	-	234.994
Pós Fixado								
TJLP e TLP	1.255	-	(1.251)	(43)	39	-	-	-
INPC	3.143	176.803	(19.021)	(5.493)	17.469	-	-	172.901
IPCA	337.230	1.744.590	(15.644)	(84.214)	190.261	-	-	2.172.223
Selic	486	-	(487)	(9)	10	-	-	-
CDI	3.939.460	2.066.000	(1.762.745)	(212.629)	236.907	-	-	4.266.993
TR	936.284	-	-	(72.099)	81.217	-	-	945.402
Cesta de moedas	26	-	(30)	-	4	-	-	-
Gastos com captação	(6.172)	-	-	-	4.961	(15.140)	-	(16.351)
Outros	12.163	856	(62)	(867)	1.948	-	-	14.038
Total do custo	**6.184.190**	**4.000.749**	**(2.546.715)**	**(377.318)**	**544.434**	**(15.140)**	**-**	**7.790.200**
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Dólar	2.754.291	1.907.138	(1.679.962)	(59.406)	268.544	-	-	3.190.605
Euro	999.402	-	(204.551)	(11.841)	4.524	-	-	787.534
Gastos com captação	(1.096)	-	-	-	879	(741)	-	(958)
Marcação a mercado	26.365	-	-	-	-	-	(34.541)	(8.176)
Total ao valor justo	**3.778.962**	**1.907.138**	**(1.884.513)**	**(71.247)**	**273.947**	**(741)**	**(34.541)**	**3.969.005**
Total	**9.963.152**	**5.907.887**	**(4.431.228)**	**(448.565)**	**818.381**	**(15.881)**	**(34.541)**	**11.759.205**
Circulante	4.049.956							2.220.051
Não Circulante	5.913.196							9.539.154

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e as principais condições contratuais são como segue:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) [1]	Garantias [2]
	2022	2021					
Energisa S/A							
FRN Santander - 4130335 [3]	-	47.295	CDI + 0.89% a.a.	nov/22	Semestral a partir de nov/21	13,28%	-
FRN Santander - 4132130 [3]	46.132	68.942	CDI + 0.90% a.a.	nov/24	Semestral a partir de dez/21	13,29%	-
ESA X BRADESCO - NP 6ª Emissão 1ª Série [3]	82.472	71.748	CDI + 2.30% a.a.	dez/23	Final	14,69%	-
ESA X BRADESCO - NP 6ª Emissão 2ª Série [3]	163.713	142.425	CDI + 2.30% a.a.	dez/24	Final	14,69%	-
ESA X BANCO DA CHINA BRASIL - CCB - L0036-2020 [3]	85.252	85.221	CDI + 2.15% a.a.	dez/23	Final	14,54%	-
ESA X SANTANDER - CCB - 1035848	149.812	147.454	CDI + 1.70% a.a.	abr/23	Final	14,09%	-
ESA X BTG - FIDC [7]	245.431	213.428	CDI + 2.35% a.a.	jan/25	Final	14,74%	-
Nota Promissória 4ª Emissão [3]	829.665	725.310	CDI + 1.80% a.a.	jul/24	Final	14,19%	-
Custo de captação incorrido na contratação	(3.933)	(6.415)					
Total em Moeda Nacional	1.598.544	1.495.408					
ESA X ICBC - CCB - ICBCBRPANAMAWK2021001 [3]	260.921	279.063	USD + 1.85% a.a.	jun/24	Final	-4,65%	A

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (1)	Garantias (2)
	2022	2021					
Custo de captação incorrido na contratação	(371)	(618)					
Marcação à Mercado de Dívida (4)	(17.772)	(7.343)	-	-	-		-
Total em Moeda Estrangeira	242.778	271.102					
Total Energisa S/A	1.841.322	1.766.510					
Energisa Sergipe							
Parcelamento INERGUS	14.771	14.038	IPC FIPE + 5.41% a.a.	jul/44	Mensal a partir de jan/21	12,73%	A
Parcelamento INERGUS - Migração	71.853	82.549	IPCA + 5.78% a.a.	jun/26	Mensal a partir de jun/21	11,56%	A
Parcelamento INERGUS - Plano BD x DEFICIT 2018	-	55.289	INPC+ 5.78% a.a.	dez//36	Mensal a partir de jan/22	11,71%	A
Nota Promissória 6ª Emissão (3)	-	160.268	CDI + 0.80% a.a.	mar/22	Final	13,19%	A
ESE X BNDES - 20.2.0495-1 SUBCREDITO A (3)	43.335	47.224	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00% a.a.	out/27	Mensal a partir de abr/22	10,61%	A + R
ESE X BNDES - 20.2.0495-1 SUBCREDITO B (3)	64.831	61.074	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00% a.a.	dez/34	Mensal a partir de nov/27	10,61%	A + R
Parcelamento INERGUS - Confissão Dívida 2020	7.196	-	IPC FIPE + 5.16% a.a.	fev/41	Mensal a partir de abr/22	12,48%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(361)	(479)				-	-
Total em Moeda Nacional	201.625	419.963					
Resolução 4131 - Citibank Loan 60874 (3)	175.068	-	SOFR + 1.00% a.a.	set/23	Final	-3,60%	A
Marcação à Mercado de Dívida (4)	3.255	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	178.323	-					
Total Energisa Sergipe	379.948	419.963					
Energisa Paraíba							
Parcelamento FUNASA	2.312	2.437	INPC + 5.28% a.a.	dez/29	Mensal a partir de jan/21	11,21%	A
CCB Bradesco 24032020 (3)	137.889	135.416	CDI + 1.67% a.a.	mar/23	Final	14,06%	A
EPB X BTG PACTUAL - BNDES 3/20 - SUBCREDITO A (3)	110.128	113.461	IPCA + 1.83% a.a. + 3.23% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/22	10,84%	A + R
EPB X BTG PACTUAL - BNDES 3/20 - SUBCREDITO B (3)	54.872	51.692	IPCA + 1.83% a.a. + 3.23% a.a.	dez/34	Mensal a partir de fev/31	10,84%	A + R
EPB X ENERGISA PREV - Migração 2020 (8)	23.770	17.117	INPC + 5.28% a.a.	jun/33	Mensal a partir de jan/21	11,21%	A
EPB X ENERGISA PREV - Déficit 2020 (8)	70.662	77.291	INPC + 5.28% a.a.	nov/33	Mensal a partir de jan/21	11,21%	A
EPBXENERGISA PREV- Déficit 2015 2018 2019 (8)	1.537	1.682	INPC + 5.28% a.a.	nov/33	Mensal a partir de jan/21	11,21%	A
EPBXENERGISA PREV- Contrato Confissão Dívida (8)	127	-	INPC + 5.11% a.a.	mai/34	Mensal a partir de abr/22	11,04%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(18)	(21)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	401.279	399.075					
Total Energisa Paraíba	401.279	399.075					
Energisa Minas Rio (*)							
EMG X BTG PACTUAL - BNDES 2/20 (2)	73.909	74.001	IPCA + 1.83% a.a. + 3.23% a.a.	dez/34	Mensal a partir de abr/22	10,84%	A + R
EMG X SANTANDER - CCB -1035866	25.830	25.423	CDI + 1.70% a.a.	abr/23	Final	14,09%	A
EMG 1ª Nota comercial	107.207	-	CDI + 1.55% a.a.	jul/26	Anual a partir de jul/25	13,94%	A
CCB Safra 001660057	20.104	-	CDI + 1.80% a.a.	jun/23	Final	14,19%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(694)	(10)	CDI + 1.80% a.a.	jun/23	Final	14,19%	-
Total em Moeda Nacional	226.356	99.414					
EMG X SCOTIABANK - LOAN 4131 - 17062021	41.251	44.123				-4,98%	A
EMG X BAML - LOAN 4131 - 28012021	95.587	102.234	USD + 1.52% a.a.	jun/24	Final	-4,67%	A

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (1)	Garantias (2)
	2022	2021					
EMG X BAML - LOAN 4131 - 09122021	36.808	39.373	USD + 1.83% a.a.	fev/24	Final	-4,31%	A
EMR X BAML - LOAN 20052022 (3 e 4)(*)	31.887	-	USD + 3.98% a.a.	mai/25	Final	-2,52%	A
Marcação à Mercado de Dívida (4)	(8.554)	(1.116)	USD + 2.19% a.a.	jun/24	Final	-2,52%	-
Total em Moeda Estrangeira	196.979	184.614					
Total Energisa Minas Rio (*)	423.335	284.028					
Energisa Nova Friburgo (*)							
FRN 4131519 (3)	-	10.087	CDI + 0.80% a.a.	nov/22	Semestral a partir de nov/21	13,19%	A
CCB Safra 001660057	-	20.058	CDI + 1.80% a.a.	jun/23	Final	14,19%	A
Custo de captação incorrido na contratação	-	(77)	-	-	-	-	
Total em Moeda Nacional	-	30.068					
BAML - LOAN 20052022	-	-					
Marcação à Mercado de Dívida (4)	-	-					
Total em Moeda Estrangeira	-	-					
Total Energisa Nova Friburgo (*)	-	30.068					
Energisa Borborema							
Nota Flutuante de Juros - Santander (3)	-	10.088	CDI + 0.80% a.a.	nov/22	Semestral a partir de nov/21	13,19%	A
Safra CCB 001660031	20.104	20.059	CDI + 1.80% a.a.	jun/23	Final	14,19%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(26)	(77)	-	-	-	-	
Total em Moeda Nacional	20.078	30.070					
EBO X SCOTIABANK - LOAN 4131 - 17062021 (3)	41.251	44.123	USD + 1.52% a.a.	jun/24	Final	-4,98%	A
Marcação à Mercado de Dívida (4)	(2.524)	(915)					
Total em Moeda Estrangeira	38.727	43.208					
Total Energisa Borborema	58.805	73.278					
Energisa Mato Grosso							
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	354.193	353.756	TR + 7.00% a.a.	out/34	Mensal a partir de nov/29	8,63%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	389.032	443.566	CDI + 0.70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de mai/21	13,09%	R
Nota Promissória 2ª Emissão (3)	-	320.270	CDI + 0.80% a.a.	mar/22	Final	13,19%	A
Santander FRN 4133870 (3)	66.738	194.743	CDI + 0.95% a.a.	fev/23	Semestral a partir de fev/22	13,34%	A
EMT X BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO A (3)	133.595	145.584	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00% a.a.	out/27	Mensal a partir de abr/22	10,61%	A + R
EMT X BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO B (3)	199.863	188.279	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00% a.a.	dez/34	Mensal a partir de nov/27	10,61%	A + R
EMT X ENERGISA PREV - Migração 2020 (8)	12.260	2.019	INPC + 5.47% a.a.	out/29	Mensal a partir de jan/21	11,40%	A
EMT X ENERGISA PREV - Déficit de 2017 (8)	62	6.779	INPC + 5.46% a.a.	dez/31	Mensal a partir de jan/21	11,39%	A
EMT X ENERGISA PREV - Déficit 2015 A 2019 (8)	185	170	INPC + 5.45% a.a.	nov/33	Mensal a partir de jan/21	11,38%	A
EMT X ENERGISA PREV - Confissão de Dívida 2020 (8)	1.381	-	INPC + 5.17% a.a.	fev/38	Mensal a partir de abr/22	11,10%	A
EMT X ENERGISA PREV - Confissão de Dívida 2020 (8)	79	-	INPC + 5.01% a.a.	fev/35	Mensal a partir de abr/22	10,94%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(1.091)	(1.417)					
Total em Moeda Nacional	1.156.297	1.653.749					
Merryl Lynch Loan 09022022 (3)	138.858	-	EURO + 1.48% a.a.	fev/25	Final	-10,41%	A
Citibank Loan - 4131 (3)	-	40.068	LIBOR + 1.70% a.a.	jun/22	Anual a partir de jun/21	-2,40%	A
Citibank EDC Loan - 4131 (3)	-	40.065	LIBOR + 1.80% a.a.	jun/22	Anual a partir de jun/21	-2,30%	A
EMT X SCOTIABANK - LOAN 4131 - 11062021 (3)	122.334	130.840	USD + 1.21% a.a.	jun/24	Final	-5,29%	A

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (1)	Garantias (2)
	2022	2021					
J P MORGAN Loan (3)	308.579	-	USD + 3.04% a.a.	mar/25	Final	-3,46%	A
Merryl Lynch Loan (3)	-	67.509	EURO + 0.69% a.a.	dez/22	Final	-11,20%	A
Scotiabank Loan (3)	-	274.583	USD + 2.20% a.a.	dez/22	Final	-4,30%	A
Citibank Loan 56416 (3)	61.001	64.793	LIBOR + 0.60% a.a.	fev/23	Final	-3,50%	A
Citibank Loan 60976 (3)	109.092	-	SOFR + 1.00% a.a.	mar/24	Final	-3,60%	A
Santander Loan ccb1044407 (3)	92.549	-	USD + 2.68% a.a.	fev/23	Final	-3,82%	A
Merryl Lynch Loan 25082021 (3)	240.352	256.476	USD + 1.70% a.a.	set/23	Final	-4,80%	A
Citibank Loan 59606 (3)	105.020	111.759	LIBOR + 1.18% a.a.	ago/23	Final	-2,92%	A
Scotiabank Loan 13102022 (3)	259.843	-					
J P MORGAN Loan 10112022 (3)	157.843	-					
Merryl Lynch Loan 01122022 (3)	201.068	-					
Custo de captação incorrido na contratação	-	(109)					
Marcação à Mercado de Dívida (4)	(16.628)	1.071					
Total em Moeda Estrangeira	1.779.911	987.055					
Total Energisa Mato Grosso	2.936.208	2.640.804					
Energisa Mato Grosso do Sul							
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	292.144	291.785	TR + 7.00% a.a.	out/34	Mensal a partir de nov/29	8,63%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	177.523	202.403	CDI + 0.70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de mai/21	13,09%	R
Nota Promissória (3)	85.912	75.735	CDI + 0.95% a.a.	mar/23	Final	13,34%	A
CCB Safra 001660014	80.414	80.230	CDI + 1.80% a.a.	jun/23	Final	14,19%	A
EMS X BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO A (3)	109.063	118.850	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00% a.a.	out/27	Mensal a partir de abr/22	10,61%	A + R
EMS X BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO B (3)	163.162	153.706	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00% a.a.	dez/34	Mensal a partir de nov/27	10,61%	A + R
EMS X ENERGISA PREV - Migração 2020 (8)	-	547	INPC + 5.00% a.a.	abr/29	Mensal a partir de jan/21	10,93%	A
Nota Promissória 3ª emissão (3)	59.234	51.809	CDI + 1.75% a.a.	jul/24	Final	14,14%	A
EMS X SANTANDER CCB 1038715	159.515	155.185	CDI + 1.60% a.a.	jul/23	Final	13,99%	A
EMS X ENERGISA PREV - Confissão Dívida 2022 (8)	41	-	INPC + 5.17% a.a.	fev/38	Mensal a partir de abr/22	11,10%	A
EMS - 1ª Nota comercial 1ª série	213.909	-	CDI + 1.40% a.a.	jul/25	Final	13,79%	A
EMS - 1ª Nota comercial 2ª série	214.060	-	CDI + 1.55% a.a.	jul/26	Anual a partir de jul/25	13,94%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(3.617)	(1.496)					
Total em Moeda Nacional	1.551.360	1.128.754					
Loan Citi - 4131 (3)	-	40.346	LIBOR + 1.70% a.a.	mai/22	Anual a partir de mai/21	-2,40%	A
Loan Citi EDC - 4131 (3)	-	40.337	LIBOR + 1.80% a.a.	mai/22	Anual a partir de mai/21	-2,30%	A
EMS X BAML - LOAN 4131 - 16032022 (3)	63.023	-	EURO + 1.60% a.a.	mar/25	Final	-10,29%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (3)	-	71.635	EURO + 0.99% a.a.	mai/22	Final	-10,90%	A
EMS X BAML - LOAN 4131 - 28012021 (3)	80.484	86.080	USD + 1.83% a.a.	fev/24	Final	-4,67%	A
Loan Citi - 59382 (3)	142.827	151.383	LIBOR + 1.16% a.a.	jul/24	Final	-2,94%	A
Loan Citi - 60975 (3)	163.638	-	SOFR + 1.00% a.a.	mar/24	Final	-3,60%	A
Loan Citi - 60975 (3)	150.372						
Custo de captação incorrido na contratação	-	(92)	-	-	-	-	
Marcação à Mercado de Dívida (4)	(423)	(1.508)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	599.921	388.181					

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (1)	Garantias (2)
	2022	2021					
Total Energisa Mato Grosso do Sul	2.151.281	1.516.935					
Energisa Tocantins							
Luz para todos I - Eletrobrás	-	1.073	PRÉ + 6.00% a.a.	abr/22	Mensal a partir de dez/15	6,00%	R
ETO X BNDES - 20.2.0496-1	179.859	180.080	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00% a.a.	dez/34	Mensal a partir de abr/22	10,61%	A + R
ETO X ENERGISA PREV - Migração 2020 (8)	3.269	1.297	INPC + 4.96% a.a.	jun/30	Mensal a partir de jan/21	10,89%	A
ETO X ENERGISA PREV - Déficit DE 2017 (8)	-	16	INPC + 5.45% a.a.	nov/33	Mensal a partir de jan/21	11,38%	A
ETO X ENERGISA PREV- Déficit 2017 2018 2019 (8)	24	53	INPC + 4.75% a.a.	ago/29	Mensal a partir de jan/21	10,68%	A
ETO X ENERGISA PREV- Déficit 2020 (8)	194	-	INPC + 4.75% a.a.	fev/36	Mensal a partir de abr/22	10,68%	A
ETO X ENERGISA PREV- Déficit 2020 (8)	1.756	-	INPC + 5.17% a.a.	fev/38	Mensal a partir de abr/22	11,10%	A
ETO - 1ª Emissão Nota Comercial	104.240	-	CDI + 1.55% a.a.	set/25	Final	13,94%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(674)	(791)					
Total em Moeda Nacional	288.668	181.728					
Loan Citi - 4131 (3)	-	31.326	LIBOR + 1.70% a.a.	mai/22	Anual a partir de mai/21	-2,40%	A
Loan Citi EDC - 4131 (3)	-	31.317	LIBOR + 1.80% a.a.	mai/22	Anual a partir de mai/21	-2,30%	A
ETO X BAML - LOAN 4131 - 28012021 (3)	80.483	86.080	USD + 1.83% a.a.	fev/24	Final	-4,67%	A
Custo de captação incorrido na contratação	-	(87)					
Marcação à Mercado de Dívida (4)	(2.937)	(16)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	77.546	148.620					
Total Energisa Tocantins	366.214	330.348					
Energisa Sul Sudeste							
ESS X BNDES - 20.2.0497-1 (3)	138.462	138.636	IPCA + 2.10% a.a. + 3.00% a.a.	dez/34	Mensal a partir de abr/22	10,88%	A + R
ESS X ENERGISA PREV - Migração 2020 (8)	12.954	7.731	INPC + 4.91% a.a.	abr/30	Mensal a partir de jan/21	10,84%	A
ESS X ENERGISA PREV - Déficit 2017 (8)	32	73	INPC + 5.45% a.a.	nov/33	Mensal a partir de jan/21	11,38%	A
ESS X ENERGISA PREV- Déficit 2017 2018 2019 (8)	181	400	INPC + 4.75% a.a.	ago/29	Mensal a partir de jan/21	10,68%	A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 1ª SERIE (3)	-	9.255	CDI + 1.50% a.a.	ago/22	Final	13,39%	A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 2ª SERIE (3)	11.178	9.801	CDI + 1.50% a.a.	ago/23	Final	13,89%	A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 3ª SERIE (3)	107.299	94.079	CDI + 1.50% a.a.	ago/24	Final	13,89%	A
ESS X ENERGISA PREV- Confissão Dívida 2020 (8)	2.240	-	INPC + 4.75% a.a.	fev/36	Mensal a partir de abr/22	10,68%	A
ESS X ENERGISA PREV- Confissão Dívida 2020 (8)	379	-	INPC + 5.17% a.a.	fev/38	Mensal a partir de abr/22	11,10%	A
ESS - 1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL	160.811	-	CDI + 1.55% a.a.	jul/26	Anual a partir de jul/25	13,94%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(1.739)	(997)					
Total em Moeda Nacional	431.797	258.978					
Loan Citi - 4131 (3)	-	19.143	LIBOR + 1.70% a.a.	jun/22	Anual a partir de jun/21	-2,40%	A
Loan Citi EDC - 4131 (3)	-	19.147	LIBOR + 1.80% a.a.	jun/22	Anual a partir de jun/21	-2,30%	A
Merrill lynch Loan (3)	-	154.544	EURO + 0.87% a.a.	jun/22	Final	-11,02%	A
Scotiabank Loan (3)	-	68.646	USD + 2.20% a.a.	dez/22	Final	-4,30%	A
Merrill lynch Loan (3)	148.829	168.909	EURO + 0.73% a.a.	jan/23	Final	-11,16%	A
Scotiabank Loan - 14122021 (3)	128.637	137.599	USD + 1.98% a.a.	dez/24	Final	-4,52%	A
Scotiabank Loan - 13102022 (3)	64.960						

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) [1]	Garantias [2]
	2022	2021					
Custo de captação incorrido na contratação	-	(52)					
Marcação à Mercado de Dívida [4]	(6.866)	200	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	335.560	568.136					
Total Energisa Sul Sudeste	767.357	827.114					
Energisa Rondônia							
CCEE - Eletrobrás [6]	137.906	131.366	PRÉ + 5.00% a.a.	out/48	Mensal a partir de jan/24	5,00 %	R
FRN 4131614 [3]	28.652	42.887	CDI + 0.90% a.a.	nov/24	Semestral a partir de dez/21	13,2 9%	A
ERO X BTG PACTUAL - BNDES 4/200 [3]	209.865	210.125	IPCA + 1.83% a.a. + 3.23% a.a.	dez/34	Mensal a partir de abr/22	10,8 4%	A + R
ERO X SANTANDER - CCB - 1035862	46.493	45.762	CDI + 1.70% a.a.	abr/23	Final	14,0 9%	A
ERO X SANTANDER - CCB -	111.610	108.033	CDI + 1.60% a.a.	jul/23	Final	13,9 9%	A
ERO X SANTANER - FRN - CCB1043148 [3]	156.822	137.171	CDI + 1.70% a.a.	jun/23	Final	14,0 9%	A
Total em Moeda Nacional	691.348	675.344					
Scotiabank Loan [3]	-	68.646	USD + 2.20% a.a.	dez/22	Final	- 4,30 %	A
Citibank Loan 56545 [3]	71.805	76.420	LIBOR + 0.60% a.a.	fev/23	Final	- 3,50 %	A
Citibank Loan 56737 [3]	151.530	161.875	LIBOR + 0.75% a.a.	mar/23	Final	- 3,35 %	A
Citibank Loan 59105 [3]	197.891	210.515	LIBOR + 1.24% a.a.	mai/24	Final	- 2,86 %	A
BBM Loan 57177 [3]	51.716	-	USD + 2.51% a.a.	mar/23	Final	- 3,99 %	A
Scotiabank Loan 13102022 [3]	64.960						
Marcação à Mercado de Dívida [4]	6.828	2.757					
Total em Moeda Estrangeira	544.730	520.213					
Total Energisa Rondônia	1.236.078	1.195.557					
Energisa Acre							
CCEE - Eletrobrás [6]	65.573	62.463	PRÉ + 5.00% a.a.	dez/48	Mensal a partir de jan/24	5,00 %	R
EAC X BTG PACTUAL - BNDES 1/20	104.846	104.980	IPCA + 1.83% a.a. + 3.23% a.a.	dez/34	Mensal a partir de abr/22	10,8 4%	A + R
EAC X SANTANDER - CCB 1035864	103.319	101.691	CDI + 1.70% a.a.	abr/23	Final	14,0 9%	A
EAC - NOTA PROMISSÓRIA 1ª EMISSÃO 2ª SÉRIE [3]	-	13.251	CDI + 1.81% a.a.	jul/22	Final	14,2 0%	A
EAC - NOTA PROMISSÓRIA 1ª EMISSÃO 4ª SÉRIE [3]	15.367	13.433	CDI + 1.81% a.a.	jul/23	Final	14,2 0%	A
EAC - NOTA PROMISSÓRIA 1ª EMISSÃO 1ª SÉRIE [3]	-	11.729	CDI + 1.81% a.a.	jan/22	Final	14,2 0%	A
EAC - NOTA PROMISSÓRIA 1ª EMISSÃO 3ª SÉRIE [3]	15.473	13.526	CDI + 1.81% a.a.	jan/23	Final	14,2 0%	A
EAC - NOTA PROMISSÓRIA 1ª EMISSÃO 5ª SÉRIE [3]	14.850	12.981	CDI + 1.81% a.a.	jan/24	Final	14,2 0%	A
EAC - NOTA PROMISSÓRIA 1ª EMISSÃO 6ª SÉRIE [3]	281.685	246.231	CDI + 1.81% a.a.	jul/24	Final	14,2 0%	A
EAC - China Constrution Bank CCB nº 1303950	90.152	-	CDI + 1.50% a.a.	jun/26	Final	13,8 9%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(3.932)	(635)					
Total em Moeda Nacional	687.333	579.650					
Merrill lynch Loan [3]	143.150	324.937	EURO + 1.40% a.a.	dez/23	Mensal a partir de dez/20	- 10,4 9%	A + R
Marcação à Mercado de Dívida [4]	(418)	1.038					
Total em Moeda Estrangeira	142.732	325.975					
Total Energisa Acre	830.065	905.625					
Energisa Soluções							

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) [1]	Garantias [2]
	2022	2021					
ESOL X BBM - LOAN AGREEMENT Nº 56735	18.443	19.724	USD + 1.74% a.a.	fev/24	Anual a partir de fev/23	-4,76 %	A
ESOL X BBM - LOAN AGREEMENT Nº 56890	25.867	27.670	USD + 1.77% a.a.	jun/24	Anual a partir de jun/23	-4,73 %	A
ESOL X BBM - LOAN AGREEMENT Nº 57335	20.556	-	USD + 3.95% a.a.	ago/23	Final	-2,55 %	A
Marcação à Mercado de Dívida [4]	(1.198)	(952)					
Total em Moeda Estrangeira	63.668	46.442					
Total Energisa Soluções	63.668	46.442					
Energisa Transmissão (ETE)							
1ªemissão da Nota Comercial	353.177	-	CDI + 1.45% a.a.	jun/25	Final	13,84%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(873)	-					
Total em Moeda Nacional	352.304	-					
ETE X CITIBANK LOAN 56417 [3]	164.702	174.942	LIBOR + 0.60% a.a.	fev/23	Final	-3,50%	A
Marcação à Mercado de Dívida [4]	2.212	(626)					
Total em Moeda Estrangeira	166.914	174.316					
Total Energisa Transmissão	519.218	174.316					
Energisa Pará I							
BASA - CCB 048-19/0002-0 [5]	195.241	196.132	IPCA + 1.89% a.a.	abr/40	Mensal a partir de mai/24	7,67%	A + R + S
Custo de captação incorrido na contratação	(1.105)	(1.233)					
Total em Moeda Nacional	194.136	194.899					
Total Energisa Pará I	194.136	194.899					
Energisa Pará II							
BASA - CCB 128-20/0050-8 [5]	186.802	187.777	IPCA + 1.89% a.a.	abr/40	Mensal a partir de mai/24	7,46%	A + R + S
Custo de captação incorrido na contratação	(1.403)	(1.483)					
Total em Moeda Nacional	185.399	186.294					
Total Energisa Pará II	185.399	186.294					
Energisa Comercializadora							
XP Comercializadora LP01-2024	61.738	50.004	IPCA + 0.00% a.a.	jan/25	Mensal a partir de fev/24	5,78%	SG
Total em Moeda Nacional	61.738	50.004					
ECOM X BBM - LOAN AGREEMENT Nº 56889	41.372	44.254	USD + 1.76% a.a.	jun/24	Anual a partir de jun/23	-4,74%	A
ECOM X BBM LOAN AGREEMENT nº 56339	-	33.945	USD + 2.68% a.a.	set/22	Final	-5,94%	F
ECOM X BBM LOAN AGREEMENT nº 57339	30.772	-	USD + 4.06% a.a.	ago/23	Final	-2,44%	A
Marcação à Mercado de Dívida [4]	(949)	(1.026)					
Total em Moeda Estrangeira	71.195	77.173					
Total Energisa Comercializadora	132.933	127.177					
Energisa Rio Peixe I							
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 20102021 [3]	109.259	116.855	USD + 1.47% a.a.	abr/23	Final	-5,03%	A
Marcação à Mercado de Dívida [4]	(176)	130					
Total em Moeda Estrangeira	109.083	116.985					
Total Energisa Rio Peixe I	109.083	116.985					
Energisa Rio Peixe II							
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 20102021 [3]	109.259	116.855	USD + 1.47% a.a.	apr/23	Final	-5,03%	A
Marcação à Mercado de Dívida [4]	(176)	130					
Total em Moeda Estrangeira	109.083	116.985					
Total Energisa Rio Peixe II	109.083	116.985					
Energisa Tocantins Transmissora							

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) [1]	Garantias [2]
	2022	2021					
BASA - CCB 128-21/0008-1 [5]	204.783	55.348	IPCA + 2.46% a.a.	mai/41	Mensal a partir de out/24	8,24%	A + R + S
BNDES - 21.02.0247-1 [5]	139.888	-	IPCA + 3.03% a.a. + 1.81% a.a.	mai/41	Mensal a partir de out/24	10,62%	R
Custo de captação incorrido na contratação	(1.789)	(1.048)					
Total em Moeda Nacional	342.882	54.300					
Total Energisa Tocantins Transmissora	342.882	54.300					
Alsol							
BNDES - 21.9.0069 -2 SUBCREDITO A	12.386	12.550	PRÉ + 4.55% a.a.	out/37	Mensal a partir de nov/22	4,55%	A + R
BNDES - 21.9.0069 -2 SUBCREDITO B	13.312	12.721	IPCA + 3.28% a.a. + 3.51% a.a.	out/37	Mensal a partir de nov/22	12,57%	A + R
Custo de captação incorrido na contratação	(152)	(172)					
Total em Moeda Nacional	25.546	25.099					
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 02022022 [3]	389.893	-	USD + 1.89% a.a.	fev/24	Final	-4,61%	A
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 28122022 (3)	110.668	-	USD + 4,88% a.a.	dez/23	Final	-1,62%	A
Marcação à Mercado de Dívida [4]	(11.552)	-					
Total em Moeda Estrangeira	489.009	-					
Total ALSOL	514.555	25.099					
Rede Energia Participações S.A.							
Credores "RJ" - Bicbanco	7.636	6.932	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	1,00%	R
Credores "RJ" - BNB	16.826	15.277	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	1,00%	R
Total em Moeda Nacional	24.462	22.209					
Total Rede Energia S.A.	24.462	22.209					
Denerge							
FI-FGTS (Reestruturado)	310.070	299.861	TR + 4,00% a.a.	nov/35	Final	4,00%	-
Total em Moeda Nacional	310.070	299.861					
Total Denerge	310.070	299.861					
Cia Téc.de Comercialização de Energia							
Credores "RJ" - BMG	-	5.333	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	1,00%	-
Total em Moeda Nacional	-	5.333					
Total Cia Téc.de Comerc.de Energia	-	5.333					
Spe Vision							
Spe Vision -CCb BDMG nº 287851/20	3.285	-	Selic + 5.00% a.a.	ABR/30	Mensal a partir de jun/22	17,46%	A
Total em Moeda Nacional	3.285	-					
Total SPE VISION	3.285	-					
LXTE XINGU							
LXTE X BASA - CCB 007-10/0061-5	143.485	-	8,5% a.a.	out/31	Mensal a partir de mar/15	8,50%	R+ S
Total em Moeda Nacional	143.485	-					
Total LXTE XINGU	143.485	-					
LMTE MACAPÁ							
LMTE X BASA - CCB 007-10/0062-3	163.181	-	8,5% a.a.	out/33	Mensal a partir de abr/23	8,50%	R + S
Total em Moeda Nacional	163.181	-					
Total LMTE MACAPÁ	163.181	-					
Em Moeda Nacional	9.061.173	7.790.200					
Em Moeda Estrangeira	5.146.159	3.969.005					
Energisa Consolidada	14.207.332	11.759.205					

(*) Vide nota explicativa nº1.

Notas Explicativas

(1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 35;

(2) A=Aval Energisa S/A, F=Fiança, R=Recebíveis, S= Seguro;

(3) Condições restritivas financeiras (Covenants) - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A., sendo os listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*)	**Menor ou igual a:** 4,0x até o vencimento Para o empréstimo via FRN entre a Energisa S.A. e o Santander, com vencimento em nov/22 e para o empréstimo via FRN entre Energisa S.A. e Santander com vencimento em nov/24.	Trimestral e Anual
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*)	**Menor ou igual a:** 4,25x até o vencimento Para 6ª emissão de Notas Promissórias da Energisa S/A com vencimento em dez/24, 7ª emissão de Notas Promissórias da Energisa S/A com vencimento em jul/24, empréstimo via CCB entre o Bank of China e a Energisa S/A, com vencimento em Dez/23 e o empréstimo via CCB entre o ICBC e a Energisa S/A com vencimento em Jun/24.	Trimestral e Anual

(*) EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 35). Em 31 de dezembro de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas.

(4) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 35).

(5) Em julho de 2019, junho de 2020 e em junho de 2021 as controladas Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (EPA I) e a Energisa Pará Transmissora II S/A (EPA II), Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A (ETT) contrataram financiamento junto ao Banco da Amazônia e para o BNDES na Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A (ETT) o qual possui apuração de índice financeiro respeitando o seguinte limite de *covenants*:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3%, apurado anualmente, após 12 (doze) meses de pagamento do principal, até a data do vencimento do contrato.

(6) De acordo com a Lei nº 14.120 de 1ª de março de 2021 foi efetuado baixa no saldo dos financiamentos junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE no valor total de R$728.404, sendo R$560.949 para Energisa Rondônia e R$167.455 para Energisa Acre.

(7) O valor do empréstimo com o Banco BTG Pactual, refere-se ao acordo de cotista que prevê uma opção de venda contra a Energisa para a aquisição das cotas do banco no montante inicial de R$200.000 atualizadas anualmente a CDI + 2,35%, podendo ser exercida quando do descumprimento de certas obrigações contidas no regulamento do acordo de cotista ou a qualquer momento a parir do quarto exercício do acordo.

(8) Contrato firmado com a Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, em decorrência da migração dos planos de benefício definido para o plano de contribuição definida.

Alteração efetuada nos planos de previdência em função da Instrução PREVIC nº 31/2020, incorrendo em uma reclassificação na patrocinadora entre as rubricas benefício pós emprego e empréstimo, financiamentos e encargos de dívidas. Outros contratos têm como finalidade a cobertura dos déficits dos planos de previdência.

(9) As controladas indiretas empresas Linhas Macapá Transmissora de Energia S/A e Linhas Xingu Tramissora de Energisa S, possuem as Garantias e Covenants, conforme segue:

Garantias: CRSD equivalente a 3x o último serviço da dívida mensal. Penhor de 100% das ações das concessionárias e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas-Reservas.

covenants

Indice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3x, apurado anualmente, após 12 (doze) meses de pagamento do principal, até a data do vencimento do contrato. Em 31 de dezembro de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas.

Garantias:

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R$65.339 (R$88.575 em 2021), registrado na rubrica "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo não circulante, consolidado.

Notas Explicativas

Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 35).

A Companhia e suas controladas têm como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2022	2021
US$ x R$	-6,50%	7,39%
TJLP	6,78%	4,38%
SELIC	12,46%	4,38%
CDI	12,39%	4,42%
IPCA	5,78%	10,06%
IGP-M	5,46%	16,78%
LIBOR	2,40%	0,16%
UMBNB	0,10%	0,11%
TR	1,63%	0,05%
IPC-FIPE	7,32%	9,74%
Euro	-11,89%	-0,89%
INPC	5,93%	-0,89%
SOFR	1,90%	0,00%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2024	1.097.396	3.677.977
2025	200.000	2.460.754
2026	-	625.978
2027	-	301.162
Após 2027	-	3.097.445
Total	**1.297.396**	**10.163.316**

19. Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora						
	Saldos em 2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo - pós fixado							
CDI	1.867.295	1.000.000	(251.745)	(240.377)	290.972	-	2.666.145
IPCA	2.587.665	500.000	(835.948)	(165.233)	291.832	-	2.378.316
Gastos com captação	(12.557)	-	-	-	3.558	(7.052)	(16.051)
Total ao custo	**4.442.403**	**1.500.000**	**(1.087.693)**	**(405.610)**	**586.362**	**(7.052)**	**5.028.410**
Circulante	1.144.143						321.569
Não Circulante	3.298.260						4.706.841

Notas Explicativas

	Controladora						
	Saldos em 2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Saldos em 2021
Mensuradas ao custo - pós fixado							
CDI	1.309.695	1.000.000	(472.314)	(48.168)	78.082	-	1.867.295
IPCA	2.466.139	330.000	(447.716)	(157.925)	397.167	-	2.587.665
Gastos com captação	(3.996)	-	-	-	1.894	(10.455)	(12.557)
Total ao custo	**3.771.838**	**1.330.000**	**(920.030)**	**(206.093)**	**477.143**	**(10.455)**	**4.442.403**
Circulante	968.050						1.144.143
Não Circulante	2.803.788						3.298.260

	Consolidado								
	Saldos em 2021	Captação (1)	Combinação de negócios	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo - pós fixado									
Pré Fixado	66.469	-	-	-	(3.340)	10.075	-	-	73.204
Pós Fixado									
CDI	6.389.312	1.830.000	-	(937.165)	(797.363)	910.158	-	-	7.394.942
IPCA	5.226.470	972.000	673.958	(854.031)	(342.577)	639.413	-	-	6.315.233
TJLP	-	-	1.072.695	(64.691)	(5.474)	49.786	-	-	1.052.316
Gastos com captação	(92.069)	-	(50.638)	-	-	28.499	(35.977)	-	(150.185)
Marcação a mercado	3.986	-	-	-	-	-	-	(172.860)	(168.874)
Total ao custo	**11.594.168**	**2.802.000**	**1.696.015**	**(1.855.887)**	**(1.148.754)**	**1.637.931**	**(35.977)**	**(172.860)**	**14.516.636**
Circulante	1.863.714								3.104.422
Não Circulante	9.730.454								11.412.214

(1) Emissão de debêntures realizadas pelas controladas no exercício de 2022:

Empresa	Captação	Data	Série	Nº da Emissão	Taxa efetiva de juros
ESE	68.000	15/01/22	Única	11ª	11,52%
EPB	63.000	15/01/22	Única	11ª	11,79%
ESS	81.000	15/01/22	Única	7ª	11,88%
ESA	309.383	15/04/22	1ª	16ª	13,35%
ESA	190.617	15/04/22	2ª	16ª	12,06%
ESA	250.000	15/04/22	3ª	16ª	13,89%
EMT	164.437	15/04/22	1ª	15ª	11,94%
EMT	95.563	15/04/22	2ª	15ª	12,06%
ETE	500.000	01/06/22	Única	4ª	13,64%
ESS	120.000	22/08/22	Única	8ª	13,99%
EMS	150.000	22/08/22	Única	17ª	13,99%
EMG	60.000	22/08/22	Única	14ª	13,99%
ESA	550.000	20/10/22	1ª	17ª	13,89%
ESA	200.000	20/10/22	2ª	17ª	14,04%
Total	**2.802.000**				

(*) Vide nota explicativa nº1.

	Consolidado							
	Saldos em 2020	Captação (1)	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos apropriados	Marcação mercado da dívida	Saldos em 2021
Mensuradas ao custo - pós fixados								
Pré Fixado	60.606	-	-	(3.339)	9.202	-	-	66.469
Pós Fixado								

Notas Explicativas

CDI	5.839.183	1.730.000	(1.261.496)	(264.753)	346.378	-	-	6.389.312
IPCA	4.224.232	1.000.000	(447.716)	(246.665)	696.619	-	-	5.226.470
Gastos com captação	(70.649)	-	-	-	18.745	(40.165)	-	(92.069)
Marcação a mercado	323.445	-	-	-	-	-	(319.459)	3.986
Total ao custo	**10.376.817**	**2.730.000**	**(1.709.212)**	**(514.757)**	**1.070.944**	**(40.165)**	**(319.459)**	**11.594.168**
Circulante	1.780.414							1.863.714
Não Circulante	8.596.403							9.730.454

(1) A Companhia e suas controladas ao longo do ano de 2021 efetuaram emissão de debêntures, conforme segue:

Empresa	Captação	Data	Série	Nº da Emissão	Taxa efetiva de juros
ESA	330.000	29/10/21	1ª	15ª	16,15%
ESA	700.000	29/10/21	2ª	15ª	6,06%
ESA	300.000	29/10/21	3ª	15ª	6,22%
ETE	300.000	05/03/21	Única	3ª	6,22%
ALSOL	130.000	15/03/21	Única	2ª	6,67%
ERO	300.000	18/06/21	Única	5ª	6,32%
EMS	320.000	29/10/21	Única	16ª	16,15%
EMT	350.000	29/10/21	Única	14ª	16,15%
Total	**2.730.000**				

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (1)
	2022	2021							
ENERGISA S/A									
Debêntures 7ª Emissão/3ª Série (2)	-	242.170	15/08/2015	166667 / 166667	IPCA + 8.75% a.a.	ago/22	Final	14,53 %	F
Debêntures 7ª Emissão/6ª Série	-	243.424	15/08/2015	166667 / 166667	IPCA + 10.25% a.a.	ago/22	Final	16,03 %	F
Debêntures 8ª Emissão/1ª Série	-	257.231	15/06/2017	197598 / 197598	IPCA + 5.60% a.a.	jun/22	Final	11,38 %	R
Debêntures 8ª Emissão/2ª Série	243.757	230.942	15/06/2017	177348 / 177348	IPCA + 5.66% a.a.	jun/24	Final	11,44 %	R
Debêntures 9ª Emissão 1ª Série	-	78.187	15/10/2017	7126 / 7126	IPCA + 4.49% a.a.	out/22	Final	10,27 %	R
Debêntures 9ª Emissão 2ª Série	15.392	14.578	15/10/2017	1328 / 1328	IPCA + 4.71% a.a.	out/24	Final	10,49 %	R
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	28.667	27.153	15/10/2017	2472 / 2472	IPCA + 5.11% a.a.	out/27	Final	10,89 %	R
Debêntures 9ª Emissão 4ª Série	-	256.090	15/10/2017	87074 / 87074	107.750% CDI	out/22	Anual a partir de out/20	13,35 %	R
Debêntures 11ª Emissão	640.654	606.925	15/04/2019	500000 / 500000	IPCA + 4.62% a.a.	abr/26	Final	10,40 %	SG
Debêntures 13ª Emissão	607.177	594.758	25/08/2020	576396 / 576396	CDI + 2.30% a.a.	ago/25	Anual a partir de ago/23	14,69 %	SG
Debêntures 14ª Emissão 1ª Série	66.117	62.623	15/10/2020	55000 / 55000	IPCA + 4.23% a.a.	out/27	Final	10,01 %	SG
Debêntures 14ª Emissão 2ª Série	511.148	484.149	15/10/2020	425000 / 425000	IPCA + 4.47% a.a.	out/30	Anual a partir de out/28	10,25 %	SG
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	360.082	340.283	15/10/2021	330000 / 330000	IPCA + 6.09% a.a.	out/31	Anual a partir de out/29	11,87 %	SG
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	721.145	711.456	15/10/2021	700000 / 700000	CDI + 1.64% a.a.	out/26	Final	14,03 %	SG
Debêntures 15ª Emissão 3ª Série	309.162	304.991	15/10/2021	300000 / 300000	CDI + 1.80% a.a.	out/28	Final	14,19 %	SG
Debêntures 16ª Emissão 1ª Série	317.089	-	15/04/2022	309.383 / 309.383	IPCA + 6.16% a.a.	abr/29	Anual a partir de abr/27	11,94 %	SG

Notas Explicativas

Debêntures 16ª Emissão 2ª Série	195.410	-	15/04/2022	190.617 / 190.617	IPCA + 6.28% a.a.	abr/32	Anual a partir de abr/30	12,06 %	SG
Debêntures 16ª Emissão 3ª Série	257.479	-	15/04/2022	250.000 / 250.000	CDI + 1.50% a.a.	abr/27	Final	13,89 %	SG
Debêntures 17ª Emissão 1ª Série	565.490	-	20/10/2022	550.000 / 550.000	CDI + 1.50% a.a.	out/27	Final	13,89 %	0,00%
Debêntures 17ª Emissão 2ª Série	205.692	-	20/10/2022	200.000 / 200.000	CDI + 1.65% a.a.	out/29	Final	14,04 %	0,00%
Custos de captação	(16.051)	(12.557)	-	-	-	-	-	-	-
Total ENERGISA S A	**5.028.410**	**4.442.403**							
ENERGISA SERGIPE									
6ª Emissão	83.608	79.192	15/09/2018	65000 / 65000	IPCA + 5.08% a.a.	set/25	Anual a partir de set/23	10,86 %	A
7ª Emissão	50.377	50.283	10/06/2019	50000 / 50000	CDI + 0.73% a.a.	jun/24	Final	13,12 %	A
Debêntures 8ª Emissão	289.621	282.916	15/02/2020	275000 / 275000	CDI + 0.95% a.a.	fev/23	Final	13,34 %	A
Debêntures 11ª Emissão	73.143	-	15/01/2022	68.000 / 68.000	IPCA + 5.74% a.a.	jul/27	Final	11,52 %	A
Custos de captação	(2.041)	(1.014)							
Total ENERGISA SERGIPE	**494.708**	**411.377**							
ENERGISA PARAÍBA									
Debêntures 5ª Emissão	173.645	164.476	15/09/2018	135000 / 135000	IPCA + 5.08% a.a.	set/25	Anual a partir de set/23	10,86 %	A
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	72.543	72.408	10/06/2019	72000 / 72000	CDI + 0.73% a.a.	jun/24	Final	13,12 %	A
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	48.365	48.275	10/06/2019	48000 / 48000	CDI + 0.83% a.a.	jun/26	Final	13,22 %	A
Debêntures 7ª Emissão	63.190	61.727	15/02/2020	60000 / 60000	CDI + 0.95% a.a.	fev/23	Final	13,34 %	A
Debêntures 8ª Emissão	154.780	151.614	25/08/2020	146933 / 146933	CDI + 2.30% a.a.	ago/25	Anual a partir de set/23	14,69 %	A
Debêntures 11ª Emissão	67.846	-	15/01/2022	63.000 / 63.000	IPCA + 6.01% a.a.	jan/30	Anual a partir de jan/29	11,79 %	A
Custos de captação	(3.298)	(1.386)							
Total ENERGISA PARAÍBA	**577.071**	**497.114**							
REDE ENERGIA									
4ª Emissão	73.204	66.469	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a.	nov / 35	Final	1,00%	SG
Total REDE ENERGIA	**73.204**	**66.469**							
ENERGISA MATO GROSSO DO SUL									
Debêntures 8ª Emissão	-	102.263	15/09/2017	30000 / 30000	107.500% CDI	set/22	Anual a partir de Set/20	13,32 %	A
Debêntures 11ª Emissão	199.370	188.843	15/09/2018	155000 / 155000	IPCA + 5.08% a.a.	set/25	Anual a partir de set/23	10,86 %	A
Debêntures 12ª Emissão	110.829	110.623	10/06/2019	110000 / 110000	CDI + 0.73% a.a.	jun/24	Final	13,12 %	A
Debêntures 13ª Emissão	-	19.339	22/01/2020	7500 / 7500	CDI + 0.70% a.a.	jan/22	Semestral a partir de jul/20	13,09 %	A
Debêntures 14ª Emissão	146.919	143.914	25/08/2020	139471 / 139471	CDI + 2.30% a.a.	ago/25	Anual a partir de ago/23	14,69 %	A
Debêntures 16ª Emissão	349.170	329.970	15/10/2021	320.000 / 320.000	IPCA + 6.09% a.a.	out/31	Anual a partir de out/29	11,87 %	A
Debêntures 17ª Emissão	157.816	-	22/08/2022	150.000 / 150.000	CDI + 1.60% a.a.	ago/27	Anual a partir de out/26	13,99 %	A
Custos de captação	(11.076)	(1.567)	-	-	-	-	-	-	-
Total ENERGISA MATO GROSSO DO SUL	**953.028**	**893.385**							
ENERGISA MATO GROSSO									

Notas Explicativas

Debêntures 9ª Emissão	495.207	469.059	15/09/2018	385000 / 385000	IPCA + 5.08% a.a.	set/25	Anual a partir de set/23	10,86 %	A
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	118.386	118.164	10/06/2019	117500 / 117500	CDI + 0.73% a.a.	jun/24	Final	13,12 %	A
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	32.751	32.689	10/06/2019	32500 / 32500	CDI + 1.05% a.a.	jun/29	Anual a partir de jun/27	13,44 %	A
Debêntures 11ª Emissão	136.912	133.742	15/02/2020	130000 / 130000	CDI + 0.95% a.a.	fev/23	Final	13,34 %	A
Debêntures 12ª Emissão	401.719	393.503	25/08/2020	381354 / 381354	CDI + 2.30% a.a.	ago/25	Anual a partir de ago/23	14,69 %	A
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	72.247	68.431	15/10/2020	60100 / 60100	IPCA + 4.23% a.a.	out/27	Final	10,01 %	A
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	84.069	79.628	15/10/2020	69900 / 69900	IPCA + 4.47% a.a.	out/30	Anual a partir de out/28	10,25 %	A
Debêntures 14ª Emissão	381.905	360.906	15/10/2021	350000 / 350000	IPCA + 6.09% a.a.	out/31	Anual a partir de out/29	11,87 %	A
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	168.533	-	15/04/2022	164.437 / 164.437	IPCA + 6.16% a.a.	abr/29	Anual a partir de abr/27	11,94 %	A
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	97.966	-	15/04/2022	95.563 / 95.563	IPCA + 6.28% a.a.	abr/32	Anual a partir de abr/30	12,06 %	A
Custos de captação	(20.608)	(17.310)							
Total EMTENERGISA MATO GROSSO	**1.969.087**	**1.638.812**							
ENERGISA MINAS RIO [3]									
Debêntures 10ª Emissão	64.315	60.917	15/09/2018	50000 / 50000	IPCA + 5.08% a.a.	set/25	Anual a partir de set/23	10,86 %	A
Debêntures 11ª Emissão 1ª Série	34.256	34.192	10/06/2019	34000 / 34000	CDI + 0.73% a.a.	jun/24	Final	13,12 %	A
Debêntures 11ª Emissão 2ª Série	36.273	36.206	10/06/2019	36000 / 36000	CDI + 0.83% a.a.	jun/26	Final	13,22 %	A
Debêntures 12ª Emissão	63.190	61.727	15/02/2020	60000 / 60000	CDI + 0.95% a.a.	fev/23	Final	13,34 %	A
Debêntures 14ª Emissão	63.126	-	22/08/2022	60.000 / 60.000	CDI + 1.60% a.a.	ago/27	Anual a partir de ago/26	13,99 %	A
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	15.797	-	15/02/2020	15000 / 15000	CDI + 0.95% a.a.	fev/23	Final	13,34 %	A
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	27.719	-	15/02/2020	26300 / 26300	CDI + 1.15% a.a.	fev/25	Final	13,54 %	A
Custos de captação	(523)	(761)							
Total ENERGISA MINAS RIO [3]	**304.153**	**192.281**							
ENERGISA TOCANTINS									
Debêntures 4ª Emissão	308.701	292.403	15/09/2018	240000 / 240000	IPCA + 5.08% a.a.	set/25	Anual a partir de out/23	10,86 %	A
Debêntures 5ª Emissão 1ª Série	239.417	238.972	10/06/2019	237596 / 237596	CDI + 0.95% a.a.	jun/24	Final	13,34 %	A
Debêntures 5ª Emissão 2ª Série	163.667	163.364	10/06/2019	162404 / 162404	CDI + 1.15% a.a.	jun/26	Final	13,54 %	A
Custos de captação	(2.330)	(3.413)							
Total ENERGISA TOCANTINS	**709.455**	**691.326**							
ENERGISA SUL SUDESTE									
Debêntures 4ª Emissão	90.038	85.285	15/09/2018	70000 / 70000	IPCA + 5.08% a.a.	set/25	Anual a partir de set/23	10,86 %	A
Debêntures 5ª Emissão	63.237	61.773	15/02/2020	60000 / 60000	CDI + 1.15% a.a.	fev/25	Final	13,54 %	A
Debêntures 7ª Emissão	87.264	-	15/01/2022	81.000 / 81.000	IPCA + 6.10% a.a.	jan/32	Anual a partir de jan/30	11,88 %	A

Notas Explicativas

Debêntures 8ª Emissão	126.253	-	22/08/2022	120.000 / 120.000	CDI + 1.60% a.a.	ago/27	Anual a partir de ago/26	13,99 %	A
Custos de captação	(557)	(816)							
Total ENERGISA SUL SUDESTE	**366.235**	**146.242**							
ENERGISA TRANSMISSÃO									
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	95.725	90.671	15/12/2018	75500 / 75500	IPCA + 4.92% a.a.	dez/25	Final	10,70 %	A
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	65.254	61.809	15/12/2018	51462 / 51462	IPCA + 5.14% a.a.	dez/28	Anual a partir de dez/26	10,92 %	A
Debêntures 1ª Emissão 3ª Série	156.003	147.764	15/12/2018	123038 / 123038	IPCA + 4.98% a.a.	dez/25	Final	10,76 %	A
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	69.002	65.356	00/01/00	57.400 / 57.400	IPCA + 4.23% a.a.	out/27	Final	10,01 %	A
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	99.343	94.095	15/10/2020	82600 / 82600	IPCA + 4.47% a.a.	out/30	Anual a partir de out/28	10,25 %	A
Debêntures 3ª Emissão	314.211	308.361	05/03/2021	300000 / 300000	CDI + 1.80% a.a.	mar/24	Final	14,19 %	A
Debêntures 4ª Emissão	455.295	-	01/06/2022	500.000 / 500.000	CDI + 1.25% a.a.	fev/23	Final	13,64 %	A
Custos de captação	(5.453)	(6.500)							
Total ENERGISA TRANSMISSÃO (ETE)	**1.249.380**	**761.556**							
ENERGISA NOVA FRIBURGO [3]									
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	-	15.432	15/02/2020	15000 / 15000	CDI + 0.95% a.a.	fev/23	Final	13,34 %	A
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	-	27.077	15/02/2020	26300 / 26300	CDI + 1.15% a.a.	fev/25	Final	13,54 %	A
Custos de captação	-	(106)							
Total ENERGISA NOVA FRIBURGO [3]	**-**	**42.403**							
ENERGISA BORBOREMA									
Debêntures 4ª Emissão	21.063	20.575	15/02/2020	20000 / 20000	CDI + 0.95% a.a.	fev/23	Final	13,34 %	A
Custos de captação	(5)	(33)							
Total ENERGISA BORBOREMA	**21.058**	**20.542**							
ENERGISA RONDÔNIA									
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	474.728	991.927	26/11/2018	155000 / 155000	CDI + 1.65% a.a.	nov/23	Mensal a partir de dez/20	14,04 %	A + R
Debêntures 4ª Emissão	101.798	101.269	18/11/2020	100000 / 100000	CDI + 2.20% a.a.	nov/23	Final	14,59 %	A
Debêntures 5ª Emissão	301.928	301.523	18/06/2021	300000 / 300000	CDI + 1.90% a.a.	jun/24	Final	14,29 %	A
Custos de captação	(595)	(1.245)							
Total ENERGISA RONDÔNIA	**877.859**	**1.393.474**							
ENEGISA ACRE									
Debêntures 3ª Emissão	203.597	202.540	18/11/2020	200000 / 200000	CDI + 2.20% a.a.	nov/23	Final	14,59 %	A
Custos de captação	(316)	(661)							
Total ENEGISA ACRE	**203.281**	**201.879**							
ALSOL									
Debêntures 1ª Emissão	103.214	102.001	23/10/2019	100000 / 100000	CDI + 1.20% a.a.	out/24	Final	13,59 %	A
Debêntures 2ª Emissão	135.820	133.618	15/03/2021	130000 / 130000	CDI + 2.35% a.a.	mar/25	Final	14,74 %	A
Custos de captação	(16.051)	(856)							
Total ALSOL	**222.983**	**234.763**							
VISION FRANCISCO									
Debêntures 3ª Emissão	8.663	-	03/06/2020	8.990 / 8.990	IPCA + 6.54% a.a.	abr/28	Mensal a partir de jun/22	12,32 %	A
Total VISON FRANCISCO	**8.663**	**-**							
LTTE TAUBATÉ									

Notas Explicativas

Debêntures 5ª Emissão	494.699	-	04/11/20	410.000 / 410.000	IPCA + 5,09% a.a.	01/10/38	Anual a partir de out/22	10,87 %	R
Custos de captação	(27.629)	-							
Total LTTE TAUBATÉ	**467.070**	**-**							
LXTE XINGÚ									
Debêntures 1ª Emissão	542.197	-	27/01/12	602.447.753 / 602.447.753	TJLP + 1,00% a.a.	15/10/30	Semestral a partir de abr/15	7,78%	R + S + B
Debêntures 2ª Emissão (4)	151.201	-	29/03/21	120.000 / 120.000	IPCA + 5,83% a.a.	15/10/36	Anual a partir de abr/23	11,61 %	R + C
Custos de captação	(12.923)	-							
Total LXTE XINGÚ	**680.475**	**-**							
LMTE MACAPÁ									
Debêntures 3ª Emissão (4)	510.119	-	27/01/12	569.568.025 / 569.568.025	TJLP + 1,00% a.a.	15/10/30	Semestral a partir de abr/15	7,78%	R + S
Custos de captação	(7.701)	-							
Total LMTE MACAPÁ	**502.418**	**-**							
TOTAL	**14.835.695**	**11.682.251**							
Custos de captação	**(23.028)**	**(43.844)**							
Custos de captação	**(127.157)**	**(48.225)**							
Total dos custos de captação	**(150.185)**	**(92.069)**							
Marcação à Mercado de Dívida	**(168.874)**	**3.986**							
Total em moeda nacional	**14.516.636**	**11.594.168**							
CONSOLIDADO	**14.516.636**	**11.594.168**							

(1) F= Fiança Gipar, R = Recebíveis, A = Aval Energisa S/A. e SG = Sem Garantia, S =Seguro

B= CRSD equivalente aos últimos 6 meses de serviço da dívida. Penhor de 100% das ações das concessionárias e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas-Reservas.

C= Cessão fiduciária do contrato de Fibra Óptica da TIM e Aval de 100% pela Gemini Energy, Cessão fiduciária subordinadas ao FDA e FNO (Sobejo)

(2) O montante de R$74.191 em 31 de dezembro de 2021 refere-se ao valor de mercado das debêntures conjugadas com bônus de subscrição.

No último trimestre do exercício de 2015 a Companhia emitiu três séries de debêntures simples, conjugadas com bônus de subscrição (parte da 7ª Emissão de Debêntures da Energisa 1ª, 2ª e 3ª) o que corresponde a conversibilidade dessas debêntures em ações da Energisa. Na data de emissão, os somatórios dessas três séries correspondiam a R$500.001. A 1ª, 2ª e 3ª séries finalizaram em agosto de 2020, agosto de 2021 e agosto 2022, respectivamente, o valor das debêntures foi contabilizado como dívida. O IFRS9/CPC48 determina que a opção de conversibilidade seja precificada e contabilizada como dívida, o que representou o reconhecimento na despesa financeira. No exercício foram reconhecidas perdas com os títulos da ordem de R$61.872 (R$116.583 em 2021) registrados na demonstração do resultado em despesa financeira - Marcação a mercado derivativo, totalizando o saldo do instrumento financeiro em R$1.274.380 (R$1.212.508 em 2021).

Trata-se de uma opção "dentro do dinheiro", o que refletia a elevada probabilidade de conversão. A despeito dessa elevada probabilidade de exercício de direito de conversão, o que restaria a redução da dívida e aumento do Capital Social, mantido o registro da dívida, acrescida do efeito do instrumento financeiro derivativo.

O direito do exercício do bônus de subscrição (a conversibilidade), pelos debenturistas, foi exercido em 15 de agosto 2022 ao preço da unit (ENGI11) a R$16,46, enquanto o preço de fechamento foi de R$46,71/unit. O capital social da Companhia foi aumento em mais R$738.310 com emissão de 188.600 novas ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, Todas as novas ações foram integralmente subscritas e integralizado mediante o exercício de bônus de subscrição.

Com o exercício da opção realizada em 18 de agosto de 2022 o saldo do instrumento financeiro foi transferido à conta do Patrimônio Líquido – reservas de capital – transações entre sócios.

(3) Energisa Minas Rio, nova denominação social da Energisa Minas, que em 30 de novembro de 2022, incorporou a Energisa Nova Friburgo.

(4) As debêntures da 1ª emissão das controldas indiretas LMTE e LXTE, possuem cláusulas de conversibilidade das ações e garante a Companhia o direito de comprar estas mesmas ações, a qualquer tempo, pelo preço de conversão das ações, conforme condições descritas na escritura publica de emissão das debêntures. A Companhia mensurou o valor justo do instrumento de opção de compra, conforme definido na escritura das debêntures, e na melhor estimativa efetuada pela Administração, em 31 de dezembro de 2022, não há montante a reconhecer deste instrumento.

Notas Explicativas

Condições de *covenants*:

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*) (*) (EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios)	**Menor ou igual a:** 4,0x de março de 2021 até o vencimento. Para a 8ª, a 9ª e a 11ª emissões de debêntures da Energisa S/A.	Trimestral e Anual
	Menor ou igual a: 4,25x até o vencimento Para a 13ª ,14ª, 15ª,16ª e 17ª emissões de debêntures da Energisa S/A.	Trimestral e Anual

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3x, apurado anualmente, após 12 (doze) meses de pagamento do principal até a data do vencimento do contrato.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 31 de dezembro de 2022, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2024	440.107	2.593.601
2025	188.475	1.483.604
2026	1.317.472	1.875.490
2027	997.244	1.612.950
Após 2027	1.763.543	3.846.569
Total	**4.706.841**	**11.412.214**

20. Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021 (reapresentado)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (1)	30	17	1.173.846	1.183.272
Encargos Sociais	8.956	7.628	83.707	82.004
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	42.757	63.927
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	-	-	19.748	36.569
Contribuições ao PIS e a COFINS	3.288	4.436	836.886	278.113
Imposto Sobre Serviços - ISS	1.413	1.096	30.789	24.377
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	2.671	5.903	23.204	7.576
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.970	2.943	35.095	27.201
Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta - CPRB	-	-	-	1.085
Outros	1.034	1.666	33.268	31.284
Total	**20.362**	**23.689**	**2.279.300**	**1.735.408**
Circulante	15.507	19.602	659.229	875.909
Não Circulante	4.855	4.087	1.620.071	859.499

(1) Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - a controlada indireta ESS, possui liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do "baixa renda" no montante de R$45.990 (R$41.691 em 2021), com depósito judicial, enquanto as controladas EMT, ESS, ETO, EMS, EPB, ESE, EBO, EMG e ENF possuem R$842.024 (R$625.143 em 2021), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e de transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, que se encontram suspenso por liminares dos consumidores (vide nota explicativa e item nº 6). Todos os valores citados encontram-se demonstrados no passivo não circulante com contrapartida na rubrica de outros na nota explicativa nº 7 (Clientes, consumidores, concessionárias e outros),no ativo não circulante.

Notas Explicativas

21. Parcelamento de impostos - consolidado

Os parcelamentos em andamento são como seguem:

Companhia/Tributo	Consolidado						
	Principal	Multa	Juros	Total Parcelado	Forma de Adesão	Índice de Atualização	Vigência do Parcelamento
ERO							
Parcelamento Auto de Infração de ICMS ajuizado	8.999	1.620	25.063	35.682	Ordinário	UPF/SELIC	03/2020 a 04/2025
Parcelamento Auto de Infração de ICMS ajuizado	2.572	772	5.888	9.232	Ordinário	UPF/SELIC	03/2020 a 04/2025
Estorno de Créditos CIAP	1.144	1.030	818	2.992	Ordinário	SELIC	03/2021 a 02/2026
ESS							
ICMS	91.786	4.589	6.869	103.244	Ordinário	SELIC	04/2013 a 05/2023
DENERGE							
COFINS	394	79	526	999	Ordinário (não previdenciário)	SELIC	[1]
Total-Consolidado	**104.895**	**8.090**	**39.164**	**152.149**			

[1] Valor em operação de liquidação junto à Receita Federal do Brasil.

Segue as movimentações ocorridas nos exercícios:

Companhia/Tributo	Consolidado							
	2021	Atualização	Redução de	Pagamentos	2022	Circulante	Não Circulante	Nº Parcelas a Vencer
ERO								
Parcelamento Auto de Infração de ICMS ajuizado	10.279	-	(1.355)	-	8.924	1.847	7.077	58
Parcelamento Auto de Infração de ICMS ajuizado	9.003	2.109	(1.172)	(8.550)	1.390	641	748	26
Estorno de Créditos de ICMS - CIAP	2.575	39	(81)	(638)	1.895	598	1.298	38
ESS								
ICMS	22.365	1.658	-	(19.391)	4.632	4.632	-	5
DENERGE								
COFINS [1]	135	-	-	(135)	-	-	-	-
Total	**44.357**	**3.806**	**(2.608)**	**(28.714)**	**16.841**	**7.718**	**9.123**	**-**

Companhia/Tributo	Consolidado							
	2020	Atualização	Adição	Pagamentos	2021	Circulante	Não Circulante	Nº Parcelas a Vencer
ERO								
Parcelamento Auto de Infração de ICMS ajuizado	8.923	1.356	-	-	10.279	3.246	7.033	58
Parcelamento Auto de Infração de ICMS ajuizado	29.640	7.523	-	(28.160)	9.003	7.490	1.513	38

Notas Explicativas

Estorno de Créditos de ICMS - CIAP	-	2.174	921	(520)	2.575	618	1.957	50
ESS								
ICMS	37.278	3.542	-	(18.455)	22.365	17.314	5.051	17
DENERGE								
COFINS	359	99	-	(323)	135	135	-	1
Total	**76.200**	**14.694**	**921**	**(47.458)**	**44.357**	**28.803**	**15.554**	**-**

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	Consolidado
	2022
2023	7.718
2024	3.086
2025	1.013
Após 2026	5.024
Total	**16.841**

22. Encargos setoriais - consolidado

	2022	2021 (reapresentado)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	49.324	48.523
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico-FNDCT	5.340	6.973
Ministério de Minas e Energia – MME	2.669	3.489
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica-PROCEL	21.361	30.695
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D [1]	172.085	153.737
Programa de Eficiência Energética-PEE [1]	199.551	208.353
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	1.479	1.478
Total	**451.809**	**453.248**
Circulante	354.750	323.370
Não circulante	97.059	129.878

[1] Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa selic, para as empresas distribuidora de energia elétrica.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, que vem determinar os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras e transmissoras de energia elétrica, devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE. Tal alteração legislativa justifica os movimentos do não circulante para o circulante. Para as empresas transmissoras de energia elétrica somente são atribuídos os valores de P&D.

Os gastos realizados com os projetos estão registrados no ativo circulante na rubrica deOutros créditos - ordem de serviços em curso – PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações vinculadas as concessões.

23. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórias

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria trabalhista, cível, fiscal, ambiental e regulatório.

Notas Explicativas

23.1 Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões:

Controladora	Trabalhistas	
	2022	2021
Saldos em 2021 e 2020 - não circulante	**5.405**	**108**
Constituições de provisões	2.398	6.139
Reversões de provisões	(644)	(446)
Pagamentos realizados	(4.565)	(522)
Atualização monetária	15	126
Saldos e 2022 e 2021 - não circulante	**2.609**	**5.405**
Depósitos e cauções vinculados [1]	(11)	(316)

[1] A Companhia possui depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R$3.637 (R$1.177 em 2021). Deste total, R$3.626 (R$861 em 2021) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Consolidado	Trabalhista	Cível	Fiscal	Ambiental	Regulatória	2022	2021
Saldos em 2021 e 2020 - não circulante	**144.603**	**485.792**	**1.129.243**	**-**	**110.481**	**1.870.119**	**2.138.587**
Combinação de negócios	**6.440**	**294.438**	**64.519**	**51.086**	**47.510**	**463.993**	**-**
Constituições de provisões	64.451	212.458	18.933	2.464	84.643	382.949	371.895
Reversões de provisões	(45.920)	(179.836)	(137.214)	(26.538)	(119.199)	(508.707)	(519.691)
Pagamentos realizados	(73.212)	(116.113)	(47)	-	(77.776)	(267.148)	(201.422)
Atualização monetária	(3.217)	2.083	31.593	2.557	(3.336)	29.680	80.750
Saldos em 2022 e 2021 - não circulante	**93.145**	**698.822**	**1.107.027**	**29.569**	**42.323**	**1.970.886**	**1.870.119**
Depósitos e cauções vinculados [1]						(685.193)	(365.261)

[1] A Companhia e suas controladas diretas e indiretas possuem depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R$1.306.768 (R$1.003.852 em 2021). Deste total, a controlada indireta ESS possui depósitos de ICMS incidentes sobre a subvenção econômica do baixa renda que se encontra em discussões judiciais de R$59.403 (R$51.384 em 2021), enquanto as controladas EPB e EBO possuem depósitos de ICMS Geração Distribuída de R$16.183 e R$1.277 (R$16.183 e R$1.277 em 2021) respectivamente, a controlada ERO possui depósitos judiciais correspondente aos processos fiscais de ICMS relativo a óleo diesel no montante de R$543.270 (R$193.074 em 2021) e cerca de R$1.442 (R$376.673 em 2021) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

- **Trabalhista**

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos;(iii). Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências

Notas Explicativas

representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia e controladas, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencidas nas ações.

- **Cível**

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) corte indevido de energia elétrica; (ii) inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) ressarcimento de danos elétricos; (vi) ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) programa luz no campo/programa luz para todos; (viii) incorporação/ indenização por construção de rede particular de energia elétrica; e (ix) acidentes com terceiros; (x) ações de cobrança; (xi) constituição de servidão administrativa; (xii) indenização de passagem; (xiii) questões envolvendo regras ambientais e (xv) ações consumeristas.

A controlada indireta transmissora de energia elétrica LMTE adquirida em combinação de negócios no início do mês de junho de 2022 está envolvida em processos cíveis relacionados a indenização decorrentes da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

- **Fiscal**

Referem-se às discussões relacionadas ao PIS, COFINS, INSS, ISS, ICMS, IRPJ e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite, administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

Inclui no consolidado, a contingência fiscal constituída pela controlada ERO, no montante de R$681.271 (R$608.325 em 2021), em conformidade com os termos e condições de negociações com o Estado de Rondônia para quitação de processos relacionados ao ICMS dos períodos de janeiro de 1999 a dezembro de 2016.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas a várias reivindicações decorrentes de divergências de intepretações da legislação tributária, que advêm do curso normal das atividades de negócios, sendo as provisões revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como: (i) prazo de prescrição aplicável, (ii) conclusões de inscrições fiscais ou (iii) exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

- **Ambiental**

As controladas indiretas transmissoras de energia elétrica adquiridas em combinação de negócios no início do mês de junho de 2022 LMTE, LXTE e LTTE possuem processos administrativos relacionados a suposto descumprimento de condicionantes para o licenciamento ambiental.

Regulatória

As controladas, distribuidoras de energia elétrica, EMT, EMS, ETO, ESS, ERO e EAC possuem processos juntos à ANEEL, referente a possível descumprimento de preceito regulatório.

Os prognósticos de perdas adotados pela Companhia e suas controladas são baseados na opinião de seus consultores jurídicos.

23.2 Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, ambiental e regulatório em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Notas Explicativas

Segue demonstrativo das movimentações das provisões classificados com prognóstico de perdas possíveis:

Controladora	Trabalhista	Cível	Fiscal	2022	2021
Saldos em 2021 e 2020	**200**	**6.369**	**82.698**	**89.267**	**127.362**
Novos processos	30	-	-	30	63
Mudança de prognóstico e valor do pedido	-	2.797	-	2.797	(41.178)
Encerramento	(68)	-	-	(68)	(1.037)
Atualização monetária	9	478	9.949	10.436	4.057
Saldos em 2022 e 2021	**171**	**9.644**	**92.647**	**102.462**	**89.267**

Consolidado	Trabalhista	Cível	Fiscal	Ambiental	Regulatória	2022	2021
Saldos em 2021 e 2020	**249.555**	**2.027.084**	**2.819.424**	**-**	**44.590**	**5.140.653**	**6.142.606**
Combinação de negócios	**22.840**	**165.116**	**152.270**	**62.601**	**73.067**	**475.894**	**-**
Novos processos	26.767	100.791	147.158	1	41.028	315.745	**502.163**
Mudança de prognóstico e valor do pedido	(99.603)	(67.876)	(38.850)	(23.091)	(13.093)	(242.513)	**(985.241)**
Encerramento	(48.952)	(190.871)	(15.250)	(24.989)	(44.284)	(324.346)	**(912.125)**
Atualização monetária	14.738	124.198	345.667	2.811	5.593	493.007	**393.250**
Saldos em 2022 e 2021	**165.345**	**2.158.442**	**3.410.419**	**17.333**	**106.901**	**5.858.440**	**5.140.653**

Abaixo apresentamos os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis.

- **Trabalhista**

Ações judiciais de natureza trabalhistas referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, concursos públicos, plano de incentivo ao desligamento, transposição ao quadro federal.

- **Cível**

As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia, além de processos envolvendo discussão sobre incorporação de rede; (iii) ações de cobrança; (iv) constituição de servidão administrativa; (v) indenização de passagem; (vi) questões envolvendo regras ambientais e (vii) ações consumeristas.

As controladas indiretas transmissoras de energia elétrica adquirida em combinação de negócios no início do mês de junho de 2022 LMTE, LXTE e LTTE estão envolvidas em processos cíveis relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

Inclui processos criminais da controlada indireta transmissora de energia elétrica recém adquirida LMTE, envolvendo suposto descumprimento sobre segurança ou funcionamento de serviço de utilidade pública.

Notas Explicativas

Principais processos:

Controladas

EMS

. Ação cível coletiva 00651268720144013800, no montante de R$214.715 (R$202.610 em 2021), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recalculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

. Ação cível pública 00081923720034036000, no montante de R$75.900 (R$75.225 em 2021), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

EMT

. Ação 1004068-45.2018.4.01.3600 no montante de R$384.284 (R$362.619 em 2021) onde autor requer declaração de legalidade e exigibilidade da cobrança de contraprestação pelo uso das faixas de domínio da rodovia concedida à CRO para a implantação de redes de distribuição de energia elétrica, com a condenação da EMT ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas em razão do referido uso, bem como a assinar os contratos pendentes e a apresentar o projeto executivo da área de ocupação.

. Ação de indenização 17436-75.2014.811.0041 no montante de R$88.940 (R$83.926 em 2021), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização 54570-73.2013.811.0041 no montante de R$50.402 (R$47.560 em 2021), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação de indenização 13549-66.2015.811.0003 no montante de R$43.532 (R$41.078 em 2021), onde se discute matéria relacionada a danos morais e materiais.

. Ação de indenização 1005691-76.2017.8.11.0041, no montante de R$36.186 (R$34.146 em 2021), onde se discute matéria relacionada a cláusulas contratuais.

ETO

. Processo 0007336-94.2008.4.01.3400 com valor envolvido de R$42.396 (R$40.006 em 2021) onde se discute questões contratuais envolvendo reintegração/desapropriação de área para construção de linhas de distribuição de alta tensão e subestações.

ERO

. Ação de indenização 0013664-30.2015.401.4100 no montante de R$65.989 (R$54.414 em 2021) objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos. Em dezembro de 2021, o processo teve seu valor pedido alterado baseado na reavaliação dos assessores jurídicos.
. Ação de indenização 7040117-63.2016.8.22.0001 no montante de R$134.587 (R$126.999 em 2021) ajuizada pela Petrobrás Distribuidora S.A. objetivando a ação de cobrança pelo fornecimento de óleo diesel.

Notas Explicativas

Rede Energia Participações

. Ação 01415375820128260100 de execução por quantia certa com montante envolvido de R$59.749 (R$56.381 em 2021), para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pelas Centrais Elétricas do Pará – CELPA. Na hipótese da CELPA vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial.

CTCE

. Processo de arbitragem 07/2021 com valor envolvido de R$43.185 (R$42.990 em 2021), movido pela Tocantins Energética para o pagamento de multa pela suposta rescisão injustificada de contrato mantido entre as partes. Ainda que venha a ser condenada no valor pleiteado, a Companhia se submete aos termos do Plano de Recuperação Judicial da CTCE. Recebido em novembro de 2021.

LMTE

. Processo 1008725-07.2020.4.01.3100 no montante de R$71.926, em curso na 4ª Vara Federal Criminal de Macapá, foi instaurado pela Polícia Federal do Amapá para apurar possível(eis) ocorrência(s) prevista(s) no(s) artigos 250, §2º (incêndio culposo), e artigo 265 (atentar contra a segurança ou funcionamento de serviço de utilidade pública) do Código Penal Brasileiro, além de outras que porventura sejam constatadas no curso da investigação, também relacionadas à interrupção no fornecimento de energia elétrica no Estado do Amapá.

. Fiscal

As ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente às discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (iv) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (v) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia alocados no ativo permanente da empresa, (vi) escrituração de documento fiscal, (vii) multa não escrituração CIAP; (viii) ICMS em razão da glosa de créditos nas operações de aquisição de óleo diesel para industrialização por encomenda; (ix) os reflexos das perdas não técnicas na base de cálculo do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL; (xi) exigência de IOF em decorrência de operações de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC; (xii) ISS sobre a suposta contratação de serviços para construção de linha de transmissão de energia elétrica; (xiii) PERDCOMP sobre restituição de crédito advindo de saldo negativo de CSLL e (xiv) cobrança de débito inscrito em Dívida Ativa referente à suposta ausência de recolhimento da taxa de licença de construção no período de 2013.

Principais processos:

Controladora

. Auto de infração 18471.000772.2008-26, no montante de R$72.479 (R$64.696 em 2021), objetivando a cobrança de IOF no período de 2003 a 2005, sobre adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC em favor da controlada Energisa SE.

Controladas:

ETO

. Processo 5003614-42.2012.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa no montante envolvido de R$222.240 (R$206.707 em 2021). Questões relacionadas ao mérito estão sendo discutidas na ação anulatória nº 0013057-97.2015.8.27.2729, proposta pela Companhia previamente à cobrança do Estado de Tocantins.

Notas Explicativas

ESE

. Auto de infração 10.510.724763/2011-12 com montante envolvido de R$219.045 (R$195.523 em 2021), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da Companhia, bem como a suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social. Atualmente, aguarda-se julgamento do Recurso Especial interposto pela Fazenda Nacional.

. Auto de Infração 0801303-84.2019.4.05.8500, com montante envolvido de R$92.809 (R$82.843 em 2021), onde se discute a base de cálculo IRPJ/CSLL envolvendo valor da receita oriunda de recomposição tarifária extraordinária-RTE. O processo teve seu valor pedido corrigido, baseado na reavaliação de assessores jurídicos.

. Auto de Infração 201942403, com montante envolvido de R$41.710 (R$37.230 em 2021), no qual o Estado de Sergipe sustenta a suposta falta de recolhimento de ICMS incidente sobre operações de vendas de energia elétrica aos órgão da administração pública direta e sua fundações e autarquias.

EPB

Auto de Infração 93300008.09.00002840/2021-87 no montante de R$30.903 que discute não recolhimento de ICMS sobre operações de fornecimento de energia elétrica, supostamente declaradas como isentas. Processo recebido em janeiro de 2022.

Processo nº 0830317-38.2018.8.15.2001, refere-se à execução fiscal R$64.964 na qual está sendo cobrado o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, do período de 11/2009 a 12/2010, em razão do suposto aproveitamento indevido de créditos do imposto nas aquisições de bens para o ativo imobilizado. Em dezembro de 2022 o processo teve prognóstico alterado de remoto para possível, tendo como base parecer dos consultores jurídicos.

EMS

. Ação Ordinária 5009015-61.2019.4.03.6000, com montante envolvido de R$83.307 (R$74.361 em 2021), na qual se discute a cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que foram restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

EMT

. Processo 0010774-95.2017.4.01.3600, no montante de R$135.553 (R$120.997 em 2021), envolvendo discussão sobre execução fiscal proposta pela União Federal, em razão da exclusão da empresa no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, ocorrido em 2011, com a respectiva perda dos benefícios concedidos.

. Processo administrativo nº 14094.720008/2018-36 no montante de R$94.515 (R$87.017 em 2021) relacionado a não homologação das alterações realizadas nas DCTF do período de 2014 a 2016.

. Ação Administrativa 59994/2012, no montante de R$98.409 (R$87.841 em 2021), relacionado à concessão de benefício fiscal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços-ICMS do Estado do Mato Grosso, teve o prognóstico alterado de possível para remoto, em razão de decisão em segunda instância que afastou as penalidades e pedidos de ressarcimento a todos os responsáveis condenados solidariamente.

ERO

. Auto de Infração nº 10240-722.819/2020-12 com valor envolvido de R$396.068 (R$353.536 em 2021) que reduziu o valor de prejuízo fiscal (IRPJ) e base de cálculo negativa de CSLL, referente à glosa de despesa relacionada às perdas não técnicas do período de 2016 e 2017.

Notas Explicativas

. Auto de Infração nº 10240-721.054/2020-95 com valor envolvido de R$278.068 (R$248.208 em 2021) referente à cobrança de supostos débitos da contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social ("COFINS") decorrentes da glosa de créditos das contribuições relacionadas às perdas não técnicas e da incidência das contribuições sobre os valores recebidos à título de reembolso da CCC (Conta de Consumo de Combustível.

. Auto de Infração 20202700100096, com valor envolvido de R$179.612 (R$160.324 em 2021), onde se discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2015.

. Auto de Infração 201922700100392, com valor envolvido de R$168.910 (R$150.771 em 2021) onde se discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2014.

. Auto de Infração 20202700100099, com valor envolvido de R$90.917 (R$81.154 em 2021), onde se discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2016.

. Ação anulatória nº 0012763-90.2013.8.22.0001, com valor envolvido de R$39.349 (R$35.123 em 2021), onde se discute a tributação pelo ICMS dos valores de decorrentes das perdas de energia no exercício de 2001.

. Auto de Infração 20192700100393, com valor envolvido de R$37.610 (R$33.572 em 2021) onde se discute questões relacionadas a suposto erro na escrituração contábil do ano de 2014.

EAC

. Auto de Infração nº 39910/2020, no montante de R$68.619 (R$61.250 em 2021), onde se discute questões relacionadas à ICMS (imposto não pago/ recolhido) apurado no ano de 2016, tendo por fundamento incorreções no cálculo de ICMS e utilização de créditos fiscais em valores superiores ao que efetivamente a empresa teria direito à apropriar-se em sua escrita fiscal no tocante à: i) apuração dos estornos referentes à aquisição de óleo diesel para fins de produção de energia elétrica, parcela isenta, perda de energia e diferença de valor de venda; ii) incongruência dos valores correspondentes a provisão e compensação do diferencial de alíquota mensalmente apurado; iii) não homologação pela administração fazendária da totalidade dos cancelamentos realizados pelo contribuinte; iv) diferença da base de cálculo em relação à energia produzida e efetivamente vendida ao consumidor final.

. Auto de Infração nº 11.314/2018 (2018/81/46743), no montante de R$52.123 (R$46.525 em 2021), onde se discute questões relacionadas à cobrança de diferença de base de cálculo, diferencial de alíquota, livro CIAP e estorno de crédito de óleo diesel.

. Auto de Infração 2019/81/33314 (AI 12.097) lavrado pelo Estado do Acre, no montante de R$38.809 (R$34.641 em 2021) que formaliza lançamento de crédito tributário de ICMS por "recolhimento a menor de ICMS em relação ao exercício de 2015 decorrente de apropriação indevida de créditos fiscais, diferença na base de cálculo das operações de venda de energia elétrica e recolhimentos mensais inferiores ao devido". De acordo com a fiscalização, a Contribuinte incorreu nas seguintes ocorrências: (i) estornos de créditos de ICMS do Óleo Diesel; (ii) parcela isenta (inc. I do art. 35 da LCE 55/1997); (iii) perda de energia (inc. IV do art. 35 da LCE 55/1997); (iv) valor de venda inferior ao custo de aquisição (inc. V do art. 35 da LCE 55/1997); (v) valor referente a provisão (débito) e compensação (crédito) do diferencial de alíquota; (vi) não homologação da totalidade dos cancelamentos conforme ocorrências verificadas e previstas no inc. VIII da Cláusula Primeira do Conv. ICMS 30/2004, pela verificação de créditos prescritos (§1º do art. 33 da LCE 5/1997), situações que impem a manutenção de tais créditos fiscais na escrituração do contribuinte; (vii) diferenças na base de cálculo em relação a energia elétrica efetivamente vendida ao consumidor final; e (viii) diferença de ICMS a recolher para o exercício de 2015. Empresa apresentou impugnação em 20 de setembro de 2019.

GEMINI

. Auto de Infração 001/2015 no montante de R$64.888, lavrado em razão do suposto não recolhimento de ISS, no período de 2009 a 2013, referente aos serviços prestados de instalação de estrutura metálica para transmissão de energia elétrica do contrato de concessão nº 008/2008-ANEEL, celebrado entre a ANEEL e a Linhas de Xingu Transmissora de Energia Ltda. No caso, para a prestação dos serviços relacionados no contrato de concessão, a Linhas de Xingu Transmissora de Energia Ltda. celebrou contrato "turn-key" – LCTE/EPC_000/08 com a Isolux Projetos e Instalações Ltda, sendo que o ISS em cobrança é decorrente dos serviços que teriam sido prestados pela Isolux Projetos e Instalações Ltda, no âmbito desse contrato "turn-key".

Notas Explicativas

. Auto de Infração 1038359-03.2017.8.11.0041, recebido em setembro de 2022, no montante de R$37.765, envolvendo discussão sobre débitos de IRPJ, IRPF e CSLL relativos a 2006, sob a alegação de dedução indevida de valores relativos: (i) ao P&D, às obrigações devidas ao MME e a Provisão para desvalorização de títulos; (ii) PIS/ COFINS a compensar, que corresponderiam a direitos que não poderiam ser considerados como despesa na apuração do resultado tributável.

LXTE

. Execução Fiscal 0001307-30.2019.8.14.0075 no montante de R$39.276, ajuizada em 12/02/2019 pela prefeitura de Porto do Moz, referente à suposta contratação de serviços para a obra de construção das Linhas de Transmissão que passaram por aquela localidade. A posição da controlada é que os serviços foram prestados através de mão de obra própria, não sendo hipótese de incidência de ISS. O processo ainda aguarda julgamento.

- **Ambiental**

As controladas indiretas transmissoras de energia elétrica adquirida em combinação de negócios no início do mês de junho de 2022 LMTE, LXTE e LTTE estão envolvidas nos processos administrativos relacionados a suposto descumprimento de condicionantes para o licenciamento.

- **Regulatória**

As controladas distribuidoras de energia elétrica EMT, EMS, ETO, ESS, ERO e EAC possuem processos junto à ANEEL decorrem principalmente de penalidade aplicada em razão de Autos de Infração oriundos de fiscalizações; e

As controladas indiretas transmissoras de energia elétrica, adquiridas em combinação de negócios no início do mês de junho de 2022 LMTE, LITE e LXTE possuem ações envolvendo discussões como: (i) suspensão dos descontos no pagamento base das concessionárias, vinculados à aplicação da resolução normativa Aneel 270/2007; (ii) caducidade do contrato de concessão e (iii) execução da garantia de fiel cumprimento do contrato em virtude do atraso na entrega do empreendimento.

Principais Processos:

LITE

. Processo administrativo 48500.006110/2017-27 no montante de R$38.901 por meio do qual a ANEEL busca a execução da garantia de fiel cumprimento do contrato em virtude do atraso na entrega do empreendimento. A controlada defende a inocorrência das condições contratuais para a execução da garantia, tendo em vista a existência de fatos justificadores do atraso.

EMT

. Processo administrativo 48500.000719/2022, no montante de R$37.436, envolvendo discussão sobre limites regulatórios para indicadores de DEC e FEC, recebido em agosto de 2022.

24. Incorporação de redes - consolidado

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO, ESS e ERO até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Notas Explicativas

No caso da controlada ERO, mensalmente, dentro do Plano de Acompanhamento da ANEEL para a distribuidora privatizada, são encaminhadas as informações sobre a evolução dos ressarcimentos aos consumidores que anteciparam recursos no passado para a construção da rede elétrica. Mediante comunicação prévia à ANEEL, a partir de setembro de 2020, foi iniciada uma segunda fase do Projeto de Incorporação de Redes no estado, com o objetivo de atender a totalidade dos processos em análise.

Sobre os saldos das incorporações de redes incidem encargos de atualização e mora de acordo com o estabelecido nas resoluções aplicáveis a cada caso.

Segue as movimentações ocorridas nos exercícios:

Descrição	2022	2021
Saldo em 2021 e 2020 - circulante	**349.863**	**222.733**
Adição no exercício	207.783	57.326
Atualização monetária e juros	139.603	219.165
Pagamentos/Baixas	(338.228)	(149.361)
Saldo em 2022 e 2021 - circulante	**359.021**	**349.863**

25. Outros passivos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Participações empregados e administradores	28.645	20.394	143.594	128.408
Salários a pagar	8.013	7.372	45.906	47.493
Banco Daycoval Rede Energia RJ	50.693	50.693	50.693	50.693
Outros benefícios a empregados	4.182	4.079	37.631	34.960
Prêmio de seguros	158	100	14.637	10.220
Adiantamentos de clientes	5.393	5.743	49.490	67.256
Retenção de caução contratual empreiteiras	77	227	24.462	61.559
Parcelamentos de multas regulatórias	-	-	-	6.675
Taxa fiscalização ANELL – contribuição mensal	-	-	5.204	2.298
Encargos emergenciais (ECE e EAE)	-	-	18.166	18.388
Reembolso Eletrobrás – aquisição de combinação de negócios [1]	-	-	140.129	171.345
Ressarcimento EBP – Salto Paraíso [2]	-		60.658	44.759
Bônus de redução voluntaria do consumo [3]	-	-	5.938	236.565
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS [4]	-	-	3.017.036	3.708.305
Obrigações de ressarcimento - CCC [5]	-	-	6.437	6.437
Outras contas a pagar [6]	17.847	24.137	228.818	212.973
Total	**115.009**	**112.745**	**3.848.800**	**4.808.334**
Circulante	95.464	88.356	583.448	775.557
Não Circulante	19.544	24.389	3.265.352	4.032.777

[1] Refere-se a parcela a ser ressarcida a Eletrobrás a serem realizadas pelas controladas ERO e EAC, previstos no contrato de compra e venda das aquisições do controle acionário , correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso - AIC nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, através das Notas Técnicas nº 219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL, que aprovaram a Recomposição Tarifária Extraordinária das controladas ERO e EAC, respectivamente, cujos critérios atenderam ao disposto no art. 2º da MP nº 998, de 2020, de 13 de outubro de 2020, é como segue:

Notas Explicativas

	ERO		EAC		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	**128.552**	**119.895**	**42.793**	**43.715**	**171.345**	**163.610**
Adição	-	1.312	-	-	-	1.312
Pagamento	(33.593)	-	(13.373)	(2.281)	(46.966)	(2.281)
Atualização financeira	10.717	7.345	5.033	1.359	15.750	8.704
Saldo final	**105.676**	**128.552**	**34.453**	**42.793**	**140.129**	**171.345**

A controlada EAC iniciou em outubro de 2021 a liquidação do saldo junto a Eletrobrás.
Durante o exercício de 2021 a Eletrobrás contestou os valores homologados na Nota Técnica nº 219/2020 referente a controlada ERO, conforme carta CTA-DF-1049/2021. Por consequência foram adicionados R$1.422, sendo R$1.312 de principal e R$110 de atualização monetária, de novas adições a serem ressarcidos a Eletrobrás. O montante foi homologado por ambas as partes e será reembolsado à Eletrobrás em 60 parcelas, a ser pago em 30 dias após a aprovação pelas partes do resultado da apuração. Em fevereiro de 2022 foram iniciados os pagamentos das parcelas. A atualização financeira dos contratos corresponde à 111% da taxa Selic.

(2) Refere-se à incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela controlada EMT a EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição (“CUSD”). O saldo é atualizado mensalmente com aplicação da variação do índice IPCA com liquidações mensais, iniciadas em junho de 2018.

(3) Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia, vide nota explicativa nº 8.3.1.

(4) **Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - consolidado.**

Em março de 2017 o Supremo Tribunal Federal - STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 – “O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS”), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado nas notas fiscais deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69.

Transitaram em julgado em seus respectivos Tribunais Regionais Federais decisões favoráveis nos processos das subsidiárias, tendo ocorrido no ano de 2019 nos meses de maio, junho e julho referente à EPB, EBO e ETO e, no ano de 2020, nos meses de maio e junho, referente à Companhia Força e Luz do Oeste (empresa incorporada pela ESS em 2017) e ESE. Em 17 de agosto de 2021, 21 de setembro de 2021, 22 de outubro de 2021, 12 de novembro de 2021 e 06 de dezembro de 2021, respectivamente, transitaram em julgado as ações judiciais propostas pelas controladas ESS (incorporada EBR), EMT, ERO, EAC e EMR ((nova denominação social da EMG, incorporou ENF). Em 14 de fevereiro de 2022 transitou em julgado a ação da controlada Companhia Nacional de Energia Elétrica (empresa incorporada pela ESS em 2017). Os demais processos nos quais são discutidos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS estão em andamento.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e baseando na melhor estimativa da Administração, as controladas reconheceram o montante de R$3.017.036 (R$3.708.305 em 2021), líquido de honorários devidos

Notas Explicativas

aos advogados, consultores e de tributos. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recuperados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias.

O Presidente da República sancionou em 27 de junho de 2022 a Lei 14.385 que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O Art 3º da referida Lei também prevê que a Aneel deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Para a destinação dos valores acima, a ANEEL considerará, nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (“RFB”).

A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, pós ao requerimento realizado perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (“RFB”).

O resumo dos impactos são como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldos em 2021 e 2020	**3.708.305**	**1.053.993**
Valores a serem repassados aos Consumidores - Novos Entrantes	-	2.147.023
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	299.107	602.009
Repasse de custos com honorários, consultoria e tributos	(13.848)	(29.764)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial – repasse aos Consumidores [(a)]	(976.528)	(64.956)
Saldos em 2022 e 2021	**3.017.036**	**3.708.305**
Total Não Circulante	**3.017.036**	**3.708.305**

[(a)] Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, vide nota explicativa nº 9.2.

[(5)] Obrigações de ressarcimento - CCC - a controlada ERO possuía registrado o montante de R$146.241 relativo aos custos de tributos e encargos incidentes na aquisição de combustível, diferenças de preço de óleo Diesel entre a nota fiscal e tabela ANP e consumo específico de óleo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, após a finalização da primeira etapa da fiscalização da CCC realizada pela ANEEL, em que foram ajustados os direitos e obrigações de ressarcimento junto à CCC até abril de 2017, a controlada ERO reverteu o montante de R$40.488, em contrapartida ao direito de ressarcimento Reembolso CCC- Custo total de Geração, R$46.177 como redução de outras despesas financeiras e R$53.139, que por se tratar de valores originais, foram levados à créditos da rubrica de custos e despesas operacionais-energia elétrica comprada para revenda no resultado do exercício no consolidado. Com relação ao consumo específico de óleo Diesel, em face de ainda não ter sido finalizada a segunda etapa da fiscalização da ANEEL foi mantido o montante de R$6.437 (R$6.437 em 2021), no passivo não circulante.

[(6)] Na controladora e no consolidado incluem, R$13.868 (R$18.212 em 2021) referente a parcela de valor de aquisição da combinação de negócios de aquisição da ALSOL a serem pagos nos próximos 4 anos aos vendedores; R$12.201 (R$12.201 em 2021) da controlada EMT de encargos tarifa TUSD e o montante de R$11.000 referente acordo judicial firmado entre a controlada ETO e a Prefeitura Municipal de Palmas e terceiros. A ETO ficou responsável pelo repasse em parcela única aos terceiros, sub-rogando-se do direito de receber o referido montante junto a Prefeitura Municipal de Palmas. O direito a receber foi registrado em contrapartida da

Notas Explicativas

rubrica de outros créditos, tendo reconhecido provisão de perdas esperadas de mesmo montante, contabilizada em Outros resultados, na demonstração de resultado do exercício no consolidado, vide nota explicativa nº 32.

26. Patrimônio líquido

26.1 Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R$4.946.375 (R$3.363.685 em 2021), representando 2.039.086.540 (1.814.561.910 em 2021) ações nominativas, sendo 800.898.864 (755.993.938 em 2021) ações ordinárias e 1.238.187.676 (1.058.567.972 em 2021) ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertido em Units (certificado de ações que representa a propriedade de 4 ações preferenciais e 1 uma ação ordinária da Companhia) é de 307.044.079 (262.237.689 em 2021).

Em Reunião do Conselho de Administração de 18 de agosto de 2022 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R$738.310, totalmente subscrito e integralizado em moeda nacional, passando o capital social da Companhia para R$4.946.375, com emissão de 224.255.200 novas ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 44.851.040 ações ordinárias e 179.404.160 ações preferenciais, para formação de 44.851.040 Units (“Aumento de Capital”) em razão do exercício de 499.401 bônus de subscrição, a exclusivo critério do seu titular, o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (“BNDESPAR”).

Todas as novas ações foram integralmente subscritas e integralizado mediante o exercício de bônus de subscrição, a exclusivo critério do seu titular;

Em Reunião do Conselho de Administração de 11 de agosto de 2022 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R$621, totalmente subscrito e integralizado em moeda nacional, passando o capital social da Companhia para R$4.208.065, com emissão de 188.600 novas ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 37.720 ações ordinárias e 150.880 ações preferenciais pelo preço de emissão de R$16,47208600 por ação, independentemente de sua espécie.
Todas as novas ações foram integralmente subscritas e integralizado mediante o exercício de bônus de subscrição, a exclusivo critério do seu titular;

Em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de abril de 2022 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R$843.500, passando o capital social da Companhia para R$4.207.444, em razão do atingimento do limite legal de saldo das reservas de lucros. O aumento de capital ocorreu mediante a capitalização de parte do saldo de reservas de lucros, sem emissão de novas ações e não implicará em alteração do valor nominal das ações atualmente existentes (que permanecerão sem valor nominal atribuído), nos termos do artigo 169, §1º combinado com o artigo 199 da Lei 6404/76; e

Em Reunião do Conselho de Administração de 24 de março de 2022 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R$259, passando o capital social da Companhia para R$3.363.944, com emissão de 80.830 novas ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 16.166 ações ordinárias e 64.664 ações preferenciais pelo preço de emissão de R$3,2009312 por ação, independentemente de sua espécie.
Todas as novas ações foram integralmente subscritas e integralizado mediante o exercício de bônus de subscrição, a exclusivo critério do seu titular.

A Companhia possui contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido o montante de R$65.723 (R$65.723 em 2021), relativo aos custos transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas ações e foram registrados separadamente como uma redução do patrimônio líquido.

As ações preferenciais não possuem direito de voto, tem prioridade no caso de reembolso do capital em prêmio e de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.000.000.000 em ações ordinárias e até 2.000.000.000 em ações preferenciais,

Notas Explicativas

mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de abril de 2021 foi aprovado: (i) o novo programa de recompra de ações da Companhia, o qual tem como objetivo, primordialmente, fazer frente aos compromissos assumidos pela Companhia no âmbito dos Programas de Concessão de Ações aprovados; e (ii) que as ações de emissão da Companhia que não forem transferidas para os beneficiários do 1º Programa de Concessão de Ações -ILP, sejam destinadas para manutenção em tesouraria para, preferencialmente, serem concedidas aos beneficiários dos demais Programas de Concessão de Ações - ILP já em vigor, posterior alienação ou cancelamento, sem redução de capital da Companhia.

Entre os dias 16 e 23 de abril de 2021 foram adquiridas ações em tesouraria, a quantidade de 1.100.000 (um milhão e cem mil) Units representativas de 1.100.000 (um milhão e cem mil) ações ordinárias e 4.400.000 (quatro milhões e quatrocentos mil) ações preferenciais. O valor despendido nessas compras foi de R$48.141.

Em 07 de junho de 2021 foram utilizadas cerca de 176.163 Units para liquidação do 1º Programa de Incentivo de Longo Prazo da Companhia de suas controladas no montante de R$8.286, realizadas em contrapartida outras reservas de capital; e

Em 07 de junho de 2022 foram utilizadas cerca de 169.362 Units para liquidação do 2º Programa de Incentivo de Longo Prazo da Companhia de suas controladas no montante de R$7.445, realizadas em contrapartida outras reservas de capital.

O saldo das ações mantido em tesouraria em 31 de dezembro de 2022 é de R$33.019 (R$40.431 em 2021), correspondentes a 754.475 (923.837 em 2021) Units. O valor de mercado em 31 de dezembro de 2022 que corresponde as ações em tesouraria é de R$33.355 (R$40.991 em 2021).

26.2 Reserva de Capital

	2022	2021
Alienação de ações em tesouraria	1.849	1.849
Transações entre sócios [1]	952.882	188.779
Custo de captação – aumento de capital	(65.723)	(65.723)
Incentivos fiscais de reinvestimentos [2]	43.859	8.042
Investimento PUT [3]	11.453	43.175
Programa de remuneração variável (ILP) [4]	27.098	21.989
Saldos em 2022 e 2021	**971.418**	**198.111**

[1] Transações entre sócios - inclui desde 2019 o montante R$42.280 de dedução de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre parcela de mais valia de ações próprias.

Transações entre sócios	2022	2021
Saldo inicial - 2021 e 2020	**188.779**	**307.896**
Ganho/perda apurado com transações de investimentos na distribuição de dividendos em controladas diretas e indiretas, MTM subscrição debêntures e ações em tesouraria [*]	764.103	(119.117)
Saldo final - 2022 e 2021	**952.882**	**188.779**

[*] O montante de R$764.103 (R$119.117 em 2021) refere-se a (i) R$46.667 perda nas transações de investimento por aumento de capital nas controladas; (ii) R$21.681 ganho de investimentos por aquisições de ações das controladas EAC e ERO; (iii) R$215.665 perda de investimentos em controladas diretas e indiretas (R$70.976 em 2021 com transações de investimentos) na distribuição de dividendos e mudança de percentual e de ações em tesouraria, conforme nota explicativa nº16, rodapé 1 e (iv) R$445 ganho de investimentos reapresentação e (v) R$270.071 em perda no percentual de participação na EPM e (v) R$1.274.380 (R$48.141 em 2021), contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido, referente ao saldo do instrumento financeiro correspondente ao direito do exercício do bônus de subscrição da 7ª emissão de debentures realizado a conversibilidade pelos debenturistas em 15 de agosto de 2022.

[2] Incentivos fiscais de reinvestimentos (reflexo) – refere-se a benefícios destinados as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene e SUDAM, com o reinvestimento de 30% (trinta por cento) do Imposto devido até 2018 e 50% a partir de 2019,

Notas Explicativas

em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2023.

Os recursos liberados, deduzidos da quantia correspondente a 2%, a título de administração do projeto, conforme dispõe o artigo 19, parágrafo 2o, da Lei nº 8.167/1991, foram contabilizados em outras reservas de capital e, após sua aprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela Superintendência do Desenvolvimento Regional, serão capitalizados.

(3) Investimento PUT - refere-se a diferença da opção de recompra das ações integralizadas pelos empregados e aposentados das controladas ERO e EAC de R$7.765 que, correspondente a 191.679.293 ações ERO e 14.374.919.056 ações EAC, com registro de R$1.693 no valor patrimonial das ações contabilizadas no ativo não circulante, Investimentos - outras participações societárias e R$13.146 na rubrica Instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante.

(4) Programa de remuneração variável – ILP – refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), (vide nota explicativa nº 12).

26.3 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

26.4 Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2022 foi utilizado o montante de R$397.289 do saldo da reserva de retenção de lucros, para absorção do prejuízo acumulado de 2021, oriundo dos efeitos da reapresentação detalhada na nota explicativa 3.3.

O montante destinado para a reserva de retenção de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$1.230.845 (R$1.645.602 em 2021), foram retidos com base no orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

26.5 Limite da reserva de lucros

A Administração irá propor à AGE, capitalização de R$101.000, de forma que o saldo das reservas de lucros não ultrapasse o capital social, conforme estabelecido no art. 199 da Lei 6.404/76. Com esse aumento, o capital social passará a ser de R$5.047.375 sem alteração da quantidade de ações.

26.6 Reserva de lucros - retenção de lucro acumulado originado por mudança de prática contábil

Constituída com o ganho por compra vantajosa ocorrido com a aquisição da participação de não controladores em controladas, auferido no exercício de 2007. Na AGE de abril de 2012 e 2011, foram capitalizados R$60.000 e R$131.210, respectivamente. O saldo remanescente de R$62.539 está registrado, como lucros acumulados por mudança de prática contábil, no patrimônio líquido conforme explicitado no CPC 15 e ICPC 09, à disposição de Assembleia Geral de Acionistas.

26.7 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 35% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício (*)	2.135.461	2.818.178
Ajuste efetuado por controladas, líquido de tributos		-
Reserva legal (5%)	(106.773)	(140.909)
Lucro líquido ajustado	**2.028.688**	**2.677.269**
Dividendos mínimos obrigatórios 35%	710.041	937.044

Notas Explicativas

Dividendos correspondem a R$0,2320 por ação ordinária e preferencial e R$1,16 por Units e em 2021 são R$0,13 por ação ordinária e preferencial e R$0,65 por Units. (1)	472.193	235.292
Dividendos correspondem a R$0,1164 por ação ordinária e preferencial e R$0,5843 por Units e em 2021 são R$0,44 valor por ação ordinária e preferencial e R$2,20 por Units.	237.848	796.375
Dividendos adicionais propostos correspondem a R$0,04306 por ação ordinária e preferencial e R$0,2157 por Units(2)	87.802	-
Total dos dividendos	**797.843**	**1.031.667**
% sobre o lucro líquido ajustado	39%	38,53%

(*) O lucro líquido do exercício em 2021 foi reapresentado conforme nota explicativa 3.3.

(1) O Conselho de Administração da Energisa S/A aprovou em 18 de agosto de 2022, a distribuição de dividendos intercalares apurados no balanço levantado pela Companhia até 30 de junho de 2022, no montante de R$472.193 equivalentes a R$1,16 por Units e R$0,2320 por ação ordinária e preferencial do capital social. Os pagamentos foram efetuados em 31 de agosto de 2022, com base na posição acionária da Companhia em 23 de agosto de 2022.

(2) Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

26.8 Reserva de lucros - reserva de Incentivos fiscais de imposto de renda (controladas)

As controladas EPB, ESE, EBO, EMT, ETO e EAC por atuarem no setor de infraestrutura na região Nordeste, Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal ou aumento de capital capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte com aprovação em AGO/AGE; e
- O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

Os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros – reserva de redução de imposto de renda.

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda	
			2022	2021
EPB	SUDENE	197/2012	67.642	82.573
ESE	SUDENE	205/2012	54.327	55.072
EBO	SUDENE	206/2012	11.151	11.350
EMT	SUDAM	114/2014	188.324	215.844
ETO	SUDAM	113/2014	52.907	57.493
EAC	SUDAM	18/2021	-	23.695
Total			**374.351**	**446.027**

Notas Explicativas

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do exercício na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e foram destinados à reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

Em 2022 foram apurados R$21.202 (R$10.586 da controlada EMT, R$4.011 da EPB, R$3.055 da ESE, R$2.879 da ETO e R$671 da EBO) referente ao Incentivo fiscal de Reinvestimento – vide Nota Explicativa 28.2.

26.9 Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados em atendimento ao CPC 26 (IAS 01) - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação realizada nos exercícios:

	2022	2021
Saldo inicial - 2021 e 2020	**(177.428)**	**(297.093)**
Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego (reflexo)	44.824	119.665
Saldo final - 2022 e 2021	**(132.604)**	**(177.428)**

26.10 Participação de acionistas não controladores

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

Movimentação da participação de acionistas não controladores:

	Participação acionária e no capital votante	Saldo em 2021 (reapresentado)	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Transações entre sócios	Aumento de Capital	Saldo em 2022
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	2,49%	72.947	28.584	(19.287)	173	435	-	82.852
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	23,33%	222.406	62.508	(38.012)	(225)	916	-	247.593
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A	0,07%	763	336	(328)	9	-	-	780
Rede Power do Brasil	0,01%	78	(16)	(17)	-	-	-	45
Cia Técnica de Comercialização de Energia	0,02%	(43)	(2)	-	-	-	-	(45)
Multi Energisa Serviços S/A	0,10%	17	8	(7)	-	-	-	18
Rede Energia Participações S/A	0,25%	8.070	3.900	(2.708)	50	33	-	9.345
Energisa Rondônia – Distribuidora de Energia S/A	1,84%	(19.453)	(7.470)	-	43	5.412	21.545	77
Energisa Acre – Distribuidora de Energia S/A	1,19%	61.821	(2.128)	-	(1)	(45.825)	2.924	16.791
Energisa Sul Sudeste Distribuidora de Energia S/A	0,75%	4.277	979	(1.077)	34	3	-	4.216
Energisa Participações Minoritárias S/A	17,28%	685.759	172.401	(257.528)	1.544	271.981	-	874.157
Denerge S/A	0,02%	412	224	(183)	4	9	-	466
Gemini Energy S.A.	31,62%	-	34.605	-	-	133.310	-	167.915
Alsol	0,10%	11.355	(1.370)	-	-	(193)	49.858	59.650
Total		**1.048.409**	**292.559**	**(319.147)**	**1.631**	**366.081**	**74.327**	**1.463.860**

Notas Explicativas

	Participação acionária e no capital votante	Saldo em 2020 (reapresentado)	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Transações entre sócios	Aumento de Capital	Saldo em 2021 (reapresentado)
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	2,49%	74.518	24.229	(26.606)	775	31	-	72.947
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	23,33%	213.682	51.382	(37.705)	2.707	(7.660)	-	222.406
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A	0,07%	865	333	(441)	6	-	-	763
Rede Power do Brasil	0,01%	55	44	(21)	-	-	-	78
Cia Técnica de Comercialização de Energia	0,02%	(43)	-	-	-	-	-	(43)
Multi Energisa Serviços S/A	0,10%	16	9	(8)	-	-	-	17
Rede Energia Participações S/A	0,25%	17.127	4.185	(5.019)	151	(8.374)	-	8.070
Energisa Rondônia – Distribuidora de Energia S/A	4,50%	(6.852)	(12.505)	-	(9)	(87)	-	(19.453)
Energisa Acre – Distribuidora de Energia S/A	4,91%	48.863	12.911	-	30	17	-	61.821
Energisa Sul Sudeste Distribuidora de Energia S/A	0,75%	4.505	1.068	(1.486)	187	3	-	4.277
Energisa Participações Minoritárias S/A	17,28%	487.788	141.022	(167.134)	5.273	18.810	200.000	685.759
Denerge S/A	0,02%	523	315	(335)	10	(101)	-	412
Alsol	10,52%	4.841	314	-	4	(112)	6.308	11.355
Total		**845.888**	**223.307**	**(238.755)**	**9.134**	**2.527**	**206.308**	**1.048.409**

27. Receita operacional

27.1 Receita operacional bruta - controladora

	2022	2021
Receita operacional		
Serviços especializados [1]	339.599	268.133
Deduções a receita operacional		
PIS	(5.603)	(4.450)
COFINS	(25.809)	(20.495)
ISS	(7.694)	(6.032)
Receita operacional líquida	**300.493**	**237.156**

[1] Referem-se aos serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos prestados as controladas.

27.2 Receita operacional- consolidada

	2022			2021 (reapresentado)		
	Fora do escopo dos auditores independentes		2022	Fora do escopo dos auditores independentes		2021
	Nº de consumidores	MWh	R$	Nº de consumidores	MWh	R$
Residencial	7.026.816	14.462.956	12.383.323	6.737.511	14.244.864	12.336.425
Industrial	41.605	1.911.038	1.596.605	41.334	1.986.161	1.624.628
Comercial	561.048	5.506.313	5.001.103	548.203	5.543.701	5.022.431
Rural	684.136	3.352.500	2.643.657	796.215	3.668.396	2.650.206
Poder público	72.993	1.723.040	1.437.526	71.855	1.479.492	1.230.704
Iluminação pública	9.195	1.662.758	861.880	8.219	1.748.656	951.974

Notas Explicativas

Serviço público	9.529	978.405	675.862	9.243	1.064.773	690.995
Consumo próprio	1.809	42.102	-	1.794	41.834	-
Subtotal	**8.407.131**	**29.639.112**	**24.599.956**	**8.214.374**	**29.777.877**	**24.507.363**
Suprimento de energia a concessionárias	2	3.665.072	367.854	2	4.404.934	1.291.775
Fornecimento não faturado líquido	-	26.170	51.529	-	8.189	320.070
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	1.982	-	2.317.096	1.656	-	1.975.832
Bônus de redução voluntária do consumo	-	-	-	-	-	(236.620)
Bônus – reembolso do fundo CDE	-	-	-	-	-	236.620
Energia comercializada com clientes livres	-	4.645.549	907.362	-	4.778.361	984.123
Receita de construção da infraestrutura [1]	-	-	4.204.250	-	-	2.697.365
Receita de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão	-	-	51.056	-	-	27.232
Receita das margens da obrigação de performance da construção	-	-	450.004	-	-	195.480
Remuneração do ativo de contrato - transmissão de energia elétrica	-	-	701.979	-	-	185.427
Serviços especializados	-	-	167.752	-	-	108.754
Penalidades Regulatórias	-	-	(123.073)	-	-	(89.136)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS – outros passivos	-	-	-	-	-	(2.147.020)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS – tributos a recuperar	-	-	-	-	-	2.147.020
Ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	469.832	-	-	686.306
(-) Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	-	-
(-) Excedentes de Reativos	-	-	-	-	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	-	-	883.924	-	-	2.559.713
Subvenções vinculadas ao serviço concedido (CDE e baixa -renda)	-	-	1.520.611	-	-	1.411.161
Participação financeira do consumidor – AIC Ressarcível	-	-	-	-	-	(14.667)
Outras receitas operacionais [*]	-	-	392.852	-	-	287.633
Total - receita operacional bruta	**8.409.115**	**37.975.903**	**36.962.984**	**8.216.032**	**38.969.361**	**37.134.431**
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	4.872.348	-	-	5.899.343
PIS	-	-	458.182	-	-	499.294
COFINS	-	-	2.138.299	-	-	2.299.824
CPRB	-	-	12.128	-	-	7.246
ISS	-	-	33.728	-	-	22.425
Deduções Bandeiras Tarifárias	-	-	-	-	-	(16.955)

Notas Explicativas

Programa de Eficiência Energética – PEE -	-	-	79.519	-	-	86.674
Encargos de consumidor - Procel	-	-	19.165	-	-	22.072
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	-	2.703.490	-	-	1.698.459
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	-	-	43.189	-	-	43.709
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	38.329	-	-	44.119
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	20.874	-	-	22.079
Taxa de Fiscalização dos serviços de Energia Elétrica – TFSEE	-	-	40.596	-	-	30.638
Total - deduções da receita operacional	**-**	**-**	**10.459.847**	**-**	**-**	**10.658.927**
Total - receita operacional líquida	**8.409.115**	**37.975.903**	**26.503.137**	**8.216.032**	**38.969.361**	**26.475.504**

(1) Do total Receita de construção da infraestrutura da concessão, o montante de R$ 3.767.882 (R$2.069.178 em 2021) refere-se a receita de construção das distribuidoras e R$ 438.739 (R$628.191 em 2021) refere-se a receita de construção das transmissoras. Adicionalmente, do total do custo de construção apresentado na Demonstração de Resultado de R$ 4.206.621 (R$2.697.365 em 2021) o montante de R$ 4.238.221 (R$2.651.204 em 2021) refere-se ao custo de construção das distribuidoras e R$ 470.339 (R$582.026 em 2021) refere-se ao custo de construção das transmissoras.

(*) Inclui a receitas de aluguéis uso mútuo de poste, serviços taxados, comissão de administração e taxa de iluminação pública.

28. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Controladora				
	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	Despesas Operacionais Gerais e Administrativas	Total	
			2022	2021
Pessoal e administradores	156.906	20.236	177.142	150.196
Programa de remuneração variável (ILP)	-	2.412	2.412	2.857
Benefícios pós emprego	467	3.760	4.227	3.490
Material	651	1.319	1.970	2.184
Serviços de terceiros	30.084	36.577	66.661	61.533
Depreciação e amortização	7.688	10.932	18.620	17.327
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	-	1.754	1.754	5.171
Outras	2.491	6.276	8.767	6.999
	198.287	**83.266**	**281.553**	**249.757**

Notas Explicativas

Consolidado						
	Custo do Serviço			Despesas Operacionais	Total	
	Com Energia Elétrica	Custo de Operação	Prestado a Terceiros	Gerais e Administrativas	2022	2021
Energia elétrica comprada para revenda	9.852.827	-	-	-	9.852.827	13.234.625
Encargo de uso de sistema de transmissão e distribuição	1.930.071	-	-	-	1.930.071	1.735.309
Pessoal e administradores	-	1.062.248	2.721	477.400	1.542.369	1.459.892
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	5.109	5.109	7.398
Benefícios pós emprego	-	25.834	1.202	28.666	55.702	66.402
Material	-	238.660	700	72.612	311.972	253.211
Serviços de terceiros	-	362.043	20.759	405.509	788.311	817.521
Depreciação e amortização	-	1.132.196	281	141.987	1.274.464	1.242.986
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa -	-	371.565	-	-	371.565	245.917
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	-	(161)	-	76.071	75.910	(322.537)
Custo de construção da infraestrutura	-	-	4.238.220	-	4.238.220	2.651.204
Outras		71.465	1.589	161.981	235.035	273.324
	11.782.898	**3.263.850**	**4.265.472**	**1.369.335**	**20.681.555**	**21.665.252**

29. Energia Elétrica comprada para revenda

Consolidado				
	MWH [1]		Energia elétrica comprada para revenda (Reais mil)	
	2022	2021	2022	2021
Energia de Itaipú - Binacional	3.421.848	3.422.388	1.010.982	1.504.998
Energia de leilão	20.306.791	19.837.858	4.322.285	4.769.744
Energia bilateral e outros suprimentos	4.916.045	6.521.868	3.212.434	3.728.990
Reembolso CCC	-	-	(585.081)	(724.169)
Cotas de Angra	1.146.800	1.171.041	393.243	288.659
Energia de curto prazo - CCEE [2]	143.706	290.811	367.752	2.862.179
Cotas Garantia Física	8.608.392	8.492.297	1.157.030	1.663.669
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	703.915	738.154	478.543	312.333
Energia de Reserva - ERR	-	-	475.549	124.614
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(979.910)	(1.296.392)
Total	**39.247.497**	**40.474.417**	**9.852.827**	**13.234.625**

(1) Informações fora do escopo dos auditores independentes.
(2) Inclui demais custos sendo os efeitos da CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, encargos de serviços do sistema e de energia reserva.

Notas Explicativas

30. Outros Resultados

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Outras Receitas:				
Ganhos na desativação	1.618	207	50.626	81.119
Sobras físicas (vide item 13 da nota explicativa nº 11)	-	-	-	89.597
Valor recuperável dos títulos cedidos [1]	-	-	930	99.389
Outras	395	249	22.983	29.001
Total	**2.013**	**456**	**74.539**	**299.106**
Outras Despesas:				
Perdas na desativação	(637)	-	(168.452)	(176.303)
Marcação a mercado dos contratos [2]	-	-	59.920	17.435
Sobras contábeis [3]	-	-	-	(133.838)
Outras [4]	-	-	(65.831)	(190.068)
Total	**1.376**	**-**	**(174.363)**	**(482.774)**

Descrição das operações [1]	2022	2021
Valor recebido pelos títulos cedidos	930	254.707
Reversão por revisão da estimativa com a provisão de devedores duvidosos	21.559	91.028
Custo dos títulos cedidos	(21.559)	(246.346)
Efeitos - outros resultados - valor recuperável dos títulos cedidos	**930**	**99.389**
(+) Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos - Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-	69.632
(+) Receitas Financeiras – outros	-	9.660
(-) Despesas Financeiras - Ajuste a valor presente	-	7
Efeitos apurados antes dos tributos	**930**	**178.688**

[1] Em 2022, os títulos cedidos referem-se FIDC de créditos comerciais. (Item iv constante da nota explicativa nº 4).

[2] Comercialização de energia no consolidado, inclui, marcação a mercado dos contratos de comercialização de energia, tendo sido apurado ganho em 31 de dezembro de 2022 no montante de R$66.027 (ganho de R$19.212 em 2021). A controlada ECOM opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia, que foi reconhecido pelo seu valor justo. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia foi reconhecida no consolidado, conforme segue:

	2022	2021
Marcação a mercado dos contratos de vendas comercialização de energia	(294.247)	924.165
Marcação a mercado dos contratos de compras comercialização de energia	360.274	(904.953)
	66.027	**19.212**
(-) Tributação Pis e Cofins	(6.107)	(1.777)
Efeito líquido de tributos	**59.920**	17.435

[3] Sobras Contábeis - as controladas ERO e EAC contabilizaram no exercício findo de 2021 baixas referente as sobras contábeis de R$93.951 e R$59.990, respectivamente, apuradas nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, através das Notas Técnicas nº 219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL, que aprovaram a Recomposição Tarifária Extraordinária das controladas ERO e EAC. Por consequência as controladas reverteram provisões constituídas no exercício de 2018 de R$17.101 e R$3.002, ERO e EAC, respectivamente.

[4] No exercício findo de 2021, inclui 191.456, sendo: (i) Efeitos oriundos a adesão ao REFIS ICMS Demanda realizado pela controlada EMT, tendo sido apurado R$81.191 referente a provisão para perda, R$8.159 de perda efetiva conforme nota explicativa nº 6, (ii) R$91.106 referente a resultados não realizados nas operações do FIDC, vide nota explicativa nº 16 – Investimentos e (iii) R$11.000, da controlada indireta ETO referente acordo judicial firmado entre a Prefeitura Municipal de Palmas e terceiros, que ficou responsável pelo repasse em

Notas Explicativas

parcela única, sub-rogando-se do direitos de receber o referido montante junto a Prefeitura Municipal de Palmas. O direito a receber foi registrado em contrapartida da rubrica de outros créditos e reconheceu perdas esperadas do mesmo montante, contabilizada em Outros resultados, demonstração de resultado do exercício consolidado, vide nota explicativa nº 27.

31. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	466.560	351.433	685.364	242.526
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	-	-	409.552	454.751
Atualização financeira - Ativos financeiros setoriais	-	-	132.509	37.578
Juros Selic s/ impostos a recuperar	17.236	1.300	50.733	14.858
Atualização depósito judicial	286	67	68.095	48.722
Comissão de aval	30.011	27.833	-	-
Atualização dos contratos de mútuos	227.251	141.563	-	-
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do Pis e Cofins (nota explicativa nº 27)	-	-	299.062	597.455
Tributos sobre receita financeira - PIS e COFINS	(34.560)	(25.562)	(107.484)	(95.914)
Receita Financeira CCEE	-	-	6.312	8.824
Recuperação de crédito CDE/CCEE	-	-	-	9.226
Indenização à concessão	-	-	12.338	21.155
Juros Ativos	-	-	-	14.498
Variação cambial Energia Itaipu	-	-	-	5.176
Outras	1.009	10.226	56.923	71.388
Total receitas financeiras	**707.793**	**506.860**	**1.613.404**	**1.430.243**
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas - juros (*)	(665.107)	(588.170)	(2.274.231)	(1.415.891)
Encargos de dívidas - variação monetária cambial	(124.948)	(14.863)	(161.516)	(482.031)
(-) Transferência para ordens em curso	-	-	163.583	39.242
Marcação a Mercado de derivativos	(273.044)	322.240	(496.543)	(108.988)
Marcação a Mercado da dívida	10.429	9.521	222.562	354.000
Instrumentos Financeiros Derivativos	(45.804)	32.041	(885.470)	510.190
Atualização dos contratos de mútuos	(17.250)	(22.946)	-	-
Atualização PEE e P&D		-	(14.123)	(7.857)
Ajuste a valor presente - AVP		11	(44.167)	(78.109)
Atualização provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	(15)	(126)	(75.913)	(55.221)
Despesas com IOF	(2.212)	(7.049)	(40.788)	(64.092)
Despesas Bancárias	(951)	(1.170)	(23.826)	(18.827)
Despesas com comissão de aval	(3.088)	(7.271)	(3.088)	(7.271)
Atualização financeira - Passivos financeiros setoriais		-	(39.242)	(72.574)
Juros e multa	(382)	(165)	(15.987)	(107.288)
Juros de incorporação de redes	-	-	(139.603)	(45.361)
Plano de saúde - Atuário	(604)	(703)	(4.422)	(21.763)
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do PIS e COFINS (nota explicativa nº 27)	-	-	(299.107)	(602.009)
Correção monetária ICMS Demanda	-	-	-	(134.488)
Outras	(659)	(5.954)	(64.497)	(209.451)
Total despesas financeiras	**(1.123.635)**	**(284.604)**	**(4.196.378)**	**(2.527.789)**
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	**(415.842)**	**222.256**	**(2.582.974)**	**(1.097.546)**

(*) Inclui no consolidado o montante de R$3.008 de juros e R$5.589 de variação cambial referente a dívida de Parcelamento INERGUS - Plano BD x DEFICIT 2018 reconhecido em dezembro/2021.

Notas Explicativas

32. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia e de suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos de seguros	Data de vencimento	Importância Segurada (R$ mil)	Total Prêmio - Controladora	
			2022	2021
Seguro de proteção de dados Responsabilidade Cibernética	25/08/2023	25.000	10	-
Riscos Operacionais	22/11/2023	90.000	129	85
Auto - Frota	23/10/2023	Até 360/ veículo	25	16
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2024	170.147	506	465
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2024	75.000	2	3
Total			**672**	**569**

Ramos de seguros	Data de vencimento	Importância Segurada (R$ mil)	Total Prêmio - Consolidado	
			2022	2021
Seguro de Proteção de dados e Responsabilidade cibernética	25/08/2023	25.000	1.199	-
Riscos operacionais	13/03/2024	124.870	14.327	7.256
Responsabilidade civil geral	23/11/2023	90.000	4.054	3.355
Auto - Frota	23/10/2023	Até 1.110/ veículo	1.257	700
Responsabilidade civil geral a 2º risco	23/11/2023	10.000	114	97
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	12/12/2023	1.654	3	3
Vida em grupo acidentes pessoais	31/01/2024	170.147	3.902	3.532
Compreensivo Empresarial (Escritório RJ)	02/04/2023	1.000	1	-
Transporte nacional	04/04/2023	Até 5.000/ viagem	171	173
Responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O)	05/03/2024	75.000	350	331
Aeronáutico - casco/LUC	12/12/2023	20.880	819	472
Responsabilidade do explorador ou transporte - R.E.T.A (Drones)	12/01/2024	1061/drone	40	23
Riscos nomeados	13/02/2024	205.000	254	-
Riscos diversos (RD) equipamentos	14/02/2024	10.000	810	-
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	30/09/2023	150.000	1.060	175
Total			**28.361**	**16.117**

33. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Notas Explicativas

- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição de energia elétrica terem classificados o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como, os fatores relevantes para a avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no resultado do exercício foram de R$469.832 (R$686.306 em 2021), assim como as principais premissas utilizadas, está divulgada na nota explicativa nº 14.1.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	2022		2021	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		42.312	42.312	17.408	17.408
Clientes		70.857	70.857	32.681	32.681
Títulos e créditos a receber		25	25	25	25
Créditos com partes relacionadas		2.297.546	2.297.546	2.432.573	2.432.573
		2.410.740	**2.410.740**	**2.482.687**	**2.482.687**
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	4.237.488	4.237.488	4.665.960	4.665.960
Instrumentos financeiros derivativos	2	22.396	22.396	47.504	47.504
Instrumentos financeiros - Opção de compra de ações [1]	3	247.602	247.602	448.344	448.344
		4.507.486	**4.507.486**	**5.161.808**	**5.161.808**
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		25.767	25.767	6.094	6.094
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		6.869.732	6.886.262	6.208.913	6.211.315
Arrendamentos operacionais		349	349	412	412
		6.895.848	**6.912.378**	**6.215.419**	**6.217.821**
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	28.141	28.141	1.236.824	1.236.824
		28.141	**28.141**	**1.236.824**	**1.236.824**

Consolidado					
	Nível	2022		2021 (reapresentado)	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		916.207	916.207	773.505	773.505
Clientes, consumidores, concessionárias e outros		5.614.593	5.614.593	5.828.558	5.828.558
Títulos de créditos a receber		110.854	110.854	103.747	103.747
Ativos financeiros setoriais		889.558	889.558	2.640.613	2.640.613

Notas Explicativas

		7.531.212	**7.531.212**	**9.346.423**	**9.346.423**
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	5.032.092	5.032.092	5.243.351	5.243.351
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	9.789.619	9.789.619	7.618.313	7.618.313
Instrumentos financeiros derivativos	2	1.199.783	1.199.783	2.051.113	2.051.113
Instrumentos financeiros – Opção de compra de ações [(1)]	3	247.602	247.602	448.344	448.344
		16.269.096	**16.269.096**	**15.361.121**	**15.361.121**
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		2.010.116	2.010.116	2.690.288	2.690.288
Empréstimos e financiamentos, debêntures encargos de dívidas		28.723.968	28.797.687	23.353.373	23.357.189
Arrendamentos operacionais		65.479	65.479	52.547	52.547
Passivos financeiros setoriais		1.173.202	1.173.202	1.483.990	1.483.990
Parcelamento de impostos		16.841	16.841	44.357	44.357
		31.989.606	**32.063.325**	**27.624.555**	**27.628.371**
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos [(2)]	2	686.969	686.969	2.082.222	2.082.222
		686.969	**686.969**	**2.082.222**	**2.082.222**

[(1)] O Conselho de Administração aprovou, em 27 de dezembro de 2018, a celebração de acordo de investimento e outras avenças firmado, com o Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”) regulando os termos e condições gerais para o ingresso da instituição financeira como acionista minoritário no quadro acionário da controlada Energisa Participações Minoritárias S.A.

Com a efetivação da operação, o Itaú Unibanco S.A., passou a ser titular da totalidade das ações preferenciais e a Energisa S.A., por sua vez, de 100,0% das ações ordinárias de emissão da controlada. Com o resultado da operação, a Energisa passou a deter, direta e indiretamente, 95,21% do capital social total da Rede Energia Participações e 88,9% da Energisa Mato Grosso. Após os novos aportes realizados pelo Banco Itaú Unibanco na controlada Energisa Participações Minoritárias S.A., as participações são de 94,63% e 87,53%, respectivamente.

Destaca-se que os direitos e obrigações da Energisa S.A. e do Itaú Unibanco S.A., na qualidade de acionistas da Energisa Participações Minoritárias, foram disciplinados por meio de acordo de acionistas celebrado entre as partes. A Companhia mantém uma opção de compra da totalidade das ações preferencias adquirida pelo acionista minoritário. A mensuração do valor justo deste instrumento é baseada em dados não observáveis uma vez que o preço da compra caso incorrido pela Companhia, é calculado sobre o valor do aporte do acionista minoritário acrescido pelo valor de variação 100% da taxa DI + 0,75% a.a., sendo que até abril de 2021 essa correção era realizada por 101% da taxa DI, reduzido dos dividendos distribuídos aos minoritários. O acionista minoritário não detém a opção de venda cabendo o equity risk do investimento do minoritário estando no controle da controladora o exercício ou não da sua opção de compra.

Notas Explicativas

O montante da posição do valor justo da opção de compra, contabilizados na demonstração do resultado do exercício em despesas financeiras - marcação a mercado de derivativos no montante de R$200.742 (positivo em R$448.344 em 2021) na controladora e no consolidado, reconhecidos como instrumentos financeiros de nível 3, é conforme segue:

Técnicas de valorização	Valor justo - opção de compra de ações em 2022	Dados não observáveis	Sensibilidade dos imputs ao valor justo
Método de fluxo de caixa descontado	R$247.602	Dividendos (*)	+10% (aumento no valor justo de R$54.958) -10% (redução no valor justo de (R$56.498)

(*) Projeção de dividendos limitado a 25% a serem recebidos pelas ações PN da controlada Energisa Participações Minoritárias S.A até 01/04/2026.

Em 2022 o instrumento financeiro de Nível 3 mensurado a valor justo demonstra o montante de R$247.602 (R$448.344 em 2021), e corresponde ao valor justo apurado pela Administração, reconhecido no resultado financeiro da controladora e consolidado.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em 2022, a Companhia e suas controladas efetuaram a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de “hedge”) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como “hedge accounting”. Em 2022 essas operações, assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia e suas controladas documentaram: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado em R$172.860 (R$319.459 em 2021) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no exercício, para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas

Notas Explicativas

passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2022, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício de 2022, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R$49.702 (R$34.541 em 2021) e reconhecido no resultado financeiro consolidado no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado financeiro.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visam identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final dos exercícios são:

	Consolidado	
	2022	2021 (reapresentado)
Dívida [1]	28.723.968	23.353.373
Caixa e equivalentes de caixa	(916.207)	(773.505)
Dívida líquida	**27.807.761**	**22.579.868**
Patrimônio líquido	11.019.893	8.037.151
Índice de endividamento líquido	**2,52**	**2,81**

[1] A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívida (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme, detalhado nas notas explicativas nº20 e nº21.

Notas Explicativas

Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados até o vencimento contratuais originais e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		25.767	-	-	-	-	25.767
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	14,62%	596.178	566.567	3.099.066	1.818.522	2.843.841	8.924.174
Instrumentos Financeiros Derivativos		13.926	12.522	(22.396)	-	-	4.052
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros (*)		-	-	1.693	-	(247.620)	(245.927)
Total		**635.871**	**579.089**	**3.078.363**	**1.818.522**	**2.596.221**	**8.708.066**

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		1.887.305	-	-	-	122.811	2.010.116
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	14,08%	4.890.819	4.028.264	12.893.583	5.257.568	16.031.085	43.101.319
Instrumentos Financeiros Derivativos		335.932	168.144	(286.741)	(217.575)	(373.457)	(373.697)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros (*)		-	(32.403)	1.693	-	(356.009)	(386.719)
Total		**7.114.056**	**4.164.005**	**12.608.535**	**5.039.993**	**15.424.430**	**44.351.019**

(*) Inclui R$1.693 (R$1.371 em 2021) de compromisso de recompra das ações integralizadas pelos empregados e aposentados das controladas ERO e EAC.

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pelas distribuidoras de energia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante

Notas Explicativas

monitoramento dos compromissos assumidos pelas controladas distribuidoras de energia elétrica em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição dessas controladas quanto a variação no custo da energia.

Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber de clientes, consumidores, concessionárias e outros, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber das suas controladas distribuidoras de energia elétrica. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras, são como segue:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021 (reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	42.312	17.408	916.207	773.505
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	4.237.488	4.665.960	5.032.092	5.243.351
Clientes, consumidores, concessionárias e outros	6	70.857	32.681	5.614.593	5.828.558
Títulos de créditos a receber		25	25	110.854	103.747
Ativos financeiros setoriais líquidos	9	-	-	(283.644)	1.156.623
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	-	-	9.789.619	7.618.313
Instrumentos financeiros derivativos	32	22.396	47.504	1.199.783	2.051.113

a) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº20, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com queda de 6,50% sobre 31 de dezembro de 2021, cotado a R$5,2177 / USD. A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2022 era de 16,00%, enquanto em 31 de dezembro de 2021 foi de 10,79%. A taxa de câmbio do euro encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com queda de 11,89%

Notas Explicativas

sobre 31 de dezembro de 2021, cotado a R$5,5694/Euro. A volatilidade do Euro era de 16,93% em 31 de dezembro de 2022.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2022, excluídos os efeitos dos custos a apropriar de R$28.895.931 (R$23.462.751 em 2021), R$5.146.530 (R$3.969.963 em 2021) estão representados em moedas estrangeiras conforme notas explicativas nº 20 e 21. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em moedas estrangeiras têm vencimento de curto e longo prazo e custo máximo de 3,98% ao ano mais variação cambial.

O balanço patrimonial da controladora e consolidado apresentam os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros e que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo circulante	-	-	195.395	473.525
Ativo não circulante	269.998	495.848	1.251.990	2.025.932
Total do ativo	**269.998**	**495.848**	**1.447.385**	**2.499.457**
Passivo circulante	26.448	1.235.453	667.068	1.709.426
Passivo não circulante	1.693	1.371	19.901	372.796
Total do passivo	**28.141**	**1.236.824**	**686.969**	**2.082.222**

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados à moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ENERGISA S/A					
Resolução 4131 - XP	50.000	USD + 2,47%	CDI+1,71%	28/06/2024	Fair Value Option
EMR					
Resolução 4131 - Bank of America ML	18.257	USD + 2,153%	CDI + 1,75%	02/02/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	7.901	USD + 1,785%	CDI + 1,65%	17/06/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	7.048	USD + 2,576%	CDI + 1,50%	17/06/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	6.085	USD + 4,682%	CDI + 1,75%	22/05/2025	Fair Value Option
EMT					
Resolução 4131 - Citibank	11.598	(Libor + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	13/02/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	23.432	USD + 1,4200%	CDI + 1,65%	17/06/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	45.875	USD + 2,00%	CDI + 1,50%	01/09/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	20.000	(Libor + 1,18%) x 117,65%	CDI + 1,63%	28/08/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.876	EUR + 1,7459%	CDI + 1,60%	14/02/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - JP Morgan	58.525	USD + 3,5765%	CDI + 1,55%	18/03/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	20.619	(SOFR + 1,00%) x 117,647%	CDI + 1,40%	25/03/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Santander	17.682	USD + 3,20%	CDI + 1,60%	27/02/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	49.201	USD + 6,179%	CDI + 1,40%	21/10/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - JP Morgan	30.000	USD + 7,541%	CDI + 1,30%	16/11/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	38.351	USD + 6,671%	CDI + 1,45%	05/12/2024	Fair Value Option
ETO					
Resolução 4131 - Bank of America ML	15.372	USD + 2,1529%	CDI + 1,75%	02/02/2024	Fair Value Option
ESS					
Resolução 4131 - Bank of America ML	26.675	EUR + 0,854%	CDI + 0,95%	17/01/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	24.635	USD + 2,33%	CDI + 1,60%	17/12/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 6,179%	CDI + 1,40%	21/10/2025	Fair Value Option
EAC					
Resolução 4131 - Bank of America ML	79.186	EUR + 1,647%	CDI + 1,65%	13/12/2023	Fair Value Option
ERO					
Resolução 4131 - Citi	13.683	(LIBOR + 0,60%) x 117,647%	CDI + 0,65%	27/02/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citi	29.000	(LIBOR + 0,75%) x 117,647%	CDI + 0,65%	23/03/2023	Fair Value Option

Notas Explicativas

Resolução 4131 - Citi	37.665	(LIBOR + 1,24%) x 117,647%	CDI + 1,80%	28/05/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bocom BBM	9.820	USD + 3,35%	CDI + 1,16%	22/03/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 6,179%	CDI + 1,40%	21/10/2025	Fair Value Option
EBO					
Resolução 4131 - Scotiabank	7.901	USD + 1,78%	CDI + 1,65%	17/06/2024	Fair Value Option
ETE					
Resolução 4131 - Citibank	31.314	(Libor + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	13/02/2023	Fair Value Option
ESOL					
Resolução 4131 - Bocom BBM	3.521	VC + 2,33%	CDI + 1,34%	01/02/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bocom BBM	4.951	USD + 2,35%	CDI + 1,36%	10/06/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bocom BBM	3.921	USD + 5,27%	CDI + 0,95%	28/08/2023	Fair Value Option
ECOM					
Resolução 4131 - Bocom BBM	7.919	USD + 2,34%	CDI + 1,36%	10/06/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bocom BBM	5.869	USD + 5,41%	CDI + 0,95%	29/08/2023	Fair Value Option
EMS					
Resolução 4131 - Bank of America ML	15.372	USD + 2,1529%	CDI + 1,75%	02/02/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citi	27.053	(LIBOR + 1,16%) x 117,647%	CDI + 1,75%	29/07/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	11.310	EUR + 1,8788%	CDI + 1,60%	21/03/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citi	30.928	(SOFR + 1,00%) x 117,647%	CDI + 1,40%	25/03/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	28.744	USD + 5,265%	CDI + 1,45%	15/12/2025	Fair Value Option
ESE					
Resolução 4131 - Citi	33.432	(SOFR + 1,00%) X 117,647%	CDI + 1,15%	06/09/2023	Fair Value Option
ENERGISA RIO DO PEIXE I					
Resolução 4131 - Scotiabank	20.875	USD + 1,735%	CDI + 1,05%	27/04/2023	Fair Value Option
ENERGISA RIO DO PEIXE II					
Resolução 4131 - Scotiabank	20.875	USD + 1,735%	CDI + 1,05%	27/04/2023	Fair Value Option
ALSOL					
Resolução 4131 - Scotiabank	74.036	USD + 2,22%	CDI + 1,34%	02/02/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	21.200	USD + 5,745%	CDI + 1,15%	28/12/2023	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
EMR					
Itaú BBA X EMR	7.532	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan X EMR	678	IPCA + 5,6601%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan X EMR	1.261	IPCA + 5,6601%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMR	50.000	IPCA + 5,6601%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
J.P. Morgan X EMR	32.383	IPCA + 5,6601%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N/A
J.P. Morgan X EMR	9.327	IPCA + 5,6601%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N/A
Bank of America X EMR	4.277	IPCA + 4,4885%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N/A
Bank of America X EMR	1.216	IPCA + 4,4885%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N/A
EMT					
Itaú BBA X EMT	73.494	IPCA + 5,660%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan X EMT	1.965	IPCA + 4,711%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan X EMT	3.657	IPCA + 5,107%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMT	385.000	IPCA + 5,079%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
J.P. Morgan X EMT	73.311	IPCA + 4,474%	CDI + 1,78%	15/04/2024	N/A
Bank of America X EMT	64.107	IPCA + 4,223%	CDI + 0,835%	15/10/2026	N/A
Itaú BBA X EMT	181.887	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	N/A
BR Partners X EMT	350.000	IPCA + 6,087%	CDI + 0,80%	15/10/2031	Fair Value Hedge
BR Partners X EMT	164.437	IPCA + 6,157%	CDI + 0,717%	15/04/2029	Fair Value Hedge
BR Partners X EMT	95.563	IPCA + 6,277%	CDI + 0,880%	15/04/2032	Fair Value Hedge
ETO					
Itaú BBA X ETO	35.696	IPCA + 5,660%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan X ETO	1.775	IPCA + 4,711%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan X ETO	3.304	IPCA + 5,107%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú X ETO	240.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
J.P. Morgan X ETO	55.648	IPCA + 4,474%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N/A
Bank of America X ETO	7.339	IPCA + 4,23%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N/A
J.P. Morgan X ETO	82.000	IPCA + 6,087%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Fair Value Hedge
BR Partners X ETO	55.689	IPCA + 6,157%	CDI + 0,717%	15/04/2029	Fair Value Hedge
BR Partners X ETO	34.311	IPCA + 6,277%	CDI + 0,880%	15/04/2032	Fair Value Hedge
ESS					
Itaú BBA X ESS	22.121	IPCA + 5,660%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	16.511	IPCA + 5,660%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan X ESS	1.599	IPCA + 4,711%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge

Notas Explicativas

J.P. Morgan X ESS	2.977	IPCA + 5,107%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	70.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
J.P. Morgan X ESS	55.648	IPCA + 4,474%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N/A
Bank of America X ESS	7.339	IPCA + 4,229%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N/A
BR Partners X ESS	81.000	IPCA + 6,0996%	CDI + 0,814%	15/01/2032	Fair Value Hedge
EAC					
Itaú BBA X EAC	105.000	IPCA + 4,6249%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EAC	70.000	IPCA + 4,6249%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
J.P. Morgan X EAC	37.099	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N/A
Bank of America X EAC	4.885	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N/A
ERO					
Itaú BBA X ERO	195.000	IPCA + 4,625%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ERO	130.000	IPCA + 4,625%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
J.P. Morgan X ERO	78.913	IPCA + 4,474%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N/A
Bank of America X ERO	10.389	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N/A
J.P. Morgan X ERO	92.800	IPCA + 6,087%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Fair Value Hedge
Bank of America X ERO	253.694	IPCA + 6,157%	CDI + 0,789%	15/04/2029	Fair Value Hedge
Bank of America X ERO	156.306	IPCA + 6,277%	CDI + 0,945%	15/04/2032	Fair Value Hedge
EBO					
J.P. Morgan X EBO	13.938	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N/A
Bank of America X EBO	1.835	IPCA + 4,2297%	CDI + 1,80%	13/10/2026	N/A
ETE					
Santander X ETE	75.500	IPCA + 4,92%	104,25% CDI	15/12/2025	Fair Value Hedge
Santander X ETE	51.462	IPCA + 5,14%	105,15% CDI	15/12/2028	Fair Value Hedge
Santander X ETE	123.038	IPCA + 4,98%	104,50% CDI	15/12/2025	Fair Value Hedge
J.P. Morgan X ETE	86.631	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,78%	15/04/2024	N/A
Bank of America X ETE	61.227	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	15/10/2026	N/A
EMS					
J.P. Morgan X EMS	2.006	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan X EMS	3.733	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMS	155.000	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
J.P. Morgan X EMS	69.586	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N/A
Bank of America X EMS	9.163	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N/A
Itaú BBA X EMS	148.501	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	N/A
J.P. Morgan X EMS	320.000	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,85%	15/10/2031	Fair Value Hedge
ESE					
Itaú BBA X ESE	8.376	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan X ESE	1.328	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan X ESE	2.472	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Safra X ESE	65.000	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
J.P. Morgan X ESE	27.876	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N/A
Bank of America X ESE	3.669	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N/A
Itaú BBA X ESE	59.006	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	N/A
J.P. Morgan X ESE	58.928	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Fair Value Hedge
BR Partners X ESE	68.000	IPCA + 5,7360%	CDI + 0,509%	15/07/2027	Fair Value Hedge
EPB					
Itaú BBA X EPB	13.618	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan X EPB	2.169	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan X EPB	4.035	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Safra X EPB	135.000	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
J.P. Morgan X EPB	64.870	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N/A
Bank of America X EPB	8.555	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N/A
Itaú BBA X EPB	49.924	IPCA + 5,11%	CDI + 0,25%	15/10/2026	N/A
J.P. Morgan X EPB	54.634	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Fair Value Hedge
BR Partners X EPB	63.000	IPCA + 6,0123%	CDI + 0,755%	15/01/2030	Fair Value Hedge
ENERGISA PARÁ I					
Itaú BBA X ENERGISA PARÁ I	196.058	IPCA + 1,8854%	CDI - 0,44%	27/03/2024	N/A
ENERGISA PARÁ II					
ABC Brasil X ENERGISA PARÁ II	151.784	IPCA + 1,6834%	CDI - 0,55%	15/04/2024	N/A
ENERGISA AMAZONAS					
J.P. Morgan X ENERGISA AMAZONAS	41.638	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Fair Value Hedge

Notas Explicativas

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia contratou *Non Deliverable Foward* ("NDFs") para sua subsidiária. Os valores aparecem discriminados abaixo:

Operação	Contratação			Vencimento
	Ativo	Notional (USD)	Valor fixo da operação	
BBI x Energisa Amazonas	USD @ 5,2859	3.357	17.743	17/07/2023
XP X Energisa Transmissão	USD @ 6,266	3.407	21.346	03/06/2024
XP X Energisa Transmissão	USD @ 6,315	4.001	25.267	01/07/2024
XP X Energisa Transmissão	EUR @ 6,315	0,176	1.113	03/06/2024
Bank of America X Alsol	USD @ 5,257	0,54	285	20/01/2023
Bank of America X Alsol	USD @ 5,242	2.094	10.976	27/01/2023

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores foram contabilizados como "fair value option", vigentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Controladora

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Dívida (Objeto de Hedge)	247.040	247.040	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(243.131)	(271.701)
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	247.040	247.040	**Posição Ativa**		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	243.131	271.701
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(247.183)	(247.142)
			Posição Líquida Swap	(4.052)	24.559
			Posição Líquida Dívida + Swap	(247.183)	(247.142)

Consolidado

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Dívida designada para "Fair Value Option"	5.171.416	3.449.289	Moeda Estrangeira	(5.102.020)	(3.970.084)
Swap Cambial (Derivativo)	5.171.416	3.449.289	**Posição Ativa**		
			Moeda Estrangeira	5.215.462	4.094.157
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(5.268.477)	(3.474.385)
			Posição Líquida Swap	(53.015)	619.772
			Posição Líquida Dívida + Swap	**(5.155.035)**	**(3.350.312)**

Notas Explicativas

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Consolidado

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Dívida (Objeto de Hedge)	5.608.698	4.896.105	Taxa Pré-Fixada	(4.594.939)	(3.887.695)
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	5.608.698	4.896.105	**Posição Ativa**		
			Taxa Pré-Fixada	6.243.000	5.479.049
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(5.816.288)	(4.990.837)
			Posição Líquida Swap	426.712	488.212
			Posição Líquida Dívida + Swap	(4.168.227)	(3.399.483)

O valor justo dos derivativos contratados pelas controladas em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro 2021 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº20 e 21 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2022, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Notas Explicativas

Controladora:

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) [1]	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(247.040)		(206.200)	(256.772)	(307.345)
Variação Dívida			40.840	(9.732)	(60.305)
Swap Cambial		Alta câmbio			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos	243.131		202.291	252.863	303.436
Variação			(40.840)	9.732	60.305
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(247.183)		(247.183)	(247.183)	(247.183)
Subtotal	(4.052)		(44.892)	5.680	56.253
Total Líquido	**(251.092)**		**(251.092)**	**(251.092)**	**(251.092)**

[1] O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro 2022, o que é refletido no valor presente negativo de R$251.092 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente negativo de R$251.092, em ambos os casos.

Consolidado

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) [1]	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(5.171.416)		(4.464.384)	(5.575.132)	(6.685.881)
Variação Dívida			707.032	(403.716)	(1.514.465)
Swap Cambial		Alta câmbio			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.215.462		4.564.909	5.689.778	6.814.646
Variação			(650.553)	474.316	1.599.184
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(5.268.477)		(5.268.477)	(5.268.477)	(5.268.477)
Subtotal	(53.015)		(703.568)	421.301	1.546.169
Total Líquido	**(5.224.431)**		**(5.167.952)**	**(5.153.831)**	**(5.139.712)**

[1] O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Notas Explicativas

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2022, o que é refletido no valor presente negativo de R$5.224.431que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos dos swaps.

Variação das taxas de juros

Consolidado

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2022, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para dois cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(5.608.698)		(5.608.698)	(5.608.698)	(5.608.698)
Variação Dívida	-		-	-	-
Swap de Juros		Alta CDI			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	6.243.000		6.243.000	6.243.000	6.243.000
Variação - Taxa de Juros					
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(5.816.288)		(5.816.288)	(6.287.308)	(6.752.058)
Variação	-		-	(471.020)	(935.770)
Subtotal	426.712		426.712	(44.308)	(509.058)
Total Líquido	**(5.181.986)**		**(5.181.986)**	**(5.653.006)**	**(6.117.756)**

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2022 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.501.387	Alta CDI	673.920	842.400	1.010.880
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(5.268.477)	Alta CDI	(645.388)	(806.735)	(968.082)
	(12.356.018)	Alta CDI	(1.513.612)	(1.892.015)	(2.270.418)
	(1.052.316)	Alta TJLP	(75.767)	(94.709)	(113.651)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(8.605.766)	Alta IPCA	(497.413)	(621.766)	(746.120)
	(131.133)	Alta INPC	(7.776)	(9.720)	(11.664)
	(646.337)	Alta TR	(10.535)	(13.169)	(15.803)
	(3.285)	Alta SELIC	(402)	(503)	(603)
Subtotal (2)	(28.063.332)		(2.750.893)	(3.438.617)	(4.126.341)
Total -perdas (2)	**(22.561.945)**	-	**(2.076.973)**	**(2.596.217)**	**(3.115.461)**

(1) Considera o CDI de 31 de setembro de 2023 (12,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de setembro de 2022, TR 1,63% ao ano, TJLP 7,20% ao ano, INPC 5,93% ao ano e IPCA 5,78% ao ano.

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R$832.599.

Variação da curva de preço de energia

Notas Explicativas

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% e 50% indicando a deterioração na situação financeira da controlada ECOM mediante o incremento na Curva Forward, sobre a parcela dos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica afetada, após o impacto da marcação a mercado. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro antes dos tributos é afetado pelos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica sujeitos a volatilidade da curva futura de energia, conforme demonstrado abaixo:

Instrumentos	Margem Bruta (R$ mil)	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Cenário 1					
Compra (contrato + exposição)	(4.588)		4.452	5.565	6.678
Venda (contrato + exposição)	145.399	Alta PLD	(25.726)	(32.158)	(38.589)
Total Cenário 1	**140.811**		**(21.274)**	**(26.593)**	**(31.911)**
Cenário 2					
Compra (contrato + exposição)	(4.588)		(7.256)	(9.070)	(10.884)
Venda (contrato + exposição)	145.399	Baixa PLD	27.715	34.644	41.573
Total Cenário 2	**140.811**		**20.459**	**25.574**	**30.689**
Total líquido			**(815)**	**(1.019)**	**(1.222)**

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia e suas controladas enfrentarem dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia e suas controladas monitoram o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, antecipando para futuras necessidades de caixa.

34. Benefícios pós-emprego

36.1 Composição dos saldos do déficit atuarial dos planos de aposentadoria e pensão, prêmio/gratificação de aposentadoria e plano de saúde:

	Controladora		Consolidado							
	Prêmio Aposentadoria e Plano de Saúde		Plano de Pensão		Plano de Saúde		Prêmio Aposentadoria		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
ESE	-	-	84.291	87.594	12.682	29.331	4.288	4.629	101.261	121.554
EPB	-	-	-	7.089	7.833	3.715	-	-	7.833	10.804
EMT	-	-	1.362	9.578	104.384	97.442	-	-	105.746	107.021
ETO	-	-	-	1.778	17.407	14.816	644	587	18.051	17.181
ESS	-	-	-	6.240	28.547	32.747	-	-	28.547	38.987
EMS	-	-	-	-	4.526	22.240	-	-	4.526	22.240
ERO [1]	-	-	22.899	24.147	5	2.102	-	-	22.904	26.249
Contrato Migração 2020 - Plano CD [2]	-	-	124.106	116.020	-	-	-	-	124.106	116.020
Contrato de equacionamento do déficit [3]	-	-	103.159	153.427	-	-	-	-	103.159	153.427
Plano de saúde (demais controladas)	6.020	6.007	-	-	10.224	8.887	-	-	10.224	8.887
Prêmio aposentadoria - outros	5.249	4.064	-	-	16	-	14.372	12.487	14.388	12.487
Total	**11.269**	**10.071**	335.817	**405.873**	185.624	**211.280**	**19.304**	**17.703**	540.745	**634.857**
Circulante	**1.594**	**1.229**	**25.248**	**34.334**	**25.162**	**23.052**	**2.755**	**2.221**	**53.165**	**59.607**
Não circulante	**9.675**	**8.842**	**310.569**	**371.539**	160.462	**188.228**	**16.549**	**15.482**	487.580	**575.250**
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	-	-	**227.265**	**269.447**	-	-	-	-	227.265	**269.447**
Benefícios pós-emprego	**11.269**	**10.071**	**108.552**	**136.426**	185.624	**211.280**	**19.304**	**17.703**	313..480	**365.410**

Notas Explicativas

O saldo do Não circulante, inclui R$227.265 (R$269.447 em 2021) referente aos contratos de dívida de Migração - Plano CD e contrato de equacionamento de dívida, que estão sendo controlados em empréstimo, financiamentos e encargos de dívidas, vide (nota explicativa nº 20).

(1) A controlada ERO possui o Plano CD constituído junto ao plano de aposentadoria ELETROS patrocinado pela Eletrobrás em 2011 sem contemplar o serviço passado dos funcionários. Assim foi realizado o pleito administrativo pelos funcionários, onde, por intermédio do Ofício nº 147/2017, o Chefe da Assessoria Especial de Gestão Estratégica do Ministério de Minas e Energia encaminhou à SEST, documentação relativa à alteração do Regulamento do Plano CD, cuja proposta visava possibilidade de incluir a ação de contribuição extraordinária, de caráter opcional, para custeio de tempo de serviço passado, a ser coberto paritariamente pelo patrocinador e pelos participantes. O pleito apresentou o teor da seguinte forma "Poderá optar pela contribuição extraordinária o participante inscrito no Plano CD até 30 de setembro de 2017, que tenha ingressado no quadro de empregados do patrocinador em data anterior a setembro de 2011".

A proposta foi analisada nas diversas instâncias decisórias, com manifestação favorável do Conselho Deliberativo da Eletros, em 10 de outubro de 2017, do Conselho de Administração da ERO, em 13 de outubro de 2017, e da Diretoria Executiva da Eletrobrás em 16 de outubro de 2017.

A SEST após solicitar várias informações complementares para subsidiar a análise do pleito, chegou-se a conclusão que, depreende-se que a proposta visa atender uma reivindicação antiga dos empregados, firmada por meio de Acordo Coletivo de Trabalho que, por se tratar de incentivo à aposentadoria, justifica ser agregada ao plano previdenciário e, em contrapartida, excluída do ACT e que o pleito encontrava amparo na legislação em vigor quanto à previsão de tempo de serviço passado - tempo de serviço na empresa anterior à implantação do plano de previdência complementar-, bem como quanto ao custeio por meio de contribuições paritárias de participantes e patrocinador, assim, em 19 de março de 2018, por meio do Ofício nº 22592 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), deu sua posição favorável ao pleito referente ao Ofício nº 147/2017/AEGE/SE-MME, de 31 de outubro de 2017, relativo à proposta de alteração do Regulamento do Plano de Previdência Complementar - CD ERO, instituído na modalidade de Contribuição Definida - CD, patrocinado pela sua controlada Eletrobrás Distribuição Rondônia (EDRO) e administrado pela Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS.

Com base nos cálculos atuários iniciais apresentados no Parecer atuarial emitido pela ELETROS nº 010/2017 no valor de R$90.010, que foi o valor objeto da avaliação e aprovação pela SEST, observadas as condições e recomendações descritas na Nota Técnica nº 4.614/2018-MP, a Companhia realizou a provisão do passivo atuarial. Em 2022 o saldo é de R$22.899 (R$24.147 em 2021) sendo: R$16.660 (R$16.661 em 2021) no circulante e R$6.239 (R$7.486 em 2021) no não circulante.

(2) Contrato firmado com a Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, em decorrência da migração dos planos de benefício definido para o plano de contribuição definida, ocorrida nos anos de 2022, 2021 e 2020; e

(3) Alteração efetuada nos planos de previdência em função da Instrução PREVIC nº 31/2020, incorrendo em uma reclassificação na patrocinadora entre as rubricas benefício pós emprego e empréstimo, financiamentos e encargos de dívidas.

36.2 Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades de benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a plano de contribuição variável e plano de contribuição definida.

Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

A administração desses planos é realizada por meio das instituições elencadas a seguir:

- Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social – Secretaria de Previdência Complementar.

- INERGUS – Instituto Energipe de Seguridade Social, pessoa jurídica de direito privado, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 3.761, de 20/05/1986 do Ministério da Previdência Social – Secretaria de Previdência Complementar.

Os planos de benefício patrocinados pela Companhia e suas controladas são:

I. INERGUS: Plano de Benefícios Definido (PO e PSI) – patrocinadora ESE

Durante o exercício de 2009, na busca do equacionamento desse plano, a Administração apresentou e conseguiu aprovação junto a, até então Secretaria de Previdência Complementar (atual PREVIC) das seguintes alterações dos referidos planos:

- ✓ Fechamento dos Planos de Benefícios Definido (PO) para novos participantes.
- ✓ Criação dos Planos Saldados (PSI) para o qual puderam migrar os atuais participantes ativos do BD; e

Notas Explicativas

- ✓ Criação dos Planos de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que migraram concomitantemente para os planos (PSI).

Os participantes que optaram pela migração para os planos (PSI) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios.

Em função de suas características, o plano (PSI) não será objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadora, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pela patrocinadora.

Tendo em vista o déficit atuarial recorrente que o plano PO apresenta desde 2014, a ESE implementou em 2018 um programa de incentivo a migração de participantes desse plano para o plano CD, mediante aporte de recursos no plano de destino em volume correspondente à recomposição das reservas matemáticas individuais do interessado, incluindo acordos quando da existência de processos judiciais. O programa foi aprovado pela PREVIC sob Portaria nº 915 de 24/09/2018.

O programa obteve adesão de 78% dos participantes, correspondendo a 67% das Reservas Matemáticas. A ESE compromete-se a aportar no plano CD de destino R$127,1 milhões através de contrato de financiamento, com prazo de 90 meses, corrigidos por IPCA + 5,78% a.a. ou valorização das quotas, o que for maior

Em sequência, a Companhia firmou com o INERGUS contrato de financiamento de reservas de migração e outras avenças em 31 de dezembro de 2018 no montante de R$127.118, composto pela parcela do déficit atuarial do Plano BD-1, do valor do incentivo à migração, de R$94.783 que, afeta aos participantes, assistidos e beneficiários que formalizaram a opção pela migração ao PCD INERGUS, e pelo adiantamento ao Plano BD-1 no valor de R$32.335, devido à iliquidez de determinados ativos que deveriam ser transferidos ao Plano PCD. O valor da dívida foi pago uma parcela de R$3.000 em janeiro de 2019 e o saldo, parcelado em 89 parcelas mensais e sucessivas com vencimento no dia 15 de cada mês, sendo a primeira devida no dia 15 de fevereiro de 2019 e a última com vencimento em 15 de junho de 2026 (vide nota explicativa nº 20). O instrumento em epígrafe acompanhou o Plano Sergipe CD quando transferido para a gestão da EnergisaPrev.

O Plano Sergipe Saldado (PSI) teve sua administração transferida para a EnergisaPrev em janeiro de 2021

II. FUNASA: Plano de Benefícios Definido (BD 1 e PSF) – patrocinadora EPB

O plano de benefícios previdenciários mantido pela EPB na modalidade de benefício definido, regularmente apresentava déficit atuarial.

Na busca do equacionamento desse plano a Administração apresentou e conseguiu aprovação 18 de dezembro de 2008 junto a Previc - Superintendência Nacional de Previdência Complementar das seguintes alterações dos referidos planos:

- ✓ Fechamento do Plano de Benefício Definido (BD-1) para novos participantes;
- ✓ Criação do Plano Saldado Funasa (PSF) para o qual podiam migrar os participantes ativos; e
- ✓ Criação do Plano de Contribuição Definida (CD) para o qual podiam migrar todos os participantes ativos que tinham migrado concomitantemente para o plano (PSF).

Os participantes que optaram pela migração para o plano (PSF) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação do plano foi objeto de contrato de assunção pela patrocinadora EPB com o respectivo fundo patrocinado - Funasa. Em função de sua característica, o plano (PSF) não será objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadoras, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pela patrocinadora.

III. Plano Energisa Sudeste – patrocinadora pelas controladas (EMR, EPB, EBO, ESE, EMT, EMS, ETO ESS, ERO, EAC, ESA, ECOM, EPLAN, EAEREOS, SOBRADINHO, ESOL, ESOLC)

É um plano de contribuição variável, e o ingresso de novos participantes foi vedado quando da aprovação pela PREVIC do novo regulamento proposto pelo Conselho Deliberativo em 08 de novembro de 2019.

Notas Explicativas

IV. Plano de Benefícios I – patrocinadora EMS

Instituído em 18/7/1989, encontra-se em extinção desde 10/5/2002, data em que foi bloqueada a adesão de novos participantes são assegurados os seguintes benefícios suplementares:

- Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- Complementação de aposentadoria especial;
- Complementação de aposentadoria por idade;
- Complementação de aposentadoria por invalidez;
- Complementação de pensão por morte; e
- Complementação de abono anual.

O plano está estruturado na modalidade de Benefício Definido e é custeado pelos assistidos.

V. Plano de Benefícios II – patrocinadora EMS

Instituído em 01/05/2002, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de contribuição variável. Assegura os seguintes benefícios:

- Aposentadoria normal ou antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte de ativo; e
- Pensão por morte de aposentado.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida operacionalizado em cotas patrimoniais. Quando da concessão, o benefício é pago sob a forma de renda mensal determinada por um fator atuarial sobre o saldo de conta aplicável existente na data do cálculo. O saldo de conta aplicável corresponde ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A renda mensal, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

Para os participantes que fizeram a migração do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios II e que efetuaram a contribuição inicial, o benefício de Renda Mensal tem uma garantia mínima na modalidade de Benefício Definido.

O custeio do plano é efetuado pelos participantes e pela patrocinadora.

VI. Plano de Benefícios Elétricas BD-I – patrocinadoras EMT, ETO e ESS

Instituído em 1 de agosto de 1986, encontra-se em extinção desde 31 de dezembro de 1998, quando foi fechada a adesão de novos participantes. Assegura benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/idade, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pelas Patrocinadoras.

VII. Plano de Benefícios Elétricas-OP e CEMAT-OP - patrocinadoras EMT, ETO e ESS

Instituído em 1º de janeiro de 1999, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de contribuição variável.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida, podendo o Participante optar por Renda Mensal Financeira ou Renda Mensal Vitalícia, esta última vinculada ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do Participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nessa fase considerada Benefício Definido.

O custeio do plano é feito pelos Participantes (90%) e pela Patrocinadora (10%).

Notas Explicativas

VIII. Plano de Benefícios Elétricas-R - patrocinadoras EMT, ETO, ESS e EMS

Instituído em 12 de janeiro de 2007, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de benefício definido. Assegura os seguintes benefícios:

- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação do auxílio-doença;
- Suplementação da pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

Para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento da Deliberação CVM 695/2012, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais das despesas com contribuições, dos custos e do ativo do Plano de Benefícios-R, por empresa patrocinadora.

IX. Planos de Contribuição Definida

Os planos de contribuição definida caracterizam-se por ser conhecido o valor das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pela patrocinadora e dos resultados financeiros obtidos do investimento realizado pelos administradores do plano. Dessa forma, o plano nessa modalidade não gera para a patrocinadora passivo em razão de desequilíbrio atuarial, e não estão sujeitos à avaliação atuarial no âmbito do CPC 33. São planos nessa modalidade:

Plano	Patrocinadoras
Plano INERGUS CD (*)	ESE
Plano FUNASA CD (*)	EPB
Plano Energisa Acre (*)	EAC
Plano Energisa Rondônia (*)	ERO
Plano Energisa CD	Companhia e suas controladas

(*) Os planos estão fechados para novas adesões.

Migração entre planos das controladas

Em 2022, 2021 e 2020 foram realizados movimentos de migração de participantes dos planos patrocinados pelas controladas, EMT, ETO, ESS, EPB e EBO para o Plano Energisa CD. Esse processo foi autorizado pelo regulador PREVIC, através da Portaria 467, de 02 de julho de 2020.A migração ocorreu em quatro tranches, dezembro de 2020, julho de 2021, novembro de 2021 e julho de 2022. O quadro a seguir apresenta o percentual de participantes que migraram de cada plano por tranche:

Patrocinadora	Plano	1° Tranche		2° Tranche		3° Tranche		4° Tranche		ACUMULADO	
		ATIVO	ASSISTIDO	ATIVO	ASSISTIDO	ATIVO	ASSISTIDO	ATIVO	ASSISTIDO	ATIVO	ASSISTIDO
EMT	Cemat BD	0%	31%	0%	7%	0%	7%	0%	40%	0%	85%
EMT	Cemat OP	0%	51%	0%	3%	0%	6%	0%	20%	0%	79%
EMT	Cemat OP + R	56%	0%	23%	0%	13%	0%	3%	0%	95%	0%
EMT	Plano R	33%	24%	0%	11%	0%	6%	0%	25%	33%	67%
ETO	Elétricas BD	100%	26%	0%	3%	0%	0%	0%	16%	100%	45%
ETO	Elétricas OP	0%	52%	0%	10%	0%	0%	0%	10%	0%	71%
ETO	Elétricas OP + R	41%	0%	21%	0%	16%	0%	11%	0%	89%	0%
ETO	Plano R	0%	20%	0%	0%	0%	0%	0%	10%	0%	320%
ESS	Elétricas BD	100%	15%	0%	3%	0%	3%	0%	33%	100%	55%
ESS	Elétricas OP	0%	62%	0%	3%	0%	0%	0%	14%	0%	79%
ESS	Elétricas OP + R	68%	0%	18%	0%	8%	0%	2%	0%	96%	0%
ESS	Plano R	0%	42%	0%	0%	0%	0%	0%	8%	0%	50%
EMS	Plano I	0%	41%	100%	8%	0%	0%	0%	8%	100%	56%
EMS	Plano II	72%	43%	21%	16%	4%	3%	1%	2%	98%	64%
EMS	Elétricas OP + R	76%	0%	19%	0%	1%	0%	1%	0%	98%	0%

Notas Explicativas

EPB	Funasa PO (BD)	13%	5%	3%	3%	6%	16%	16%	8%	38%	32%
EPB	Funasa PSI (Saldado)	10%	9%	10%	1%	2%	10%	2%	1	25%	22%
EPB	Funasa CD	64%	0%	24%	0%	2%	0%	3%	14%	93%	14%
EPB	Funasa CD + Saldado	36%	0%	3%	7%	4%	0%	0%	0%	43%	7%
EBO	Borborema	95%	46%	5%	54%	0%	0%	0%	0%	100%	100%

36.2.1 Situação financeira dos planos de benefícios definido- avaliação atuarial

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2022, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

a. Número de participantes/beneficiários:

	Consolidado	
	2022	2021
Número Participantes	527	768
Número Assistidos	794	1.063
Número Beneficiários Pensionistas	423	446

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

	Avaliação atuarial 2022										
	INERGUS-PO	INERGUS-PSI	FUNASA-BD-I	FUNASA-PSF	BORBOREMA	SUDESTE	BD-I	OP	Plano R	Plano I	Plano II
I - Premissas Biométricas											
Tábua de Mortalidade Geral [1]	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA	LIGHT FRACA	LIGHT FRACA	LIGHT FRACA	Não Aplicável	LIGHT FRACA	Não Aplicável	LIGHT FRACA a MI-85 por sexo	N/A	N/A	LIGHT FRACA
Tábua de Mortalidade de Inválidos [1]	MI 85	MI 85	MI 85	MI 85	Não Aplicável	MI-85 por sexo	Não Aplicável		MI 85	N/A	MI 85
Composição Familiar (Ativos)	Família média padrão	Família média padrão	Família média padrão	Família média padrão	Não Aplicável	Família Média Padrão	Não Aplicável	Família Média Padrão	Família média padrão	Família média padrão	Família média padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real
II - Variáveis Econômicas											
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	6,26% a.a.	6,26% a.a.	6,26% a.a.	6,26% a.a.	6,26% a.a.	(*)	(*)	(*)	6,26% a.a.	6,26% a.a.	6,26% a.a.
Expectativa de Inflação Futura	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	11,57% a.a.	11,57% a.a.	11,57% a.a.	11,57% a.a.	11,57% a.a.	(**)	(**)	(**)	(*)	11,57% a.a.	11,57% a.a.
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100% a.a.	100% a.a.	100% a.a.	100,00%	100,00%	100,00%
Taxa de Crescimento Real de Salários	2,88% a.a	0% a.a	2,88% a.a	0% a.a	Não Aplicável	3,25% a.a.	Não Aplicável	(*)	0% a.a	0% a.a	2,88% a.a
Taxa de Rotatividade	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	Nula	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.
III - Regime Financeiro de Capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

[1] Tábuas específicas por sexo.

	Avaliação atuarial 2021										
	INERGUS-PO	INERGUS-PSI	FUNASA-BD-I	FUNASA-PSF	BORBOREMA	SUDESTE	BD-I	OP	Plano R	Plano I	Plano II
I - Premissas Biométricas											
Tábua de Mortalidade Geral [1]	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	*BR-EMS 2015*	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA	LIGHT FRACA	LIGHT FRACA	LIGHT FRACA	*N/A*	Não Aplicável	LIGHT Fraca	Não Aplicável	LIGHT Fraca	Não Aplicável	LIGHT Fraca
Tábua de Mortalidade de Inválidos [1]	MI 85	MI 85	MI 85	MI 85	MI-85	Não Aplicável	MI-85 por sexo	Não Aplicável	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Composição Familiar (Ativos)	Família média padrão	Família média padrão	Família média padrão	Família média padrão	Família Padrão	Não Aplicável	Família Média Padrão	Não Aplicável	Família Média Padrão	Família Padrão	Família média padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real
II - Variáveis Econômicas											

Notas Explicativas

Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	5,31% a.a.	5,31% a.a.	5,31 a.a.	5,31 a.a.	3,21%	5,50% a.a.	(*)	3,21% a.a.	(*)	2,82% a.a.	3,21% a.a.
Expectativa de Inflação Futura	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50 a.a.	4,50 a.a.	3,00% a.a.	4,50% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	10,5% a.a.	10,5% a.a.	10,05% a.a.	10,05% a.a.	6,31%	10,25% a.a.	(**)	6,31% a.a.	(**)	5,90% a.a.	6,31% a.a.
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	1	1	1	1	N/A	100,00%	100% a.a.	100% a.a.	100% a.a.	100% a.a.	100% a.a.
Taxa de Crescimento Real de Salários	2,88% a.a	0% a.a	0% a.a.	2,88% a.a.	2,88%	Não Aplicável	3,25% a.a.	Não Aplicável	2,88% a.a.	0% a.a.	2,88% a.a.
Taxa de Rotatividade	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0,00%	Nula	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.
III - Regime Financeiro de Capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(*) As Taxas Real de Desconto da Obrigação Atuarial entre empresas com o mesmo plano podem ter percentuais diferentes. Em 2022 os percentuais da taxa de crescimento real de salários do Plano BD-I e Plano R foram de 6,17% e 6,26% a.a.

(**) As Taxas de Rendimento Esperado dos Ativos entre empresas com o mesmo plano podem ter percentuais diferentes. Em 2022 os percentuais da taxa de rendimento dos ativos do Plano BD-I e Plano R foram de 11,48% e 11,57%.

(1) Tábuas específicas por sexo.

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1).

O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários.

As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

c. Conciliação da posição dos planos

A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão das controladas:

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Ativo	Consolidado	
	2022	2021
Valor justo dos ativos em 2021 e 2020	**377.165**	**523.197**
Ganhos/(Perdas) dos ativos	45.459	(83.175)
Retorno esperado dos ativos do plano	44.251	36.929
Contribuições do empregador	12.786	18.188
Contribuições dos participantes do plano	2.375	1.917
Benefícios pagos	(45.075)	(47.616)
Custo do serviço passado	(121.167)	(72.275)
Valor justo dos ativos em 2022 e 2021	**315.794**	**377.165**

Notas Explicativas

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação	Consolidado	
	2022	2021
Valor presente das obrigações em 2021 e 2020	622.029	790.269
Custo do serviço corrente	64	301
Custo dos juros	60.836	48.530
Contribuições de participantes	2.375	1.917
(Ganhos)/Perdas atuariais	(45.593)	(108.120)
Benefícios pagos	(45.075)	(47.297)
Custo do serviço passado	(129.687)	(63.571)
Valor presente das obrigações em 2022 e 2021	**464.949**	**622.029**

Posição Liquida dos planos	Consolidado	
	2022	2021
Valor justo dos ativos	315.794	377.165
Valor presente das obrigações	(464.949)	(622.029)
Posição Líquida	**(149.155)**	**(244.864)**
Limite do Ativo	(30.768)	(20.843)
Déficit/Superávit passível de reconhecimento	**(179.923)**	**(265.707)**

Valor líquido reconhecido nas demonstrações financeiras

Movimentação dos Saldos	Consolidado	
	2022	2021
Posição líquida em 2021 e 2020	265.707	**326.841**
Efeito em outros resultados abrangentes (ORA)	(83.038)	(62.780)
Juros sobre teto do ativo	-	(20)
Contribuição do empregador	(12.406)	(17.617)
Impacto decorrente de redução no plano (Encurtamento/curtailment)	10.041	31.816
Transferência de dívida entre planos (BD-CD)	(19.121)	(28.446)
Efeito no resultado do exercício	18.740	15.913
Posição líquida em 2022 e 2021	**179.923**	**265.707**
Circulante	**16.758**	**17.759**
Não Circulante	**163.165**	**247.948**

Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2023 segundo os critérios do CPC 33 (R1):

	Consolidado
	2023
Custo do Serviço Corrente	23
Custo dos juros	35.769
Retorno dos Ativos do Plano	(19.034)
Total da despesa bruta a ser reconhecida	**16.758**

Notas Explicativas

d. Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos:

	2022						2021					
	BD-I	OP	R	Plano I e II	Sudeste	PSI	BD-I	OP	R	Plano I e II	Sudeste	PSI
Investimentos:												
Títulos públicos	64,65%	52,92%	67,48%	83,29%	58,07%	54,64%	70,66%	70,12%	73,09%	80,10%	-	68,68%
Créditos privados e depósitos	1,68%	3,82%	2,47%	8,95%	0,21%	0,00%	6,54%	5,56%	4,43%	8,67%	42,43%	30,99%
Fundos de investimento	30,27%	41,09%	28,72%	7,21%	39,59%	45,18%	20,63%	18,44%	21,13%	8,94%	54,79%	-
Investimento imobiliário	3,09%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,74%	3,35%	0,00%	0,00%	-	-
Empréstimos e financiamentos	0,31%	2,17%	1,33%	0,33%	2,13%	0,18%	0,37%	2,42%	1,30%	0,64%	2,54%	0,33%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	0,22%	0,00%	0,00%	0,06%	0,11%	0,05%	1,65%	0,24%	-
Total	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

e. Análise de Sensibilidade

A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

		2022		
Empresas	Plano Beneficiário	Valor presente das obrigações Atuariais Real	Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,25%	Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,25%
EMT	BD-I	26.412	26.859	25.976
EMT	OP	49.733	50.576	49.912
EMT	R	28.924	29.539	28.446
ESS	BD-I	41.341	41.759	40.929
ESS	OP	24.102	24.511	23.704
ESS	R	3.813	3.894	3.750
ETO	BD-I	3.951	3.990	3.911
ETO	OP	40	41	39
ETO	R	5.104	5.213	5.020
EMS	Plano I	50.329	51.593	49.112
EMS	Plano II	29.107	29.838	28.403
EMS	R	1.487	1.524	1.541
EPB	BDI	128.300	131.361	114.408
EPB	PSF	40.371	41.560	39.236
ESE	PO	104.194	106.198	102.247
ESE	PSI	42.991	44.447	41.943
EMR (*)	SUDESTE	4.686	4.797	5.826

Notas Explicativas

(*) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2022 foi aprovada a incorporação societária pela Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S/A (nova denominação social da Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A, vide nota explicativa nº1).

		2021		
Empresas	Plano Beneficiário	Valor presente das obrigações Atuariais Real	Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,25%	Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,25%
EMT	BD-I	26.412	26.859	25.976
EMT	OP	49.733	50.576	49.912
EMT	R	28.924	29.539	28.446
ESS	BD-I	41.341	41.759	40.929
ESS	OP	24.102	24.511	23.704
ESS	R	3.813	3.894	3.750
ETO	BD-I	3.990	3.911	-
ETO	OP	41	39	-
ETO	R	5.213	5.020	-
EMS	Plano I	50.329	51.593	49.112
EMS	Plano II	29.107	29.838	28.403
EMS	Plano R	-	-	-
EPB	BD-I	153.755	157.618	120.525
EPB	PSF	42.958	44.473	41.526
ESE	PO	43.344	44.349	42.397
ESE	PSI	107.646	110.001	103.454
EBO	BORBOREMA	-	-	-
EMG	SUDESTE	5.971	6.121	5.826

Plano de benefícios e contribuições definidas

Os saldos dos planos de benefícios e contribuições definidas das controladas, é como segue:

Empresas	Plano Beneficiário	Contribuição anual		% s/folha de pagamento	Déficit (Superavit atuarial (*)	
		2022	2021		2022	2021
ESA	CD	3.606	982	3,66%	-	-
EMR (**)	CD	1.210	144	3,12%	(5.976)	(4.661)
ENF	CD	136	680	0,00%	-	-
ESOL	CD	1.226	2.900	1,68%	-	-
ESE	CD	2.318	258	4,20%	71.853	82.549
ESE	PS	1.232	-	2,42%	-	-
ESE	BD	-	10	0,00%	106.258	156.915
EPB	PS	-	-	0,00%	-	-
EPB	BD	15	-	0,02%	74.638	88.465
EPB	CD	2.316	3.574	3,15%	23.770	17.117
EBO	BD	-	-	0,00%	-	-
EBO	CD	461	429	4,60%	-	-
ECOM	CD	198	138	2,46%	-	-
EPLAN	CD	48	39	6,89%	-	-
EMT	BD/CV	210	-	0,12%	3.069	11.767
EMT	CD	5.763	4.707	3,32%	-	6.779
EAE	CD	24	21	0,00%	-	-
EMS	BD	289	108	0,28%	-	-
EMS	CD	3.845	3.422	3,66%	-	547
ETO	BD	234	351	0,26%	967	1.847
ETO	CD	3.978	2.681	4,37%	3.269	1.297
ESS	BD	68	140	0,10%	1.064	6.713
ESS	CD	2.560	2.115	3,89%	12.954	7.731
EAC	BD	736	628	1,65%	-	-
EAC	CD	221	260	0,49%	-	-
ERO	CD	3.039	260	3,28%	-	-
ERO	BD	-	-	0,00%	-	-
Total		**33.735**	**28.928**	**-**	**288.597**	**377.066**

Notas Explicativas

(*) Inclui saldos de empréstimos e financiamentos.

(**) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2022 foi aprovada a incorporação societária pela Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A (nova denominação social da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A, vide nota explicativa nº1).

No exercício, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R$3.606 (R$2.741 em 2021) na controladora e R$33.735 (R$28.928 em 2021), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado no consolidado.

36.3 Prêmio e Gratificação de aposentadoria:

A Companhia e suas controladas EMR (nova denominação social da EMG, incorporou ENF), Energisa Soluções S/A, ETO, ESE, ECOM, Energisa Planejamento e Parque Eólico Sobradinho, em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, prêmio/gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

Na controlada indireta ETO a gratificação varia de 2,0 a 5,5 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 5 anos e teto de 35 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida. Os colaboradores admitidos após 1º de maio de 1997, não terão direito à essa gratificação.

Na Companhia e demais controladas o referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

A seguir está demonstrada a movimentação do passivo atuarial:

	Controladora	
	2022	2021
Posição líquida em 2021 e 2020	**4.064**	**3.427**
Efeito em ORA	775	249
Contribuições da patrocinadora/Pagamentos vertidos no ano	(62)	
Efeito no Resultado do Exercício	472	388
Posição líquida em 2022 e 2021	**5.249**	**4.064**
Circulante	804	472
Não Circulante	4.445	3.592

	Consolidado	
	2022	2021
Posição líquida em 2021 e 2020	**17.703**	**15.414**
Efeito em ORA	(338)	996
Contribuições da patrocinadora/Pagamentos vertidos no ano	(281)	(299)
Efeito no Resultado do Exercício	2.220	1.592
Posição líquida em 2022 e 2021	**19.304**	**17.703**
Circulante	2.755	2.221
Não Circulante	16.549	15.482

Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2023, segundo critérios do CPC33 (R1):

	Controladora
	2023
Custo do serviço corrente	328
Custo dos juros	476
Total de despesa a ser reconhecida	**804**

Notas Explicativas

	Consolidado
	2023
Custo do serviço corrente	992
Custo dos juros	1.763
Total de despesa a ser reconhecida	**2.755**

36.4 Plano de saúde:

A Companhia e suas controladas mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento e de autogestão:

Pós pagamento: As contribuições mensais da companhia para o púbico de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.
Pré pagamento: As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.

Autogestão: auto gerenciamento de rede regional credenciada e modalidade de reembolso de despesas médicas aos empregados na razão de 60% do custo efetivo, conforme política interna definida. Abrange empregados ativos e seus dependentes legais.

No exercício de 2022 o cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego de assistência médico-hospitalar apurou redução no montante de R$13 (aumento R$4.162 em 2021) na controladora e R$28.929 (R$100.343 em 2021) no consolidado, sendo: R$153 (R$361 em 2021) na controladora e R$2.884 (R$7.271 em 2021) no consolidado foi registrado na rubrica benefícios pós-emprego – despesa de pessoal, R$604 (R$703 em 2021) na controladora e R$21.015 (R$21.197 em 2021) no consolidado em outras despesas financeiras na demonstração de resultado exercício. Além de R$744 (R$5.226 em 2021) na controladora e R$52.828 (R$128.811 em 2021) no consolidado referente aos ganhos e perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos no patrimônio líquido.

A Companhia e suas controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 2022 as despesas com o plano de saúde foram de R$92.687 (R$87.671 em 2021), no consolidado. Inclui R$2.735 (R$7.271 em 2021) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

Abaixo são apresentados a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado.

	Controladora	
	2022	2021
Valor presente das obrigações no início do exercício	**6.007**	**10.169**
Custo do serviço corrente	153	361
Juros sobre obrigação atuarial	604	703
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	(744)	(5.226)

Notas Explicativas

Valor das obrigações calculadas no final do exercício	**6.020**	**6.007**
Circulante	790	757
Não Circulante	5.230	5.250

	Consolidado	
	2022	2021
Valor presente das obrigações no início do exercício	**214.537**	**314.880**
Custo do serviço corrente	2.884	7.271
Custos dos juros	21.015	21.197
(Ganhos)/Perdas atuariais - ORA	(52.828)	(128.811)
Valor das obrigações calculadas no final do exercício	185.608	**214.537**
Circulante	25.162	23.229
Não Circulante	160.446	191.308

Demonstração das despesas para os exercícios de 2023, segundo critérios do CPC33 (IAS 19):

	Controladora
	2023
Custo do serviço corrente	94
Custo dos juros	696
Total de despesa a ser reconhecida	790

	Controladora
	2023
Custo do serviço corrente	3.686
Custo dos juros	21476
Total de despesa a ser reconhecida	25.162

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2022						2021					
	UNIMED CUIABÁ	UNIMED NACIONAL [1]	SUL AMERICA	HAPVIDA	SÃO FRANCISCO	Auto Gestão	UNIMED CUIABÁ	CNU	SUL AMERICA	HAPVIDA	SÃO FRANCISCO	Auto Gestão
I - VARIÁVEIS ECONOMICAS												
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	6,26%	6,26%	6,26%	6,26%	6,26%	5,31%	5,31%	5,31%	5,31%	5,31%	5,31%	5,31%
Expectativa de Inflação Futura	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	11,57%	11,57%	11,57%	11,57%	11,57%	10,05%	10,05%	10,05%	10,05%	10,05%	10,05%	10,05%
Taxa de Crescimento de Benefícios	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento	9,20%	8,50%	9,20%	9,20%	9,20%	8,68%	8,68%	8,68%	8,68%	8,68%	8,68%	8,68%

Notas Explicativas

de Custos Médicos												
Taxa de Rotatividade	9,50%	(1)	(2)	28,00%	28,00%	(3)	9,50%	-2	-3	28,00%	28,00%	-4
Permanência no Plano na aposentadoria	90,00%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	0,00%	90,00%	90,00%	75,00%	75,00%	75,00%	0,00%
Fator Envelhecimento	Nulo	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	Nulo	Nulo	Nulo	3,00%	3,00%	3,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS												
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2015 M-85 por sexo	BR-EMS 2015 M-85 por sexo	BR-EMS 2015 MI-85 por sexo	BR-EMS 2015 MI-85 por sexo	BR-EMS 2015 M-85 por sexo	BR-EMS 2015 MI-85 por sexo	BR-EMS 2015 M-85 por sexo	BR-EMS 2015 M-85 por sexo	BR-EMS 2015 MI-85 por sexo	BR-EMS 2015 MI-85 por sexo	BR-EMS 2015 MI-85 por sexo	BR-EMS 2015 MI-85 por sexo
Tábua de Inválidos	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)
Entradas de Invalidez												
Método de Financiamento	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário

(1) Em 2021, a modalidade de pagamento foi alterada de pré para pós pagamento.

(2) As taxas de rotatividade entre empresas com o mesmo plano podem ter taxas diferentes. Em 2022 e 2021 as taxas de rotatividade do Plano de Saúde "CNU" tiveram as seguintes taxas: Em 2022 6%, 9,50%, 11% e 17% (8,5%, 9,5%, 10% e 28% em 2021).

(3) As taxas de rotatividade entre empresas com o mesmo plano podem ter taxas diferentes. Em 2022 e 2021 as taxas de rotatividade do Plano de Saúde "Sul América" tiveram as seguintes taxas: em 2022 5,50%, 6,00% e 7,50%, 8,00%, 8,50%, 9,50%, 10%, 11,50%, 17%, 18,50% e 20,5% (8,5%, 9,5% e 10% em 2021.

(4) As taxas de rotatividade entre empresas com o mesmo plano podem ter taxas diferentes. Em 2022 e 2021 as taxas de rotatividade do Plano de Saúde "Auto Gestão" tiveram as seguintes taxas: em 2022 5,5%, 6,0% e 18,5% em 2021.

35. Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo:

(1) Venda de energia elétrica

	Contrato de venda de energia - reais mil					
	Vigência	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	2023 a 2039	661.573	483.979	383.703	288.495	1.764.558

(2) Compra de energia elétrica

	Contrato de compra de energia- reais mil (*)					
	Vigência	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Energisa Minas Rio Distribuidora Energia S/A (**)	2023 a 2055	489.972	458.611	454.893	464.732	5.695.785
Energisa Paraíba Distribuidora Energia S/A	2023 a 2055	722.222	697.788	710.505	675.518	10.123.179
Energisa Sergipe Distribuidora Energia S/A	2023 a 2055	527.737	513.292	506.800	498.529	7.458.202
Energisa Borborema Distribuidora Energia S/A	2023 a 2055	104.831	99.827	93.676	87.676	1.250.933
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2023 a 2055	2.480.494	2.527.665	2.395.774	2.384.780	24.716.680
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2023 a 2055	512.029	501.894	502.799	480.490	6.801.851
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora S/A	2023 a 2055	1.260.702	1241.457	1.249.081	1.202.399	14.751.505
Energisa Sul - Sudeste Distribuidora Energia S/A	2023 a 2055	879.248	865.787	821.481	798.054	8.567.292
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	2023 a 2039	563.542	424.931	253.676	233.407	1.923.912
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	2023 a 2055	563.586	558.176	525.994	659.983	11.131.160
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	2023 a 2055	308.920	321.046	308.523	248.949	4.722.093
		8.413.283	**8.210.474**	**7.823.202**	**7.734.517**	**97.142.592**

(*) Não inclui os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

(**) Em 30 de novembro de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a incorporação societária pela EMG da ENF, (vide nota explicativa nº1).

Notas Explicativas

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo em 31 de dezembro de 2022 e foram homologados pela ANEEL.

(3) Locação de áreas para a implantação de usinas fotovoltaicas

	Locação de áreas para a implantação de usinas					
	Vigência	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Alsol Energias Renováveis S/A	2023 a 2051	17.364	17.349	17.349	17.349	348.042

Refere-se aos valores dos contratos de locação das áreas para implantação das Usinas Fotovoltaicas.

36. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2022 e 2021, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	2022	2021
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	1.727.263	907.936
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	469.832	686.306
Remuneração e atualização do ativo de contrato da concessão	701.979	462.012
Atividades operacionais		
Aquisição de intangível	196.179	155.461
Incorporação de redes – transferência para obrigações especiais	207.783	57.326
Arrendamento mercantil – CPC 06 (R2)	-	5.745
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	(196.179)	(155.461)
Obrigações especiais – transferência para incorporação de redes	(207.783)	(57.326)
Intangível - CPC 06 (R2)	-	(5.745)
Combinação de negócios - Gemini Energy S/A, Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A e Alsol Energias Renováveis S/A.		
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	204.970	-
Contas a receber	67.222	-
Tributos a recuperar	15.290	-
Tributos diferidos	278.156	-
Cauções e depósitos vinculados	3.447	-
Ativo financeiro indenizável da concessão	3.424.172	-
Outros créditos	20.307	-
Imobilizado	25.298	-
Fornecedores	29.233	-
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	328.504	-
Debentures	1.696.015	-
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórios	463.993	-
Encargos setoriais	66	-
Impostos e contribuições sociais	34.572	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	408.073	-
Dividendos a pagar	19.581	-
Outros passivos	33.830	-
Participação de acionistas não controladores	137.023	-

Notas Explicativas

37. Resultado de operações descontinuadas

No exercício de 2015, a Energisa firmou contratos de compra e venda de seus ativos de geração com compradora São João Energética S/A, FIP Investimentos Sustentáveis e Brookfield Energia Renovável S.A, empresas indiretamente controladas pela Brookfield Renewable Energy Partners, e desde aquela data, ocorreram disputas em procedimentos arbitrais envolvendo a Companhia com as empresas compradoras, quais sejam, o procedimento nº 33/2016/SEC5, que já foi extinto, e o procedimento nº 79/2016/SEC5, em curso perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC).

Em 31 de dezembro de 2020, após as partes apresentarem manifestações acerca dos cálculos de liquidação em tendo a compradora concordando com valor mínimo de liquidação, a Administração procedeu a reversão da incontroversa de R$51.480, bem como reconheceu a atualização monetária de R$36.997 contabilizados em operações descontinuadas da demonstração do resultado do exercício, totalizando R$88.477.

Em 31 de maio de 2021 a Companhia recebeu da compradora São João Energética S/A o montante de R$207.741 referente ao cumprimento integral da Sentença proferida em procedimento arbitral sigiloso, por consequência fez reconhecer o valor adicional de R$48.467 dos quais cerca de R$1.545 referente a parcela de ressarcimento de custas judiciais, R$6.186 de custos com honorários e êxito de advogados e R$55.698 de atualização monetária, este último deduzido de R$2.590 referente a tributação do PIS e COFINS, contabilizados em operações descontinuadas na demonstração do resultado do exercício na controladora e consolidado.

38. Lucro por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações diluídos pelas opções de compra de ações exercíveis. A quantidade de ações calculadas é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações. O lucro por ação básico é diluído, como segue:

	2022	2021 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício – controladora	2.135.461	2.591.500
Média ponderada em milhares de ações	1.904.022	1.814.562
Lucro líquido básico por ação - R$	**1,12**	**1,43**
Lucro líquido do exercício – consolidado	2.428.020	2.814.807
Resultado da operação continuada:		
Acionistas da controladora	2.135.461	2.591.500
Acionistas não controladores	292.559	223.307
Lucro líquido do exercício – controladora	2.135.461	2.591.500
Média ponderada em milhares de ações	1.904.022	1.814.562
Efeito dilutivo bônus de subscrição conversíveis em ações (até agosto de 2022) e programa ILP	1.222	45.523
Lucro líquido básico diluído por ação - R$ [1]	**1,1208**	**1,3932**
Lucro líquido do exercício - consolidado	2.428.020	2.814.807
Resultado da operação continuada:		
Acionistas da controladora	2.135.461	**2.591.500**
Acionistas não controladores	292.559	**223.307**

[1] Potencial efeito diluidor programa de remuneração variável (ILP).

39. Eventos subsequentes

39.1 Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu para as controladas distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde a serem aplicadas para os meses de janeiro a março de 2023, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

Notas Explicativas

39.2 Benefícios pós-emprego

Migração - Plano de saúde

Em 03 de janeiro de 2023, as controladas EMR e ESOL, assinaram contrato com a UNIMED NACIONAL para migração de todos os beneficiários do plano Autogestão para UNIMED NACIONAL.

Retirada de patrocínio de planos de previdências

Em 31 de janeiro de 2023 as controladas distribuidoras de energia elétrica ETO, EMT, EMS, ESS e EPB solicitaram à Fundação Energisa de Previdência – EnergisaPrev a retirada de patrocínio dos planos de benefício, Elétricas BD, Elétrica OP, Plano R, Plano I, Plano II e Plano Funasa CD. Respectivamente, em face ao reduzido número de participantes remanescentes nesses planos, após os movimentos de migração concluídos em 2022, tornando-os inviáveis em termos de custeio administrativo.

39.3 Energisa ingressa na carteira do índice carbono eficiente da B3

Em 04 de janeiro de 2023, a Companhia foi selecionada para compor a carteira do Índice Carbono Eficiente (ICO2 B3). A nova carteira terá vigência de à partir de 02/01/2023 a 30/04/2023, sendo rebalanceada a cada quatro meses, seguindo as atualizações do IBrX 100. O ICO2 é composto por ações de empresas participantes do IBrX 100, que aceitam assumir práticas transparentes em relação às suas emissões de gases estufa (GEE), afirmando a preocupação com o aquecimento global. Essa conquista vem reforçar o compromisso da Energisa com o crescimento sustentável, refletido na adoção das melhores práticas em questões ambientais, sociais e de governança corporativa.

39.4 Empréstimos contratados - Controladas EMR, EMT, ESE, EBO e ALSOL

Em 26 de janeiro 2023 a controlada direta Energisa Minas Rio Distribuidora de Energia S/A., captou junto ao Bank of América Merrill Lynch Banco Múltiplo S/A a importância de R$105.000, correspondente a USD20.095 dólares americanos, com remuneração de 5,31% ao ano, com vencimento em 27 de janeiro de 2025. Foi contratado swap a taxa de CDI + 1,40% ao ano, retirando o risco cambial da operação.

Em 30 de janeiro 2023 e 09 de março de 2023 a controlada indireta Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A., captou junto ao Banco Citibank S/A a importância de R$300.000, correspondente a USD58.823 dólares americanos, com remuneração de SOFR + 0,80% ao ano, com vencimento em 30 de janeiro de 2026 e junto ao Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo a importância de R$230.000, correspondente a USD44.264 dólares americanos, com remuneração de 5,365 ao ano, e vencimento em 09 de março de 2026. Foi contratado swap a taxa de CDI + 1,50% e 1,57% ao ano, respectivamente, retirando o risco cambial da operação.

Em 30 de janeiro 2023 a controlada direta Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A., captou junto ao Banco Citibank S/A a importância de R$250.000, correspondente a USD58.823 dólares americanos, com remuneração de SOFR + 0,80% ao ano, com vencimento em 30 de janeiro de 2025. Foi contratado swap a taxa de CDI + 1,40% ao ano, retirando o risco cambial da operação.

Em 28 de dezembro de 2022 a controlada direta Alsol Energias Renováveis S/A, contratou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a importância de R$700.000, tendo ocorrido a primeira liberação em 13 de fevereiro de 2023 de R$350.000, sendo R$310.000 com remuneração de IPCA + 5,23% ao ano e R$40.000 com remuneração de 2,52% ao ano, com vencimento em 15 de janeiro de 2039. As demais parcelas serão liberadas a medida da aplicação dos créditos utilizados para implantação das usinas fotovoltaicas (“UFVs”), na modalidade de geração distribuída, nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com capacidade instalada total de, aproximadamente, 144 MW.

Em 09 de março 2023 a controlada direta Energisa Borborema Distribuidora de Energia S/A., captou junto ao Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo a importância de R$20.000, correspondente a USD3.849 dólares americanos, com remuneração de 5,365 ao ano, com vencimento em 09 de março de 2026. Foi contratado swap a taxa de CDI + 1,57% ao ano, retirando o risco cambial da operação.

Notas Explicativas

39.5 Emissão de Debêntures- Controladas EMS, ETO e ESS

Em 15 de fevereiro de 2023 a controlada indireta Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A efetuou a 18ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R$200.000 em serie única, com vencimento em 15 de fevereiro de 2025 e remuneração de CDI mais 1,40% ao ano; os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 06 de março de 2023 e foram destinados à gestão ordinária dos negócios da controlada.

Em 15 de fevereiro de 2023 a controlada indireta Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A efetuou a 9ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R$200.000 em serie única, com vencimento em 15 de fevereiro de 2025 e remuneração de CDI mais 1,40% ao ano; os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 06 de março de 2023, e foram destinados à gestão ordinária dos negócios da controlada.

Em 15 de fevereiro de 2023 a controlada indireta Energisa Sul Sudeste Distribuidora de Energia S/A efetuou a 9ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R$150.000 em serie única, com vencimento em 15 de fevereiro de 2026 e remuneração de CDI mais 1,50% ao ano; os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 06 de março de 2023, e foram destinados à gestão ordinária dos negócios da controlada.

39.6 Aumento de capital – controladas ALSOL e EPM

Em 16 de janeiro de 2023, os acionistas da controlada Alsol, aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, aumento de capital social no montante de R$250.999 a ser subscrito e integralizado em duas tranches nos seguintes valores e datas: (i) R$181.000 foi subscrito integralizado em 15 de fevereiro de 2023 (“1ª Tranche”) e (ii) R$69.999 a ser subscrito e integralizado até 31 de dezembro de 2023 (“2ª Tranche). Os aportes de capital, a serem subscritos e integralizados pelos acionistas da Companhia, respeitado o direito de preferência nos termos do artigo 171 da Lei das S.A., poderão ser integralizados com créditos líquidos, certos e exigíveis que os acionistas tenham contra a Companhia; e

Em AGE de 10 de fevereiro de 2023 foi aprovado o aumento de capital da controlada Energisa Participações Minoritárias S/A mediante a emissão de 55.915.722 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 24,68 por ação, totalizando R$ 1.380.000, fixado sem diluição injustificada dos atuais acionistas, com base na perspectiva de rentabilidade futura da controlada EPM, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, conforme Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora, devidamente aprovado pela unanimidade pelos acionistas presentes a Assembleia arquivado na sede da controlada EPM, integralizadas à vista pelo acionista Itaú Unibanco S.A., em moeda corrente nacional, sendo que, do preço total de emissão, o montante de R$ 690.000, correspondente a R$ 12,34 por cada nova ação preferencial, será destinado à formação do capital social da controlada, passando o capital social da controlada EPM de R$ 5.209.168 para R$ 5.899.168 e o excedente, no valor total de R$ 690.000, correspondente a R$ 12,34 por cada nova ação preferencial, será destinada à formação da conta de reserva de capital, nos termos do artigo 182, §1.º, alínea “a”, da Lei das Sociedades por Ações.

39.7 Decisão do STF sobre “coisa julgada” em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo pela perda de efeitos das decisões individuais transitadas em julgado quando, em controle de constitucionalidade, ocorrer mudança do entendimento da corte em julgamento de temas tributários. Avaliando as decisões judiciais com trânsito em julgado, a Companhia e suas controladas não identificaram casos em que houve modificação de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, para a data base de 31 de dezembro de 2022.

39.8 Dividendos do exercício de 2022 – Controladora

A Administração da Companhia aprovou, em 16 de março de 2023, a distribuição de dividendos adicionais propostos no valor de R$325.650 (R$0,160 por ação ordinária e preferencial ou R$0,800 por Unit), será pago em 30 de março de 2023, com base na posição acionária em 21 de março de 2023.

Notas Explicativas

39.9 Dividendos do exercício de 2022 - controladas

A Administração das controladas aprovou, em 15 e 16 de março de 2023, a distribuição de dividendos adicionais propostos a conta do lucro do exercício de 2022 conforme demonstrado a seguir:

Controladas	Valor dividendos	Valor por ação (R$)	Data pagamento
Energisa Mato Grosso	366.688	1,6748165765079700 ON/PN	A partir de 29/03/2023
Energisa Mato Grosso do Sul	194.448	300,52816756704700 ON	A partir de 16/03/2023
Energisa Tocantins	50.731	77,855018392763200 ON/PN	A partir de 17/03/2023
Energisa Sul-Sudeste	13.091	134,8051926641200 ON	A partir de 17/03/2023
Energisa Paraíba	83.269	90,691094634921900 ON	A partir de 17/03/2023
Energisa Sergipe	50.064	256,07046340577900 ON	A partir de 17/03/2023
Energisa Borborema	13.073	44,62839040827000N	A partir de 17/03/2023
Energisa Minas Rio	7.705	7,2772018394983800 ON	A partir de 16/03/2023
Rede Participações	452.657	0,21449651062087200 ON	A partir de 30/03/2023

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais Individuais e Consolidadas

Em atenção ao disposto no art. 21, §4º, da Resolução CVM n.º 80/22, apresenta-se abaixo as comparações das projeções divulgadas pela Companhia com os dados evolutivos efetivamente realizados até o encerramento do exercício de 2022:

(i) Projeções dos compromissos relacionados à sustentabilidade dos negócios, abordando aspectos ambientais, sociais e de governança ("ESG") da Companhia divulgadas ao mercado em 29 de junho de 2022:

Objeto	Unidade	Previsão até o período findo em 31 de dezembro de 2026	Acumulado até 31 de dezembro de 2022
Energia elétrica, limpa e acessível a áreas remotas da concessão	nº de unidades consumidoras	55.000	26.776
Descomissionamento e desativação de UTEs	MW	171,7	125,7
Instalação de potência em energia renovável	GW	1,7	0,261

(ii) Aumento da participação de demais linhas de negócios no EBITDA Consolidado, divulgado ao mercado em 21 e novembro de 2022:

Objeto	Unidade	Previsão até o período findo em 31 de dezembro de 2026	Posição em 31 de dezembro de 2022
Participação de demais linhas de negócios da Companhia, além da distribuição de energia elétrica, no EBITDA Consolidado	% do EBITDA Consolidado	Até 25	15,3

(iii) Estimativa de investimentos divulgado ao mercado em 19 de dezembro de 2022:

Objeto	Unidade	Previsão até o período findo em 31 de dezembro de 2026	Acumulado em 31 de dezembro de 2022
Estimativa de Investimentos	R$ bilhões	29,5	6,5

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Energisa S.A.

("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Energisa S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.
Faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida e disponibilidade da rede elétrica
Porque é um PAA (Principal Assunto de Auditoria)
Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 29 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas concessionárias de distribuição registram mensalmente no consolidado o fornecimento de energia elétrica faturada e disponibilidade da rede elétrica, através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição, bem como a realização das contas a receber na medida em que estas são arrecadadas.
Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao grande volume e pulverização das transações que ocorrem mensalmente, tendo relevância significativa para as operações e dependência de processamentos sistêmicos complexos, que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização das quantidades de energia faturadas deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor.
Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Nossos procedimentos de auditoria sobre o registro do faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida pela controladas incluíram, entre outros (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados ao processo de medição de volumes de energia e tarifas aplicadas; (b) envolvimento de auditores especialistas da área de Tecnologia da Informação - TI para a identificação dos sistemas relevantes utilizados no processamento da medição e faturamento da energia elétrica fornecida, interface de sistemas e controles automatizados relacionados aos fluxos relevantes do faturamento, bem como os controles internos existentes para garantir a precisão e integridade do registro do faturamento com o sistema contábil; (c) a execução de teste que compreendeu desenvolver, a partir de nosso conhecimento da indústria, uma expectativa independente do montante faturado e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (d) confrontação das tarifas utilizadas nos faturamentos com aquelas aprovadas pelo Órgão Regulador do setor; (e) confronto dos montantes recebidos ao longo do exercício com o nível de perda esperada apurado pela Administração; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que os valores contabilizados referentes ao faturamento da energia elétrica e à disponibilização da rede estão consistentes com as políticas internas e diretrizes usualmente aplicadas no setor, bem como as divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórias
Porque é um PAA (Principal Assunto de Auditoria)
Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 25 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem diversos processos e/ou questionamentos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórias (doravante "provisão para riscos"), cujos desfechos não estão totalmente sob controle das mesmas e deverão ser solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. A partir desse julgamento, a Administração define uma provisão para os processos e/ou questionamentos, cujas perdas são consideradas prováveis.
Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do elevado grau de julgamento necessário para

determinar os prognósticos de perda, a mensuração da provisão para riscos e elaboração das divulgações requeridas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Nossos procedimentos incluíram, entre outros (a) avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes sobre as provisões para riscos e divulgação dos passivos contingentes; (b) envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos processos e/ou questionamentos em curso; (c) verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia e suas controladas com as respostas dos advogados; (d) discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (e) teste da totalização dos processos e/ou questionamentos que compõem a provisão para riscos; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos aceitáveis os valores contabilizados de provisões para riscos e a avaliação dos passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
Auditoria dos valores correspondentes
Os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram retificados em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas originalmente divulgadas daquele exercício as quais foram auditadas por outro auditor independente. Os valores correspondentes ora retificados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 3.3 foram auditados por outro auditor que emitiu relatório datado em 16 de março de 2023, sem modificação de opinião, incluindo parágrafo de ênfase sobre a reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e do balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.
Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ - Antônio Carlos Brandão de Sousa - Contador - CRC nº 1 RJ 065976/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ENERGISA S.A.
- Companhia Aberta -
CNPJ/MF: 00.864.214/0001-06
NIRE: 31.3.000.2503-9
Ata de Reunião do Conselho Fiscal da Energisa S.A. (“Companhia”), realizada em 16 de março de 2023.
1. Data, Hora e Local: Aos 16 dias do mês de março de 2023, às 11h45, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, disponibilizada pela Companhia com sede na Praça Rui Barbosa, n° 80, Cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais.
2. Convocação e Presença: Convocados regularmente todos os membros do Conselho Fiscal da Companhia, encontram-se presentes por vídeo conferência os conselheiros abaixo assinados, verificando-se a composição de quorum suficiente para a instalação da presente reunião do Conselho Fiscal. Presentes também (i) o Diretor Corporativo de Contabilidade, Tributário e Patrimonial, Vicente Cortes de Carvalho; (ii) o Assessor Contábil, Rodolfo da Paixão Lima; e (iii) o representante dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu, Antonio Carlos Brandão.
3. Mesa: Presidente: Sra. Vania Andrade de Souza - Secretário: Sr. Guilherme Fiuza Muniz
4. Deliberações: Foram tomadas, por unanimidade, as seguintes deliberações:
4.1. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Reunião do Conselho Fiscal em forma de sumário.
4.2. Consignar que os membros do Conselho Fiscal da Companhia examinaram o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como proposta da administração para a destinação dos resultados, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, conforme apresentações realizadas pelos representantes da Companhia e dos auditores independentes que prestaram todos os esclarecimentos necessários e solicitados pelos Conselheiros Fiscais na presente reunião e na reunião do Conselho de Administração assistida pela totalidade dos membros do Conselho Fiscal.
4.3. Apresentação pela auditoria independente sobre os resultados dos trabalhos de auditoria realizados em 2022, que incluiu pontos de relevância da Companhia e suas subsidiárias e opinião acerca das Demonstrações Financeiras do exercício.
4.4. A cópia do material apresentado nos itens 4.2 e 4.3 fica arquivada na Companhia.
4.5. Opinar favoravelmente ao encaminhamento dos documentos descritos no item 4.2. acima para a deliberação dos acionistas da Companhia, conforme parecer do Conselho Fiscal, Anexo I da presente ata.
4.6. Os membros do Conselho Fiscal tomaram conhecimento da proposta que a administração da Companhia submeterá aos acionistas para aumento de capital social da Companhia no montante de R$ 101.000.000,00 (cento e um milhões de reais) em razão do atingimento do limite legal de saldo das reservas de lucros (“Aumento de Capital”). O Aumento de Capital ocorrerá mediante a capitalização de parte do saldo da reserva de lucros, sem a emissão de novas ações e não implicará alteração do valor nominal das ações atualmente existentes (que permanecerão sem valor nominal atribuído), nos termos do artigo 169, §1º combinado com o artigo 199 da Lei 6.404/76.
4.7. O Conselho Fiscal opina favoravelmente ao encaminhamento da proposta da Administração descrita no item 4.6 acima para a deliberação dos acionistas da Companhia, conforme parecer do Conselho Fiscal, Anexo II da presente ata.
5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta reunião que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.
Mesa: Vania Andrade de Souza - Presidente, Guilherme Fiuza Muniz - Secretário
Conselheiros Fiscais: Vania Andrade de Souza, Flavio Stamm e Mario Daud Filho
Anexo I a Reunião do Conselho Fiscal da ENERGISA S.A., realizada no dia 16 de março de 2023 às 11:45 horas.
PARECER DO CONSELHO FISCAL
O Conselho Fiscal da Energisa S.A. (“Companhia”), nos termos dos incisos II, III e VII do art. 163 da Lei 6.404/76 apreciou (i) o relatório anual da administração; (ii) as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) a proposta da Diretoria para a destinação dos resultados, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (iv) o relatório anual dos Auditores Independeres sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido sem ressalvas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes em 16 de março de 2023; e, após exame da documentação em questão opina favoravelmente ao encaminhamento dos referidos documentos para deliberação dos acionistas em assembleia geral.
Conselheiros Fiscais: Vania Andrade de Souza, Flavio Stamm e Mario Daud Filho
Anexo II a Reunião do Conselho Fiscal da ENERGISA S.A., realizada no dia 16 de março de 2023 às 11:45 horas.
PARECER DO CONSELHO FISCAL
O Conselho Fiscal da Energisa S.A. (“Companhia”), nos termos do parágrafo 3º do art. 163, combinado com o parágrafo 2º do artigo 166 da Lei 6.404/76, assistiu a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no dia 16 de março de 2023, na qual a administração propôs submeter aos acionistas da Companhia na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 26 de abril de 2023, a realização de um aumento do capital social no montante de R$ 101.000.000,00 (cento e um milhões), sem a emissão de novas ações. A proposta do aumento de capital decorre do atingimento do limite legal de saldo das reservas de lucros que não pode ser superior ao capital social, nos termos do artigo 199 da Lei 6404/76. O Aumento de Capital ocorrerá mediante a capitalização de parte da reserva de lucros, sem a emissão de novas ações, nos termos do artigo 169, §1º da Lei 6.404/76. Após o exame da proposta em questão, o Conselho Fiscal, opina favoravelmente ao encaminhamento da proposta de aumento de capital para deliberação dos acionistas em assembleia geral.
Conselheiros Fiscais: Vania Andrade de Souza, Flavio Stamm e Mario Daud Filho

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Não se aplica à Companhia

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Ata de Reunião do Comitê de Auditoria e Riscos da Energisa S.A. (“Companhia”), realizada em 14 de março de 2023.

1. Data, Hora e Local: Aos 14 dias do mês de março de 2023, às 10h00, na Praia de Botafogo, nº 228 - Sala 1301, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22.250-906, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.
2. Convocação e Presença: Convocados regularmente todos os membros do Comitê de Auditoria e Riscos da Companhia, encontram-se presentes por vídeo conferência os membros do Comitê de Auditoria e Riscos da Companhia abaixo assinados, verificando-se a composição de quorum suficiente para a instalação da presente reunião do Comitê de Auditoria e Riscos. Presentes também (i) o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, Maurício Perez Botelho; (ii) o Diretor Corporativo de Contabilidade, Tributário e Patrimonial, Vicente Cortes de Carvalho; (iii) o Assessor Contábil, Rodolfo da Paixão Lima; (iv) representantes dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu, Antonio Carlos Brandão, Bruno Sebben e Gabriela Rocha Werberich e (v) Luiz Augusto Mendonça, Gerente Corporativo de Gestão de Riscos.
3. Mesa: Presidente: Sr. Omar Carneiro da Cunha Sobrinho - Secretário: Sr. Mauricio Perez Botelho
4. Deliberações: Foram tomadas, por unanimidade, as seguintes deliberações:
4.1. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Reunião do Comitê de Auditoria e Riscos em forma de sumário.
4.2. Apreciação (i) do relatório anual da administração e das contas da Diretoria; (ii) das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, inclusive notas explicativas; (iii) do relatório anual dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido sem ressalvas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; (iv) a proposta da diretoria para a destinação dos resultados; e (v) o orçamento capital para o exercício 2023, conforme apresentações realizadas pelos representantes da Companhia e do auditores independentes que prestaram todos os esclarecimentos solicitados pelos membros do Comitê de Auditoria e Riscos.
4.3. Opinar favoravelmente acerca da submissão dos documentos descritos no item 4.2. acima ao Conselho de Administração da Companhia, conforme parecer do Comitê de Auditoria e Riscos da Companhia, Anexo I da presente ata.
4.4. Apresentação pela auditoria independente sobre os trabalhos de auditoria realizados em 2022 que incluiu pontos de relevância do setor elétrico e opinião acerca das Demonstrações Financeiras do exercício.
4.5. Apresentação pelo Gerente Corporativo de Gestão de Riscos, Luiz Augusto Mendonça, sobre os resultados dos trabalhos (i) do Comitê de Ética e do programa de integridade; (ii) da gestão de riscos; (iii) da auditoria interna; e (iv) de auditoria ambiental; realizados em 2022.
5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta reunião que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.
Mesa: Omar Carneiro da Cunha Sobrinho - Presidente, Mauricio Perez Botelho - Secretário
Membros do Comitê de Auditoria e Riscos: Omar Carneiro da Cunha Sobrinho, Armando de Azevedo Henriques e Luciana de Oliveira Cezar Coelho
Anexo I a Reunião do Comitê de Auditoria e Riscos ENERGISA S.A., realizada no dia 14 de março de 2023 às 10:00 horas.
PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS
O Comitê de Auditoria e Riscos da Energisa S.A. (“Comitê”), nos termos do artigo 10, II do Regimento Interno do Comitê, apreciou (i) o relatório anual da administração e das contas da Diretoria; (ii) as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, inclusive notas explicativas; (iii) o orçamento de capital da Companhia que considera retenção do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iv) a proposta da Diretoria para a destinação dos resultados, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (v) o relatório anual dos Auditores Independeres sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido sem ressalva pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, e, após exame da documentação em questão opina favoravelmente ao encaminhamento dos referidos documentos ao Conselho de Administração da Companhia.
Membros do Comitê de Auditoria e Riscos: Omar Carneiro da Cunha Sobrinho, Armando de Azevedo Henriques e Luciana de Oliveira Cezar Coelho

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. (“Companhia) sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2022

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 16 de março de 2023.

Ricardo Perez Botelho
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Vicente Côrtes de Carvalho
Contador - CRC MG 042523/O-7 "S" MG

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. (“Companhia) sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 16 de março de 2023.

Ricardo Perez Botelho
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Vicente Côrtes de Carvalho
Contador - CRC MG 042523/O-7 "S" MG